



**Universidade Federal Rural de Pernambuco
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em História
(Doutorado)
Linha de Pesquisa: Cultura, Memória e Patrimônio**

EDUARDO AUGUSTO DE SANTANA

**Relações de mando, poder e dominação no mundo açucareiro da Mata
Sul Pernambucana no período de 1594 a 1780**

Recife

2024

EDUARDO AUGUSTO DE SANTANA

**Relações de mando, poder e dominação no mundo açucareiro da Mata
Sul Pernambucana no período de 1594 a 1780**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História Social da Cultura Regional.
Área de Concentração: Cultura, Memória e Patrimônio.

Orientador (a): Dra. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Recife

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

S232r Santana, Eduardo Augusto de.
Relações de mando, poder e dominação no mundo açucareiro da Mata Sul Pernambucana no período de 1594 a 1780 / Eduardo Augusto de Santana. – Recife, 2024.
229 f.; il.

Orientador(a): Ana Lúcia do Nascimento Oliveira.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, BR-PE, 2024.

Inclui referências.

1. Cultura material. 2. Arquitetura e Sociedade Colonial Açucareira. 3. Relações de poder e dominação. 4. Mata Sul (PE) 5. Pernambuco colonial. I. Oliveira, Ana Lúcia do Nascimento, orient. II. Título

CDD 981

EDUARDO AUGUSTO DE SANTANA

**RELAÇÕES DE MANDO, PODER E DOMINAÇÃO NO MUNDO
AÇUCAREIRO DA MATA SUL PERNAMBUCANA NO PERÍODO DE 1594 A
1780.**

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA LÚCIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA
Data: 08/04/2024 17:36:20 -0300
verifique em <https://validar.dl.gov.br>

Profª Drª Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Orientadora – UFRPE
Documento assinado digitalmente

gov.br MARIANA ZERBONE ALVES DE ALBUQUERQUE
Data: 08/04/2024 11:44:11 -0300
verifique em <https://validar.dl.gov.br>

Profª Drª Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Examinador Interno – UFRPE
Documento assinado digitalmente

gov.br ALEXANDRE BITTENCOURT LEITE MARQUES
Data: 06/04/2024 17:51:55 -0300
verifique em <https://validar.dl.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Bittencourt Leite Marques

Examinador Externo – IFPE / SEE - PE



Prof. Dr. André Lemoine Neves

Examinador Externo – UNIFACOL
Documento assinado digitalmente

gov.br THIAGO NUNES SOARES
Data: 07/04/2024 22:35:28 -0300
verifique em <https://validar.dl.gov.br>

Prof. Dr. Thiago Nunes Soares

Examinador Externo – UPE

A Deus por sua graça, cuidado, proteção e inúmeras bênçãos sobre a minha vida. Aos meus saudosos e amados pais, os meus primeiros educadores, Marilene José de Santana e Erivaldo Severino de Santana (Mano) à minha querida filha Maria Eduarda, o meu grande amor, e a minha companheira de estrada Uli Nogueira!

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos deste trabalho são uma parte tão importante quanto qualquer outra, pois todos os acertos presentes nele são frutos da colaboração de muitas pessoas que me auxiliaram durante a pesquisa. Dessa forma, sou profundamente grato a todos.

Assim, inicio agradecendo à minha família, pelo apoio e incentivo ao longo de minha vida pessoal e acadêmica. Agradeço especialmente aos meus pais, Erivaldo Severino de Santana e Marilene José de Santana (*in memoriam*), cuja educação, ensinamentos, confiança, dedicação e amor serviram para moldar o meu caráter e contribuir para a minha formação humana e profissional. À minha avó e segunda mãe, Hilda Ferreira de Santana (*in memoriam*), pelos ensinamentos e exemplos de honestidade, esperança, fé, caráter, generosidade e bondade, além de ter me ensinado a amar a Deus. Por toda a minha vida levarei essa saudade. Às minhas irmãs Edione Maria de Santana Alves, Elaine Cristina de Santana Menezes e aos meus sobrinhos Ana Clara de Santana Alves, Antonio Pedro de Santana Alves e Sophia de Santana Menezes, pela amizade, respeito e carinho que nutrem por mim. À minha tia Marlene José de Santana e ao meu tio Mario José de Santana, que sempre motivaram e apoiaram-me nos estudos.

À minha querida e amada filha Maria Eduarda N. Santana (Dudinha). O amor da minha vida, que sempre estará em primeiro lugar no meu coração.

À professora Dra. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira, orientadora, e primeira mestra no mundo acadêmico ainda nos tempos da Bolsa Bia e que sempre me auxiliou em minha formação acadêmica, além de grande incentivadora, crítica e motivadora deste trabalho. Agradeço pelo seu apoio, paciência, pelas sábias palavras de incentivo e por acreditar em meu potencial acadêmico.

Aos queridos amigos e professores doutores Andre Lemoiane, Thiago Nunes, Alexandre Bittencourt e Bruno Kawai Souto Maior. Agradeço pela leitura criteriosa dos textos, por seus questionamentos, sugestões, críticas e pelo material concedido para a elaboração deste trabalho. Sempre serei grato pela imensa contribuição que deram para o amadurecimento desse trabalho e para o meu crescimento acadêmico.

Agradeço às instituições de ensino e pesquisa, cuja existência tornou possível essa pesquisa e a elaboração dessa tese: a Fundação Joaquim Nabuco; o Gabinete Português de Leitura; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) seção Pernambuco; a Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco; e ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP).

Todas essas instituições abriram as suas portas e disponibilizaram os seus arquivos para que pudéssemos levar adiante esse trabalho, enriquecendo-o por meio do levantamento bibliográfico das fontes primárias e secundárias, utilizadas para a conclusão deste texto. Não poderia deixar de agradecer aos padres do Convento de Santo Antônio em Ipojuca e ao pároco da Igreja de Nossa Senhora do Ó, pelos materiais disponibilizados, e em especial ao frei Beto, por sua boa vontade e simpatia. Agradeço também ao pessoal da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Ipojuca pelas informações e pelo material disponibilizado, assim como aos moradores e funcionários dos engenhos visitados em trabalhos de campo.

Teço, agora, os meus sinceros agradecimentos à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que após quatro anos e meio como estudante de graduação, novamente acolheu-me na condição de aluno do Mestrado desse ilustre centro acadêmico. Agradeço, ainda, ao nosso Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional pelo seu excelente corpo docente e aos colegas do doutorado pelo companheirismo e pelas frutíferas discussões acadêmicas. Assim como apresento os meus sinceros agradecimentos ao Laboratório de Arqueologia do Núcleo de pesquisa (NUPESQ) ligado ao Departamento de História da UFRPE.

Agradeço à Capes, a qual devemos a continuidade desse importante trabalho de resgate da História da Mata Sul, lugar de grande relevância para a História e a memória do povo pernambucano. A ausência do seu apoio tornaria esse trabalho penoso e árduo, haja vista que o seu financiamento viabilizou as pesquisas de campo e a aquisição de importantes fontes de consultas bibliográficas imprescindíveis ao desenvolvimento desta escrita, além de proporcionar viagens para congressos, simpósios e outros eventos acadêmicos.

Também quero tecer sinceros agradecimentos aos companheiros Rodrigo Ibson, Pollyana Calado e Elba Chagas pelas contribuições e aconselhamentos que foram de grande importância para o desenvolvimento dessa pesquisa. Aos companheiros Mario Gouveia, Carlos Miranda, Elaine Santos, Glauber e Arnaldo, pelo apoio constante. Agradeço ainda o apoio dos amigos Rafael Medeiros de Oliveira, Mavison Oliveira, Jarbas Martins e Geraldo Antunes e a amizade incondicional. Gostaria de homenagear os meus saudosos amigos Alexandre Elias e Gustavo Mendonça (*in memoriam*) que tão cedo partiram desta existência; onde quer que estejam, saibam do meu carinho e respeito.

Por fim, agradeço ao Senhor Deus por ser presente em minha vida e nunca ter me desamparado nos momentos mais difíceis que já vivi até aqui. Agradeço-lhe e peço-lhe que continue sempre presente, na pessoa do Senhor Jesus Cristo, na minha caminhada nesta vida e além.

Obrigado!!!

Eu não sou pobre, sou sóbrio, de
bagagem leve. Vivo com apenas o
suficiente para que as coisas não roubem
a minha liberdade.

Pepe Mujica

RESUMO

Essa pesquisa, em âmbito de doutorado, tem por objetivo o estudo e a problematização da cultura material edificada no período colonial na Mata Sul de Pernambuco, entre 1594 e 1780. Com esse propósito, buscamos compreender a variedade de elementos arquitetônicos ali implantados e resultantes de uma acumulação contínua de fatores socioculturais, econômicos e arquitetônicos constituídos no período colonial na região. Nesta análise discutimos a interconexão entre a cultura material, a sociedade colonial açucareira forjada a partir da ocupação do território da Mata Sul pernambucana e as relações de poder e de dominação resultantes desse processo. Foram relevantes para a conclusão desse trabalho o uso integrado da pesquisa dos espaços onde aquelas edificações foram construídas, a interpretação das fontes escritas, os aspectos ambientais da região e o contexto histórico e social em que tais fenômenos históricos ocorreram. Portanto, entendemos que, por ser um trabalho que transita no campo da Nova História Cultural utilizamos norteadores teóricos e metodológicos que favoreceram a utilização de diversos tipos de fontes documentais. Além disso, utilizamos abordagens e discussões de outras áreas do conhecimento, como a Geografia, a Arquitetura, a Sociologia, a Arqueologia, a Psicanálise e, sobretudo, a História. Dessa forma, buscamos debater ao longo dessa trajetória, propostas apresentadas por diferentes autores, que serviram como aporte para o processo de construção epistemológica desse trabalho. Com o avanço da pesquisa pudemos compreender como a empresa colonial, os grupos dominantes e as suas instituições se utilizaram estrategicamente dos partidos arquitetônicos, típicos do período, para difundir, replicar e legitimar as relações de poder, de mando e de dominação que os favorecia sobre o conjunto da sociedade, seja nas áreas rurais ou nas vilas coloniais. Assim, compreendemos que o traçado e a implantação de um núcleo urbano colonial, casa-grande, capela, senzala, conventos ou casa de câmara e cadeia obedeciam a uma lógica política, econômica e cultural que buscava materializar simbolicamente as diversas hierarquias sociais que estavam circunscritas no mundo colonial açucareiro.

Palavras-chave: Cultura Material; Arquitetura e Sociedade Colonial Açucareira; Relações de Poder e Dominação; Mata Sul Pernambucana; Pernambuco Colonial.

ABSTRACT

This research, within the scope of a doctorate, aims to study and problematize the material culture built in the colonial period in Mata Sul de Pernambuco, between 1594 and 1780. With this purpose, we seek to understand the variety of architectural elements implemented there and resulting from a continuous accumulation of sociocultural, economic and architectural factors constituted in the colonial period in the region. In this analysis we discuss the interconnection between material culture, the colonial sugar society forged from the occupation of the Mata Sul territory of Pernambuco and the relations of power and domination resulting from this process. The integrated use of research into the spaces where those buildings were built, the interpretation of written sources, the environmental aspects of the region and the historical and social context in which such historical phenomena occurred were relevant to the completion of this work. Therefore, we understand that, as it is a work that moves in the field of New Cultural History, we used theoretical and methodological guidelines that favored the use of different types of documentary sources. Furthermore, we use approaches and discussions from other areas of knowledge, such as Geography, Architecture, Sociology, Archeology, Psychoanalysis and, above all, History. In this way, we sought to debate, throughout this trajectory, proposals presented by different authors, which served as a contribution to the process of epistemological construction of this work. As the research progressed, we were able to understand how the colonial company, the dominant groups and their institutions strategically used architectural parties, typical of the period, to spread, replicate and legitimize the relations of power, command and domination that favored them over society as a whole, whether in rural areas or colonial villages. Thus, we understand that the layout and implementation of a colonial urban nucleus, big house, chapel, slave quarters, convents or chamber house and jail followed a political, economic and cultural logic that sought to symbolically materialize the various social hierarchies that were circumscribed in the colonial sugar world.

Keywords: Material Culture; Architecture and Colonial Sugar Society; Power and Domination Relations; Mata Sul Pernambucana; Colonial Pernambuco.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Recorte dos principais núcleos urbanos da Capitania de Pernambuco em 1780.....	25
Mapa 02	Mapa com a divisão geopolítica da Mata Sul de Pernambuco.....	50
Mapa 03	Cartografia primitiva da costa marítima, litoral e zona canavieira da Mata Sul da capitania de Pernambuco, datado de 1640.....	59
Mapa 04	Rede hidrográfica de Pernambuco.....	63
Mapa 05	Recorte do trecho da Mata Sul de Pernambuco analisado na pesquisa.....	66
Mapa 06	Bacias Hidrográficas da Mata Sul de Pernambuco.....	67
Mapa 07	Distribuição das Bacias Hidrográficas e Principais Estuários da Mata Sul..	68
Mapa 08	Mapa de 1556, onde Mata Sul de Pernambuco está representada e se faz menção ao Cabo de Santo Agostinho.....	75
Mapa 09	Brasília – <i>Generis Nobilitate Armorum et Literarum</i> , de Johannes Blaeu, 1642.....	82
Mapa 10	Representação dos termos do Recife, Olinda e Terras de Engenhos e Fazendas.....	89
Mapa 11	Afbeeldinge van de Cabo st. Augustin met haer forten – Cabo de Santo Agostinho (1656).....	97
Mapa 12	Afbeeldinge van de Cabo st. Augustin met haer forten – Cabo de Santo Agostinho (1656).....	105
Mapa 13	As capitanias do Brasil, c. 1585-1590.....	120

LISTA DE IMAGENS

01	O carro de bois de 1638 em um engenho em Sirinhaém.....	64
02	Aldeia, 1670.....	104
03	Serinhaim – 1637-1645.....	105
04	Engenho, sem data.....	149
05	Casa-grande do Engenho Megaype – Séc. XVI	151
06	Frans Post (1668).....	152
07	Vila Formosa de Sirinhaém.....	162
08	Vila de Santo Antônio do Cabo.....	163
09	Vila do Cabo e arredores.....	165
10	Igreja de Nossa Senhora de Escada.....	166
11	Área urbana da antiga Vila de Santo Amaro do Jaboatão.....	167
12	Vila que margeia a ferrovia que cortava a antiga área urbana da Vila de Santo Amaro do Jaboatão.....	168
13	Missa campal em frente à Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, meados do século XX.....	170
14	Convento de Santo Antônio em Sirinhaém, datado de 1630.....	172
15	Fachada já em avançado processo de deterioração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da então Freguesia da Muribeca, hoje pertencente ao município de Jaboatão dos Guararapes.....	182
16	Vista Lateral direita da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da então Freguesia da Muribeca, hoje pertencente ao município de Jaboatão dos Guararapes.....	183
17	Detalhe da área do púlpito e da parte internada da parede lateral direita da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos na então Freguesia da Muribeca, hoje pertencente ao município de Jaboatão dos Guararapes.....	183
18	Vista da lateral esquerda e dos fundos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da então Freguesia da Muribeca, hoje pertencente ao município de Jaboatão dos Guararapes.....	184
19	Casa-grande do Engenho Megaype, antiga Freguesia da Muribeca dos Guararapes, atual município de Jaboatão dos Guararapes.....	192
20	Casa-grande do Engenho Megaype, antiga Freguesia da Muribeca dos Guararapes, atual município de Jaboatão dos Guararapes.....	193
21	Casa-grande atual do Engenho Tapiirucû, ou Ubaca de Cima, Sirinhaém.....	193
22	Engenho Matapiruma (1930-1940), Escada (PE), fotografado por Julien Mandel	201
23	Complexo do Engenho Gurjáú de Baixo, Cabo de Santo Agostinho.....	203
24	Complexo do Engenho Gurjáú de Baixo, Cabo de Santo Agostinho.....	204
25	Senzala do Engenho Campestre, atualmente utilizada como residência dos funcionários.....	206
26	Senzala do Engenho Jurissaca, Cabo de Santo Agostinho.....	207

LISTA DE CROQUIS

01	Planta baixa da sede do engenho Arariba do Meio – Município do Cabo de Santo Agostinho (PE)	131
02	Engenho Novo da Conceição, Cabo de Santo Agostinho	197
03	Engenho Novo da Conceição, Cabo de Santo Agostinho	199
04	Engenho Novo da Conceição, Cabo de Santo Agostinho.	200
05	Composição da organização espacial da sede do Engenho Ararariba do Meio, Cabo de Santo Agostinho	202

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Análise da população das vilas açucareiras da Mata Sul.....	109
---	-----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1	Prédio onde funcionou a Casa de Câmara e Cadeira da Vila Formosa de Sirinhaém, datado do século XVIII, município de Sirinhaém (PE)	143
Foto 2	Lateral esquerda da escada externa que dá acesso ao pavimento superior do prédio onde funcionou a Casa de Câmara e Cadeira da Vila Formosa de Sirinhaém, datado do século XVIII, Município de Sirinhaém – PE.	144
Foto 3	Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Outeiros de Maracaípe – Município de Ipojuca/PE	154
Foto 4	Convento de Santo Antônio e Igreja do Santo Cristo em Ipojuca, datado de 1606	173
Foto 5	Igreja de Matriz de Nossa Senhora do Ó, distrito de Nossa Senhora do Ó, em Ipojuca (PE), datada do século XVIII	174
Foto 6	Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Outeiros de Maracaípe. Detalhes da sineira, cruzeiro e portão de acesso ao cemitério no canto direito da imagem	176
Foto 7	Interior da capela. Detalhe dos nichos	176
Foto 8	Vista do interior da capela, a partir do altar-mor da nave. Detalhe do local onde havia o coro e forro da capela	177
Foto 9	Fachada da capela de Nossa Senhora da Penha, detalhe do seu frontão. Engenho Maranhão	186
Foto 10	Coro da capela. Detalhe das duas galerias laterais	187
Foto 11	Área posterior à nave, onde está localizada a sacristia e os túmulos; detalhe dos contrafortes	187
Foto 12	Câmara onde estão os túmulos; detalhe da seteira, ao fundo	188

SUMÁRIO

Apresentação	18
Introdução	21
Capítulo 1 – Discussões Teóricas e Metodológicas da Pesquisa	32
1.1 Uma teorização do problema da pesquisa	34
1.2 Fontes	42
1.3 Metodologia de Pesquisa	44
Capítulo 2 - Aspectos Geográficos da Mata Sul e Transformações Socioecológicas na Região ocasionadas pela empresa colonial açucareira	49
2.1 - A Mata Sul de Pernambuco	50
2.2 - A empresa colonial segue o caminho das águas	62
2.3 - A floresta, os desafios, a destruição e o desequilíbrio ambiental ocasionado pela indústria do açúcar na Mata Sul	72
2.4 - A importância do solo para a indústria do açúcar	77
2.5 - Aspectos climáticos da Mata Sul pernambucana	80
Capítulo 3 – Invasão, Conquista e Inserção da Mata Sul pernambucana dentro da lógica de Exploração e Dominação da Empresa Colonial	84
3.1 - O conhecimento dos lusitanos acerca do cultivo da cana-de-açúcar, seu beneficiamento e a Instalação dos engenhos entre os séculos XVI e XVII na Mata Sul de Pernambuco	85
3.2 - Conquistas territoriais: extermínio e exploração da mão de obra	88
3.3 – As vilas açucareiras	99
3.4 – O uso da mão de obra negra enquanto base de sustentação econômica da indústria e da sociedade açucareira	110
3.5 – As estratégias utilizadas pela nobreza da terra para se perpetuar como grupo social dominante	117
Capítulo 4 - A Cultura Material do Mundo Colonial Açucareiro enquanto fator de Legitimação e Reprodução das Relações de Poder e Dominação	133
4.1 – O estudo da sociedade colonial açucareira a partir de sua cultura material	139
4.2 – A implantação e organização dos partidos arquitetônicos dos engenhos e vilas açucareiras da Mata Sul pernambucana	146
4.3 – Aspectos simbólicos presentes na arquitetura espacial dos engenhos e vilas açucareiras coloniais	159
4.3.1 – As vilas açucareiras e o seu papel na organização da sociedade colonial açucareira	162
4.3.2 – Ordenamento e Controle: o controle ideológico e cultural exercício pelo catolicismo no mundo colonial açucareiro	168
4.3.3 – O engenho de açúcar colonial: interações sociais e relações de poder e mando se imbricavam a partir da composição e disposição espacial dos seus partidos arquitetônicos	188
5 - Considerações Finais	209
6 - Fontes e Referências Bibliográficas	214

APRESENTAÇÃO

Para que o leitor tenha uma ideia do caminho acadêmico que fiz até chegar a esta tese, senti a necessidade de fazer um breve histórico que, acredito, possibilite entender esse meu caminhar. No período de 2006 a 2009 cursei a graduação em Licenciatura em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pouco tempo depois de ter ingressado nessa instituição, fui contemplado com a Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA) da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). A BIA tinha como principal finalidade proporcionar aos alunos oriundos da rede estadual de ensino que ingressaram em universidades públicas de Pernambuco e obtiveram as primeiras colocações no vestibular, uma boa adaptação à vida acadêmica no seu primeiro ano de curso. Essa bolsa possibilitou o desenvolvimento do meu trabalho já orientado pela professora Dra. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira.

A partir dessa experiência, conheci melhor as relações entre História, Educação e Sociedade e fui incentivado a participar de atividades acadêmicas como cursos, eventos, pesquisas e projetos. Na ocasião, tive a oportunidade de desenvolver o meu primeiro projeto de pesquisa, intitulado *Educação e cidadania*, o qual foi apresentado e executado junto à minha antiga instituição do Ensino Fundamental, Escola Estadual Ageu Magalhães, na cidade do Recife (PE).

Dessa forma, após ser convidado pela professora, atuei em 2006 como pesquisador voluntário da UFRPE no projeto de extensão “Educação patrimonial no município de Alagoinha/PE, valorização e melhoria na qualidade de vida da população”. Durante o período, realizei, com outros pesquisadores, um levantamento e análise do patrimônio material e imaterial do município de Alagoinha, onde entrevistei alguns de seus moradores. Dessa forma, iniciei os estudos que contemplaram as relações entre História e Memória e tive o primeiro contato com a metodologia da História Oral onde pude aprender as bases teóricas e metodológicas relativas ao ensino e à pesquisa em História por meio da educação patrimonial.

Após essa vivência, já entre 2007 e 2009, participei do Projeto de Iniciação Científica Voluntária do CNPq/URFPE sob a orientação da professora Dra. Suely Cristina Albuquerque de Luna. Trabalhei com a temática do “Programa Prospectivo e Salvamento Arqueológico na Área da Refinaria do Nordeste”, com a vertente

direcionada para a Educação Patrimonial. Entre os anos de 2008 e 2010, fui bolsista de iniciação científica da FACEPE também sob orientação da mesma professora, quando desenvolvi a pesquisa intitulada: *Levantamento do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município de Ipojuca*.

Ainda no período de 2008 a 2009 fui convidado pela pesquisadora Tereza Cristina Simis Borsoi para integrar a equipe do Projeto: “Inventário de varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana-de-Açúcar no Município do Cabo de Santo Agostinho – PE” para o IPHAN-PE, onde desenvolvi atividades relacionadas à “leitura” histórica dos conjuntos Arquitetônicos existentes georeferenciadas, exercendo a análise e preenchimento das fichas de identificação de materiais e sistemas construtivos, análise do estado de conservação para o cadastramento no banco de dados integrado. A atividade me proporcionou um aprendizado ímpar a respeito da cultura material remanescente do ciclo do açúcar na Mata Sul pernambucana, possibilitando a construção de novos aprendizados e novos olhares sobre o meu objeto de pesquisa.

As atividades desenvolvidas foram basilares para minha formação acadêmica e para a escolha de um campo de pesquisa ao qual me insiro até o momento, ou seja, a temática do Patrimônio Cultural enquanto representação simbólica de poder e dominação. Esse trabalho resultou em uma monografia de conclusão de curso intitulada *Levantamento do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município de Ipojuca*, assim como a minha participação em inúmeros eventos acadêmicos, apresentação de trabalhos e publicações (artigos, elaboração de cartilhas, livro, trabalhos completos, resumos e resumos expandidos) que dialogam com o assunto.

Destaco que o interesse na temática do patrimônio me deu a possibilidade de atuar em diversos projetos de extensão e pesquisa relacionados à cultural material ao longo da graduação, cuja prática profissional, em consonância com a minha formação teórica, me possibilitou apreender e desenvolver metodologias de trabalho com a temática do patrimônio enquanto instrumento de “alfabetização cultural”, como diria Paulo Freire, crucial para a formação crítica do sujeito. Isso me permitiu estabelecer a relação entre ensino, pesquisa e extensão através do estudo do patrimônio cultural material.

Em 2012 ingressei no mestrado em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), linha de pesquisa Cultura Patrimônio e Memória sob a orientação da professora Dra. Suely Cristina Albuquerque de Luna. Na oportunidade, busquei pesquisar e problematizar a relação estabelecida

entre o processo de colonização da freguesia de São Miguel do Ipojuca, na Mata Sul de Pernambuco, e a implantação de partidos arquitetônicos que reproduziam e legitimavam a ordem social estabelecida naquela sociedade.

Dessa forma, durante esses anos de pesquisa tive contato com a historiografia produzida pelos historiadores colonialistas, pesquisadores do campo da cultura material, arquitetos, antropólogos, geógrafos, sociólogos e teóricos da História Cultural cujos trabalhos e produções acadêmicas dialogam com o meu objeto de pesquisa acadêmica. Tendo acesso, ainda, a uma ampla e diversificada documentação sobre os primeiros três séculos da então América portuguesa e, sobretudo da então capitania de Pernambuco. Desde a graduação tinha o interesse de estudar esse segmento social, mas após concluir o mestrado, optei por amadurecer as ideias de como poderia investigá-lo e resolvi me dedicar a atividades voltadas à docência e a participar de outros projetos acadêmicos.

A vivência e o amadurecimento acadêmico me permitiram atuar profissionalmente e desenvolver publicações mais dialógicas com o arcabouço teórico e metodológico que integram a academia. Bem como, desenvolver uma visão aguçada e objetiva do meu objeto e do meu lugar de falar. Nesse período também passei a atuar como professor da Educação Básica e no Ensino Superior no curso de Licenciatura em História na modalidade EaD na UFRPE, onde tenho atuado profissionalmente até o presente momento.

Chegamos ao ano de 2020, quando ingressei no doutorado em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), linha de pesquisa 1 – Cultura, Patrimônio e Memória –, sob a orientação da professora Dra. Ana Lucia do Nascimento de Oliveira. A pesquisa da Tese de Doutorado se configura como uma sequência do trabalho desenvolvido desde a graduação, e cuja proposta é, antes de nada, aprofundar qualitativamente sob novas perspectivas teóricas e metodológicas o entendimento na relação entre a representação simbólica de poder e dominação dos grupos sociais da Mata Sul pernambucana e o estabelecimento de estruturas sociais, econômicas, étnicas, políticas e culturais com legitimação, reprodução e perpetuação da dominação e desigualdades construídas historicamente naquele espaço.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa de doutorado é voltado para o estudo da cultura material remanescente do período colonial na região da Mata Sul de Pernambuco. Especificamente, é direcionado para a história social e cultural do território em análise. Buscamos compreender as relações simbólicas existentes entre o modo de implantação das construções inseridas na Mata Sul e o modelo de sociedade ali estabelecida no passado, problematizando, assim, a história da sociedade do período a ser abordado, o qual referenda o ordenamento daquelas edificações; segundo a tese aqui levantada, a partir das hierarquias sociais estabelecidas, contribuiu para a reprodução e a perpetuação do sistema socioeconômico ali implantado.

É importante frisar que o recorte geográfico em que esse trabalho se insere é o espaço que compreende a Mata Sul pernambucana, uma vez que foi nessa região que surgiram, ainda na segunda metade do século XVI, diversos povoados e vilas açucareiras sob o controle dos colonizadores portugueses. A bem sucedida colonização daquela área foi resultado das guerras de conquista; do extermínio; da escravização; do afugentamento dos povos indígenas da região; dos investimentos em infraestrutura com implantação de portos, fortes, vilas e povoados e do fornecimento de insumos e créditos para a compra de mão de obra escravizada negra, além de ferramentas, mudas de cana-de-açúcar e materiais construtivos vindos do reino de Portugal e dos seus domínios além-mar. Após isso, ocorreu a partilha das terras entre os conquistadores que integraram as frentes colonizadoras (Santana, 2014, p. 81-93).

A esse respeito, segundo Vera Ferlini (1988, p. 60), “as preocupações com defesa, fixação de colonos e descoberta de metais preciosos mesclavam-se sempre a incentivos para o desenvolvimento da produção de açúcar”. Toda essa conjuntura deu início a um período de desenvolvimento econômico bastante promissor, com o foco na produção açucareira voltada a atender as demandas europeias. Compreende-se, assim, os motivos pelos quais a Coroa portuguesa havia orientado as frentes coloniais e a posterior doação de terras em favor dos colonos que se dispuseram a investir nas fazendas de cana-de-açúcar e na produção açucareira (Ferlini, 1988, p. 60-61).

Alguns autores trazem definições que nos ajudam definir conceitualmente o que caracteriza uma vila no período colonial. A este respeito, Stuart B. Schwartz descreve as vilas coloniais na América Latina como pequenos centros urbanos planejados para facilitar a administração colonial. O autor menciona que aqueles assentamentos

geralmente apresentavam uma praça central ao redor da qual estavam situadas as principais instituições, como a igreja e a câmara municipal. (Schwartz, 2021. p.45).

Gilberto Freyre, por sua vez, ao falar a respeito das vilas coloniais no Brasil destaca a sua importância para a estrutura socioeconômica do período colonial. Além disso, Freyre discute a influência das vilas na disseminação da cultura e economia do período refletindo a sociedade escravocrata da época (Freyre, 2006. p. 98-10).

Ainda sobre o tema, Charles Boxer destaca que as vilas coloniais portuguesas detinham funções estratégicas e comerciais. Segundo comenta, aquelas vilas serviam como entrepostos comerciais e bases militares que se faziam essenciais para a proteção das rotas marítimas e o comércio de especiarias. No contexto do mundo colonial açucareiro as vilas figuravam como núcleos políticos e locais onde se organizavam as expedições de conquistas, a divisão das terras da população nativa entre os participantes das campanhas, e a organização da produção local (Boxer, 2011. p. 123).

Desta maneira, no período colonial, uma vila era uma localidade menor, frequentemente com uma população pequena, que servia como centro administrativo e agrícola. Geralmente, as vilas eram centros urbanos menores do que as cidades e muitas vezes eram povoadas por agricultores. Também é importante que se diga que no início da efetiva colonização da América portuguesa, a organização espacial das vilas era de responsabilidade dos donatários, embora subordinadas às Cartas de Doação e aos Forais. Esses documentos estabeleciam diretrizes para a fundação e administração das vilas, incluindo aspectos urbanísticos e arquitetônicos. Desta maneira, as vilas desempenhavam um papel importante na estrutura colonial brasileira contribuindo para a organização social, econômica e administrativa da época.

No panorama em que se deu a consolidação da indústria açucareira em Pernambuco, a região da Mata Sul se configurou como ponto estratégico, tanto para a consolidação da empresa colonial naquela capitania, quanto para o avanço das frentes colonizadoras para os sertões do São Francisco (Salvador, 2009. p. 51-54).

É importante trazer para a discussão a interconexão entre a estrutura espacial do engenho de açúcar e a sua história social, pois aquele modelo de sociedade foi viabilizado não apenas pela coerção, pela violência e por relações de mando dos grupos dominantes sobre os grupos subalternos. Era necessário mais do que isso para que a engrenagem do sistema de dominação operante obtivesse êxito. Assim, deve-se também levar em consideração as representatividades que eram construídas a respeito das

instituições de poder daquela época, que por sua vez estavam materializadas em construções típicas daquele período.

Segundo Jessé de Souza (2019, p. 27): “nessa estratégia de dominação, que é mais simbólica que material, é a posse do que é tido como verdadeiro que permite também se apoderar do que é percebido como justo e injusto, honesto e desonesto, correto ou incorreto, bem ou mal”. Dessa forma, os grupos dominantes conseguem manipular as ações e os pensamentos do conjunto da sociedade, por meio do controle das intuições forjadas para dar-lhes sustentação política, ideológica, religiosa e cultural. Com isso, conseguem a construção e a replicação de um discurso que se opera e, é transmitido por meio das ideias, pensamentos, ritos religiosos, praticas cotidianas e se manifesta também na maneira como habitações, prédios diversos, templos, ruas e praças são construídos. Conseguindo, com isso, estabelecer um controle eficaz sobre os mais diversos segmentos sociais.

A despeito da imbricada relação entre as propriedades açucareiras e sua história social, José Marcelo Marques Ferreira Filho (2020, p. 72) comenta o seguinte:

A despeito de tudo o que a academia já produziu, entretanto, a influência mútua e inequívoca entre a estrutura espacial da *plantation* açucareira e a sua história social nunca foi conscientemente abordada, seja pela falta de dados disponíveis, seja por limitações conceituais e metodológicas.

O debate a respeito dos complexos vínculos sociais presentes nos mais diversos aspectos da sociedade colonial açucareira é um exercício intelectual que nos propomos a fazer ao longo deste trabalho. Buscando, dentro das possibilidades ofertadas pelas fontes disponíveis, decodificar as relações existentes entre a cultura material daquele período, e a legitimação e perpetuação das relações de poder e dominação ali presentes.

O recorte temporal desse trabalho toma como marco inicial o ano de 1594, no qual é feita a primeira referência ao engenho Santa Luzia, quando da visita à capitania de Pernambuco do deputado do Santo Ofício da Inquisição Heitor Furtado de Mendonça, pertencente à época ao termo da vila de São Miguel do Ipojuca (COSTA, 1952, vol. 2: 59). A importância do engenho é compreensível, já que a sua história se confunde com o avanço da colonização da Mata Sul pernambucana, pois constam diversas referências àquele sítio e aos seus proprietários ao longo dos séculos XVI ao XVIII.

O término do nosso recorte ocorre em 1780, haja vista que neste ano se deu a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição dos Outeiros de Maracáipe, na

Vila de São Miguel, uma vez que essa capela é a única construída em estilo maneirista naquela região. O imóvel está implantado na área conhecida como Outeiros de Maracaípe, cujas terras estão vinculadas desde o século XVII ao Convento de Santo Antônio, em Ipojuca, que é datado de 1606. A capela é a única da região compondo um cemitério ao lado em estilo barroco (Santana, 2014, p. 172-176).

Em razão da consolidação da indústria açucareira surgiu na região uma classe privilegiada de pessoas ligadas a esses empreendimentos. É importante que se diga que esse grupo de privilegiados, no decorrer dos anos, passou a se autointitular de “nobreza da terra” em razão da posição de mando que assumia nas regiões sob o seu controle econômico e político. Percebe-se também que as distinções sociais ali tecidas também podiam ser notadas nas construções que serviam de moradia para esse grupo abastado ou nos locais onde sua fé era praticada. Aquelas eram pessoas cuja descendência remetia aos colonizadores vindos com o primeiro donatário, Duarte Coelho, e de um estrato de reinóis vindos para a capitania após as primeiras notícias de sucesso na implantação dos primeiros engenhos e do lucro advindo desse negócio. Esses grupos eram compostos por reinóis oriundos das camadas médias das cidades costeiras de Portugal, tais como funcionários do reino, letrados, pequenos fidalgos de província, comerciantes, cristãos-novos e artesãos (Mello, 2003, p. 13).

Segundo Manoel Andrade (2007, p. 31), a produção de açúcar no Brasil incentivou a formação de empresas artesanais de transformação da matéria-prima, ou seja, do sumo da cana em açúcar, contribuindo, ao mesmo tempo, para a concentração do plantio dessa gramínea em grandes áreas onde antes predominava a Mata Atlântica, contando com o afluxo de grande volume de capitais, sobretudo originários de judeus oriundos da Europa Central. São investimentos que, além de viabilizar economicamente a indústria do açúcar, deram suporte a um tipo de sociedade bastante singular, cujas características serão percebidas nos mais variados campos de sua organização, como: no seio familiar, na arquitetura, na alimentação, na política, na vida pública, na economia, nos costumes e na religião ao longo de mais de três séculos de colonização.

Mapa 1 - Recorte dos principais núcleos urbanos da Capitania de Pernambuco em 1780



Fonte: Ribeiro Júnior, 1976.p.65.

Inserção desse trecho da cartografia original, bem como de outros mapas e imagens já referidas no corpo do texto, visam situar este trabalho cronológica e geograficamente, uma vez que todas as informações documentais apresentadas visam balizar a importância política e econômica da Mata Sul daquele período. Assim, nos valem os meios que dispomos para agregar uma parte dessas informações, onde se busca montar um panorama daquela região do passado. Gostaríamos de destacar que a organização política territorial daquela região, nos dias de hoje, está diversa da encontrada no período histórico sob o qual a pesquisa se debruça. Dessa forma, alguns territórios, a exemplo da Vila de Muribeca dos Guararapes, ou foram incorporados a áreas de outro município ou estão inseridas na chamada Região Metropolitana do Recife, a exemplo dos municípios de Jaboatão dos Guararapes, do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Deixando claro que, assim como no passado, aqueles territórios

são partes integrantes da Mata Sul em razão das características de sua geografia e aspectos climáticos.

Os territórios que se tornaram objeto da pesquisa representam apenas uma parte dos povoados e vilas instalados na Mata Sul ao longo do processo de ocupação e consolidação da empresa colonial na região. Além do que, as áreas escolhidas se destacam pela sua relativa proximidade com o centro político e administrativo da capitânia, a Vila de Olinda, e do seu principal porto, o Porto do Recife. Sendo assim, as vilas açucareiras de Muribeca dos Guararapes, Santo Amaro do Jaboaão, Santo Antônio do Cabo, Nossa Senhora de Escada, São Miguel do Ipojuca e Sirinhaém são os territórios cuja cultura material implantada em sua paisagem naquele período é discutida neste trabalho.

Por outro lado, a escolha da temática desta pesquisa também se justifica pelo destaque que a Mata Sul ganhou, na década de 2010, no cenário econômico regional, em razão da instalação da Refinaria Abreu e Lima e de diversas outras indústrias, sobretudo do setor petroquímico (Lacerda; Leitão; Marinho, 2007, p. 193-217). Isso fez com que, em curto espaço de tempo, ela tenha atraído diversos investimentos públicos e privados, provocando consideráveis mudanças em sua conjuntura socioeconômica e reorganização urbanística.

Um exemplo disso é o território que compreende o centro administrativo de Ipojuca, que, até meados de 1996, se configurava como um verdadeiro arquivo histórico da urbanização colonial empreendida pelos portugueses. Até aquele ano, as características do seu núcleo urbano remetiam a uma cidade característica da Idade Média portuguesa, mas com feições tropicais, onde se configurava “como um aglomerado urbano, isoladas no meio do canavial, com uma marcação precisa dos limites entre o campo e a cidade. Um perfeito exemplar de uma urbanização colonial primitiva” (Zachetti, 2008. p. 14 -15). Todavia, em razão das intervenções urbanas sofridas aquela primitiva configuração colonial se perdeu para sempre.

A respeito do conceito de patrimônio histórico, aqui empregado, usaremos o conceito tecido por Françoise Choay (2001, p.11), que o define como:

[...] o patrimônio histórico como sendo um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, formado pela acumulação contínua de uma variedade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos.

No que tange às construções religiosas remanescentes do período colonial na Mata Sul, os seus brasões episcopais, que adornam oratórios, capelas e igrejas da região, figuram como testemunhos materiais da importância política e cultural da Igreja Católica que, através dos seus missionários, padres e ordens religiosas, fora basilar para a consolidação da colonização e a implementação do modelo de administração e dominação perpetrada. Os seus capelães, contratados pelos senhores de engenho para dirigir os ofícios religiosos das capelas, tiveram papel fundamental no processo de transmissão da cultura, da religiosidade e dos valores dos grupos dominantes para aqueles que viviam sob o jugo da escravidão e para outros que viviam como agregados naquelas propriedades. Dessa forma, não se pode conceber a sociedade colonial sem levar em consideração os usos sociais e simbólicos que se faziam da cultura material edificada do período.

Outra questão aqui levantada é que, apesar da existência de uma historiografia referente à capitania de Pernambuco, cujo pano de fundo é o mundo do açúcar – os seus engenhos, suas vilas, sua sociedade, costumes e, sobretudo seus atores sociais –, pouco se falou a respeito da relação entre a sociedade colonial e a cultura material edificada existente naquelas zonas açucareiras no passado. As construções das vilas açucareiras eram reflexo da riqueza gerada pela cultura açucareira, pois boa parte dos senhores de engenho e fazendeiros de cana comumente tinha residência nas vilas que lhes servia de moradia no período em que precisavam negociar o açúcar e garantir o embarque para o porto do Recife. Esses locais também serviam para acomodar os seus familiares e agregados em períodos fora da época de colheita e moagem da cana para a produção do açúcar. As construções erguidas nas urbes coloniais também se configuravam como uma forma de materialização do poder econômico e político daquela elite agrária no passado. A partir disso propomos uma discussão acerca das relações socioculturais que se desenvolveram, no passado, em torno dos partidos arquitetônicos do mundo açucareiro¹ no que tange aos seus significados simbólicos para os seus detentores e a sociedade daquela época.

Buscamos problematizar e discutir as conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais sob as quais aqueles bens imóveis – arruados, igrejas, casa-grande, senzalas, capelas, fortes etc. – foram concebidos, e discurremos a respeito da função social que

¹De acordo com Lemos (2006), o partido é considerado uma consequência formal de uma série de condicionantes, que vão orientar as diretrizes estabelecidas no projeto; tais condicionantes são: a técnica construtiva; o clima; as condições físicas e topográficas do sítio; o programa de necessidades; a condição econômica do empreendedor; e a legislação, normas sociais e/ou regras da funcionalidade.

desempenharam naquele modelo de sociedade. A partir dessa análise, defendemos ser possível entender como as elites locais e metropolitanas faziam uso simbólico dessas edificações para legitimarem o seu poder sob o conjunto da sociedade. Garantindo, assim, a manutenção do *status quo* do colonizador branco e seus descendentes socialmente reconhecidos, que se tornava senhor de terras, de escravizados e, por consequente, de um capital político e econômico que permitia a atribuição do título de “nobreza da terra”.

As nossas contribuições têm por objetivo analisar as representações que a sociedade do período fazia por meio da cultura material implantada em seus sítios urbanos e rurais. Tomamos como suporte para os nossos estudos a análise das fontes documentais impressas² e de pedra e cal³ remanescentes do período colonial presentes nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém e Escada, que, por sua vez, integravam no passado – e outras ainda integram – a zona da Mata Sul. Nesse processo de seleção de fontes fizemos o levantamento de casas engenho, construções religiosas e construções diversas instaladas em seus sítios urbanos e rurais, que se inserem dentro do recorte temporal desta pesquisa.

O estudo dessas construções se faz importante na medida em que nos ajuda a notar os diferentes sentidos que o objeto carrega, haja vista que a análise da alvenaria de suas paredes, umas mais espessas e outras nem tanto, revela as técnicas construtivas da época, dos materiais e das soluções utilizadas no período colonial naquela região. Por sua vez, a sua volumetria, seu pé-direito alto, suas janelas enfileiradas e elevadas em relação à área externa da construção e os cômodos ligados diretamente, também possibilitam uma compreensão a respeito de seus usos como moradia.

Acreditamos que naqueles bens residem traços fundamentais que os particularizam dentro do contexto histórico e social em que foram concebidos. É importante destacar que aquelas edificações carregam em si elementos simbólicos que as tornam peças importantes para compreender o contexto social no qual foram construídas.

²Ao problematizar o uso dos arquivos enquanto fonte de pesquisa histórica, o texto aponta caminhos e possibilidades de abordagens metodológicas para o historiador que trabalhar com esse tipo de fonte documental. A esse respeito, ver: Bacellar, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

³Em sua análise sobre a temática, Ana Martins apresenta o estudo do patrimônio como um campo que faz uso de tudo o que estiver disponível desde cartas, construções, da literatura, de um arruado, um mobiliário, fotografias e etc. A esse respeito ver: Martins, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In: Lucena, Tania Regina; Pinsky, Carla Bassanezi (org.). **O historiador e as suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

A respeito do processo de consolidação da indústria do açúcar no perímetro dos territórios selecionados, apresentamos alguns dados levantados por Evaldo Cabral Mello (2012, p. 86-124) onde atesta que foram construídos cinco engenhos no século XVI e cinco no século XVII, na freguesia da Muribeca; foram construídos sete engenhos no século XVI e dois engenhos no século XVII, na freguesia de Santo Amaro do Jaboatão; 16 engenhos no século XVI e cinco engenhos no século VII, na vila de Santo Antônio do Cabo; na freguesia de São Miguel do Ipojuca, foram nove engenhos no século XVI e dois engenhos no século XVI; por fim, três engenhos no século XVI e sete engenhos, no século XVII, na Vila Formosa de Sirinhaém.

A título de esclarecimento a respeito do termo “freguesia” é importante destacar que ele se refere a uma divisão eclesiástica, englobando toda a população em uma espacialidade que deveria ser atendida por um pároco. Sobre tal tema Raphael Bluteau (1712. p. 206) em seu dicionário de início do século XVIII comenta que “freguesia seria a Igreja paroquial ou o lugar da cidade ou do campo onde vivem os fregueses”. Além do que, para além das funções religiosas, as freguesias serviam como referências para a contagem da população na América portuguesa, pois todos os habitantes de cada freguesia tinham por obrigação receber os sacramentos ao menos uma vez ao ano, em suas respectivas igrejas paroquiais. Lembramos ainda que eram nessas paróquias religiosas onde ficavam registrados os batismos, óbitos e os casamentos dos habitantes locais.

Os dados apresentados acima são importantes na medida em que demonstram como no lastro das conquistas territoriais na região, destinar as terras à indústria do açúcar fora desde o início o fator que impulsionou a colonização da Mata Sul, legitimando, assim, as ações empreendidas para introduzi-la dentro da lógica de exploração dos recursos que a terra oferecia, além do extermínio e da expulsão dos seus povos originários e a introdução de trabalhadores africanos escravizados naquele cenário.

Problematizamos, a partir dessa discussão, a relação entre essas construções e a sociedade que se desenvolveu à sombra da indústria do açúcar. A análise dos modos pelos quais essas relações sociais de poder, resistência e negociação se organizaram em torno dos elementos físicos – arruados, conventos, igrejas, capelas, casa de produção, casa forte e senzala – foram tecidas em torno daquelas construções no passado e compreender a relação delas com o seu entorno no tempo presente é uma das contribuições que damos à historiografia por meio desse trabalho. Certamente não

pretendemos esgotar o tema sobre esse tipo de pesquisa, mas propor novas possibilidades no campo da história a partir do estudo e da problematização do patrimônio histórico-cultural enquanto fonte de conhecimento histórico.

Acreditamos que as argumentações, o conhecimento prévio das fontes referenciadas e o fato desta pesquisa ser a continuidade de um trabalho que teve início no projeto de iniciação científica e que amadureceu no decorrer do mestrado acadêmico intitulado “História da Implantação e Desenvolvimento da Freguesia de São Miguel do Ipojuca entre 1594 e 1780”, contada a partir dos seus engenhos açucareiros, são indicativos da importância desse trabalho. Além do que, buscamos, por meio desta pesquisa, desenvolver novas formas de executar o levantamento e a identificação de fontes históricas. No propósito de que o (re) conhecimento dos seus bens culturais seja o primeiro passo para valorizá-los e conservá-los.

Ao longo desse estudo utilizamos documentos escritos, análise de imagens fotográficas, mapas, cartografia, iconografia, mobiliário, artefatos e sítios arqueológicos da região. Bem como o estudo de documentos, relatórios e vestígios resultantes do trabalho de prospecção arqueológica realizados durante o Projeto de Resgate Arqueológico da Refinaria Abreu e Lima sob a guarda Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ – UFRPE). Utilizamos também imagens do acervo fotográfico, laudos e fichas catalográficas pertencentes ao Iphan, Fundarpe, Fidem e Fundaj; consideramos que a perspectiva em que se insere nossa pesquisa relaciona-se ao panorama historiográfico que foi sendo construído pela Nova História Cultural. Por essa razão, entendemos ser necessário orientar o trabalho na perspectiva do macro para o micro e analisar como este se relaciona com aquele. E com isso, por meio da interdisciplinaridade, estabelecer o diálogo entre a História e outros campos do saber.

Em nosso primeiro capítulo traçamos os elementos teóricos e metodológicos que norteiam a pesquisa e como eles dialogam com as discussões perpetradas entorno do nosso objeto. Apontando, com esse propósito, como o aporte teórico tomado de empréstimo da Nova História Cultura nos ajudou na elaboração desta tese.

No segundo capítulo analisamos como os diversos elementos naturais presentes na Mata Sul contribuíram à sua maneira para o processo de ocupação e de consolidação da empresa colonial naquele território. Ao longo desse debate, vimos como os fatores ambientais e os recursos naturais disponíveis naquele espaço geográfico favoreceram a implantação das vilas açucareiras e a indústria do açúcar naquela região.

Em nosso terceiro capítulo, analisamos como se deu processo de consolidação da empresa colonial na Mata Sul; a distribuição de terras e de formação das vilas e propriedades agrícolas naquele território e como ocorreu a formação e reconfiguração das instituições de poder implantadas no mundo colonial açucareiro.

No quarto capítulo relacionamos os diversos tipos construtivos mais comumente encontrados nas vilas e engenhos de açúcar, que se encontram dentro do recorte histórico e temporal estabelecido neste trabalho, a partir da problematização das relações de poder e de dominação presentes na sociedade do período estudado. Na oportunidade, trouxemos para o centro do debate a relação que a cultura material do período estabelecia com o mundo social por meio das representatividades contidas em seus aspectos simbólicos e em sua própria materialidade.

CAPÍTULO 1

DISCUSSÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta e discute os aportes teóricos metodológicos sobre os quais este trabalho está fundamentado. Trouxemos algumas discussões perpetradas por autores cujos trabalhos servirão como aporte para a construção epistemológica. Entendemos que por esta pesquisa transitar no campo da Nova História Cultural, é importante trazer discussões de autores de outros campos do conhecimento. Ao longo deste capítulo, bem como em outros capítulos desta tese, trouxemos discussões da Geografia, da Arqueologia, da Antropologia, da Sociologia e, sobretudo, da História, que dialogam com a perspectiva de estudo aqui apresentada.

A respeito da interdisciplinaridade que buscaremos estabelecer, por meio desse trabalho, utilizamos o conceito defendido pelo José D' Assunção Barros (2019, p. 39):

O espaço interdisciplinar é aquele que se forma a partir das diversas disciplinas ou campos de saber que precisam não apenas se confrontar e dialogar, mas agir um sobre o outro, além de permitir que a outra disciplina haja sobre ela mesma. A interdisciplinaridade, podemos aqui inferir, não se daria “por dentro” de uma disciplina, mas sim entre duas disciplinas ou mais.

O auxílio dos norteadores teóricos da Nova História Cultural abriu um imenso leque de possibilidades quanto ao uso dos mais variados tipos de fontes, mas também trouxe uma imensa responsabilidade quanto ao uso correto das metodologias adequadas para a pesquisa exploratória desses recursos. Todavia, apesar de ser bastante desafiador, o resultado do emprego dessas novas fontes, objetos e o diálogo interdisciplinar com outros nichos do conhecimento humano, produziu resultados significativos para as novas pesquisas surgidas nesse campo. O uso integrado dos espaços onde as edificações da região estudada foram implantadas, da interpretação das fontes escritas, do espaço geográfico e das condições sociais em que tais fenômenos históricos se operaram trouxe resultados promissores.

[...] os historiadores desprezaram ou falharam em considerar adequadamente as articulações entre a vida social e a materialidade, e, apesar de sua grande diversidade, raramente as teorias acerca da experiência histórica reconheceram a importância da dimensão material da existência humana. Em segundo lugar, a historiografia foi tímida ou totalmente inapta em incorporar as fontes materiais ao seu processo de geração de conhecimento (Rede, 1996. p. 133-137).

A situação posta anteriormente reforça que, a partir desse entendimento, balizado pela discussão estabelecida pelo autor, a materialidade é aqui analisada enquanto símbolo e referência da sociedade colonial açucareira da Mata Sul. Assim,

essa cultura material é caracterizada enquanto reflexo de um sistema de pensamentos, na medida em que é gerada a partir de um processo posto em curso por aqueles que viabilizaram o seu desenvolvimento ao longo dos primeiros séculos de colonização na região.

Seria razoável pensar a cultura material enquanto resultante de uma construção social. Essa configuração que lhe é atribuída se daria justamente a partir da leitura que o momento histórico de sua concepção lança sobre essa materialidade. Isso ocorre por meio da atmosfera cultural que permeia a leitura de mundo das pessoas que partilham daqueles espaços sociais.

A cultura material, a partir desse prisma, torna-se elemento-chave para o estudo e o conhecimento dos grupos sociais que são objeto deste trabalho. Podendo assim, trazer elementos que contribuem para o entendimento dos aspectos e elementos políticos, culturais, sociais que caracterizaram a sociedade colonial açucareira da Mata Sul pernambucana. Favorecendo, nos limites que a fonte permite, compreender em que medida essa cultura material era propiciadora ou resultado das relações de poder e dominação ali perpetradas no passado.

Segundo Peter Burke (2001, p. 53) “não seria possível uma história da vida cotidiana sem as evidências da cultura material, assim como a história da cultura material seria ininteligível se esta não fosse colocada no contexto da vida cotidiana”. Por se tratar de um produto que é fruto do conhecimento e das práticas culturais daqueles que se serviram desta materialidade no passado, a cultura material se configura como um testemunho material daqueles que a conceberam, podendo ser utilizada como fonte de conhecimento daqueles que a conceberam para exercer uma funcionalidade específica.

1.1 - Uma teorização do problema da pesquisa

O uso da cultura material e da análise do modo de ocupação dos espaços das vilas e engenhos açucareiros da Mata Sul enquanto fonte documental utilizado nesta pesquisa ocorreu em razão do alargamento das fronteiras realizadas pelos historiadores dos *Annales*. A esse respeito, a “Escola dos *Annales*, no século XX, colaborou ainda mais para o alargamento da noção fonte. Ao determinar que a busca do historiador seria guiada pelo que fosse humano”; em outro trecho da citação é dito o seguinte: “ao

mesmo tempo em que se amplia o campo do historiador, amplia-se, necessariamente, a tipologia de sua fonte” (Karnal; Toltsch, 2015, p. 14).

A região escolhida é caracterizada como um recorte geográfico que de certa maneira ainda preserva construções, vestígios materiais e aspectos paisagísticos que remetem ao modo como o espaço foi sendo ocupado e inserido na lógica da exploração colonial. Logo, essas construções são de grande valia para o estudo sociocultural do mundo colonial açucareiro em seus mais diversos aspectos.

A quebra de paradigmas realizada a partir da inclusão no mundo acadêmico de novos problemas, objetos e fontes, pelos historiadores dos *Annales*, serviu para que pudéssemos ter a dimensão de que “um documento é tudo aquilo que um determinado momento histórico decidir que é um documento”. A partir dessa reflexão, entendemos que um documento histórico só é tido como tal em função de uma determinada visão de uma época sobre ele. Considerando-o, assim, como uma fonte histórica. Dessa maneira “para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade” (Karnal; Toltsch, 2015, p. 21-23).

Leandro Karnal e Flávia Toltsch (2015, p. 21-23) sustentam que a própria expansão do conceito de documento não se refere apenas à inclusão de novos objetos ou à inclusão de personagens comuns, mas também à própria dimensão holística que este trabalho dimensiona em si mesmo. A esse respeito, acreditamos que não se trata apenas da utilização de novas fontes documentais, mas também da forma como são empregados os variados tipos de documentos dentro do mosaico em que esta pesquisa foi constituída dentro do seu *corpus* documental e da diversidade que nos permite estabelecer uma visão holística da problemática apresentada nesta tese que, por sua vez, discute como são instituídos os pilares socioculturais que estabelecem as relações de poder e dominação naquela sociedade. Buscando, assim, desnudar os mecanismos sociais, culturais e psicológicos que legitimavam as relações de mando e o estabelecimento da ordem dominante que estava circunscrita na geografia, na paisagem criada pelos canaviais, na arquitetura de suas construções, nas práticas religiosas, enfim, no cotidiano daquela sociedade no passado.

Além disso, o *corpus* documental aqui estabelecido – mapas, iconográficas, imagens fotográficas, as transformações na paisagem, manuscritos, vestígios arqueológicos e construções remanescentes do período estudado – é definido a partir da vinculação entre esses aspectos, o período analisado e o recorte geográfico definido. Por

esta razão, a cultura material, a geografia local e seus aspectos paisagísticos e o modo de ocupação daqueles espaços no passado são metodologicamente cruciais para o estudo aqui empregado. Sendo, pois, elementos culturais que foram conservados, consciente ou inconscientemente, com o auxílio do aporte teórico e metodológico que a pesquisa toma de empréstimo as possibilidades ofertadas pela Nova História Cultural.

Entendemos que a cultura material característica do mundo açucareiro deve ser analisada enquanto elemento representativo de valores culturais/civilizatórios cortejados pelos grupos sociais que dominaram aquela sociedade no passado, elencando, por meio desse estudo, os traços culturais dos grupos dominados presentes naquela cultura material edificada. Essa discussão parte da premissa de que todas as ações do sujeito registradas em uma data conjuntura histórica são derivadas dos valores culturais que o sujeito carrega consigo. Sobre isso, o José de D' Assunção Barros (2019, p. 39) sustenta que tudo aquilo que é produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano.

A este respeito, Sandra Pesavento (2014, p. 68-69) enfatiza que toda materialidade é resultante de um processo de construção e acumulação histórica. Tomando como referência a fala da autora, demonstramos a necessidade do uso da cultura material enquanto materialidade resultante de um processo de acúmulo cultural, sendo fundamental dentro da história sociocultural. Sob essa perspectiva, a cultura nada mais é do que uma forma de expressão e tradução da realidade que, por sua vez, é feita de forma simbólica. As práticas culturais presentes nas coisas, práticas e objetos podem ser vistas como maneiras que os homens encontram de ajustar a realidade do mundo às formulações explicativas para dar conta desse mundo.

[...] uma expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa (Pesavento, 2014. p. 15).

As discussões ventiladas pela Nova História Cultural sobretudo as relacionadas ao estudo do passado, não nos deixa dúvidas em relação ao ponto de observação sob o qual nos debruçamos para o estudo do nosso objeto de pesquisa. Percebemos o nosso objeto, o selecionamos e nos inquietamos quanto ao seu desvelo a partir de questões e problemas que foram pensados e formulados em nosso presente. Felizmente, em razão dos novos aportes teóricos e metodológicos disponíveis, os historiadores

contemporâneos podem fazer uso de um arsenal de métodos, fontes, conceitos e elencar problemáticas que podem ser analisadas e balizadas com o auxílio de outros campos do conhecimento. Dotando-nos, assim, de um arsenal de conceitos e aportes teórico-metodológicos que nos permitem discutir e desvelar os diversos sentidos conferidos, pelos homens do passado, aos objetos e monumentos nos mais diversos contextos e tempos históricos.

Destacamos que a História Cultural, ou a Nova História Cultural é, certamente, a principal herdeira da História das Mentalidades, bastante alinhada àquela feita pelos historiadores dos *Annales*. No entanto, ela vai além, desprendendo-se dos *Annales* e estabelecendo diálogo com outras correntes historiográficas, de pensamentos e de ferramentas metodológicas. Resultando em uma história das representações e das práticas com uma forte interdisciplinaridade que, inevitavelmente, coloca o monumento no debate historiográfico pelo que representa enquanto prática e representação (Correia, 2017. p. 173).

O historiador Jacques Le Goff (2012, p. 509-523) sustenta que toda a transfiguração do documento em monumento, é justamente a sua relação e utilização pelo poder. Essa dita transfiguração em monumento está nos usos que lhes foram conferidos em uma dada conjuntura sociocultural. Tomando como base esse aporte teórico, defendemos que a cultura material remanescente da Mata Sul pernambucana, além de ser resultante de modelo de sociedade, caracteriza-se em fontes documentais basilares para o desenvolvimento deste trabalho. É importante que se diga que, para além da materialidade histórica que esses tipos construtivos carregam consigo, eles são espelhamentos de como aquela sociedade via-se e representava a si mesmo. Assumindo assim, uma dimensão simbólica que contribuía para replicação e legitimação do sistema de dominação ali perpetrado pelos grupos e instituições que os representavam.

Pierre Nora defende que qualquer identidade significativa, de tipo material ou ideal, resultante da vontade humana em um determinado tempo, torna-se um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade. Assim, o uso da cultura material enquanto fonte documental na pesquisa em História é resultante de um conjunto de discussões que entendem o monumento enquanto lugar de memória. Sendo esses monumentos decorrentes da materialização da relação entre a memória e a própria história, buscam acordar memórias na medida em que os grupos sociais e os sujeitos individualmente se relacionam com essa memória (Correia, 2017, p. 174). Portanto, essa discussão é um dos pressupostos-chaves, tomado de empréstimo da Nova História

Cultural, que corroboram para a análise da utilização da cultura material da Mata Sul enquanto fonte de pesquisa para o entendimento das relações simbólicas que legitimavam e fomentavam as relações sociais de poder e dominação presentes naquela sociedade.

Sobre as fontes, José de D'Assunção Barros (2019, p. 130), destaca que “tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano”. Em outro trecho ele delinea os diversos tipos fontes de pesquisa histórica, desde as tradicionais até as novas categorias de fontes, hoje acessíveis ao pesquisador:

[...] são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade um dia vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador. Incluem-se como possibilidades documentais desde os vestígios arqueológicos e outras fontes de cultura material (a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana) até representações pictóricas e fontes da cultura oral (testemunhos colhidos ou provocados pelo historiador (Barros, 2019. p. 130).

Essas fontes, as antigas áreas de assentamento colonial da Mata Sul, seja nos sítios urbanos ou nas áreas rurais, ainda são detentoras de importantes monumentos e documentos remanescentes dos primeiros séculos de colonização na região. Esses vestígios do passado, é importante que se diga, foram implantados ao longo dos diversos momentos que caracterizam a ocupação daquele espaço. Logo, teremos construções e, ou também vestígios arqueológicos de tipos construtivos que transitam entre os séculos XVI e XVIII.

Essa arquitetura possui características ocupacionais que a empresa colonial assumirá ao longo dos séculos. Há, assim, uma concentração no núcleo da sede, de trabalhadores livres e na área rural, a aristocracia canavieira e os escravos, o que resultou, por sua vez, no campo, uma maior concentração do acervo histórico (Santos, 2012. p. 33). Apesar do desenvolvimento alcançado pelas vilas açucareiras e da presença de escravizados também nos núcleos urbanos da região, boa parte dos trabalhadores escravizados foi empregada na produção açucareira e, em menor número, em outras atividades agrícolas a ela subordinadas.

Sobre isso, as contribuições trazidas na obra de Roberto Lobato Corrêa ajudam no processo de reflexão acerca das relações existentes no passado entre o espaço urbano

e os tipos construtivos das vilas açucareiras. O autor demonstra que o espaço urbano é definido como um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si; demonstrando ainda que o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (Corrêa, 1995).

Portanto, para além de sua organização espacial, esse espaço é dotado de sentidos múltiplos que dialogam com o momento histórico em que foram concebidos. Funcionando, de certa maneira, como agentes de legitimação, reprodução ou de contestação da ordem estabelecida pelos grupos dominantes. O autor demonstra que a urbes, que tem a sua origem relacionada às práticas capitalistas, é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social tem importância básica.

Essa percepção nos permite desvelar como se processava a hierarquização e os motivos que faziam com que um determinado tipo construtivo fosse preferencialmente implantado em determinados lugares em detrimento de outros. Eram, portanto, hábitos construtivos que dialogavam com processos socioculturais próprios de uma dada conjuntura histórica que, por sua vez, estabeleciam funções e maneiras de construir a serem empregadas na edificação dos partidos arquitetônicos característicos de uma da sociedade, atividade econômica, práticas religiosas, ações políticas entre outros.

Outra discussão importante trazida por Roberto Lobato Corrêa (1995) se processa em torno do debate a respeito das formas pelas quais os detentores do capital ajudaram a moldar e a estruturar o lugar que cabia a cada grupo dentro da sociedade colonial. Esse entendimento, aliado às discussões sobre o papel da cultura material dentro desses arranjos, é crucial para aprofundar as discussões aqui tecidas. Em sua obra, o autor pondera que há três forças básicas que estruturam as classes sociais: uma força primária, capital e trabalho; uma força residual, contato entre um modo de produção dominante e subordinado; forças derivativas, que emergem devido às necessidades de preservar os processos de acumulação de capital através de inovações tecnológicas e controlar as mudanças na organização social.

Nesse processo, de acordo com Roberto Lobato Corrêa (1995) se dava o controle sobre a mobilidade social através da criação de barreiras que tinham por finalidade impor uma maior vigilância aos grupos sociais subalternos. Some-se a isso a dupla função que as construções detinham: abrigar as instituições sociais de poder de

sua época e representar política e culturalmente as estruturas de poder que moldaram aqueles espaços no passado.

De acordo com Milton Santos (2012, p. 72), a paisagem durante a predominância de um determinado tipo de produção é reorganizada para atender as necessidades e demandas dessa produção, pois diz que: “os instrumentos de trabalho imóveis tendem a predominar sobre os móveis e a ser a condição do uso destes. Estradas, edifícios, pontes, portos, depósitos etc. são acréscimos à natureza, sem os quais a produção é impossível”. Ou seja, podemos trabalhar com a ideia de que os partidos arquitetônicos típicos dentro do contexto dos engenhos e povoados açucareiros figuravam como instrumentos de trabalho e de acumulação de capitais imóveis. E, portanto, foram concebidos e incorporados à paisagem do mundo açucareiro com vistas a atender as necessidades de produção. E que, por outro lado, passaram a figurar como modificadores dessa mesma paisagem na qual a sua materialidade era imposta.

De acordo com Ana Fani Carlos (1996), o lugar traz em si uma íntima interconexão com os movimentos históricos, haja vista que se configuram em importantes estudos e interpretações do passado:

[...] o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível pressupomos que a memória, enquanto elo de interpretação do passado, deve ser compreendida como voz e a imagem do acontecido.

Ainda sobre o tema, Pedro Funari (1993) afirmar ser natural que o estudo da cultura material e da educação sejam atividades inter-relacionadas, já que a cultura material consiste em uma importante ferramenta na criação de consciência, no desenvolvimento do intelecto e na construção da cidadania do sujeito, na medida em que se trata da cultura corriqueira, da cultura cotidiana. Assim, o autor sustenta que “o mundo material oferece um terreno particularmente apto à compreensão da materialidade das relações sociais e suas raízes históricas”.

[...] o nosso próprio cotidiano apresenta a importância da cultura material para as sociedades. Os objetos que compõem nossa casa, nosso vestuário, os meios de transporte que utilizamos, os diferentes instrumentos utilizados para higiene, comunicação, trabalho, registro e proteção, entre tantos outros, dão mostra não só da dinâmica individual de nossas vidas como também os meios sociais nos quais transitamos cotidianamente.

Notamos que Silva Abud e Alves (2013, p. 11) discorrem sobre o tema, na mesma linha de análise dos autores supracitados anteriormente:

Ensino de História em experiências significativas os artefatos concebidos e utilizados pelos seres humanos constituem importante meio de preservar a memória, reconstruir a História e proporcionar às gerações que se sucedem a Seminário Internacional de Cultura Material e Arqueologia. Vol. 1, 2017. Possibilidade de construir consciência da trajetória histórica de sua sociedade.

Entendemos, portanto, que os lugares detêm em si aspectos políticos, econômicos e sociais que só podem ser lidos por meio de olhares atentos. Eles trazem consigo toda uma representatividade simbólica que os interligam à cultura material ali implantada ao longo dos mais diversos processos históricos. Por esse motivo, tornam-se peças-chave para o entendimento e análise da atmosfera sociocultural em que determinados tipos construtivos foram edificadas no passado. Supõem-se, dessa maneira, que os espaços, lugares, memórias precisam ser interligados, para que possamos conferir inteligibilidade a leitura do papel sociocultural da cultura material nos seus mais diversos contextos históricos.

De acordo com Agnes Heller, a cultura material ganha cada vez mais relevância na pesquisa histórica e no ensino de história. O uso da cultura material no ensino de história desnuda a importância dos objetos no cotidiano das pessoas, seus diferentes usos e as mudanças e permanências nas relações sociais e culturais das sociedades. Ajudando, assim na reflexão acerca da dimensão histórica dos objetos criados e produzidos pelos seres humanos na cotidianidade de diferentes temporalidades (Santana, 2023, p. 221-222).

O estudo e problematização da cultura material dentro do ensino de história, além de ser fonte privilegiada para o estudo de sociedades e de sujeitos em que o documento escrito nada pode revelar, pode também contribuir para a compreensão das relações sociais presentes no cotidiano das pessoas em diferentes temporalidades. A propósito, o cotidiano sempre foi tido como o lugar comum, da reprodução, da repetição. É, inclusive, no cotidiano que se revelam experiências significativas de continuidade. Assim, o normal e o espontâneo, o comum do cotidiano, representa aquilo que é pertencente a todos. Assim como colocou Agnes Heller quando diz que “a vida cotidiana é a vida de todo ser humano. Todos a vivem, sem nenhuma exceção” (Heller, 2008, p. 31).

1.2 – Fontes

Os levantamentos topográficos dos tipos de partidos arquitetônicos encontrados nas regiões açucareiras, as peculiaridades da arquitetura colonial da região, os usos e estados de conservação daqueles bens, podem ser analisados nos trabalhos desenvolvidos pelos seguintes arquitetos e pesquisadores: José Luiz da Mota Menezes (1984), que a partir de inúmeras pesquisas de campo a respeito da arquitetura colonial urbana e rural nos legou um inestimável acervo acerca do conhecimento da memória e patrimônio arquitetônico colonial de Pernambuco; German Bazin (1956), cujo trabalho mapeou e classificou inúmeras igrejas e capelas coloniais brasileiras; e Geraldo Gomes (1997), que mapeou e tipificou os bens arquitetônicos mais comumente encontrados nos engenhos açucareiros da Zona da Mata pernambucana entre os séculos XVI e XIX. São obras de grande importância uma vez que delineiam e norteiam o nosso campo de estudo a respeito das características e tipificações dos bens materiais que se inserem em nosso recorte temporal.

Destacamos ainda, a dissertação de mestrado de Shirley Martins Santos (1995), a qual realizou um mapeamento e leitura da cultura material dos engenhos açucareiros do Cabo de Santo Agostinho instituídos ao longo dos séculos XVI e XVII, e o meu trabalho de conclusão de mestrado, no qual busquei discutir o processo de colonização e implantação da empresa colonial da Vila de São Miguel do Ipojuca, entre os séculos XVI e XVIII, problematizando, nesse ínterim, as peculiaridades da cultura material inserida na região (Santana, 2014). Os trabalhos citados, além de contribuírem para o entendimento dos aspectos arquitetônicos, materiais empregados, usos e a ocorrência de determinados modelos construtivos naquela região, são obras que contribuíram para que compreendêssemos como aquele patrimônio se inseriu, sob a perspectiva cultural, na Mata Sul no passado. Dessa maneira, eles nos auxiliaram em nossa abordagem do tema e na compreensão da sua singularidade histórica e arquitetônica no presente, sendo esses aspectos de grande relevância para a construção de elementos que discutem a proteção daqueles bens.

A partir desses estudos defendemos ser possível analisar o papel das casas senhoriais, das construções destinadas aos grupos nomeados de subalternos, das construções religiosas ou fortificações, do ordenamento do espaço físico dos engenhos, dos povoados e vilas açucareiras. A análise nos permite observar, de certo modo, a

divisão dos poderes temporais, religiosos e como se davam os arranjos sociais no mundo açucareiro, por meio do estudo do modo de implantação e dos usos conferidos às construções que os representavam materialmente. Ademais, acreditamos que outros tipos construtivos como as senzalas, moitas e arruados também detinham um importante papel social para o ordenamento daquele ambiente, já que se configuravam como importantes espaços de sociabilidade, resistência, conflitos e negociações entre os diversos grupos sociais que ali habitavam.

A respeito do conceito de “mundo açucareiro” que é bastante utilizado ao longo desta obra, é importante esclarecer que nos apoiamos em abordagens de pesquisadores como Gilberto Freyre, Stuart Schwartz, Manoel Correia de Andrade e Sidney W Mintz. A este respeito, o conceito de "mundo açucareiro" refere-se ao sistema econômico e social que se desenvolveu em torno da produção de açúcar, especialmente no período colonial, com ênfase nas plantações de cana-de-açúcar e nas estruturas sociais e econômicas que sustentaram essa indústria. Esse conceito é particularmente relevante para o estudo da colonização das Américas pelos europeus, incluindo as regiões do Brasil, Caribe e parte do sul dos Estados Unidos.

Gilberto Freyre, em sua obra “Casa Grande & Senzala”, abordou alguns aspectos que caracterizam o mundo açucareiro descrevendo o impacto do sistema de engenhos de açúcar na formação da sociedade colonial brasileira e destacando como esse sistema influenciou as relações sociais, econômicas e culturais. Em sua vasta pesquisa, ele examinou a interação entre senhores de engenho, escravizados africanos e indígenas, e como essa dinâmica moldou a cultura e estrutura social do Brasil colonial (Freyre, 2006).

Stuart B. Schwartz em sua obra “As plantações de açúcar na formação da sociedade brasileira: Bahia, 1550-1835”, discute e explora como se organizava a estrutura e funcionamento das plantações de açúcar no Brasil colonial, com foco na Bahia. Em sua análise, ele desvela como se operava a organização econômica, a exploração da mão de obra escravizada e o impacto do comércio de açúcar na sociedade colonial. Demonstrando, em seus estudos, como toda a sociedade era moldada a partir das relações de mando e poder dos grupos dominantes que se forjaram a sombra da indústria açucareira (Schwartz, 1985).

Por sua vez, o Manuel Correia de Andrade em sua obra "A Terra e o Homem no Nordeste", aborda o desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro com ênfase na produção açucareira. O autor examina e demonstra como o ciclo da cana-de-açúcar

influenciou a economia regional e a organização do espaço rural, bem como as implicações sociais e ambientais dessa atividade (Andrade, 1980).

Já Sidney W Mintz em sua obra "Doçura e Poder: O Lugar do Açúcar na História Moderna" oferece uma perspectiva global sobre a produção de açúcar, explorando seu papel na formação do sistema econômico mundial. Ele investiga como o açúcar influenciou as relações comerciais, a escravidão e as economias coloniais. Mintz, por meio de uma integração criativa entre Antropologia e História, coloca a produção e o consumo do açúcar no centro dessa relação, oferecendo *insights* valiosos sobre a sociedade e a economia do Brasil e do mundo atlântico (Mintz, 1985).

Esses autores, de maneira geral, discutem como a indústria açucareira contribuiu substancialmente para moldar as relações econômicas, políticas, sociais e culturais nas sociedades nas quais ela se tornou a atividade econômica dominante. O conceito utilizado “mundo açucareiro” é particularmente relevante para o estudo da colonização do mundo colonial açucareiro pelos portugueses. Nesse contexto, o açúcar desempenhou um papel fundamental na economia, na formação das classes sociais e nas relações de poder. Caracterizando um sistema de dominação em que o açúcar e a escravidão estavam intrinsecamente ligados nas plantações e nas fábricas dos engenhos, deixando um legado duradouro na história e nas vidas dos agentes sociais que viviam sob o seu domínio, fossem eles livres ou escravizados.

1.3 – Metodologia da pesquisa

Em nossa abordagem metodológica levamos em consideração que a construção do território e da sociedade colonial no Novo Mundo realizou-se, segundo diz Serge Gruzinski (2001. p. 91), ao tomar como referência em seus estudos as relações socioculturais em voga na Península Ibérica, ensejando o surgimento de uma estrutura do tipo europeu na constituição da sociedade colonial. Essa ocidentalização, como sugere o autor, foi a um só tempo material, política, religiosa e artística. Portanto, o uso dos espaços físicos e a interpretação das relações de poder entranhadas, no cotidiano do mundo açucareiro, precisam ser realizados à luz de uma lógica maior, ou seja, o sucesso do empreendimento colonial na América açucareira portuguesa.

Com este olhar de interação que transita entre as esferas macro e micro é que podemos tecer uma análise mais aprofundada das relações de poder representadas pelas construções que são objeto de estudo neste trabalho. Empregamos, ainda, enquanto

metodologia desta pesquisa, o estudo integrado entre a cultura material – nesse caso, esclarecemos que o uso da cultura material não se restringiu ao estudo dos monumentos em si, mas também ao estudo dos documentos escritos, que não deixam de ser bens materiais. Problematicamos os usos que eram dados aos espaços geográficos e como eles eram utilizados dentro da lógica de dominação perpetrada pelos grupos dominantes daquela época. A este respeito, Milton Santos (1996) sustentava que a principal forma de relação entre o homem e o meio é dada pela técnica, sendo estas técnicas um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.

Em nossa abordagem metodológica, a compreensão das relações de poder, a autoridade, a legitimação e a resistência presentes nesses espaços foram analisadas a partir da configuração física dos engenhos, fortificações, sítios urbanos e instituições religiosas e da disposição dos seus partidos arquitetônicos, que, em nossa perspectiva, representavam, de certa forma, as instituições, a sociedade da época e o desejo de ordenamento de um mundo tão presente no imaginário barroco do período (Silva, 2010, p. 71). Para que isso fosse possível, o uso da Nova História Cultural foi primordial para a nossa pesquisa, uma vez que essa linha vem oferecendo importantes contribuições para a renovação das correntes da História e dos campos de pesquisa, multiplicando, ao mesmo tempo, as possibilidades de temas, abordagens metodológicas, objetos e fontes.

A ideia de imaginário, aqui proposta, se configura como um conjunto de formas discursivas e imagéticas, que pode tanto possibilitar a coesão quanto o conflito, uma vez que por meio de sua rede simbólica forja ressonâncias ou desconstrói o horizonte das formações sociais, em um contínuo processo de atualização e ressignificação. Portanto, atua como um construtor social de sentidos, que tanto pode fornecer suporte a estrutura de poder vigente como, ao contrário, agir como uma potente força de alteração da realidade.

A este respeito, Swain (1994, p. 52) sustenta o seguinte:

o imaginário opera, portanto, em dois registros: o da paráfrase, a repetição do mesmo sob outro invólucro; e o da polissemia, na criação de novos sentidos, de um deslocamento de perspectivas que permite a implantação de novas práticas. Assim, o imaginário, em suas duas vertentes, reforça os sistemas vigentes/instituídos e ao mesmo tempo atua como poderosa corrente transformadora.

Por outro lado, o conceito de barroco abordado neste trabalho é tratado por Kalina Vanderlei (2021, p. 33); a pesquisadora argumenta que:

O conceito de barroco possui significados mais amplos do que apenas sua caracterização como estilo artístico. Significados que envolvem o estudo do imaginário e das mentalidades. Tal abordagem tem grande relevância para o estudo das mentalidades e da cultura popular contemporânea em diversas regiões brasileiras, pois muitos de nossos costumes atuais são herança direta do Barroco colonial: o preconceito ainda existente contra o trabalho braçal e contra quem o executa; os grandes investimentos de dinheiro público em carnavais e festividades como forma de apaziguar as inquietações populares; os gastos pessoas com roupas e aparências, muitas vezes maiores do que o possibilitado pelas rendas familiares.

Ainda sobre isso, a autora defende que todas as práticas delineadas acima, referentes ao passado ou ao tempo presente em nossa sociedade são heranças da mentalidade barroca vigente no período colonial. Inclusive, o estudo dessas práticas é fundamental para o entendimento de muitas das tradições populares atuais, que vão de festas populares como o carnaval, até festas e tradições regionais, como as festividades juninas no Nordeste. Entender, portanto, como essas dinâmicas sociais se davam no passado foi fundamental para o desenvolvimento desta tese.

Diante do exposto, buscamos tecer um diálogo entre as representações simbólicas desses bens culturais, a partir das discussões de Pierre Bourdieu, que analisa as práticas cotidianas enquanto práticas estabelecidas pela sociedade. Por outro lado, enquanto as fontes utilizadas neste trabalho remetem ao estudo e análise dos monumentos remanescentes do mundo açucareiro, nos debruçamos sobre as discussões tecidas por Jacques Le Goff a respeito do documento/monumento, em que o autor nos aponta quais são as ações necessárias para o pleno desenvolvimento desta abordagem. Discutimos a relação e importância dessas construções no tempo presente sob a teoria de análise de Pierre Nora em sua obra *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Buscamos, assim, agregar uma discussão abarcando todas as variáveis possíveis que possam ser fornecidas por estas linhas de abordagem (Le Goff, 2005).

O estudo e a problematização da obra *O poder simbólico*, de Pierre Bourdieu, nos ajudou a estabelecer uma relação entre as construções de Mata Sul e as relações de poder que esses bens endossavam no seio daquela sociedade colonial. Assim, para compreendermos essas relações de poder, devemos percebê-las, como bem frisa o autor, “onde ele se deixar ver” e aqui apontamos: a casa forte, a casa de produção, a capela, a senzala e a igreja como representantes desse poder visível. Por outro lado, o

modo como esses partidos arquitetônicos eram dispostos visava atender as estratégias de reprodução e de reforço do poder da classe dominante, em que claramente se percebe o estabelecimento de distinções hierárquicas, sendo evidente o discurso ideológico. Para Bourdieu (2007), o poder simbólico é um poder de construção de uma realidade que tende, ao mesmo tempo, a estabelecer uma ordem.

A fala de Lynn Hunt (1995) corrobora com essas colocações ao dizer que: “ao focar na cultura, direciona o seu trabalho para o desvelamento da ‘lógica’ específica dos bens culturais onde indica os meios de apropriação desses bens”. A análise de como se dava a apropriação desses bens pela sociedade da época e como isso legitimava o poder das classes dominantes foi uma das problemáticas discutidas ao longo desta pesquisa.

Outra importante abordagem teórica aqui empregada foram as discussões tecidas por Jacques Le Goff. Ele nos indica o processo pelo qual o documento se transfigura em monumento. Sua obra foi imprescindível para o nosso trabalho, pois além do uso de fontes manuscritas e afins, nossa pesquisa documental se assentou, sobretudo, na cultura material (as construções dos engenhos e vilas açucareiras). O autor nos ajudou a perceber a abrangência do conceito de documento, que, segundo ele, abarca tanto o que hoje chamamos de cultura material quanto imaterial.

Essa discussão é importante, pois nos deixa mais à vontade quanto ao uso de novas fontes documentais, como partidos arquitetônicos, livros de tombo, material iconográfico, mapas e manuscritos. O pesquisador nos aquietou o peito ao nos ensinar que a História se faz “com tudo o que, pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a sua presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (Le Goff, 2005, p. 450). O historiador demonstra, ainda, a importância da metodologia quanto ao manuseio dessas fontes, na medida em que discute como as fontes documentais devem estar interligadas entre si, a importância de realizar a crítica em relação às condições em que determinado documento fora produzido, as relações de poder intrínsecas a este processo e a crítica interna que deve ser feita ao próprio documento.

Françoise Choay (2006), em *A alegoria do patrimônio*, trabalha um novo olhar dirigido à organização dos espaços urbanos e seu patrimônio histórico. Em seu livro são apontados os bens culturais edificados nas cidades, como casarios e igrejas. Para o nosso projeto de pesquisa, destacamos, principalmente, a discussão que ela estabelece a respeito da invenção do patrimônio urbano, em que destaca os conceitos de patrimônio, monumento e cidade histórica. Além disso, a autora procura esclarecer a necessidade do

conhecimento do meio ambiente para compreender a formação dos espaços urbanos. A abordagem da autora foi de substancial relevância para nossa pesquisa, uma vez que buscamos, ao longo do trabalho, associar a cultura material resultante das relações socioculturais presentes na época de sua concepção às condições materiais do espaço físico onde foram implantados.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA MATA SUL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOECOLÓGICAS NA REGIÃO OCASIONADAS PELA EMPRESA COLONIAL AÇÚCAREIRA

Jaboatão dos Guararapes, até Porto Calvo, no atual território do Estado de Alagoas. É importante que se diga, ainda, que os municípios de Jaboatão, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que na atualidade constam como pertencentes à Região Metropolitana do Recife fazem parte do que era chamado de Mata Sul de Pernambuco.

No intuito de fomentar a reflexão a respeito da importância do meio ambiente para a inserção nas práticas econômicas e sociais que se consolidaram, na Mata Sul, após as campanhas de conquista apresentamos as discussões de Marcos Escobar (2014, p. 32) que conceitua o ambiente como um espaço complexo, pois contém o ar, o solo, a água, as plantas, os animais e o homem, com todas as condições econômicas e sociais que influenciam a vida das espécies em geral. Conforme Escobar, “deste ambiente depende a vida, em especial, a dos seres humanos”. Conforme a análise do supracitado autor, no ambiente estão todas as construções, equipamentos, estruturas e objetos feitos pelo homem, assim como sólidos, líquidos, gases, odores, cores, calor, sons, vibrações, radiações e ações resultantes das atividades humanas e naturais.

Marcos Escobar e José Aguiar sustentam que o meio é constantemente impactado, exigindo cuidados, ponderações e conhecimentos. Trata-se, então, de um espaço geográfico simultaneamente natural, social, econômico, político e cultural, lugar que contém todos os seres vivos em interação. É onde se desenvolvem as atividades humanas, dos animais e vegetais, oferecendo condições para essa dinâmica natural e social. São espaços com sucessivas transformações, com modalidades de apropriação, usos variados, degradações, ou que as normas exigem que sejam conservados e preservados (Escobar, 2014, p. 32).

A esse respeito, Moraes em seu livro *Meio ambiente e ciências humanas*, destaca que o termo *ambiente* significa o “território, alvo de políticas não só ambientais como territoriais. As questões ambientais se ampliam para sociais e territoriais, incluindo as interações entre a sociedade e a natureza” (Escobar, 2002. p. 59). O pesquisador defende que o aspecto ambiental é mais um fator a ser considerado na modelagem do espaço terrestre. Por outro lado, na ótica de Bertrand, o conceito de meio ambiente “se define em relação a alguma coisa, portanto, está impregnado de um sentido ecológico” (Escobar, 2014, p. 32).

Ainda sobre o tema Aliata e Silvestri indicam que a ideia de ambiente ou meio apresenta raízes científicas (Aliata; Silvestre, 1994, p. 118). Para estes autores, a origem histórica desta noção está vinculada à biologia, tendo sido introduzida nesta área de conhecimento, pela mecânica newtoniana. Em seu desenvolvimento histórico, no

entanto, o conceito perde suas concepções iniciais, e assume um conceito de “unidade de diversas manifestações entre si relacionadas, sistema, nos termos que o estruturalismo o redefiniu” (Aliata; Silvestre, 1994, p. 29).

O ambiente pode ser entendido, sob essa perspectiva, como algo externo ao homem, cuja preocupação estaria em compreender o funcionamento dos sistemas naturais. Ou, incluir o homem, neste caso, “em uma única esfera cuja chave principal de leitura está constituída por processos naturais” (Aliata; Silvestre, 1994, p. 71). Para estes geógrafos, a ideia de ambiente elimina, por conseguinte, toda a contradição e neste particular a tensão essencial, qual seja, a de ser o homem sujeito. Ambiente, para esses dois autores, contrapõe-se à paisagem, embora esta também tenha se transformado no tempo, tendo sido apropriada por outras definições como meio, hábitat e ecossistema, todas elas designando o mundo exterior ao homem.

A paisagem concebida, como integração orgânica, tem na sua origem um diferencial, que está na sua marca inicial, a arte. Nesse sentido, a paisagem acentuaria a tensão, como definiu Suertegaray (2002). Em um contexto histórico, cabe mencionar que há também em relação à Geografia uma naturalização do homem, seja no conceito de paisagem, como no de ambiente. Porém, Carlos Walter Porto Gonçalves (1996), na sua crítica às tradicionais conceituações de meio ambiente, apresenta uma visão de ambiente integral, ou seja, considerá-lo nas suas múltiplas facetas, não sendo mais possível conceber ambiente como equivalente a natural. O ambiente por inteiro, como o autor se refere, implica em privilegiar o homem como sujeito das transformações, sem negar as tensões sob as mais diferentes dimensões.

Relaciona-se com o equilíbrio na interação e influência recíproca entre sociedade e natureza presente na análise e nas reflexões sociológicas empreendidas por Gilberto Freyre em seus estudos, e pelas proposições socioespaciais que decorrem desse emaranhado de postulações. Pode-se dizer que este é um dos objetivos centrais de Froehlich, ou seja, trazer à tona todas essas considerações para que possamos desenvolver um pensamento mais crítico e aprendermos a relacionar natureza e sociedade de forma eficaz, a fim de enveredarmos em nossos estudos sendo capazes de dialogar com as múltiplas interdisciplinaridades possíveis.

De tal forma, vê-se que *Casa-grande & Senzala* (Freyre, 2006), para além do estudo sociológico da formação do que hoje constitui-se Brasil, a esse respeito, segundo José Marcos, apresenta aspectos interpretativos mais eficazes em época, haja vista que, o mesmo decorre de uma interação ambiental que se relaciona com aspectos sociais.

Como é apontado por Pádua (2010), “a história ambiental surge de fatores sociológicos, além da nova construção epistemológica, ou seja, das novas maneiras de pensar a partir das influências dos Annales”. No entanto, é importante destacar que o estudo da obra também emergiu a partir de critérios sociopsicológico, socioecológico e histórico-sociológico. Elementos que conversam no processo de entendimento da relação entre ecologia e sociedade.

Froehlich (2017), através da noção de “espaço social”, busca compreender um conjunto de regiões e áreas geográficas, étnicas e culturalmente diversas para compor o projeto final de suas ideias. Nesse prisma, é possível observar a interdisciplinaridade presente em seu método, já que tal estudo exigiu incursões em outros campos do conhecimento, a exemplo disso, podemos citar botânica, Patologia, Psiquiatria, Geografia e tantos outros. Assim como também, no que diz respeito às fontes científicas analisadas, ou seja, a documentação antropológica, sociológica, histórica, psicológica, geológica e tantas outras que foram necessárias para a elaboração de um trabalho como esse.

Sendo assim, o foco em sua obra não se dá apenas porque ela tem uma grande expressão nos estudos de sociologia, mas sim, porque se constitui como sendo o primeiro trabalho que postula as noções de elementos ambientais/ecológicos na perspectiva sociológica do autor. Ainda de acordo com Froehlich (2017), “a passagem de cunho ambientalista em suas produções, ilustra a importância de tal preocupação em sua trajetória intelectual”. Nesse sentido, é notório que a recorrente menção dos aspectos desta temática ilustra melhor a compreensão dos processos peculiares ligados a formação da sociedade colonial brasileira. Tal é a diferença ao traçar uma pequena comparação com outros estudos, já que, entre os principais clássicos da historiografia brasileira, *Casa-grande & Senzala* é o único que dá uma significativa relevância ao trato de aspectos ambientais e ecológicos.

É conspícuo que em sua obra Freyre aborde diversos elementos ecológicos, os quais dizem respeito à derrubada das florestas e, também, à questão da monocultura, buscando compreender melhor o panorama social do processo de formação da sociedade brasileira em época. O clima também é um dos elementos analisados, o qual se mostrará antagônico quanto ao determinismo, mas o autor aponta a sua importância como “componente de influência sobre os espaços sociais”. Nesse sentido, Froehlich (2017) sustenta que é impossível negar a influência que o mesmo exerce na formação e

no desenvolvimento das sociedades, pelos efeitos imediatos sobre os homens. Nas suas palavras:

O clima é discutido, então, através das relações que se pode estabelecer com a predisposição a doenças, com os recursos naturais disponíveis, com a capacidade de trabalho, com a orientação que toma a influência modificadora do homem em termos de desenvolvimento de tecnologias e condições de vida etc. O clima é uma variável diferenciadora por excelência nas trajetórias sociais de ocupação dos espaços físicos, quer sejam estes temperados, glaciais, tropicais etc.

Desse modo, é a partir do aspecto climático que Freyre confronta o ambiente e o modelo de sociedade ali instalada. A menção e posterior discussão dos fatores ambientais se devem às influências nos comportamentos da sociedade, como o fator climático que interage com a terra produtiva, e a tomada de decisões pelas pessoas que analisam, por exemplo, as possibilidades de interferências no processo produtivo: “nos homens e nas sementes que eles plantam, nas casas que edificam, nos animais que criam para a sua subsistência e nos produtos úteis para o seu bem-estar”.

De acordo com José Marcos Froehlich (2017), a questão climática da Zona da Mata pernambucana em Freyre é analisada através das relações que se pode estabelecer com a predisposição a doenças, os recursos naturais disponíveis, a capacidade de trabalho, assim como com orientação que toma a influência modificadora do homem em termos de desenvolvimento de tecnologias e condições de vida. Para o autor, o clima se configura como uma variável diferenciadora por excelência nas trajetórias sociais de ocupação dos espaços físicos, quer sejam estes temperados, glaciais, tropicais. O fato de o clima brasileiro ser tropical, portanto, é um dado que deve ser levado em conta na compreensão de nossa peculiar formação histórica, tanto sob as possibilidades positivas que podem se desenvolver como sob as dificuldades aí implicadas.

Por outro lado, observa-se a crítica da monocultura da cana que se encontra relacionada a derrubada da mata, o que causa sérias consequências para a sociedade em época. Tal monocultura latifundiária que devastou a cobertura florestal de quase um terço do território, impiedosamente, atrelada as fortes crises alimentares instaladas na colônia. Nas palavras de Froehlich (2017, p. 34):

No caso da sociedade brasileira o que se deu foi acentuar-se, pela pressão de uma influência econômico-social a monocultura a deficiência das fontes naturais de nutrição que a policultura teria talvez atenuado ou mesmo corrigido e suprido, através do esforço agrícola regular e sistemático. Muitas daquelas fontes foram por assim dizer pervertidas, outras estancadas pela monocultura, pelo regime escravocrata e latifundiário, que em vez de desenvolvê-las, abafou-as, secando-lhes a espontaneidade e a frescura. Nada

perturba mais o equilíbrio da Natureza do que a monocultura, principalmente quando é de fora a planta que vem dominar a região.

Outro elemento natural que cabe aqui destacar, é o rio. Segundo Freyre, os rios maiores possibilitam a dispersão dos colonizadores pelo território através da navegabilidade, já os menores, propiciavam para o sedentarismo rural da colônia. Segundo Froehlich (2017, p. 34):

Tanto mais rica em qualidade e condições de permanência foi a nossa vida rural do século XVI ao XIX onde mais regular foi o suprimento de água; onde mais equilibrados foram os rios ou mananciais aos rios menores, tão mais prestados, falta o estudo que lhes fixe o importante papel civilizador em nossa formação; ligados às nossas tradições de estabilidade tanto quanto os outros.

Nesse sentido, é possível observar que Freyre faz um estudo minucioso de todos esses elementos, delineando suas respectivas importâncias e suas principais características. A exemplo disso, pode-se citar os seus estudos referentes ao Nordeste; onde ele retoma mais uma vez à crítica ácida à monocultura canavieira e a coloca como centro de sua reflexão como sendo o ponto de partida das diversas relações com outros elementos, sendo estes: a terra, a mata, a água, os animais e o homem. Segundo ele, “é impossível afastar a monocultura de qualquer esforço de interpretação social e até psicológica que se empreenda no Nordeste agrário” (Freyre, 1937, p. 38).

Dessa maneira, cabe citar uma das muitas críticas feitas por Freyre no que diz respeito à monocultura. Segundo o autor, seria consequência desse sistema a erosão dos solos e do esgotamento das fertilidades naturais das terras. “O desaparecimento daquela vegetação de ‘mata adstringente’ das margens dos rios... E logo daquela terra, tão nobre e tão doce” (Froehlich, 2000, p. 9). Isso porque, ainda conforme o autor, a qualidade da terra completa a qualidade atmosférica, pois o meio ambiente se encontra interligado e em perfeito equilíbrio. Um elemento que está em crise acaba afetando todos os outros que não estão.

Nessa perspectiva, pode-se citar o equilíbrio ambiental e o planejamento espacial trabalhado por Freyre, intitulado de “rurbanização”. Segundo Froehlich (2000), “este é um trabalho preocupado em refletir e elaborar propostas de planejamento e ordenamento para os diferentes espaços físicos sociais, à luz da compreensão socioecológica dos fenômenos ali recorrentes”. Desse modo, apontando para uma condição de maior equilíbrio ambiental. Freyre então propugna a harmonização entre

dois contrários: o rural e o urbano. Partindo do pressuposto de desequilíbrio ecológico, que acarretam impactos na sua relação com o meio ambiente, a proposta seria colocar em prática a organização e o planejamento dos espaços físicos e de produção, a fim de diminuir esse desequilíbrio.

Dessa maneira, esse método estaria dentro da “rurbanização” (Froehlich, 2000), favorecendo o estudo integrado dos estilos de vidas mediante os avanços científicos e epistemológicos. E pode-se concluir que Freyre buscou, em seus estudos, um projeto de desenvolvimento e o equilíbrio das atividades e dos espaços sociais. Equilíbrio no aspecto ambiental, social, ecológico, populacional, econômico, político e cultural. Portanto, importante para a História Ambiental e para novas pesquisas.

Segundo Rafael Dantas (2019), Gilberto Freyre ao apresentar o conceito argumentava que a “rurbanização” é “um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdo de uma só vivência regional, valores e estilos de vidas rurais e valores e estilos de vida urbana”. Dessa forma, no mundo açucareiro colonial, havia um imbricamento em níveis tanto econômicos, quanto políticos, culturais e ideológicos entre as áreas produtoras de açúcar e os centros urbanos, desde pequenas vilas e povoados, até núcleos urbanos maiores, como os de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho, Muribeca dos Guararapes, Santo Amaro do Jaboatão, Vila Formosa de Sirinhaém, Vila de São Miguel do Ipojuca e Nossa Senhora de Escada, que foram surgindo graças àquela atividade econômica.

A partir das discussões propostas, analisa-se como a cana-de-açúcar ao longo de mais de quatro séculos caracterizou-se como o carro-chefe da economia da Zona da Mata pernambucana, contribuindo a propósito, para regular a vida social das vilas açucareiras da região. Enquanto cultura preponderante e que impedia a introdução de outros tipos de cultivo em seus territórios, a cana-de-açúcar modificou como pôde a paisagem natural da região, tendo a mesma que se adequar as suas necessidades. Ocasionalmente também a poluição das águas dos rios que cortam seus domínios, bem como devastando parte da mata nativa existente na região. Além disso, os seus beneficiários sujeitaram uma legião de trabalhadores indígenas e africanos a sua vontade, escravizando, humilhando, esfomeando e matando-os em contrapartida do enriquecimento e poder de alguns senhores ávidos por riqueza.

Todo o sentido da colonização era orquestrado com base na monocultura açucareira amparada em um sistema de desenvolvimento econômico altamente injusto e desproporcional, que perdura ainda na região da zona da mata visando o acúmulo de

capitais. Assim, era na Zona da Mata Pernambucana onde estavam concentradas as melhores áreas de plantio de cana por apresentar solos do tipo massapé, ou seja, solos de melhor qualidade, oferecendo nutrientes necessários ao plantio e desenvolvimento e condições climáticas favoráveis, isto é, precipitações acima de 2.000 mm por ano.

Configurava-se, assim, em área bastante cobiçada pelos investidores do negócio do açúcar do reino de Portugal e, sobretudo, para os grupos dirigentes, pois oferecia uma oportunidade de potencializar a exploração do território e gerar uma riqueza que iria favorecer os colonos já estabelecidos. Além de atrair novos substratos populacionais brancos do reino que seriam fundamentais para o aperfeiçoamento e manutenção do modelo de dominação ali perpetrado.

O geógrafo Gean Silva (2013) argumenta que a Zona da Mata recebeu esta denominação ainda no período colonial e esta nomenclatura deve-se ao fato de que os invasores portugueses ali terem se deparado com uma floresta exuberante e botanicamente diversificada. Porém, com o início da exploração dos seus recursos naturais, primeiro por causa da exploração, por parte do governo português, do pau-brasil e, posteriormente, para dar lugar ao povoamento e colonização, com o objetivo de desenvolver a cultura da cana-de-açúcar, as lavouras de subsistência e, a princípio, a criação de gado que posteriormente se deslocou para a mesorregião do Agreste, a floresta sofreu bastante degradação ao ponto de hoje ter perdido boa parte de sua fauna e flora.

Neste recorte, destaca-se a Mata Sul pernambucana, região ao sul de Olinda, então sede da capitania de Pernambuco, que possuía peculiaridades agro ambientais ímpares onde se destacava a exuberância de suas matas, uma fauna silvestre diversificada, seus mares de morros, solos férteis e índices pluviométricos relativamente maiores que o das áreas circunvizinhas. Ela era também conhecida pelos colonos por estar inserida dentro do perímetro da maior várzea de massapé, do que hoje chamamos de Nordeste. Outro elemento que a favorecia era a sua proximidade com os portos naturais das redondezas, principalmente com o porto do Recife. A esse respeito, Lenivaldo Cavalcanti (2009, p. 29) comenta:

O porto do Recife em razão de sua estrutura geográfica, apresentava diversos atrativos. Pois, a formação de arrecifes que protegia a entrada da barra, além de dar nome ao local, se constituía em uma barreira natural que protegia o porto das inquietudes do mar oceânico e ofereciam defesa natural para a região portuária, limitando a entrada dos navios a uma única possibilidade. Era necessária uma grande perícia por parte dos comandantes para que as embarcações entrassem na barra. Porém estando dentro da mesma, o porto apresentava águas profundas e calmas, ideais para o fluxo comercial de carga e

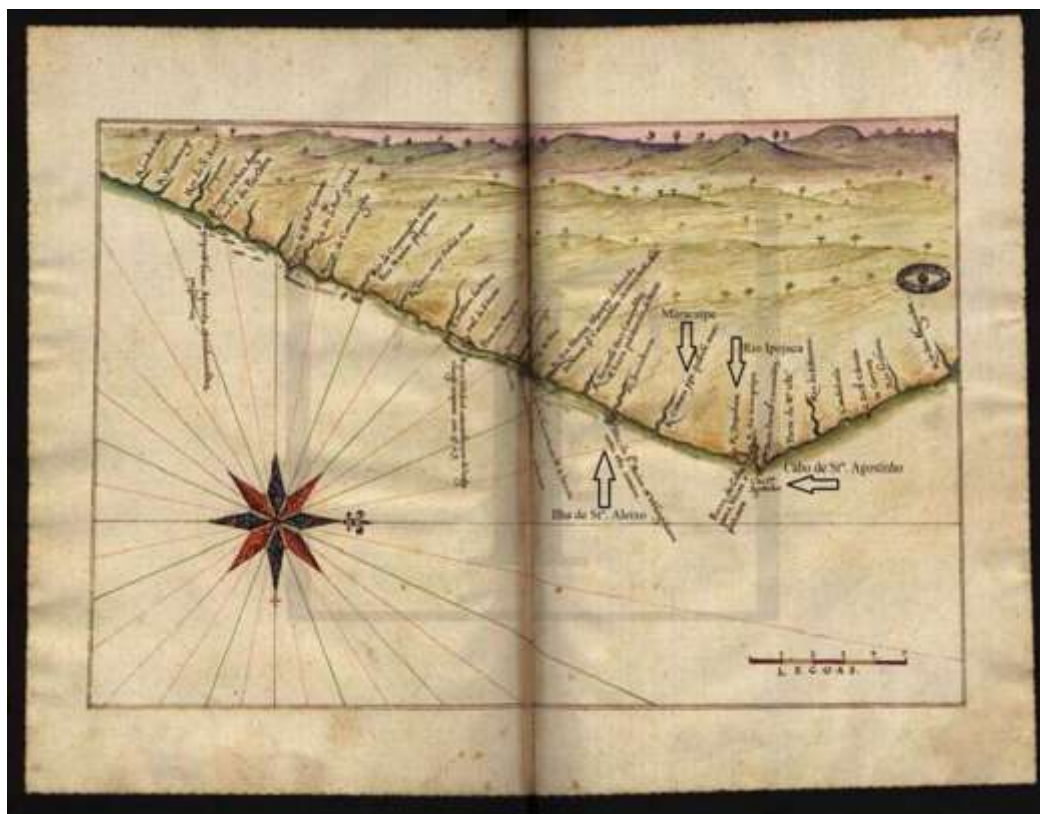
descarga de mercadorias em navios e em grande escala. E por esta razão acabou se configurando como um dos principais portos coloniais da América portuguesa de onde os produtos resultantes da exploração colonial poderiam ser remetidos para Além-Mar.

Recordando que aquele porto era a porta de entrada de produtos vindos da metrópole e de outras regiões do império marítimo português, bem como era a porta de saída de pessoas e, sobretudo, produtos com grande aceitação e valor nas praças europeias. Assim, o porto do povoado de Recife, que pertencia à vila de Olinda era peça-chave para a entrada e a saída de quase tudo o que se consumia na colônia ou que se produzia e exportava para a Europa em termo de gêneros e produtos tropicais com valor para o Estado português e a elite mercantil do Reino.

Segundo Pereira da Costa (1952. vol. 1: 112-114), os arrabaldes da região, hoje chamada de Mata Sul pernambucana, já eram conhecidos por navegadores do século XVI. A esse respeito, alguns cronistas da época fazem referências em seus escritos sobre alguns dos seus acidentes geográficos, sendo o mais citado a enseada do Cabo de Santo Agostinho, em uma documentação do século XVI, datada de março de 1513, onde menciona-se um inquérito judicial sobre os descobrimentos de D. Cristóvão Colombo no Novo Mundo.

Na fala do autor, é dito que o navegador Vicente Yanes Pizon descobriu a ponta do Cabo de Santo Agostinho, ou ponta de Santa Cruz, como alguns chamavam na época. Informa, ainda, que o desbravador chegou a descer à praia da referida ponta cujo nome passou a se chamar Cabo de Santo Agostinho, além de haver feito o reconhecimento de toda àquela costa. Ainda nesta documentação, havia informações detalhadas de um grande rio de água doce que entrecortava a região, cujo acesso se dava pela entrada da ponta do Cabo.

Mapa 3 – Mapa primitivo da costa marítima, litoral e zona canavieira da Mata Sul da capitania de Pernambuco, datado de 1640.



Fonte: João Teixeira (1640), adaptado pelo autor⁴.

Na cartografia do século XVII nota-se que está indicada a entrada do pontal do Cabo de Santo Agostinho e a descrição de vários rios, ilhas e bacias hidrográficas da Mata Sul. Essas são informações relevantes, haja vista que aqueles cursos d'água, durante muito tempo se configuraram como os principais caminhos de acesso às matas e aos engenhos implantados na região. Os rios foram um dos principais caminhos utilizados pelas frentes de ocupação da região. Havendo aquelas “estradas” fluviais prestado enormes serviços a consolidação das conquistas e ao estabelecimento das atividades agrícola agroexportadoras e povoações naquela região. Mesmo após o estabelecimento da estrutura de administração e de produção econômica, os rios continuaram sendo cruciais para o transporte de combatentes, mercadorias, pessoas e envio da produção até o Porto do Recife. Logo, o controle e a utilização das vias

⁴ Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil, Atlas de 1640 de João Teixeira Albarnez. PORTUGALIAE MONUMENTA CARTOGRAFICA, vol. IV; ALBARNEZ, João Teixeira. Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz chamado vulgarmente o Brasil - [s.l.: s.n.], D.L. 2000. - Ed. fac-simile.: Grafispaço - Centro Editorial Gráfico. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – 1640 – PT /TT /CRT /162 – m- 0116 - Litoral Sul de PE.

fluviais das bacias hidrográficas dos rios Jaboatão, Pirapama, Gurjaú, Sirinhaém e Ipojuca foram essenciais para a efetiva posse daquele imenso território. Sendo aos olhos dos conquistadores e colonos portugueses, uma área estratégica para o desenvolvimento socioeconômico da colônia.

Em outro documento, citado por Pereira da Costa (1952. Vol. 1: 134-135), datado de 1520, dava-se conta da saída de uma flotilha do porto de Dieppe, na França, sob o comando dos irmãos Parmentier. Entre as informações ali contidas, constava que a flotilha havia percorrido toda a costa do Brasil, e em Pernambuco recolheu uma carga de pau-brasil. Em suas anotações de viagem, um dos irmãos, João Parmentier, faz uma descrição da terra e suas particularidades. Ainda segundo as informações dadas por João Parmentier, há uma referência ao Cabo de Santo Agostinho, e que classificava o pau-brasil encontrado naquelas paragens da Mata Sul como os de maior e melhor qualidade que havia na costa, além de fazer os usuais elogios aos bons ares da terra, às árvores frutíferas, aos rios navegáveis e à boa qualidade da terra.

Sob a perspectiva política, econômica e defensiva mais pragmática, o desbravamento das densas florestas da Mata Sul fomentava a abertura de uma promissora fronteira agrícola na capitania. Garantindo, assim, a conquista do lastro financeiro e geopolítico para que a empresa colonial pudesse continuar a avançar no território. Se, por um lado, garantiu os insumos necessários para o florescimento da monocultura açucareira naquelas paragens, por outro era garantia de lucros para os grupos que financiavam expedições de conquistas e forneciam os insumos necessários para que os conquistadores e colonos continuassem a avançar no território e combater os povos nativos. Em meados do século XVI, a região passou a ser uma das mais importantes zonas produtoras de açúcar de toda a capitania.

Um debate mais profundo a respeito dos aspectos geográficos não pode cometer o erro de ignorar discussões que são perpetradas em obras de autores como Gilberto Freyre, *Nordeste* (2004); Manuel Correia de Andrade *A terra e o homem no Nordeste* (1998); Warren Dean *A ferro e fogo* (1996); Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins, *Pirapama: um estudo geográfico e histórico* (1984); além da análise crítica de Milton Santos (2012) cujos textos detêm pistas que podem nos ajudar a construir outras perspectivas a respeito dos processos históricos que se deram na região, pois, favorecem a construção de uma visão multifocal da problemática que envolveu a implantação da indústria açucareira naquelas paragens. São obras que fazem uso de uma

análise bastante rica e crítica do processo de ocupação colonial e degradação ambiental infringida às áreas onde predominou a monocultura da cana-de-açúcar.

Alguns elementos textuais que nos foram legados por alguns cronistas dos primeiros séculos da colonização nos ajudam a realizar uma problematização da temática mais alinhada às condições ambientais que se colocavam entre os invasores e a conquista do território. Dessa forma, os textos deixados por aqueles personagens históricos, cronistas e viajantes⁵ trazem relatos sobre a paisagem e o meio ambiente que outrora predominava nas regiões açucareiras do Nordeste da América Portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII. Oferecem-nos um olhar mais realista sobre a dinâmica do avanço das levas colonizadoras naquela área. Sobretudo porque vicejam elementos que nos permitem problematizar e contextualizar as relações socioculturais que fundaram aquele modelo de sociedade baseada na exploração predatória dos recursos naturais e na desigualdade entre as matrizes étnicas e culturais que viriam a ser responsáveis pela formação do povo brasileiro.

Ante o exposto, as relações socioculturais advindas desse processo se tornam peças-chave na discussão deste trabalho onde a geografia local, as mentalidades, as relações socioculturais, a arquitetura, as relações de poder e mando se coadunam na construção desta tese. Dito isso, registros atribuídos a cronistas como Fernão Cardim (2009), Pero de Magalhães Gandavo (2009), Gabriel Soares de Souza (2010), Ambrósio Fernandes Brandão (1997), Frei Vicente do Salvador (2009), Gaspar Van Barleus (1960), Domingos Loreto Couto (1904) e André João Antonil (1982) dizem respeito a terra e aos grupos sociais que se amalgamaram naquele espaço geográfico. São escritos que têm como pano de fundo um imenso território a ser desbravado e tomado dos seus habitantes originários. Indicando, assim, a monumental tarefa que os construtores daquela sociedade tinham diante de si ao perfilarem como integrantes das levas, de brancos, negros livres e escravizados e nativos que de uma maneira ou de outra deram sentido e coesão social aquele tipo de sociedade que iria se construir naquele recorte geográfico da América portuguesa.

Graças ao entrelaçamento dessas informações buscamos montar um mosaico em que analisamos as transformações infringidas ao meio natural com o advento da empresa colonial. O que contribuiu, ao longo desse processo histórico, para o

⁵A respeito de mais informações sobre os viajantes que aportaram nas terras da América portuguesa, ver França, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos históricos (1591-1808)**. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012.

fortalecimento das relações sociais que foram sendo tecidas naquele espaço e que fomentou um modelo de sociedade cuja consolidação se fez basilar para o conjunto de relações sociais e simbólicas ali ressignificadas e /ou construídas entre os diversos grupos estabelecidos.

No que diz respeito à ideia de espaço e a sua produção através da ação humana, Milton Santos (2012, p. 70) esclarece que:

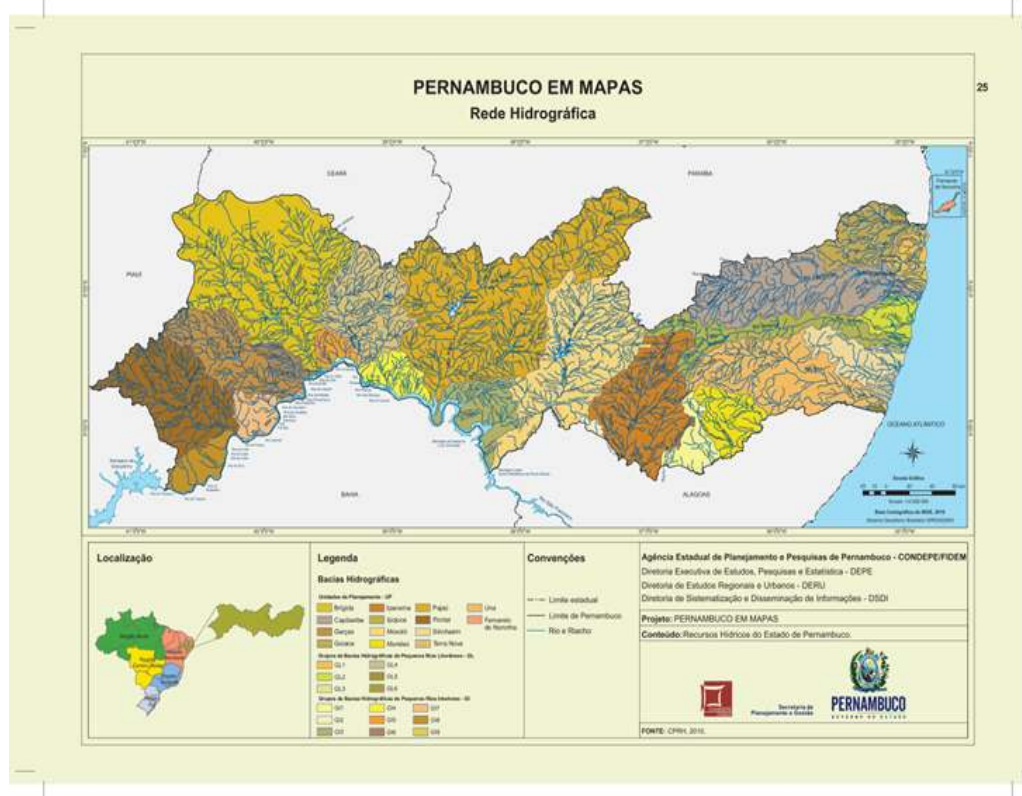
A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meio dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas.

Fazendo uma ponte com as palavras do autor percebemos que as forças produtivas responsáveis pela produção do espaço colonial em Pernambuco, e sua complexa inter-relação social, política, econômica e cultural, fez com que houvesse uma dinâmica de ebulição social na época. E isso se deu com vistas a viabilizar e a reproduzir na Mata Sul espaços de sociabilidade com os colonos luso-brasileiros inseridos naquele espaço. Desta feita, as manobras que visavam à consolidação da região, enquanto grande centro produtor de açúcar, postas em curso pelos agentes coloniais e metropolitanos que estavam à frente desse processo, buscavam a acomodação dos seus interesses comerciais e as possibilidades oferecidas por aquele meio.

2.2 A empresa colonial segue o caminho das águas

A abundante oferta de água naquela região foi um dos elementos naturais que contribuiu para que fosse alçada à condição de estratégica para a consolidação da conquista e desenvolvimento da colônia, pois viria a contribuir com a indústria açucareira na região. Assim, além de oferecer condições para o crescimento das mudas de cana, esse elemento também servia para atender às demandas diárias de produção, dos grupos humanos ali instalados, bem como atender às comunidades que viviam dentro e no entorno das vilas, povoados, fazendas de cana e engenhos açucareiros que foram sendo implantados ao longo do tempo naquela região. Como se pode notar, a presença dos rios era essencial para a chegada de suprimentos para as vilas açucareiras, fazendas e engenhos e, sobretudo, para viabilizar o escoamento da produção local de açúcar até os portos fluviais da região de onde seguiriam até o Porto do Recife para serem enviados a Europa.

Mapa 4 – Rede hidrográfica de Pernambuco



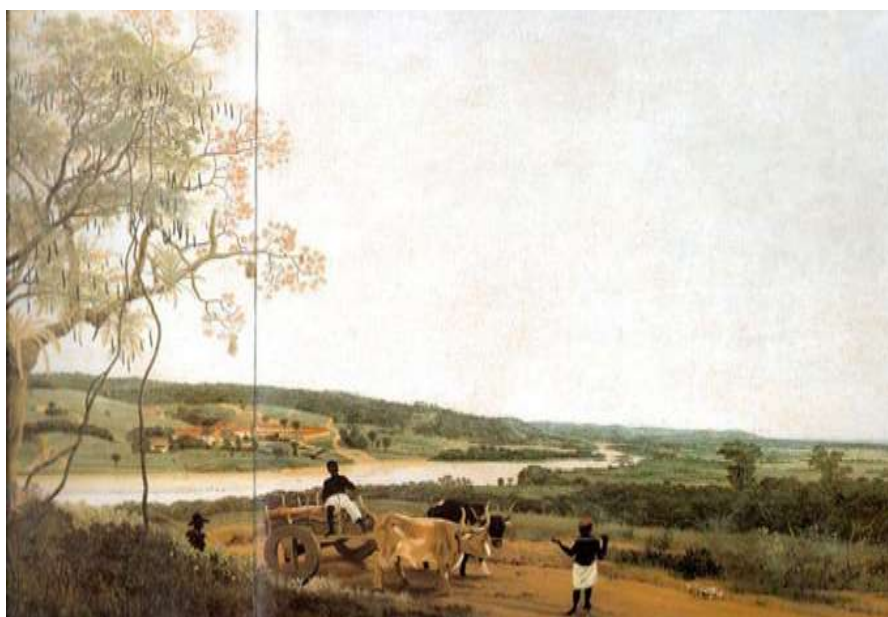
Fonte: Fidem.

O mapa acima tem por objetivo destacar a importância das bacias hidrográficas da Mata Sul pernambucana, com destaque para as bacias dos rios Jaboatão, Ipojuca, Sirinhaém e Una. Essas bacias foram de grande importância para o processo de fixação na região pelas frentes de conquistas, assim como, para o fomento da exploração de seus recursos naturais e, sobretudo, para a sua inserção dentro do ciclo de exploração colonial. Destacando que foram graças a essas bacias hidrográficas e aos seus afluentes que se fizeram possíveis as ações de envio dos gêneros de primeiras necessidades de que dependiam os moradores das vilas açucareiras e zonas rurais. Por meio deles que boa parte da produção de açúcar era escoada.

Assim, os rios e seus afluentes, utilizados para levar a produção até portos naturais como o Galinhas, Suape e Sirinhaém, foram estratégicos no processo de desenvolvimento econômico e do próprio modelo de sociedade instalados na região pela empresa colonial. Quase todo o açúcar produzido na Mata Sul só conseguia chegar ao

Recife graças àquelas vias fluviais, pois era praticamente impossível a utilização de cavalos e bestas para o envio dessa produção até o Recife, devido às condições geográficas da região e a falta de estradas apropriadas, além do volume da produção. Assim, esse meio de transporte, era mais comumente empregado no traslado de produtos, pessoas e mercadorias entre as propriedades agrícolas e vilas locais até os portos fluviais. Isso quando as condições geográficas e climáticas permitiam, e mesmo assim, apenas em determinadas épocas do ano.

Imagem 1 – O carro de bois de 1638 em um engenho em Sirinhaém



Fonte: Frans Post, O Carro de bois in: Herkenhoff, 1999.p.250.

A figura acima traz uma das representações feitas pelo artista holandês Frans Post. Essa é uma das mais celebres pinturas feitas a óleo pelo artista que viveu no Brasil entre 1637 e 1644, período em que a capitania de Pernambuco e suas anexas estavam sob o jugo holandês. Em suas obras, o artista buscava retratar o cotidiano e as paisagens produzidas pela dita “civilização do açúcar” nas regiões então sob o domínio de sua gente. Em seu trabalho, dá atenção particular aos engenhos, até então símbolos faustos da riqueza acumulada pelos colonos portugueses e seus descendentes. O artista estava na colônia a serviço das autoridades holandesas, pois o negócio do açúcar era a motivação para a invasão e a ocupação holandesa da região no século XVII. Estando o pintor intimamente comprometido com o projeto expansionista holandês sobre as áreas produtoras de açúcar, ele lançou o seu olhar sobre aquela terra e sua gente que o fascinava pelo conjunto de cores, contrastes, exotismo e estranheza.

Ainda sobre a pintura, a obra também se destaca pela representação de homens negros, possivelmente escravizados, conduzindo um carro de bois, usado para auxiliar nas fainas agrícolas próprias dos engenhos de açúcar na época. Esse meio de transporte era uma importante tecnologia da época bastante útil para a realização de muitas tarefas diárias próprias das propriedades agrícolas e vilas do açúcar: o fornecimento de lenha, a busca de gêneros alimentícios e mercadorias, o transporte de utensílios de trabalho e outros insumos necessários a indústria do açúcar.

No entanto, em razão das características geográficas da região, essa tarefa se tornava bastante penosa, uma vez que, além do relevo acidentado, haviam as matas fechadas e as dificuldades que surgiam nos períodos de chuvas inviabilizando a circulação na região. Por esse motivo, boa parte da produção era escoada por meio dos rios.

Sendo a produção açucareira item basilar da economia da colônia, era compreensível o motivo de os engenhos, fazendas de cana e vilas da região estarem implantados em áreas próximas aos portos fluviais da Mata Sul. Assim estariam em condições de permitir o escoamento da produção a um dos principais portos de toda a América portuguesa, o Porto do Recife. Além disso, deveriam ter condições favoráveis de transporte, como proximidade ao fluxo dos rios e boas estradas, pois a produção açucareira poderia ser transportada tanto de canoa pelos riachos, por barcas nos rios de águas mais profundas e caudalosas e, por vezes, concluir o trajeto através dos carros de bois.

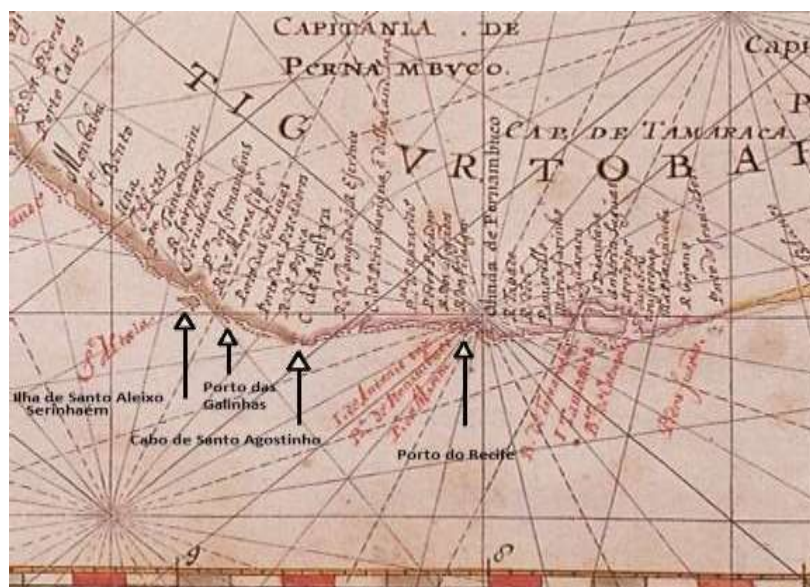
A leitura da imagem nos indica o caráter rotineiro e metódico da produção do açúcar e das atividades a ela subordinadas, pois, no mundo dos engenhos, o carro de boi tinha diversas utilidades, sendo o seu uso empregado em diversos fins, como: levar o resultado da produção dos engenhos até os portos ou vilas próximas para que fossem remetidos ao Porto do Recife; trazer gêneros alimentícios ou utilitários das vilas até os engenhos; levar madeira para as fornalhas das fábricas; transportar pessoas doentes ou que não estivessem em condições de percorrer a pé ou a cavalo grandes distâncias. Dessa maneira, o exercício de buscar captar o mundo açucareiro, a partir das marcas que lhe eram peculiares caracteriza-se como um dos esforços mais profícuos realizados por Frans Post. Prova tal que muito do que produziu naquele período virou importante fonte de pesquisa e análise documental a qual diversos pesquisadores do campo das ciências humanas e sociais aplicadas têm recorrido ao longo das últimas décadas.

Segundo Sandra Pesavento (2014, p. 86):

[...] as imagens estabelecem uma mediação entre o mundo do expetador e o do produtor, tendo como referente a realidade, tal como no caso do discurso, o texto é medidor entre o mundo da leitura e o da escrita. Afinal, palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário.

Subentende-se, pois, que toda imagem se dá a ver, assim como todo texto se permite. Assim, todo discurso – seja religioso, político ou social – se reporta a uma imagem mental, bem como toda imagem traz consigo uma mensagem discursiva. Assim, ainda de acordo com Sandra Pesavento (2014, p. 86), “a imagem tende a possibilitar um grau de percepção do conjunto visual do todo” de maneira mais rápida e interativa com os textos socioculturais que se materializam ou que estão circunscritos no imaginário de uma época. A exemplo disso, basta pensar qual a representatividade que viria a mente de uma pessoa que vivia no mundo colonial açucareiro ao se deparar com uma Igreja ou capela barroca colonial implantada em uma área de destaque na paisagem. Esse exercício de pensamento nos faz refletir acerca da percepção que o sujeito tinha a respeito daquela imagem e como, a partir do lugar social que ele estava inserido, aquela imagem reverberava na maneira como ele se via, percebia o mundo e outro a partir da atmosfera cultural presente naquela sociedade.

Mapa 5: Recorte do trecho da Mata Sul de Pernambuco analisado na pesquisa

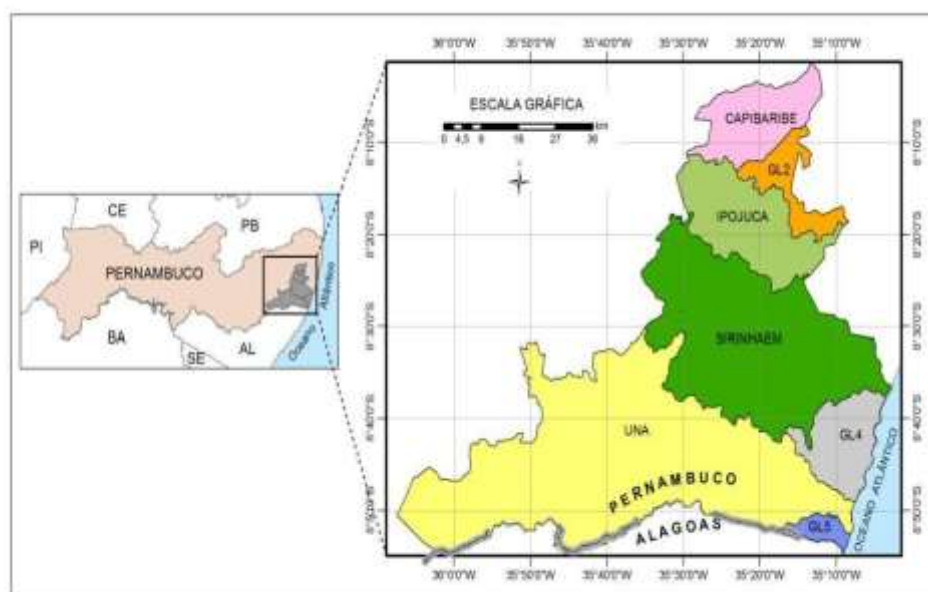


Fonte: Atlas Vingboons (c.a 1660), adaptado pelo autor⁶.

⁶**Atlas Vingboons.** Johannes Vingbonn. Séc. XVII. Carta Marítima Correta da Costa e Vista Geral da Capitania do Brasil. Papel aquarelado c.a 1660. 47,8 x 69 cm. Acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Por ser entrecortada por inúmeras vias fluviais, essas águas drenavam as suas terras, favorecendo o surgimento de áreas de várzea que proporcionavam um solo bastante rico em nutrientes e matéria orgânica, o chamado húmus. Tais características que foram agregadas ao solo, foram essenciais para a viabilidade do processo de ocupação econômica, responsável pela formação e desenvolvimento de diversas vilas. No mapa a seguir temos uma representação moderna das bacias hidrográficas que cortam aquela região.

Mapa 6 – Principais Bacias Hidrográficas da Mata da Sul de Pernambuco

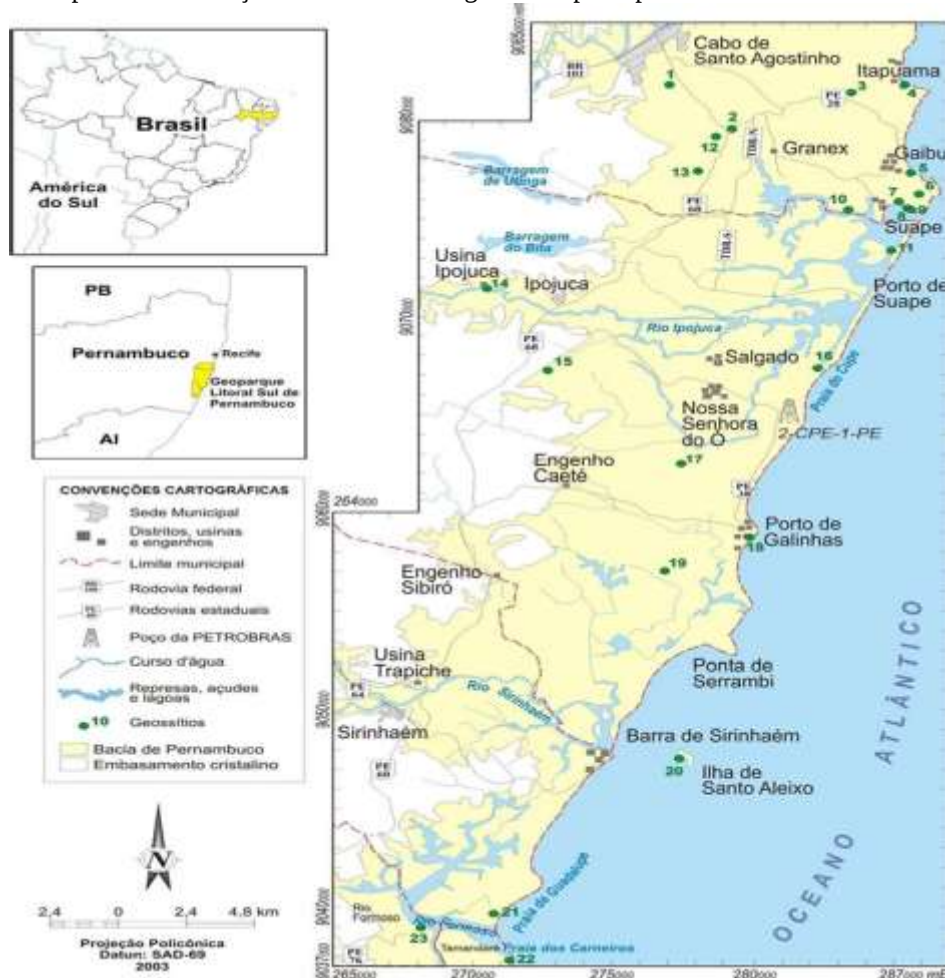


Fonte: Serviço Geológico do Brasil. Disponível em: www.sgb.gov.br. Acesso em: 3 nov. 2022.

Mais adiante, já no período da ocupação holandesa no século XVII, essas rotas de navegação fluviais e marítimas foram largamente exploradas pelos holandeses na conquista e na administração das várias regiões da capitania. A este respeito, Adriaen van der Dussen, forneceu em seu *Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, 1640* (Dussen, 2004. p. 139-140) vários detalhes sobre a hidrografia da região, onde deu detalhes pertinentes ao ancoradouro do Cabo e os tipos de embarcação que ali poderiam adentrar. Ainda nesta linha de discussão, Adriaen Dussen, fez menção à existência de uma espécie de estaleiro que havia nas imediações da Ilha de Santo Aleixo, que a época pertencia à Vila de São Miguel do Ipojuca, mas que atualmente pertence administrativamente ao município de Sirinhaém. Ao falar sobre o estaleiro,

Dussen (2004, p. 139-140) fez comentários a respeito das condições de navegabilidade dos rios Sirinhaém, Formoso, Una e rio das Pedras. Ainda no documento, ele destacou a importância das vias fluviais daquela região para o escoamento da produção, assim como para a chegada de pessoas, suprimentos e provisões necessárias ao abastecimento do forte, das guarnições e dos moradores da região do Cabo e Ipojuca da época.

Mapa 7 – Distribuição das Bacias Hidrográficas e principais estuários da Mata Sul



Fonte: Serviço Geológico do Brasil. Disponível em: www.sgb.gov.br. Acesso em: 30 out. 2022.

Portanto, as bacias dos rios Jaboatão, Pirapama, Una, Sirinhaém e Ipojuca e seus afluentes eram imprescindíveis à conquista e à posterior implantação dos núcleos urbanos que viriam a se configurar como base de apoio para a implantação das fazendas de cana e a montagem dos engenhos. Garantiam, assim, o aporte institucional e necessário para o acomodamento dos colonos da região, servindo, ainda, como elo de contato entre a governança da capitania e os mandatários locais daquelas vilas e seus arrabaldes.

Esses cursos fluviais detinham, no passado, grande relevância econômica, estratégica, militar e política para qualquer empreendimento de ordem colonial na América portuguesa. Assim, não foi sem motivo que Gabriel Soares de Souza, com o intuito de obter apoio real ao seu audacioso projeto de encontrar metais e pedras preciosas nas bandas do São Francisco, fez uma das descrições mais minuciosas de que se tem notícia da fauna, da flora e dos aspectos geográficos da América portuguesa. Entre as descrições feitas no seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, Gabriel Soares de Souza tece uma elaborada descrição da rede hidrográfica da região da Mata Sul de Pernambuco. Assim, o cronista faz a seguinte narrativa:

Até o Cabo é a terra povoada de engenhos de açúcar, e por junto dele passa um rio que se diz Cabo, onde também estão alguns, o qual sai ao mar duas léguas do Cabo e mistura-se ao entrar no Salgado com o rio do Ipojuca, que está duas léguas da banda do sul; neste rio entram e saem caravelões do serviço dos engenhos, que estão nos mesmos rios, onde se recolhem com o tempo barcos da costa (Souza, 2004. p.54).

Em outro trecho, de suas crônicas, o autor tece a seguinte descrição de parte da região onde relata:

Já foi dito como se mete o rio de Ipojuca como o do Cabo ao entrar no salgado, agora digamos como dele ao porto de Galinhas são duas léguas. A terra que há entre este porto e o rio de Ipojuca é toda alagadiça. Neste porto e rio das Galinhas entram barcos da costa. Do rio das Galinhas à ilha de Santo Aleixo é uma légua, em a qual há surgidouro e abrigo para as naus, e está afastada da terra firme uma légua; da ilha de Santo Aleixo ao rio de Maracaípe são seis léguas, onde entram caravelões, o qual tem uns ilhéus na boca. De Maracaípe ao rio Formoso são duas léguas, o qual tem um arrecife ao mar defronte de si, que tem um boqueirão por onde entram navios da costa, o qual está em nove graus, cuja terra é escavada, mas bem provida de caça. Do rio Formoso ao de Una são três léguas, o qual tem na boca uma ilha de mangues da banda do norte, a qual se alaga com a maré, e mais adiante, chegadas a terra, tem sete ilhetas de mato. Deste rio Una ao porto das Pedras são quatro léguas, o qual está em nove graus e meio. Entre este porto e o rio Una se faz uma enseada muito grande, onde podem surgir e barlaventear naus que nadem em fundo de cinco até sete braças, porque tanto tem de fundo (Souza, 2004. p. 55).

É a perspectiva histórica e social na qual a visão do cronista está balizada, uma vez que os seus relatos são contemporâneos do final do século XVI. Em razão disso, contribui para a construção de um mosaico da geografia e do olhar do colonizador sobre o território ora em conquista. Diante da narrativa, entende-se que os povoados e propriedades agrícolas que ali foram se estabelecendo tinham grande relevância estratégica para a empresa colonial – em decorrência dos inúmeros caminhos navegáveis e portos naturais que detinha; bem como, da extensa rede hídrica que

proporcionava uma permanente oferta de terras drenáveis a serem utilizadas para o plantio de cana-de-açúcar e culturas de subsistência naquelas paragens. Por outro lado, a presença de cursos fluviais de menor extensão possibilitava a instalação dos chamados engenhos reais ou hidráulicos, razão pela qual houve uma maior concentração desse tipo de organização na região (Mello, 2012, p. 94-137).

Os cursos fluviais do rio Pirapama, Una, Sirinhaém, Ipojuca e Jaboatão e seus afluentes, no passado, se configuraram como importantes vias de acesso por onde as frentes colonizadoras adentraram na região, sendo esse um dos elementos principais que explicam a proximidade das moitas próximos a esses rios e seus afluentes. A água corrente era fator indispensável para fazer girar as moendas dos engenhos e para o escoamento da produção. Assim, ainda hoje é possível constatar a presença do patrimônio construído, remanescente daquele período, próximo a esses rios e riachos, como a exemplo da casa-grande do Engenho Guerra, no município do Cabo de Santo Agostinho, e a casa-grande e a capela do Engenho Tapera, em Ipojuca.

Apesar das inúmeras benesses que os recursos hídricos da região ofertavam à empresa colonial, a relação estabelecida entre a indústria do açúcar e aqueles fluxos d'água não foi pautada na manutenção daqueles recursos naturais. Havendo ao longo do desenvolvimento econômico da área um progressivo processo de degradação que levou à extinção lagoas, rios e riachos por toda a área ao longo de séculos de exploração (Andrade; Lins, 1984, p. 178-179).

Essa relação acabou por trazer grandes prejuízos ao meio ambiente e à própria indústria açucareira no decorrer do tempo, pois o desmatamento feito nas terras marginais desses rios e riachos deu vazão para que se desenvolvesse nessas áreas, de redes fluviais, o fenômeno conhecido como erosão. A erosão surgiu em decorrência da diminuição progressiva da taxa de infiltração e aceleração do escoamento superficial, e ainda por causa do aumento da velocidade do curso do canal fluvial, desgastando assim as suas margens. Isso, por sua vez, provocou e acentuou o processo de degradação conhecido como assoreamento do leito desses rios, por conta de maior aporte de sedimentos das áreas adjacentes ao canal (Andrade; Lins, 1984, p. 178).

Isso causou sérios danos ambientais, porque acabou influenciando no ciclo das águas, pois o assoreamento dos leitos dos cursos d'água e o desmatamento provocaram a diminuição da regularidade das chuvas e do seu volume. Foi uma catástrofe para os produtores de cana, pois isso influenciava no processo de desenvolvimento das mudas,

na colheita, na moagem, na quantidade e na qualidade do açúcar produzido. O que trouxe prejuízos econômicos a toda cadeia produtiva ligada ao negócio do açúcar.

Esse desequilíbrio ambiental também acarretou sérios prejuízos à produção de pescado, que era uma importante fonte de alimentos para os moradores das vilas e propriedades rurais, além de prejudicar e inviabilizar a navegabilidade de alguns trechos dos cursos fluviais. Foi, ainda, muito nocivo ao próprio sistema de transporte que se fazia nesses rios, no passado, uma vez que a navegação utilizada para a chegada de suprimentos e envio da produção local, era o principal meio desde o início da colonização da região.

Diante disso, as vilas produtoras de açúcar da Mata Sul acabaram amargando grandes prejuízos, pois os senhores locais tiveram que buscar e custear novos meios de fazer chegar às caixas de açúcar ao seu destino no Porto do Recife. O que aumentou significativamente os gastos para a execução dessa etapa crucial da cadeia produtiva e diminuiu a margem de lucro daqueles produtores, gerando prejuízos para os financistas do Recife e do outro lado do Atlântico em razão do atraso do envio e chegada dos produtos ao seu destino (Andrade; Lins, 1984. p. 179).

Ainda a respeito daqueles fluxos de água, Gilberto Freyre comenta que havia sido nas várzeas do Capibaribe, no Cabo de Santo Agostinho (várzeas dos rios Pirapama e Massangana), do Rio Ipojuca, do Una, do Recôncavo da Bahia, no Vale do Paraíba, em Santo Antônio dos Quatro Rios e em outros tantos, o início do processo de implantação das primeiras casas-grandes e seus respectivos engenhos. O autor chama a atenção ainda para o fato de que nessas localidades tiveram origem tipos de famílias resultantes de relações de consaguinidade. Trouxe como exemplo clássico de sua fala alguns clãs familiares ainda bastante conhecidos pela sociedade pernambucana, como os Paes Barreto, Cavalcanti, Wanderley e Souza Leão. O autor buscou estabelecer os lugares de origens e lócus de poder das elites coloniais do mundo açucareiro na América portuguesa. Pessoas e grupos familiares que se colocavam em torno do projeto de exploração a exaustão do território e de sua gente visando a manutenção da hegemonia do substrato populacional branco ali implantado pela empresa colonial. Permitindo-nos, assim, vislumbrar os espaços e conjunturas históricas que favoreceram o surgimento da primeira elite forjada naquelas terras (Freyre, 2007, p. 62).

A vila de São Miguel do Ipojuca, por exemplo, é lugar de origem de alguns importantes grupos familiares que durante boa parte do período colonial estiveram ligados à governança da então capitania e que participaram da conquista de outros

territórios da Mata Sul. Estabelecendo assim, relações clientelares com os grupos de colonos que se beneficiavam com os espólios da conquista e, além de serem agraciados com extensos nacos de terra, também assumiam a governança das vilas que eram fundadas na sequência. A esse respeito, Pereira da Costa cita os sobrenomes de clãs como os dos “Achiolis, os Rolins, os Cavalcantis, Albuquerque, Lacerdas, Mouras” (Costa, 1952. Vol. 1: 431-432), entre outros, que com eles se entrelaçavam por meio de laços de sangue e/ou relações comerciais, em que perfilaram entre os mandatários locais pelos idos dos séculos XVI ao XVIII.

Como já foi dito, essas famílias integraram as campanhas de conquista do território e, décadas depois tomaram parte nas guerras de reconquista da capitania contra os invasores holandeses no século XVII. Desta feita, verdadeiros clãs se desenvolveram as margens dos cursos fluviais da Mata Sul, fazendo, segundo as palavras de Freyre, “de várias famílias uma só e de vários engenhos um sistema social e às vezes econômico (...) onde as margens dos rios pequenos dominados pelo velho de uma casa-grande maior, mais dono do rio, da água e da várzea que a outras” (Costa, 1952. Vol. 1: 431-432).

É importante conhecer os antigos caminhos navegáveis da Mata Sul, uma vez que, os cursos dos rios se configuraram como aliados incondicionais da conquista, colonização e consolidação da empresa colonial naquelas paragens. E sem os quais, possivelmente, a história da indústria do açúcar e da própria região teria sido bem diferente daquela que conhecemos.

2.3 - A floresta, os desafios, a destruição e o desequilíbrio ambiental ocasionado pela indústria do açúcar na Mata Sul.

Segundo comenta Warren Dean (1996. p. 59-66) o colonizador português foi incapaz de compreender a magnitude e as possibilidades que a Mata Atlântica poderia, de bom grado, dar à sua empreitada conquistadora. Em decorrência da ignorância do invasor, a relação estabelecida teria sido de estranheza, recheada de delírios a respeito de fantasiosos tesouros escondidos em suas entranhas. Limitando-se assim, a extrair dela o que a sua visão mercantilista permitia enxergar como imediatamente viável para satisfazer as suas aspirações monetárias. Assim, com vistas a atender a uma demanda cada vez maior por madeiras de nobres por diversos países europeus e pelas atividades econômicas em curso na colônia.

O termo “Mata Atlântica”, segundo Priscila Ramalho (2017, p. 2-4), é amplamente utilizado de forma popular, tão somente para designar as formações florestais localizadas ao longo da costa brasileira. Em verdade, a sua precisa definição tem sido tratada em diversas discussões entre pesquisadores, técnicos e conservacionistas. A primeira tentativa de se obter um consenso científico acerca desse termo foi feita no ano de 1990, pela Fundação SOS Mata Atlântica, num *workshop*. A partir daí, com base em elementos botânicos, fitofisionômicos, geológicos e geográficos, além de questões relativas à conservação ambiental, foi possível atingir uma definição *latu senso* de Mata Atlântica, englobando a floresta litorânea, matas de araucária, florestas decíduais e semidecíduais interioranas, bem como manguezais, restingas, brejos de altitude, florestas costeiras e cerrados.

Dando continuidade à discussão, Ibsen Câmara (2005, p. 472) comenta:

Nesse encontro histórico, de grande importância para a conservação do bioma, os participantes concordaram que o termo Mata Atlântica deveria abranger as florestas pluviais do litoral; as matas sulinas mistas com araucárias – também conhecidas como pinheiros-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) – e lauráceas (família Lauraceae); as florestas estacionais decíduas e semidecíduas interioranas; e os ecossistemas associados, incluindo manguezais, restingas, campos de altitude, enclaves de campos e cerrados e as matas montanas da região Nordeste, localmente conhecidas como “brejos” e “chãs”. As duas últimas são florestas remanescentes no nordeste do Brasil com características de Mata Atlântica.

A esse respeito, Domingos Couto (1904, p. 35), impressionado com a variedade de madeira nas terras de Pernambuco teria comentado o seguinte:

A bondade dos arvoredos de Pernambuco he singular pela, sua formusura, préstimo, e preço, de que ha matas immensas, gloria e coroa de todos os bosques do mundo. Produz todas as arvores que produz o Brazil, e muitas outras que se não achão em outras partes;

Desta feita, tanto para atender à demanda europeia, quanto para fornecer a energia requerida pelas fornalhas dos engenhos de açúcar, os séculos que se seguiram a invasão e colonização portuguesa do território foram de devastação na floresta e nas sociedades indígenas que durante séculos retiravam dela o seu sustento. Warren Dean (1996, p. 59-66) afirmou que em pouco mais de um século de conquista, quase todos aqueles povos que viviam no litoral da América portuguesa estavam mortos e suas sociedades em completa ruína.

No que tange à Mata Sul, assim como ocorreu em outras áreas da colônia, a implantação das vilas, fazendas de cana e engenhos de açúcar utilizou milhares de quilômetros quadrados de florestas virgens e de suas águas cristalinas. Era, pois, uma riqueza que atiçava a ambição dos colonos ávidos por montar os seus próprios engenhos. Assim, a floresta estava condenada a ser sacrificada em favor da empresa colonial, pois dela foram retiradas as madeiras usadas nas primeiras construções do período. Madeiras que alimentaram as fornalhas das fábricas de açúcar dos inúmeros engenhos que se instalaram na região no decorrer dos três primeiros séculos, quando a monocultura da cana-de-açúcar reinou absoluta e para quem foram ofertadas as melhores e mais férteis terras. Sim, terras férteis, pois a sombra propiciada pela floresta Atlântica, graças à sua grande quantidade de folhagem, galhos e extensas copas do seu arvoredo davam as condições ambientais ideais para a formação de uma extensa camada fértil de húmus sobre o solo da floresta (Dean, 1996, p. 27).

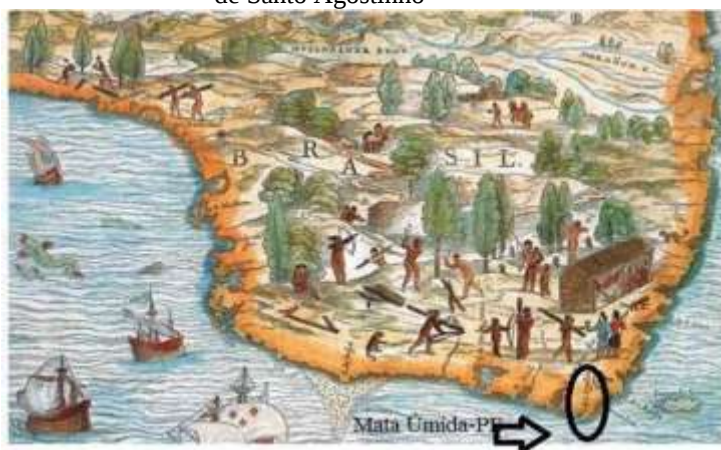
A existência de uma exuberante e variada flora local era importante porque a indústria açucareira requeria, para o seu funcionamento, de uma oferta abundante e constante de madeiras. Esse madeiramento tinha empregos diversos dentro daquela estrutura econômica onde eram usados para abastecer as casas do engenho, casa da moenda, casa das fornalhas, casa das caldeiras e a casa de purgar (Antonil, 1982, p. 113-114). Portanto, no mundo do açúcar, a madeira era gênero de primeira necessidade. Ela não era útil apenas para as fornalhas dos engenhos, pois também era empregada na construção civil, militar e religiosa. Assim como, para a fabricação móveis, utensílios domésticos, lanças, transporte terrestre, fluvial e marítimo de todos os tipos e tamanhos entre outras utilidades. Em razão dessa necessidade constante de madeira, trechos imensos de florestas foram sendo derrubados e sendo substituídas pelos desertos verdes da cana de açúcar.

Um dado importante a respeito da logística de funcionamento de um engenho no passado é que durante o período da safra eles moíam por longos períodos ininterruptos. E como anotou Antonil (1982, p. 15) “comumente moíam dia e de noite, por seis, sete, oito até nove meses por ano”, o que ocorria não por acaso, já que preferencialmente os produtores iniciavam a moagem da cana na época do ano em que as chuvas perdiam a intensidade. Ainda sobre a sua produção, de acordo com Loreto Couto (1904, p. 175-176), para um engenho produzir em “uma safra de mil e quinhentos pães de açúcar eram necessários 3.000 carros de 50 arrobas de lenha”.

Dessa forma, ainda que a cada safra a madeira fosse retirada da floresta apenas para o funcionamento das fornalhas de um único engenho, havia um dano ambiental catastrófico para as florestas que circundavam o engenho. Alie-se a esse dado a necessidade constante de madeira para a fabricação de portas, janelas, canoas, carros de boi, altares, móveis e diversos tipos construtivos. A consequência disso, na atualidade, é que boa parte da primitiva floresta antes existente na Zona da Mata pernambucana foi extinta, restando apenas insignificantes manchas verdes em um ou outro município da região.

Logo abaixo inserimos uma ilustração incluída em uma das mais importantes coletâneas de crônicas de viagens oceânicas do século XVI, feita por Giovanni Battista Ramusio em 1556. Na imagem em questão, o autor destaca a organização da exploração colonial de madeiras na costa da América portuguesa, sobretudo do pau-brasil já que esta árvore possuía um grande valor comercial para os europeus. Já na parte inferior do mapa, cuja área está indicada e envolta por um círculo, podemos ver a área correspondente à Mata Sul da capitania. O recorte está situado mais ao Norte de uma formação rochosa em forma de ponta de lança. Este mapa é importante porque indica que a primitiva floresta que compunha a área, antes mesmo de sofrer com o duro golpe do machado para dar lugar às lavouras de cana e engenhos, já era vítima dos desmatamentos para a retirada de madeiras de lei onde a mão obra nativa era utilizada para atender a essa demanda dos invasores (DEAN, 1996, p. 59-66).

Mapa 8 – Brasil de 1556, onde a Mata Sul de Pernambuco está representa pela menção ao Cabo de Santo Agostinho



Fonte: Klaus (2010, p. 67), adaptado pelo autor.

De acordo com os dados apresentados Warren Dean, especula que apenas no primeiro século de exploração do pau-brasil e de outras madeiras nobres, foram

derrubadas aproximadamente dois milhões de árvores na Mata Atlântica (Santana, 2014, p. 46). Levando a destruição de algo em torno de seis mil quilômetros quadrados de floresta nativa. Some-se a isso as perdas causadas pela implantação das vilas açucareiras e, sobretudo, pela indústria do açúcar na região outrora dominada por essa floresta.

No que diz respeito às madeiras mais cortejadas pelos exploradores, destacam-se árvores como o conduru, o camaçari, o camará, o angelim, o cedro e a maçaranduba-vermelha, que por serem tipos de madeira bastante resistentes, eram largamente utilizadas na construção naval, civil, militar e religiosa. Outro tipo de madeira que era requerido pelos engenhos era a sapucaia, muito utilizada para as moendas dos engenhos e seus eixos. A respeito dessa árvore, o padre Cardim (2009, p. 109-110) diz o seguinte: “A Jaçapucaya (...) árvore muito rija, não apodrece, e é de estima para os eixos dos engenhos”. Ainda a respeito da sapucaia, Domingos Loreto Couto (1904, p. 36) dizia, em meados do século XVIII, que: “as sapucaias eram tantas, em Pernambuco, que se podiam carregar muitos navios com as suas saborosas e medicinais castanhas”.

Podemos citar ainda o pau-ferro, as várias espécies de louros e o quiri, que eram muito apreciados pelos carpinteiros da época, já que delas faziam uso para os mais diversos fins. Tínhamos ainda, o âmagó, o pau-d’arco e o pau-santo, muito utilizados na fabricação de móveis (Andrade; Lins, 1984, p. 60-62). Certamente o uso ininterrupto desses recursos naturais, sem o mínimo planejamento e sem o tempo necessário para que a floresta pudesse se recompor, fez com que essa variedade florestal entrasse em escassez na zona açucareira, a ponto de muitas espécies vegetais serem extintas na Mata Sul.

Ainda no século XVIII, muitos donos de engenho não possuíam em suas terras reservas, ou tinham acesso em áreas próximas, florestas cujas madeiras pudessem ser empregadas na produção de suas fábricas de açúcar. E isso era um fator, já naquela época, que contribuía para aumentar o custo da produção. Uma vez que, com a escassez, tinham de obter a madeira de que precisavam em áreas distantes. Além de custear o seu transporte para fazer funcionar as caldeiras de suas fábricas. Sendo por essa razão que Antonil (1982, p. 77), já no início do século XVIII, fazia a seguinte recomendação: “a todas as conveniências que se hão de buscar para ter fazenda com canaviais, pastos, águas, roças e matos; e em falta destes, comodidade para ter a lenha mais perto que puder ser”, ou seja, o proprietário poderia se dar ao luxo de ter todos os inconvenientes, mas não poderia ficar sem a lenha disponível para atender as necessidades do seu

engenho. Devendo, portanto, manter em suas terras uma reserva florestal razoável que, além de viabilizar a produção, acabava por valorizar o terreno.

Na conquista do território pelo canavial, é sobre a mata que mais diretamente se abate a sua implantação exótica, varrendo de amplas áreas a biodiversidade vegetal e, por conseguinte, também a animal. Uma devastação efetuada em grande escala, capaz de romper, como denuncia Freyre, o equilíbrio apoiado nas variadas formas de vida existentes em uma mata tão exuberante como aquela derrubada pela monocultura da cana no Nordeste úmido; resultando, inclusive, em desequilíbrios com reflexos amplos nos fatores climáticos, de hidrografia e de amplitude térmica.

Nunca foi mais violento nos seus começos o drama da monocultura que no Nordeste do Brasil. Nem mais ostensiva a intrusão do homem no mecanismo da natureza. ... A natureza, sabe-se pelos estudos de ecologia do animal ou da planta, que é essencialmente variada. O homem rompe o equilíbrio que depende dessa variedade quando faz que uma planta única e no momento valorizada mais do que as outras cresça sobre uma região inteira. É o drama da monocultura. Desse drama, um dos aspectos mais cruéis foi o da destruição da mata, importando na destruição de vida animal e é possível que em alterações de clima, de temperatura e certamente de regime de águas. Alterações desfavoráveis à própria cana e ao próprio senhor de engenho. Desfavoráveis à vida do homem e dos animais da região (Froehlich, 2000, p. 281-231).

Destaco também que uma das consequências ambientais mais graves ocasionadas pela monocultura e denunciada por Freyre foi a questão da erosão dos solos e do esgotamento da fertilidade natural das terras, aspectos também intimamente relacionados com a remoção das matas ciliares que protegiam as margens dos rios e riachos da Mata Sul pernambucana. Portanto, com o desaparecimento da vegetação nativa da mata adstringente das margens dos rios, necessária para a absorção das águas das chuvas e reter enxurradas, além do já amplo desnudamento do solo ou da pouca proteção advinda da prática monocultora, acabou por acentuar o assoreamento massivo dos rios com os húmus da terra, causando, assim, o contínuo empobrecimento do solo.

2.4 - A importância do solo para a indústria do açúcar

A região da Mata Sul possui elementos orgânicos em seu solo que facilitaram a adaptação da cana-de-açúcar, bem como, possibilitou que esses mesmos canaviais e indústrias figurassem dentre os mais rentáveis da capitania de Pernambuco. O tipo de solo presente, o massapé – de aparência viscosa, oleosa, cor avermelhada (ricos em

óxido de ferro) e a presença de grande disponibilidade de água, nutrientes e matéria orgânica nos seus horizontes superiores – acabou se mostrando mais proveitoso a esse tipo de cultivo.

Gilberto Freyre (2004) e Manuel Correia de Andrade (1998), dois entusiastas do tema, defendiam que o massapé, muito mais do que o clima, foi um dos principais fatores que contribuíram para a geração de riqueza daquela região. De acordo com eles, o elemento climático fora indispensável à implantação do grande latifúndio monocultor naquelas paragens. Favorecendo, assim, a atração de capitais e colonos para a região e sedentarizando uma sociedade que por séculos sobreviveria à sombra dos engenhos açucareiros.

Warren Dean (1996, p. 27), por sua vez, defende que outros fatores naturais tornaram a Mata Sul atrativa para a indústria da cana, pois o “solo foi menos determinante que a chuva e a temperatura no estabelecimento da Mata Atlântica”. Esse trecho da afirmação do autor é importante para que possamos entender que a fertilidade do solo tem relação com fatores climáticos que viabilizaram a existência de um tipo de floresta específica, nas áreas litorâneas da América portuguesa. E, desta forma, o tipo de floresta que se formou foi a grande favorecedora do solo do tipo massapé. Sendo assim, a afirmação do autor é perfeitamente compreensível, haja vista que a fertilidade do solo e o seu aproveitamento para a cultura da cana-de-açúcar foi possibilitado pela presença da floresta que ali se desenvolveu no passado. Sendo possível que, o desenvolvimento desse tipo de solo tenha se dado em menor ou maior grau em outros trechos da costa brasileira, onde a floresta Atlântica teve a oportunidade de se desenvolver.

Gostaríamos de destacar que o desbravamento da Mata Atlântica, pela indústria da cana-de-açúcar, acabou por introduzir contundentes alterações na paisagem outrora dominada pela exuberante floresta tropical. Pouco a pouco, a região sofreu severas alterações devido a lógica da produção açucareira, em que a mesma estava voltada para atender as demandas crescentes do mercado europeu por esse produto, avançando vorazmente sobre as matas, rios e riachos, trazendo inclusive sérios e irreversíveis prejuízos à flora e fauna silvestres.

Uma vez escolhido o local para o plantio das mudas de cana-de-açúcar, o dono da terra tratava logo de mandar colocar fogo na mata e, por fim, derrubar a golpes de machado as que teimavam a permanecer de pé. Na sequência, logo após o plantio, o cultivo e o corte, permaneciam no solo as socas das canas, impossibilitando o descanso do solo e a sua recuperação. Como consequência disso, em razão do desgaste do solo e

da diminuição das matas, a própria atividade econômica ficava comprometida (Ferlini, 2010, p. 127-131).

Como resultado da falta de cuidado com a terra, em uma ou duas gerações, muitos latifundiários se viam em grandes apuros ante a possibilidade de encerrar as atividades fabris dos seus engenhos ante a escassez de madeira, do esvaecimento dos cursos d'água e diminuição da qualidade do solo. No caso dos engenhos, caso o proprietário não dispusesse de outras glebas de terra para dar segmento à produção, o senhor de engenho tinha duas alternativas: reduzir a produtividade e arcar com o prejuízo; ou vender o engenho a um preço bem inferior do que valia. Em tais condições, ficava praticamente inviável manter o engenho funcionando, pois, o valor de um engenho, como bem frisou Antonil (1982, p. 92 e 196), dependia de um conjunto de fatores. E isso fica claro por meio dessa referência feita pelo autor: “não dependia apenas da qualidade dos solos, dos canaviais ou da proximidade dos rios, mas também da existência de matas”.

Fica claro que a falta de manejo dos recursos naturais ocasionou que a paisagem fosse transformada em detrimento da atividade açucareira. Apesar de ficar tomada por quase infindos canaviais, perdeu a abundância dos recursos indispensáveis ao pleno desenvolvimento daquelas atividades econômicas. Sendo assim, a necessidade de açúcar selou o destino da Mata Atlântica, reduzida a pequenas manchas verdes num espaço, onde outrora tinha reinado soberana por milhares de anos.

A esse respeito, Milton Santos (2012, p.72) comenta o seguinte:

A relação entre paisagem e produção está em que cada forma produtiva necessita de um tipo de instrumento de trabalho. Se os instrumentos de trabalho estão ligados ao processo direto da produção, isto é, à produção propriamente dita, também o estão à circulação, à distribuição e ao consumo. A paisagem se organiza segundo os níveis destes, na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e em nível de capital, tecnologia e organização correspondentes.

A partir dessa perspectiva somos levados a entender a paisagem enquanto resultante de um determinado tipo de produção. Dessa forma, ela deixa de ser natural, ou seja, passa a ser algo artificial. Portanto, se transforma em algo resultante de um dado processo cultural que, por sua vez, dialoga com o contexto histórico social no qual ocorre. Passando, assim, ao campo de interesse da história por ser resultado da ação

humana sobre ela e também a inserir-se dentro de uma determinada conjuntura sociocultural. A este respeito gostaríamos de trazer a seguinte reflexão:

[...]o processo de tornar-se homem efetua-se na correção com o ambiente. Essa afirmativa adquire significação se refletirmos no fato de que este ambiente é ao mesmo tempo um ambiente natural e humano. Isto é, o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o têm a seu cargo (Berguer; Luckmann, 2014, p. 69).

Entendemos, dessa maneira, que ao mesmo tempo em que o ambiente sofreu com as transformações perpetradas pelas conquistas, pelo avanço da empresa colonial e pela implantação da indústria do açúcar, os elementos naturais que compunham aquele espaço também agiram e influenciaram diretamente na maneira como cada avanço se processou e cada vila se instalou. Em outras palavras, as matas, alagadiços, morros, flora e fauna eram fatores que estavam presentes na composição daquele mosaico cultural que ali se estava processando. O meio natural e a ação humana, de certa maneira, se misturaram para compor uma nova forma de interação naquela paisagem.

Vera Ferlini (2010, p. 193) defende que, no mundo açucareiro, a grande lavoura de cana não deixava espaço para o desenvolvimento da pequena propriedade, pois o grande latifúndio impunha a necessidade de haver uma grande disponibilidade de terras ociosas para o plantio das futuras mudas de cana-de-açúcar. Essa atividade tinha caráter extremamente predatório das matas, o que, por sua vez, provocava drástica redução de madeira para os engenhos, sendo isso resultado direto do mau uso desse recurso pelos latifundiários. Mesmo quando a área plantada era menor do que o fundo territorial dos engenhos havia sempre a necessidade de se deixar áreas imensas reservadas para futuras semeaduras, haja vista que o constante cultivo da terra por uma mesma cultura e as queimadas recorrentes dos canaviais, acabava desgastando e empobrecendo o solo.

Além disso, a retirada da floresta nativa resultava na exposição do solo às intempéries climáticas que eram típicas daquela região, deixando o solo exposto ao sol, à irradiação solar, às chuvas e enxurradas no período de inverno. Resultando também no aceleração da velocidade do escoamento superficial, os fluxos concentrados e a erosão do solo que sacramentava o ciclo de empobrecimento orgânico da terra. Por fim, o aumento da temperatura do solo exposto, desprovido da proteção oferecida pela vegetação nativa, potencializava a propagação de pragas nocivas aos canaviais como lagartas, formigas e gafanhotos (Santana, 2014, p. 53).

2.5 - Aspectos climáticos da Mata Sul pernambucana

Com relação ao clima da Mata Sul, ele é do tipo AS', quente e úmido, segundo a classificação de Koppen, também chamado por Gilberto Osório Andrade e Rachel Caldas Lins de "pseudotropical". Na classificação de Ab'Saber é denominado como "tropical litorâneo úmido", sob a atuação da massa tropical atlântica (mTa) e zona de convergência intertropical, além de outros sistemas atmosféricos como: onda de leste e vórtices ciclônicos, apresentando médias térmicas em torno de 25 °C e chuvas concentradas no outono e inverno. A esse respeito, os autores comentam que essa particularidade do clima local é decorrente do fato da posição anômala da estação chuvosa que nos climas verdadeiramente tropicais situa-se no verão.

Esse tipo específico de clima, quente e úmido, teria dado as condições atmosféricas ideais para que a cana-de-açúcar se adequasse tão bem ao seu recorte geográfico, permitindo chuvas bem distribuídas durante todo o ano na região, fator que beneficiava bastante as lavouras de cana. Por esse motivo, havia precipitações pluviométricas em maior ou menor intensidade de acordo com o período do ano. Sobretudo, nos meses de outono a inverno, que concentravam 77% das precipitações anuais que ocorriam na região (Andrade; Lins, 1984. p. 30-33).

Assim, a proximidade da Mata Sul pernambucana com o oceano Atlântico, permitia com que houvesse uma maior precipitação pluviométrica em toda aquela região. Esse fator geográfico também favorecia uma menor amplitude térmica anual e diurna, com pouca variação da temperatura ao longo do ano, e entre a temperatura de dia e de noite, sendo esse mais um elemento beneficiador à adaptação da cana-de-açúcar. Afinal, permitia maior regularidade nas chuvas, além de manter relativamente estável a umidade em boa parte daquela região.

Todavia, se as chuvas de inverno traziam tantos inconvenientes aos produtores de açúcar e as fazendas de cana-de-açúcar, quanto os relatados por Loreto Couto, a ausência delas poderiam se transformar numa calamidade muito maior para a produção dos engenhos, devido aos grandes prejuízos que poderiam causar. Segundo mencionado por Pereira da Costa, no ano de 1583, houve uma estiagem de grande proporção nas diversas regiões da capitania de Pernambuco, ocasião em que muitos engenhos reais tiveram que suspender a moagem de cana-de-açúcar, devido à inexistência de matéria-prima ou devido à secagem dos rios. Ainda de acordo com o autor, essa seca havia sido

tão severa e duradoura que fez com que fazendas de cana e mandioca perdessem toda a sua lavoura. Sendo essa estiagem e a sua perduração descrita, pelo autor, com grande assombro pela população da época, haja vista que as chuvas sempre foram regulares em certas regiões da capitania (Costa, 1952, vol. 1: 548).

No mapa a seguir, temos uma representação da América portuguesa, feita ainda quando os holandeses detinham o controle de boa parte das zonas produtoras de açúcar do Norte da América portuguesa. No referido mapa, nota-se que Johannes Blaeu, cartógrafo oficial da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, buscou fornecer informações detalhadas da costa brasileira e, certamente, por estar a serviço dos invasores holandeses buscou através do seu trabalho colher informações que pudessem servir aos interesses da Companhia. Esse trabalho, baseado em Georg Marggraf, e com vinhetas de Frans Post, é conhecido pela riqueza de detalhes e informações. Por essas razões, no tempo em que foi concebido, foi tido como um dos mais precisos mapas feitos até então da costa do território hoje pertencente ao Estado brasileiro.

Mapa 9 – Brasília – Generis Nobilitate Armorum et Literarum de Johannes Blaeu, 1642. Buril e Aquarela sobre papel: 38 x 49,5 cm.



Fonte: Biblioteca Nacional da França – Paris, França. (Krauss, 2010, p. 46).

Em contrapartida, a cartografia apresentada lança luzes para que possamos identificar algumas localidades, então pertencentes à Mata Sul. A exemplo disso, no referido mapa, pode-se notar o território do Cabo de Santo Agostinho e a Ilha de Santo Aleixo. A identificação se dá através do nome dado a alguns de seus acidentes

geográficos, cursos fluviais e núcleos urbanos ali já instalados. Dessa forma, a partir desse recorte no mapa, é possível identificarmos o Cabo de Santo Agostinho, o povoado de Nossa Senhora de Nazaré, situada no sopé do morro onde foi instalado o forte de Nossa Senhora de Nazaré, próximo à vila do Cabo; a região de Ipojuca; o termo de Sirinhaém e o Rio Una. Nota-se dessa maneira que a região despertava a cobiça dos invasores batavos, e, por esta razão, eles buscaram produzir o maior número de informações possíveis a respeito daquelas paragens. Os holandeses eram conhecidos usuais desse recurso, comumente utilizado nos primeiros séculos de invasão e colonização da América portuguesa. Por outro lado, os súditos do rei da Coroa portuguesa, cosmógrafos a serviço do reino de Portugal e da Espanha, desde o século XVI, em terras brasileiras, eram habilidosos leitores daquela cartografia no início da Idade Moderna.

Este capítulo buscou destacar as características e particularidades da região que durante muito tempo deteve o *status* de “a menina dos olhos” da elite e da governança da capitania de Pernambuco. Oportunizando, desta forma, ao leitor deste texto, desenvolver uma compreensão de como os seus diversos elementos naturais – maior índice de precipitação pluviométricas; temperaturas mais regulares e amenas; a extensão e variada cobertura vegetal; os seus inúmeros cursos fluviais e a proximidade do oceano Atlântico – tornaram-se elementos fundamentais para o sucesso da empresa colonial na Mata Sul, tornando-a um dos mais valorizados e promissores assentamentos coloniais da América portuguesa.

CAPÍTULO 3

INVASÃO, CONQUISTA E INSERÇÃO DA MATA SUL PERNAMBUCANA DENTRO DA LÓGICA DE EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO PERPETRADA PELA EMPRESA COLONIAL

3.1 - O conhecimento dos lusitanos acerca do cultivo da cana-de-açúcar, seu beneficiamento e a Instalação dos engenhos entre os séculos XVI e XVII na Mata Sul de Pernambuco.

Os portugueses, mesmo antes de chegarem ao território, hoje pertencente ao Estado brasileiro, ainda pelos idos dos séculos XIII e início do século XIV, já haviam obtido notório saber a respeito do trato do açúcar e sua produção. Uma vez que, na época, já cultivavam a cana-de-açúcar nas ilhas do Atlântico Sul por meio da intermediação de mercadores estrangeiros e da afluência de capitais de judeus. A esse respeito, Raimundo Faoro (1999, p. 21, 69 e 90), defende que o interesse dos mercadores nesse tipo de negócio era bastante justificável. Além do mais, o açúcar se configurava como uma especiaria bastante apreciada pela aristocracia europeia e, por esse motivo, o seu comércio gerava bastante lucro aos envolvidos no seu trato, sobretudo aos grupos ligados ao comércio ultramarino no reino e na fazenda real. Isso garantia consideráveis lucros para os mercadores que fomentavam essa atividade econômica. Por outro lado, as receitas advindas desse comércio atraíram cada vez mais a cobiça da Coroa portuguesa, que via nessa atividade uma fonte ascendente de recursos que, se bem orientada, poderia servir para soerguer as finanças do reino (Santana, 2014, p. 60).

Ainda sobre isso, de acordo com Vera Toledo e Cândida Gancho (1996, p. 14-15), até o século XV o açúcar era considerado artigo de luxo na Europa. Sendo inclusive deixado como herança nos testamentos de nobres e reis, devido à sua raridade e alto valor de mercado. Aliás, para comprar algumas gramas desse produto, só acessível aos mais abastados, era preciso ir às raras boticas que havia em algumas regiões mais desenvolvidas daquele continente. Sendo, inclusive, a especiaria comumente utilizada para a fabricação de unguentos para o tratamento de algumas enfermidades.

Foi justamente, na fase áurea da expansão marítima dos portugueses que o fabrico daquela especiaria se tornou mais rentável para os negociantes. A experiência nas ilhas do Atlântico foi importante para que os portugueses pudessem ter o conhecimento necessário para expandir essa produção em novos domínios ultramarinos. Esse saber fez com que as autoridades portuguesas, ainda no século XVI, conseguissem viabilizar a instituição de um tipo de colonização, na América portuguesa, que

garantissem a implantação dessa atividade econômica de forma que não apenas propiciasse a efetiva ocupação do território, mas também a proteção e defesa.

De acordo com o Raimundo Faoro (1999, p. 89), os portugueses, após o processo de reconquista dos seus territórios, estavam em busca de novas fontes de receita para fomentar o desenvolvimento do seu Estado e dos grupos sociopolíticos que apoiavam a monarquia patrimonialista portuguesa. Diante disso, o reino, por meio da expansão comercial, se lançou no circuito das conquistas ultramarinas, usando o lastro financeiro dos mercadores e banqueiros para financiar a sua empresa colonial. Nesse cenário, mercadores, financistas, armadores, aristocracia e os reis portugueses trabalharam em conjunto com vistas a atender os seus respectivos interesses. Entendia-se que a prosperidade dos súditos e apoiadores do rei se revertia na elevação e na glória da própria monarquia, fortalecendo, ao mesmo tempo, o Estado e as suas instituições. Dando, assim, maior expansão e visibilidade ao capital simbólico da monarquia barroca lusitana (Santana, 2014, p. 61).

No esteio da expansão marítima de Portugal até as ilhas do Atlântico – Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe – os lusitanos levaram consigo a experiência do cultivo da cana-de-açúcar obtido na Península Ibérica e nas ilhas do Mediterrâneo. Aplicando naquela empreitada o conhecimento que haviam adquirido no cultivo e processamento daquela gramínea e a distribuição do produto (açúcar) no mercado europeu. Assim, os mercadores aceitaram o apoio oferecido pela Coroa lusitana e buscaram expandir as suas áreas de influências pelo Atlântico afora, tornando-se, ao mesmo tempo, o braço financeiro da monarquia portuguesa.

Os mercadores e homens de negócio da Itália que mantinham entrepostos comerciais em Portugal, em busca de novas áreas onde investir seus capitais, expandindo assim os negócios, foram os responsáveis pela introdução da indústria açucareira nas ilhas do Atlântico. Desta forma eles estabeleciam, de acordo com o Stuart Schwartz (1988, p. 22), o “elo humano de uma corrente que transferiu as técnicas, a administração das propriedades e a organização comercial da produção açucareira do Leste para o Oeste do mediterrâneo e, a seguir, (...) para a bacia atlântica”. Isso tornou o grupo um dos primeiros e mais importantes financiadores e responsáveis pela distribuição dessa especiaria por diversas regiões da Europa naquele período.

Um dado importante é que o modelo de ocupação do solo, ou seja, o tipo de latifúndio desenvolvido naquelas áreas, também serviu como matriz para o tipo de atividade econômica e posse da terra na América portuguesa. Foi por meio dessa

experiência anterior que teve origem naqueles territórios um tipo bastante peculiar de agricultor, os sesmeiros, que instituíram engenhos, e isso graças aos seus próprios capitais ou em razão dos empréstimos tomados para fazer frente às imensas despesas que a implantação desse tipo de indústria requeria.

Já os indivíduos que, após receberem sesmarias ou datas de terra, não tivessem ou não conseguissem tomar de empréstimos capitais para instituir as suas próprias fábricas, se lançavam ao plantio da cana-de-açúcar para atender aos engenhos. Esses homens, chamados de lavradores, estabeleciam relações contratuais com os senhores de engenhos, com vistas ao fornecimento da matéria-prima para as suas fábricas. Lá ficava acordado que, após o beneficiamento da matéria-prima, parte da produção seria dada ao dono da fábrica como pagamento pelo serviço (Santana, 2014, p. 62).

Sob a perspectiva da América portuguesa, nos séculos XVI e XVII, a experiência nas ilhas atlânticas se fez importante para os rumos que mais tarde tomaria a história da colonização do Brasil em vários aspectos. Um dado a esse respeito, o governo português visava, ao instituir o sistema de donatários, em 1534, por D. João III, viabilizar a efetiva posse, colonização e exploração da América portuguesa. Redesenhando e adequando a realidade do novo território a uma experiência que já havia se mostrado muito lucrativa em outros domínios. Levando, no entanto, para particulares o ônus do custo do empreendimento colonizador da terra. Sem, contudo, renunciar à soberania que o monarca detinha sobre os seus domínios (Boxer, 2011. p. 98).

Contudo, para que a efetivação da posse se fizesse possível, antes mesmo de se iniciar o plantio das primeiras lavouras de cana, o donatário cuidou de fundar um arraial. Buscava, assim, simbolizar a posse da terra através da implantação de um núcleo urbano, já que teria, a partir daquele núcleo, um ponto de apoio para as expedições de conquista e de reconhecimento da costa. Assim foi instituída a Vila de Igarassu e, posteriormente, a Vila de Olinda. Passando essas vilas a representarem o ponto focal da própria colonização, pois representavam o governo da terra. Afirmando, ao mesmo tempo, a soberania da Coroa portuguesa naquela terra (Santana, 2014, p. 78-79).

3.2. – Conquistas territoriais: extermínio e exploração da mão de obra nativa

Ao chegar ao Novo Mundo para tomar posse de sua capitania em 1537, junto aos familiares, séquito de agregados e escravizados, Duarte Coelho Pereira tinha somente a jurisdição virtual de sua capitania, pois tinha em seu poder documentos que legitimavam política e juridicamente a sua presença naquele território. No entanto, o efetivo domínio da capitania deveria ser conquistado ao custo de muitos sacrifícios de suas fazendas e de muitas vidas. Mandando, de acordo com Frei Vicente do Salvador (2009, Livro I. Capítulo 8:30), vir mais pessoas do reino, que apesar de serem aparentadas do donatário, não possuíam grandes recursos financeiros.

O donatário, em um primeiro momento, buscou ter ao seu lado parentes, companheiros e dependentes que mais docilmente se sujeitassem ao seu mando. Buscava ter perto de si pessoas do seu próprio sangue, em quem pudesse confiar e lhes dar oportunidade de adquirirem cabedal. Trilhando, com isso, os percursos necessários para galgar para si e para os seus as condições necessárias para garantir posições de mando e poder na nova terra.

“A que concorreram, afagados de antes, inumeráveis gentios, não se maravilhando menos de nos verem a nós, do que nós de os vermos a eles” (Freire, 2001). Nesta citação atribuída a Francisco de Brito Freire a respeito da chegada da esquadra de Cabral, quando dois povos distintos se entravam pela primeira vez nesse imenso território, nem de longe parece demonstrar a prova que aguardava a milhões de nativos frente ao processo de extermínio e dominação perpetrado pelos invasores portugueses nessas terras ao longo das décadas e séculos seguintes.

Segundo aponta Lilia Schwarcz, um dos mais conhecidos cronistas da época, Gandavo, em uma das passagens de suas crônicas compiladas na obra *História da província Santa Cruz* (2008), defendeu uma tese que deveria ser estabelecida uma distinção entre “a terras e os seus homens”. No caso em questão, a autora sustenta que o cronista, enquanto idealizava a terra cobiçada como uma espécie de “novo Éden”, buscando dissociar os seus habitantes desse “paraíso terreno”; na contramão dessa narrativa, o cronista, via os nativos como seres bárbaros, selvagens, indignos de confiança e dados a toda sorte de luxúria e superstições. Ficava evidente, por meio desse discurso, como ele se utilizava da sua visão de mundo para analisar, refutar e condenar a cultura daqueles que considerava inferior. Certamente, tomando como

referência a discussão ventilada pela autora, esse estranhamento cultural se configurou como um elemento que contribuiu para o engajamento dos conquistadores nas incursões bélicas contras esses povos nativos naquele período (Schwarcz, 2012. p. 15).

Dessa forma, ainda na segunda metade do século XVI, existia o interesse em consolidar a presença lusa em regiões como a Mata Sul pernambucana. Além do desejo de vingar os constantes ataques, não sem motivos, infringidos pelos nativos às propriedades rurais da várzea do Capibaribe (Salvador, 2009, Livro II. Cap. 10:34). A crescente demanda por novas terras para as lavouras de cana e instituição de novos engenhos foram determinantes para que, já em meados de 1572, toda aquela região e seus poucos sobreviventes houvessem caído sob o jugo do domínio português.

Mapa 10 – Representação dos termos do Recife, Olinda e Terras de Engenhos e Fazendas



Fonte: Luís Teixeira⁷.

O mapa acima, do século XVI, nos traz uma representação da Vila de Olinda e do Porto do Recife, e da área conhecida como Várzea do Capibaribe, onde os indígenas

⁷ Teixeira, Luís. Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o Cabo Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães. Lisboa: Talgo, Biblioteca da Ajuda, 1988. Edição fac-similar do manuscrito da Biblioteca da Ajuda.

(Ribeiro, 2011) que transitavam pelas matas além dos Guararapes, vez por outra, desciam e causavam todo tipo de infortúnios aos moradores daquelas paragens. A situação chegou a tal ponto que, com a necessidade de se desbravar novos territórios para inseri-los no circuito de produção de gêneros tropicais com alta rentabilidade para o governo de Portugal e os grupos que lhe davam sustentação política, os mandatários locais organizaram frentes de combate, cujo propósito, em tese, era dissipar a ameaça que os nativos representavam para o avanço da empresa colonial na capitania. Legitimando, sob a ótica dos invasores, o uso da força bélica para a contenção e sujeição dos nativos. E com isso, além de eliminar a ameaça contra os núcleos coloniais, os colonos também obtiveram os braços que eram empregados nas fazendas de cana e engenhos de açúcar.

O conflito que deu início aos combates mais ferrenhos entre os invasores portugueses e os povos nativos começou quando, em meados de 1560, a Coroa portuguesa ordenou ao capitão donatário Duarte Coelho de Albuquerque II e ao seu irmão, Jorge de Albuquerque, que em razão da morte de Duarte Coelho Pereira, o primeiro donatário que assumiu a capitania, viesse do reino até as suas terras resolver os problemas com grupos nativos que resistiam ao mando do invasor português em seu território. Assim, os senhores da capitania, ao chegarem à terra, passaram a organizar, eles mesmos, as campanhas de combate aos nativos da Mata Sul (Salvador, 2009, Livro I. Capítulo 10: 33-34).

Além disso, as conquistas territoriais abriram espaço para o surgimento de dezenas de engenhos de açúcar e fazendas de cana. Reacendendo, por sua vez, o respaldo institucional dos núcleos urbanos que eram fundados na medida em que as frentes avançavam sobre o território dos inimigos. Assim, esses núcleos urbanos estabeleceram uma rede de comunicação entre si e a sede do poder em Olinda, sede da capitania. Esses núcleos também serviram de apoio para as expedições que foram enviadas aos Sertões do São Francisco. Com isso, Duarte Coelho II buscou reestabelecer os povoados que já haviam sido implantados pelo pai, e que vinham sendo afligidos em razão das incursões dos indígenas, expulsos do litoral pela expansão das vilas e engenhos açucareiros em outras regiões da capitania (Salvador, 2009, Livro I. Capítulo 11: 51-54).

Ao mesmo tempo, a governança da terra buscou fomentar a caça e a apreensão dos nativos com vistas a atender à crescente demanda por mão de obra que a indústria açucareira carecia, disponibilizando novas terras ao usufruto da empresa colonial. Já

havia suspeitas da existência de metais e pedras preciosas na região do São Francisco. Sobre isso, Vera Ferlini (1988, p. 16) comenta: “as preocupações com defesa, fixação de colonos e descoberta de metais preciosos mesclavam-se sempre a incentivos para o desenvolvimento da produção de açúcar”.

Com a chegada de Duarte Coelho II e Jorge de Albuquerque à capitania, os colonos e a governança local tomaram ânimo na guerra contra os grupos indígenas que resistiam à ocupação portuguesa do seu território, sobretudo na Mata Sul, cuja área era bastante cobiçada pelos poderosos da terra. Assim, foi dado início a uma série de campanhas militares organizadas com o intuito de efetivar a conquista da região do Cabo de Santo Agostinho e, com isso, adentrar de uma vez por todas nas terras ao Sul da Vila de Olinda.

Nas frentes de conquista, aquelas pessoas se destacaram por sua aguerrida participação nas batalhas que se seguiram e pela posterior participação na divisão dos espólios. Assim, participaram aventureiros, pessoas do reino, membros de famílias ilustres da terra, funcionários régios e particulares, oficiais mecânicos, pobres e ricos e, até membros da pequena nobreza do reino. Eram, portanto, pessoas das mais diversas origens e estratos sociais que buscavam, por meio da participação nessas guerras, se apossar das terras férteis daquelas paragens e garantir a sua parte na colonização (Salvador, 2009, Livro II. Capítulo 11: 51-53).

A respeito do uso dos termos “nobreza”, ou “nobreza da terra”, comumente utilizados ao longo deste trabalho, nós nos baseamos em Ronaldo Raminieli (2015, p. 24) na obra: *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*, onde o conceito de nobreza é entendido não como elite, mas como privilégio concedido pela monarquia.

Dessa forma, deu-se início a diversas incursões e batalhas contra os indígenas do Cabo e do Rio Ipojuca. Perfilaram nas frentes de combates o governo e a nobreza da terra. Eram pessoas aptas a lideranças, uma vez que detinham os recursos humanos, os insumos e a logística necessária para empreender a conquista da região. Apesar das pesadas perdas em vidas e do empenho de suas fortunas, aquelas pessoas assumiam os riscos em favor dos projetos e ambições do seu clã familiar. Corroborar com isso Maria Fernanda Bicalho (2001, p. 199), quando diz que: “se transferia não raro aos colonos os custos de sua própria defesa”.

Nas fileiras dos homens chamados a empenharem os seus haveres e lealdade ao capitão donatário figuraram pessoas, que segundo Frei Vicente Salvador, eram das principais famílias mandatárias da terra:

[...] de Fernão Lourenço, que partiu da vila de Igarçu e era capitão da dita vila; de Itamaracá Pero Lopes Lôbo que veio com trinta e cinco soldados brancos e dois mil índios flecheiros; de Paratibe partiu Fernandes Mendes Leitão, genro de Jerônimo de Albuquerque, e irmão do Bispo Pedro Leitão então governador do bispado do Brasil; da Várzea do Capibaribe partiu Cristovão Lins, suposto fidalgo alemão; da vila de Olinda participaram diversos mercadores e moradores e por serem de diversas partes do reino, foi ordenado que fossem organizados em três companhias e se pusesse cada uma delas sob as ordens de um capitão. Assim foi posto como capitão dos vienenses, João Paes Barreto; por capitão dos homens do Porto, Bento Dias de Santiago; e por capitão dos homens de Lisboa, o mercador Gonçalo Mendes Delvas. E tendo a frente deles como comandante supremo o donatário Duarte Coelho de Albuquerque em companhia de Felipe de Moura e Felipe Cavalcanti membros de famílias ilustres da capitania (Salvador, 2009. Livro II, Capítulo 15: 57-58.).

O cronista, ao referenciar as figuras que atuaram na liderança das fileiras das guerras de conquista, acaba indicando quais os indivíduos considerados aptos, segundo as hierarquias sociais em voga na época, para estarem à frente dessa empreitada. De acordo com as hierarquias sociais da época, se creditava à elite local a honra de exercer os altos postos militares, por serem pessoas tidas por honradas e nobres. E a tais pessoas cabia acudir, com maior empenho, presteza de seus cabedais e haveres a defesa da sua terra. A esses homens “honrados” cabia, após cumprirem com o seu dever, o direito legítimo ao recebimento das *régias mercês*, ou seja, serem dignos dos favores reais. Desfrutando, em razão disso, de benefícios e privilégios quando se procedesse a repartição dos espólios decorrentes das novas conquistas.

A ida de grupos e pessoas das variadas camadas da sociedade açucareira e do reino de Portugal demonstra as possibilidades virtuais de enriquecimento e prestígio oferecidos pelo negócio do açúcar nos primeiros tempos de expansão da empresa colonial. Assim, a presença de pessoas vindas das mais diversas áreas, já colonizadas no território, como Igarassu, Várzea do Capibaribe, Paratibe, Olinda e de outras áreas sob a influência direta de Pernambuco, como das capitanias de Itamaracá e da Paraíba; bem como de reinóis de diversas partes de Portugal, figurava como claro indício do quanto era vantajoso para a empresa colonial tomar para si aquela região nessas expedições de apossamento daquela área.

Essa participação foi ocasionada pelas estratégias de conquista e alianças políticas que os invasores portugueses costumeiramente faziam nas terras por eles invadidas. Sobre isso, Regina Cecília Gonçalves (2004, p. 4) comenta: “era a velha prática usada pelos colonos dos primeiros tempos da colonização de dividir para conquistar, através da exploração do ódio tradicional existente entre os diferentes grupos indígenas”. Por outro lado, algumas lideranças indígenas se dispunham a colaborar com os portugueses em troca favores e vantagens ante à nova conjuntura que se desenhava.

E por meio dessas alianças, conforme sustenta Paulo Possamai (2012, p. 22-24), negociavam a obtenção de certos privilégios para si e seus comandados naquela nova sociedade que, pouco a pouco, iria se desenhando no Novo Mundo. Diferenciando-se assim, dos demais grupos nativos que, de forma tenaz, lutavam contra o avanço da empresa colonial sobre as suas terras.

Os dados levantados, por meio da pesquisa historiográfica, permitem afirmar que após os invasores haverem logrado êxito na conquista da região do Cabo e arrabaldes do Rio Ipojuca, dando início à divisão das terras entre os colonos, e, em seguida, iniciando o plantio das primeiras mudas de cana-de-açúcar, a instituição dos seus primeiros engenhos e a consequente desmobilização das tropas arregimentadas, novos embates se sucederam na região. Isso se deu em razão da resistência de alguns grupos nativos contrários à presença de colonos portugueses na área. Os indígenas que haviam se refugiado pelas bordas do rio Sirinhaém, passaram a tomar de assalto certas propriedades instaladas na área já colonizada. Surgindo assim, a necessidade de se organizar, a partir da vila de Olinda, novas expedições de combate na região, a fim de submeter, pela força das armas, praticamente toda a região da Mata Sul ao controle das autoridades da capitania.

De acordo com Pereira da Costa (1952. Vol. 1:399) entre os anos de 1565 e 1572 novas guerras de conquista foram travadas entre os indígenas estacionados nas terras de Sirinhaém. Na ocasião, o exército foi dividido em duas frentes: uma flotilha de barcos e caravelões por mar sob o comando de Felipe Cavalcanti, suposto fidalgo florentino; e uma companhia por terra, sob o comando de Duarte Coelho II e Jerônimo de Albuquerque, sendo estas frentes compostas por muitos homens de Olinda e regiões circunvizinhas.

Segundo comenta Frei Vicente do Salvador (2009, Livro II, Capítulo. 15:59), os últimos embates entre os colonos e os gentios pela posse daquelas terras se deram de

maneira tão feroz e com o massacre e apresamento de tantos nativos: homens, mulheres e crianças que o *El Rey* de Portugal, na época, D. Sebastião, ordenou que o donatário deixasse a colônia e fosse prestar contas a ele pessoalmente a respeito desses acontecimentos. Deixando a capitania aos cuidados de seu tio Jerônimo de Albuquerque, já que Jorge de Albuquerque partiu com ele para Portugal.

A ida do donatário ao reino, a fim de prestar contas dos supostos excessos cometidos durante essas campanhas contra os gentios, é um claro indício do quanto os colonos ambicionavam tomar para si aquelas terras. Uma vez que o interesse em angariar terras para a indústria açucareira tinha também por objetivo, travestido de guerra justa, estabelecer um fluxo permanente de mão de obra compulsória para o trato da lavoura canavieira na costa. E isso se dava numa ocasião em que o tráfico negreiro para a colônia ainda não era tão intenso como viria a ser nas décadas seguintes. Ainda com respeito aos massacres infringidos aos povos nativos, Pedro Puntoni (2002, p. 29, 30 e 49) faz a seguinte reflexão a respeito do tema:

(...) a destruição dos índios da costa, por doenças, abusos ou guerras, também impulsionava os colonos a se internar nos sertões, agora em busca de mais mão de obra necessária para os engenhos de açúcar, cuja economia crescera nas décadas de 1570-1580. Segundo Stuart Schwartz, esta política de deslocamento forçado de indígenas se fazia no exato momento da transição do trabalho forçado para o importado, isto é para a escravidão africana. Por outro lado, os grupos indígenas aliados ou pacificados permitiam uma margem de segurança à empresa colonial perante as ameaças externas.

Os interesses dos grupos envolvidos na tomada das terras da Mata Sul eram dos mais diversos, em que, para uns, os sesmeiros, era uma oportunidade rara de enriquecimento e elevação social. Já para os mercadores, a incorporação dessa região à indústria açucareira, significava mais uma oportunidade de expandir os seus capitais por meio dos vultosos empréstimos que faziam aos potenciais senhores de engenho e lavradores que se estabeleceriam na região. Para os da governança da terra e para as famílias já enriquecidas com o negócio do açúcar era mais uma oportunidade de aumentarem os seus cabedais, sua influência política, o prestígio dos seus clãs familiares e estabelecerem redes clientelares naquelas paragens. Para os pobres livres, essas guerras se mostravam como uma oportunidade de galgar alguma posição dentro da sociedade açucareira por meio da recompensa por terem participado desse empreendimento (Santana, 2014, p. 89).

Esses combates tiveram diversos significados para as intuições de poder da época, uma vez que cada uma deles buscou atingir aos seus próprios interesses. Para a Igreja e o seu clero, representava a abertura de novas frentes evangelizadoras junto aos indígenas aprisionados ou aldeados nas missões. A atuação desses clérigos, entre outras coisas, estava em sintonia com os interesses das autoridades coloniais, sendo fundamentais para os “descimentos” de tribos indígenas inteiras para a costa. No trabalho de evangelização dos nativos, destacaram-se os padres da Companhia de Jesus, uma vez que os seus missionários foram peças fundamentais no processo de organização defensiva e econômica das vilas açucareiras da América portuguesa.

Destacamos que o trabalho missionário que exerciam favorecia a obtenção da mão de obra nativa, necessária à execução das atividades agrícolas requerida nos engenhos e fazendas de cana, sobretudo antes da inserção maciça dos escravizados negros na colônia. A inserção dos clérigos católicos nos engenhos açucareiros, dada a obrigatoriedade de se instituir um capelão para cuidar das almas dos moradores daquelas propriedades agrícolas, representou uma importante fonte de receita para eles, fazendo daqueles religiosos significativos instrumentos de doutrinação ideológica a serviço das classes dominantes da época.

Os descimentos tinham papel estratégico fundamental para a consolidação da empresa colonial. Por meio deles os nativos podiam atender a quatro requisitos de extrema importância para a empresa colonial, pois, as aldeias descidas e instaladas nas bordas do mundo açucareiro funcionavam como barreiras entre os colonos e os indígenas do Sertão⁸. Elas também viriam a se caracterizar como uma barreira de contenção, impedindo a passagem dos escravizados negros fugidos dos engenhos e vilas para as densas florestas. Esses aldeamentos funcionavam como um reservatório de mão de obra compulsória ou de baixo custo para os engenhos, vilas e portos coloniais a serviço das ordens religiosas, sobretudo dos Jesuítas que os empregavam nas tarefas diárias dentro de suas propriedades ou mesmo os colocavam a serviço de outros colonos mediante pagamento do aluguel de sua mão de obra.

Além disso, conforme diz Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 181), com a catequese, que lhes era imposta pelos clérigos, tornavam-se aliados indispensáveis

⁸ A respeito dos aldeamentos indígenas, dos conflitos com os colonos e o papel da Igreja nesse processo de descimentos desses nativos, ver (Re) Inventando Mundos: rupturas e permanências na política indigenista colonial. In: Cunha, Elba Monique Chaga da. **Sertão, sertões: colonização, conflitos e História Indígena em Pernambuco no período pombalino (1759 –1798)**, 2013. 135 paginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2013. p. 26-42.

contra os grupos nativos que se colocavam contrários aos projetos colonizadores empreendidos pelos grupos sociais dominantes. Isso explica um dos motivos pelos quais a maior parte dos contingentes que compunham as expedições de conquistas era composto por nativos.

A instituição de novos engenhos e fazendas de cana-de-açúcar nas terras da Mata Sul representava, para o capitão donatário e demais membros da governança da terra, novas fontes de receita com o pagamento da pensão devida pelos sesmeiros ao dito capitão. Havia ainda, de acordo com Beatriz Nizza (2005, p. 58), o recebimento das receitas advindas dos tributos pagos pelos senhores de engenhos e lavradores pelo usufruto da madeira, uso dos cursos fluviais e pescados, então pertencentes, segundo a legislação da época, ao seu senhorio. A incorporação desses territórios à empresa colonial, representava também a expansão do poder político e econômico do capitão donatário. Cabia a ele realizar a distribuição das terras, usando desse instrumento de barganha para tecer laços clientelares com as pessoas ou grupos beneficiados por essas doações.

Sob a perspectiva dos mercadores de escravizados e para a Coroa, os descimentos eram uma oportunidade de ganhos exorbitantes, pois as terras conquistadas careceriam de braços para cultivar as lavouras de cana e para fazer funcionar as engrenagens dos engenhos de açúcar. Lembrando que os portugueses eram os maiores exploradores do tráfico negreiro na época e com as taxações inferidas naqueles negócios pelo estado obtinham muitos lucros para a monarquia portuguesa. Além disso, havia as receitas dos dízimos, devidos a Deus, que os sesmeiros pagavam de todos os frutos que lhes dessem a terra. Todavia, ao rei de Portugal, na qualidade de grão-mestre da Ordem de Cristo que havia recebido do Sumo Pontífice, cabia o direito, de acordo com Salvador (2009, Livro III, Capítulo 1: 23 e 41), recolher e administrar tais recursos com a obrigação de prover a Igreja e o seu clero nas terras conquistadas. Repassando, ainda, a redizima, que é o dízimo de tudo o que rendem os dízimos, ao rei, ao capitão donatário.

Por outro lado, havia também aqueles indivíduos que não tinham obtido o seu quinhão de terra e não estavam ligados ao negócio do açúcar, mas mesmo assim conseguiam, desde que atendessem a alguns pré-requisitos, inserir-se na dinâmica de formulação dessas zonas recém colonizadas. Sendo relegado o grosso dos espólios das conquistas aos mandatários locais que, por sua vez, usavam dos privilégios que possuíam para obter apoio para os seus projetos políticos. Adquirindo com isso, para si

e para os seus, diversas posições que os distinguiam naquela sociedade. Havia também os grandes mercadores e comerciantes com os quais os poderosos da terra já tinham certas afinidades. Por isso, dava-se preferência a eles em certos negócios. Participavam também dessas transações os indivíduos procedentes da pequena nobreza do reino que, em razão dos laços de parentesco que detinham na colônia, tinham a via de acesso à terra facilitada.

Mapa 11 – Afbeeldinge van de Cabo st. Augustin met haer fortten – Cabo de Santo Agostinho (1656)



Fonte: Gallas (2009, p. 169)

Na ilustração acima, identifica-se o acidente geográfico batizado de Cabo de Santo Agostinho. Segundo a descrição da imagem, o cabo aparece com sua colina visível à distância. Sendo essa constatação de vital importância, pois cabo era uma referência para os navegadores daquele período que, navegavam pela então costa pernambucana, uma vez que estava situado a cerca de 30 quilômetros ao sul do Recife. A imagem mostra que o local era bem equipado, com um bom porto, protegido por uma barreira de recifes tendo ao fundo rios que davam acesso ao interior da região por meio de pequenas embarcações.

Na extremidade da ilha, voltada para a entrada do porto, vemos o Forte do Pontal, tendo a oeste um pequeno reduto fortificado. Do lado oposto, a povoação

cercada e protegida por três redutos, além de outro mais ao norte, já fora da cerca ou paliçada. A ilustração mostra que a área do cabo era bem fortificada, pois, junto à entrada do porto, havia um ponto fortificado e um muro de proteção. A meia altura, três redutos e no ponto mais alto o Forte de Nazaré, depois denominado Gijsselingh, pelos holandeses. Em seu flanco sul, ao longo da via de acesso, vinte ou trinta casas, formando o povoado de Nossa Senhora de Nazaré.

As informações extraídas do mapa acima são necessárias a este trabalho na medida em que denotam a importância que essa zona de produção açucareira detinha na época para a administração da terra. Lembrando que a região do Cabo era a porta de entrada por onde se podia chegar, através da navegação dos seus rios, aos núcleos urbanos da vila de Santo Antônio do Cabo, São Miguel do Ipojuca, Nossa Senhora do Ó Vila de Sirinhaém e Escada, entre outras áreas da Mata Sul. Além disso, esse território era ponto de passagem para as terras de São Miguel do Ipojuca, uma das mais ricas zonas produtoras de açúcar da região. Ipojuca, por sua vez, também dava acesso às terras das vilas de Sirinhaém e do Una. Portanto, o sistema defensivo e a estrutura portuária situados na enseada do Cabo denotavam o grande fluxo de capitais investidos na área, onde se buscava garantir a proteção e o retorno de tais investimentos.

3.3 – As vilas açucareiras da Mata Sul

Antes mesmo da instituição dos primeiros engenhos na região da Mata Sul, ocorreu a implantação dos seus núcleos urbanos, uma vez que era preciso dar governo a terra. Promovendo, segundo diz Raimundo Faoro (1999, p. 144), a institucionalização do domínio português sob as bases mercantilistas naquelas zonas integradas sob o cetro real. Diga-se ainda que foi a partir dos núcleos urbanos que se organizou a produção açucareira, o comércio local, a organização administrativa das vilas, o controle fiscal, a defesa e as expedições para os sertões. Sendo assim, usando-se a fórmula usual, tal como se deu em outras áreas da Pernambuco e na América portuguesa, no rastro da ocupação foram constituídos os primeiros povoados daquela área recém incorporada a empresa colonial.

Fernando Novaes defende que o sistema de colonização do tipo *plantation* que prevaleceu nas terras da Coroa portuguesa, sobretudo no Nordeste açucareiro, dada a abrangência de sua dimensão econômica, resultou na montagem de uma economia pensada para atender aos interesses dos grupos burgueses da Metrópole. Assim, na

capitania de Pernambuco, essa atividade econômica encontrou nos vales dos rios Capibaribe, Jaboatão, Ipojuca e Una as condições ideais ao seu desenvolvimento. Sendo condições basilares, segundo Raimundo Novaes (1997, p. 17-26), para a consolidação da economia açucareira e dos grupos de mando a elas associados durante séculos, tanto na Mata Sul, como em outras regiões da capitania.

Kalina Vanderlei Silva (2012, p. 101) é categórica ao afirmar que as vilas e cidades açucareiras são contemporâneas, ou mesmo anteriores, às primeiras fazendas de cana e engenhos açucareiros, pois eram de suma importância enquanto centros políticos e comerciais do período, sendo a princípio, composta basicamente por migrantes portugueses. Ainda de acordo com a historiadora, os primeiros centros urbanos do mundo açucareiro atingiram o seu auge nos séculos XVII e XVIII, em razão da conexão comercial existente e imprescindível entre as áreas produtoras de açúcar, mandioca e outros produtos de relevante valor comercial na época e os portos do Império marítimo português, os compradores desses gêneros tropicais e os traficantes mercadores e traficantes de escravizados. Portanto, a economia daquelas urbes açucareiras eram bastante dinâmicas em razão da importância que detinham para a empresa colonial e seus beneficiados.

Segundo Cecília Barthel Campello (2012, p. 65), “a criação de vilas compunha uma medida estratégica da Coroa para fixar territórios e garantir o povoamento”. A implantação das vilas era, além do mais, uma das imposições feitas pela Coroa aos capitães donatários, bem como a instituição dos integrantes da câmara e posteriormente a condução do processo seletivo, que dentre a elite local, indicariam quais seriam os seus ocupantes.

No mundo colonial, a elevação de um núcleo urbano à condição de vila significava que a Coroa dava àquele território autonomia política e administrativa para conduzir os seus negócios, desde que estivesse em sintonia com os interesses do Estado e da empresa colonial. A esse respeito, conforme destacou Bueno (2009), isso implicava na obrigatoriedade de se mandar “construir uma Casa de Câmara e Cadeia e de um pelourinho fronteiro a ela, Símbolos da autonomia municipal e sede da administração”. Recordando que nas Câmaras, vereadores e juízes cumpriam e executavam funções legislativas, judiciárias e executivas. Concorrendo, assim, juntamente com as autoridades eclesiásticas locais para garantir o ordenamento político, econômico, social e religioso daquelas localidades, conforme os interesses dos grupos dirigentes dos quais faziam parte.

Ainda a esse respeito, Vera Ferlini (1988, p. 15-16) conta que para o efetivo e duradouro sucesso do empreendimento colonial português houve a necessidade de implantação de um substrato urbano e populacional constituído de pessoas brancas, haja vista que a colônia precisava viabilizar o estabelecimento de uma retaguarda populacional leal a Coroa e ao projeto de poder dos grupos sociais dominantes. E com isso, forjou o desenvolvimento da indústria açucareira, tomando para si a responsabilidade de garantir a ocupação do território e a sua defesa. Além disso, a estratégia adotada visava atrair pessoas com os capitais que financiariam a implantação de lavouras de cana e dos engenhos açucareiros, assim como pessoas que garantissem o lucro e a defesa das instituições representativas do poder. Por essa razão, a implantação da estrutura urbana era um ponto-chave para garantir a soberania real na colônia, uma vez que, tinha a função de garantir as imprescindíveis atividades administrativas, militares, religiosas e comerciais no mundo açucareiro, fazendo com que os colonos percebessem o Novo Mundo como uma extensão da metrópole, e não como algo estranho a eles.

A preocupação da administração colonial sobre a questão da implantação dos centros urbanos e do substrato branco, português e católico na América portuguesa assumiu vários aspectos políticos, religiosos, econômicos, administrativos e ideológicos, pois ocorreu no sentido de que, em um empreendimento dessa magnitude, onde se produzia uma mercadoria tão lucrativa para a economia metropolitana, a Coroa não se poderia dar ao luxo de ver perdidas as lucrativas áreas produtoras de açúcar ante a invasão de nação estrangeira. Assim como, à mercê das incursões dos nativos hostis, ou até mesmo, suscetível às revoltas dos negros escravizados, tão corriqueiras durante todo o período colonial.

Contudo, a apreensão das autoridades metropolitanas também era bastante compreensível, sob o ponto de vista das elites coloniais, pois nas décadas e séculos que se seguiram àquelas conquistas houve o crescimento em proporções geométricas da população negra e mestiça na colônia. Portanto, aquelas autoridades metropolitanas e as elites coloniais viam a necessidade de buscar garantir a sintonia de interesses em comum entre os dois lados do Atlântico. Uma das estratégias, portanto, era garantir a consolidação e a reprodução de um substrato populacional branco na própria colônia. Analisando-se o tema sob uma perspectiva sociocultural e política, nota-se que a estratégia era buscar manter a pureza de sangue e a ortodoxia da fé católica naqueles

dias garantindo-se, desta forma, a lealdade dos colonos a sua pátria mãe e fé que os unia.

O medo da revoltada dos oprimidos, por parte das camadas dominantes, sempre foi uma constante no mundo açucareiro. Se a princípio a população colonial, no Novo Mundo, deveria se dividir entre colonizadores brancos e os indígenas, na economia açucareira houve o acréscimo de um terceiro elemento, o negro escravizado, cujo continente atingiu a números incalculáveis (Novaes, 1997, p. 17-26). Apesar dos ganhos financeiros que o tráfico negreiro trouxe para os agentes envolvidos, a presença dos escravizados naqueles espaços se tornou motivo de grandes temores por parte das autoridades da capitania, dos grandes senhores de engenho e da sociedade, de forma geral.

Um fato curioso a respeito das urbes coloniais do mundo açucareiro é que, ao longo do século XVI houve a predominância de brancos nesses sítios, inclusive executando trabalhos mecânicos, além das funções de mando. A partir do XVII, com a inserção de escravizados africanos nas vilas e povoados coloniais, quase toda atividade manual passou a ser executada por trabalhadores escravizados. Certamente houve a existência do trabalho livre, mesmo que em uma proporção bem menor que o trabalho escravo. Havendo, portanto, brancos pobres e sem proeminência social executando atividades mecânicas, mas gozando de um estatuto social superior aos dos negros e dos indígenas que formavam a camada mais baixa daquela sociedade.

É importante que se diga que, apesar da produção açucareira estar na base da economia da colônia, havia trabalhadores escravizados, negros libertos, brancos pobres, pretos nascidos livres e pessoas inseridas nos mais diversos níveis de mestiçagem concorrendo em atividades laborais ligadas ao comércio. Demonstrando, desta forma, que as urbes coloniais podiam ofertar uma dinâmica socioeconômica muito mais intensa que àquela possibilitada pela vida nos engenhos e nas fazendas de cana; devido, sobretudo, às possibilidades que o comércio e o artesanato podiam oferecer aquelas pessoas que viviam naquelas vilas e cidades.

Em decorrência disso, a inserção do elemento negro na execução de trabalhos manuais, tidos como mecânicos, algo desprezado pela sociedade imersa no imaginário barroco, trouxe novos revés, haja vista que essas atividades passaram a ser associadas a pessoas de cor e ou escravizadas. Tornando-se, pois, de certa forma, mais um instrumento utilizado no propósito de inferiorizar social e culturalmente o negro, bem como a depreciação do trabalho manual. Passando essas atividades laborais, segundo

Kalina Vanderlei Silva (2012, p. 103) a serem vistas como algo indigno daqueles brancos pobres, pardos ou libertos que buscavam ascender naquela sociedade de classes.

Após os grupos nativos da Mata Sul terem sido subjugados pela empresa colonial, deu-se à implantação de diversos núcleos urbanos com vistas a, por meio das autoridades ali constituídas, dar o suporte às atividades administrativas, defensivas e, sobretudo econômicas que ali se desenvolveram. Com o repartimento das terras entre os participantes das campanhas entre as pessoas aptas, leiam-se brancas, respeitáveis e detentoras dos recursos requeridos para a implantação de um engenho de açúcar ou fazendas de cana. Dessa forma, a implantação daqueles povoados na Mata Sul, como em outras zonas açucareiras, foi anterior até mesmo ao plantio das primeiras lavouras de cana ou da construção dos primeiros engenhos, haja vista que era a partir desses povoados que se fazia todo o planejamento de ocupação das terras recebidas em recompensa aos serviços prestados ao trono ou aos mandatários locais.

Além disso, após a implantação das sedes das instituições de poder como a casa de câmara e cadeia, igrejas, capelas, palacetes, fortes, conventos entre outros, eram naqueles espaços onde se ajuntavam os mantimentos, víveres, ferramentas e todo o mais necessário para se organizar a defesa dessas regiões contra a incursão dos indígenas, a revolta de escravizados e os ataques de inimigos estrangeiros. Assim como, para se dá início ao árduo trabalho de se constituir uma lavoura de cana ou a montagem de um engenho.

Stuart Schwartz comenta que a política econômica da Coroa para a América portuguesa visava incentivar a formação de novos engenhos e fazendas de cana-de-açúcar, pois tais atividades econômicas, que não eram concorrentes entre si, mas antes se complementavam eram indispensáveis à geração de riqueza em favor da metrópole e o Estado do Brasil. Diante disso, a indústria açucareira, além de gerar receitas para a Fazenda real, também deveria dinamizar o comércio colonial por meio da importação de escravizados e artigos manufaturados, ajudando, por outro lado, a dinamizar o comércio nos portos, vilas e povoados da colônia.

Diante disso, àquela atividade econômica acabava fomentando a geração de trabalho livre na sociedade açucareira, materializando, para alguns desocupados, artesãos e trabalhadores especializados, a possibilidade de ganhar o próprio sustento inserindo-se nos engenhos e vilas açucareiras para desempenhar alguma atividade remunerada (Silva, 2010, p. 41-64). Stuart Schwartz (1988, p. 258) defende que a disponibilização de novas terras como ocorreu na Mata Sul, acabava por possibilitar o

povoamento das zonas rurais. O que, por sua vez, legitimava jurídica e politicamente a formação das vilas e freguesias religiosas naquelas áreas.

Ainda sobre isso, Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 42) esclarece que as vilas açucareiras favoreciam, mesmos entre os trabalhadores livres, certa hierarquização social. Essa estratificação era inspirada na cultura do antigo regime ibérico, embora ressignificada e adaptada às conjunturas étnicas e socioeconômicas dessas localidades. A questão é que a sociedade açucareira apresentava uma diversidade social e profissional tão excepcionais que favoreceu o desenvolvimento de hierarquias e negociações sociais até então inéditas para a cultura nela inserida pelos invasores portugueses.

A figura a seguir é uma obra de Frans Post que traz a representação de uma vila açucareira da primeira metade do século XVII. Na tela é possível ver as construções inseridas naquele espaço e o trânsito das pessoas por uma de suas vias. Através da leitura da imagem podemos inferir pelo aspecto de suas construções que a vila contava com moradores abastados vivendo em seu termo, possivelmente gente da governança local e que, certamente ocupava posições de prestígio nessa região.

O olhar atento sobre a tela sugere que as construções dessa vila eram bem asseadas e detinham um bom acabamento em suas fachadas externas com emboço e pintura nas paredes; e cobertas feitas com telhas de cerâmica. Ainda é possível notar, ao fundo, a paisagem tipicamente rural que circundava esses povoados. A organização física do espaço da vila não permitia uma clara delimitação entre os limites urbanos e rurais, algo bastante comum no passado. Havia, portanto, a sobreposição de territórios, onde urbano e rural se imbricaram e conferiam a paisagem local um mosaico repleto de contrastes.

Imagem 2 – Aldeia, 1670.



Fonte: Lago (2003, p.50-51)

Na figura a seguir, temos uma representação de uma dessas vilas açucareiras fundadas ainda na segunda metade do século XVI na Mata Sul pernambucana. A imagem em questão é da vila de Sirinhaém, concebida ainda período de ocupação holandesa em Pernambuco. O artista responsável pela confecção deste trabalho, Frans Post, pintou entre 1637 e 1644 muitas das principais povoações de Pernambuco e uma parte desse trabalho ilustra o livro de Barlaeus, publicado em 1647. De Sirinhaém há uma gravura assinada e datada de 1645. A data refere-se ao trabalho de gravação, realizado na Europa, após o regresso do artista. Supostamente, a estampa foi baseada em desenho elaborado no local, durante a permanência do artista no Brasil.

Imagem 3 – Serinhaim – 1637-1645



Fonte: Barleus (1647).⁹

Na figura, é possível ver ao fundo a vila de Sirinhaém com umas poucas casas, situada sobre uma colina. A igreja matriz aparece indicada com a letra (A) e, na outra extremidade, o convento (B). Mais para frente, também com a letra A, há outra construção, que poderia ser a ermida, mencionada na planta. A casa do governador (holandês) é indicada com a letra C. No primeiro plano, vemos um carro de boi, um cavaleiro com vestes que denotam importância social e dois carregadores de cor negra, com as cargas à cabeça, atravessando um rio. Além disso, a partir da imagem é possível perceber que o entorno da paisagem é composto por diversos morros. Sendo isso um dos aspectos geográficos que se destacam naquela região.

⁹ Serinhaim 1647. In: BARLAEUS (1647), estampa nº 12. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Mapa 12 – Cabo Santo Agostinho (1634)



Fonte: Caertien vande Cabo st. Augustin en t'Eylant nu genaemt Walcheren.¹⁰

Acima, temos uma representação do Cabo de Santo Agostinho e de outro importante núcleo urbano da época. O local é representado aqui em um mapa da primeira metade do século XVII. Tratando-se da configuração urbana da então povoação Nossa Senhora de Nazaré, representada em uma obra cartográfica datada de 1634. O autor da obra em questão visava situar as lutas para a tomada, pelos holandeses, da ilha que está situada em frente ao Cabo de Santo Agostinho. No mapa é possível perceber que há, nas proximidades do Cabo, o local de implantação da povoação de Nossa Senhora de Nazaré. Nessa ilustração, o povoado de Nazaré é representado esquematicamente, de forma que não é possível ter uma dimensão do tamanho desse núcleo urbano, uma vez que a intenção do autor era representar em detalhes as posições das tropas, das fortificações, dos navios, das tropas invasoras e da resistência luso-brasileira que lutou pelo domínio daquela região.

¹⁰ Santo Agostinho – 1634. In: Caertien vande Cabo st. Augustin en t'Eylant nu genaemt Walcheren. Original manuscrito, pertencente ao Stadsarchief Gemeente Deventer, anexo a uma carta de 10 de junho de 1634.

Segundo frei Venâncio Willeke (1956, p. 13), a partir de fontes consultadas por ele, Ipojuca, referida por ele como Vila de Ipojuca, já havia se configurado como freguesia entre 1589 e 1590. Nesse período a sua paróquia já estava devidamente constituída. Além disso, o autor afirma que a jurisdição dessa paróquia se estendia de “Tabatinha e da aldeia de N.ª. da Escada até a aldeia de Una” (limites atuais entre Pernambuco e o Estado de Alagoas). Ainda segundo frei Venâncio, a “aldeia de N. S.ª. da Escada foi fundada logo depois de 1589 pelos padres jesuítas, enquanto a aldeia de Una, já em fins de 1593, era curada pelos franciscanos”. Essas informações, aliadas a outras já mencionadas no texto, indicam a importância, também religiosa, que aquelas vilas açucareira alcançaram junto às lideranças católicas na colônia. Naquele cenário a vila de São Miguel do Ipojuca, uma das mais ricas vilas de Pernambuco, assumia a jurisdição religiosa de diversas outras paróquias da Mata Sul ainda em finais do século XVI. O que nos indica que Ipojuca, naquele período já despontava como um importante centro político, econômico e religioso da própria capitania de Pernambuco.

Mais adiante, em meados do século XVII, Gaspar Van Barlaeus (1960, p. 60) em seus escritos sobre o governo holandês do Brasil, nos apresenta uma Ipojuca populosa. E que, apesar dos problemas acarretados com a ocupação batava, ainda dinâmica economicamente “(...) S. Miguel de Ipojuca, muito populosa, a 10 léguas do Recife. Tem 13 engenhos, que produzem anualmente grande quantidade de açúcar”. Em um trecho, mais adiante, o cronista faz referência a algumas das vilas açucareiras discutidas neste trabalho:

São cinco as cidades da província: Iguaraçu, Olinda, Maurícia, que abrange Recife e uma cidade recente na ilha de Antônio Vaz, Bela Ipojuca e Vila Formosa do Serinhaém. As povoações são: Muribeca, S. Lourenço, Santo Antônio, Santo Amaro e outras do tamanho de vilas (Barlaeus, 1960, p. 60)

Portanto, a partir do interesse de Gaspar Barlaeus por aquela vila, podemos constatar como, mesmo no período de domínio holandês em Pernambuco, Ipojuca e seus arrabaldes constituíam uma peça importante no tabuleiro político-econômico da região. Se configurando como zona de interesse estratégico para os holandeses com vistas a assegurar o domínio naquele território que detinha atrativos ambientais que se mostravam bastante favorecedores da economia açucareira. Uma vez que a posição estratégica de portos como: porto de Galinhas, Suape e Pontal do Serrambi; a presença de um modesto estaleiro na Ilha de Santo Aleixo; a presença de pequenos ancoradouros nos meandros do rio Sirinhaém; a proximidade com o Cabo de Santo Agostinho; e a sua

sempre referendada produção açucareira, faziam com que os holandeses voltassem seus olhos para aquele território. Também as vilas mencionadas eram reduto de muitas das principais famílias ilustres de Pernambuco daquela época. E dessa forma, segundo defende Possamai (2012, p. 158), para os holandeses, controlar seus engenhos e núcleos urbanos significava também enfraquecer e minimizar a capacidade de reação dos seus mandatários locais ao seu domínio.

Segundo escreveu o belga Adriaen Verdonck (2004, p. 64), em *Memória oferecida ao Conselho Político de Pernambuco de 1630*, as zonas de maior produtividade açucareira na capitania de Pernambuco tinham início nas “Alagoas e tomavam corpo em Porto Calvo e em Sirinhaém; o centro localizava-se nos vales dos rios Ipojuca, Jaboatão e Capibaribe, onde estavam os principais engenhos”. Portanto, essa era também uma constatação que o vale do rio Ipojuca era um dos polos da indústria do açúcar naquelas terras. Com isso, deduzimos quão elevados foram os investimentos feitos naquela freguesia pelos grupos envolvidos naquele tipo de empreendimento.

Segundo Pereira da Costa (1952, vol. 2:114) a freguesia de Ipojuca contava, por volta de 1746, com 591 fogos (habitações) e exatamente 5.514 habitantes. Ainda segundo o autor, a freguesia contava com 22 capelas e 21 engenhos, sendo 5 engenhos de fogo morto, ou seja, que não produziam açúcar. Esses dados são interessantes porque o número de habitantes fornecidos por Pereira da Costa se aproxima das informações dadas por Domingos Loreto Couto sobre o mesmo período.

A informação acima dá embasamento para levantar a seguinte questão: como é possível inferir que a freguesia de Ipojuca era bem povoada, apenas a partir das observações tecidas por esses cronistas e informações trazidas de segunda mão, por Pereira da Costa? Bem, se fizermos uma comparação, dos dados fornecidos por essas pessoas a respeito de Ipojuca, com as informações que eles também nos forneceram sobre as outras povoações da Mata Sul, podemos chegar a uma estimativa próxima da realidade.

Dessa forma, o quadro a seguir visa facilitar essa compreensão para que possamos chegar a algum entendimento sobre essa questão.

Quadro 1 – Análise da população das vilas açucareiras da Mata Sul

Freguesias	Adriaen Verdonck – Séc. XVII (1630, p. 37-38)	Loreto Couto ²¹⁸ – Séc. XVIII (1904, p. 166-168)
Santo Amaro do Jaboaão	Sem menção	+ 300 habitantes
Santo Antônio do Cabo	Sem menção	300 habitantes
São Miguel do Ipojuca	600 habitantes	+ 6000 habitantes
Nossa Senhora do Ó	Sem menção	+ 1000 habitantes
Sirinhaém	500 habitantes	+ 500 habitantes

Fonte: Santana, 2014, p.120

Portanto, se os dados listados acima estiverem corretos, apesar de haver carências de informações para o século XVII a respeito das vilas de Santo Amaro de Jaboaão, Santo Antônio do Cabo e o povoado de Nossa senhora do Ó em Ipojuca, essas informações sugerem que Ipojuca, além de contar com número considerável de engenhos a pleno vapor, tinha ainda, uma economia subsidiária à produção açucareira que absorvia uma parte desse contingente populacional que residia em seu termo.

Os dados são importantes porque indicam o quanto aquelas vilas açucareiras conseguiram agregar em torno de si no decorrer dos três primeiros séculos de colonização portuguesa, servindo de palco para diversas disputas econômicas, políticas, sociais, militares e religiosas. Assim, era uma região que comportava áreas produtoras de açúcar e urbes açucareiras como as vilas de Santo Antônio do Cabo, Sirinhaém, São Miguel do Ipojuca, Escada, Santo Amaro do Jaboaão, Muribeca dos Guararapes e diversas outras povoações menores, mas de relevância política e econômica para o sistema colonial. Naqueles locais, os detentores do poder político e econômico de fato arrogavam-se de pertencerem às antigas linhagens que colonizaram a capitania e que inclusive tomaram parte das lutas que se travaram contra os holandeses por toda a capitania no período da ocupação holandesa.

Os membros dessas elites que pelejaram contra os povos nativos ao integrar essas campanhas eram, em parte, homens que já haviam formado clãs familiares, ou seja, que já integravam a elite colonial. Perfilando naquelas frentes de batalhas prósperos comerciantes e mercadores, lavradores de cana livres, senhores de engenhos, burocratas a serviço da Coroa, oficiais militares, cavaleiros de ordens religiosas, familiares do Santo Ofício, oficiais da Câmara de Olinda e os da governança da terra (Santana, 2014, p. 84-85).

Eram, portanto, integrantes da chamada nobreza da terra. E mesmo quando se tratava de indivíduos provenientes de famílias sem raízes políticas, em razão de suas procedências, serviços prestados, cabedais e outros atributos distintivos, acabavam sendo assimilados facilmente pela elite local. Assim, já sendo detentores dos atributos já mencionados, o fato de participar daquelas campanhas facilitava o seu acesso a patamares hierárquicos superiores dentro da sociedade colonial açucareira.

3.4 – O uso da mão de obra negra escravizada enquanto base de sustentação econômica da Indústria e da sociedade açucareira

A experiência que os portugueses adquiriram com o tráfico negreiro e o uso da mão de obra escravizada em larga escala também foi oportunizada pelas atividades mercantis desenvolvidas nas ilhas do Atlântico. Certamente, para que os lusitanos pudessem ter lucros que validassem os investimentos feitos eles buscaram a intensificação do já existente comércio de seres humanos de origem africana. Buscando com isso aumentar a produtividade nas fábricas e lavouras de cana-de-açúcar. Nas ilhas de São Tomé e Príncipe o emprego da mão de obra negra escravizada teria atingido proporções até então inéditas.

Além disso, graças ao conveniente apoio da Cúria Romana, os traficantes de escravizados puderam contar com um arcabouço doutrinário que legitimava o comércio daqueles seres humanos. Em outras palavras, dava-se o aval para a objetificação e escravização dos africanos sem que isso pudesse vir a contrariar qualquer princípio cristão. Dessa forma, sob a justificativa frágil de evangelização, o Sumo Pontífice, por meio da bula *Romanus pontifex* em 1455 (Alencastro, 2000, p. 54), ofertou a mercadores e traficantes de seres escravizados as bases que davam legitimação para o infame comércio, e para que as monarquias ibéricas continuassem a lucrar e agir

livremente na costa da África ao custo da ruína de milhões de seres humanos durante mais de quatro séculos.

A respeito da alta lucratividade desse negócio Felipe Alencastro (2000, p. 54) tece o seguinte comentário:

[...] percebe-se que a pilhagem [...] das aldeias africanas por corsários e piratas europeus não daria conta, por si só, da demanda escravista se avolumando na península Ibérica, nas Canárias, na Madeira, em Cabo Verde e São Tomé antes mesmo do descobrimento do Brasil. De fato, os portugueses não permanecem muito tempo com os pés fora do chão na Alta Guiné.

Na África negra, os portugueses buscavam tirar o máximo proveito econômico desse tipo de comércio com o mínimo de ocupação possível desses territórios, valendo-se de acordos políticos e econômicos com as elites locais africanas. Usando, por outro lado, a bandeira da expansão da fé, alegando o caráter salvacionista do tráfico negreiro; uma vez que a redução de milhares de seres humanos a escravidão era interpretada, convenientemente, como uma ação redentora. De acordo com o padre Antônio Vieira, falando a respeito da escravidão negra no Brasil nos idos do século XVII: “extraídos da África pagã, os negros podiam ser salvos para Cristo no Brasil Católico” (Alencastro, 2000, p. 53). Isso, no entanto, não apagava o caráter predatório do tráfico negreiro e da própria ação religiosa dos missionários católicos que trabalhavam em associação no continente africano, agindo junto aos traficantes de escravizados. Como resultado, inúmeras comunidades sofreram uma intensa desagregação familiar, política e cultural cujos efeitos se fazem notar até os dias atuais em vários territórios africanos cujas populações vivenciaram aquele processo histórico.

Tomando como referência o caráter comercial do tráfico negreiro percebemos que havia muitas vantagens para os financistas desse negócio, para a própria Coroa e para os produtores de açúcar. Vera Ferlini (1988, p. 21) comenta o que parece ter sido o mantra da época: “produzir com escravos era produzir mais”; garantindo os insumos necessários para a máxima obtenção de lucros por meio desta atividade econômica, justificando assim, todas as medidas adotadas para atingir este propósito.

Ainda no século XVI, conforme defende Felipe de Alencastro, apesar do declínio da produção açucareira nas ilhas do Atlântico, os portugueses, continuaram mantendo altos lucros com o negócio do tráfico negreiro na África. Assim, a monarquia portuguesa e os grandes mercadores de escravizados buscaram tornar o tráfico de escravizados nos dois lados do Atlântico Sul ainda mais rentável. Passaram a investir

estrategicamente nessa atividade comercial, com vistas a abastecer a princípio a demanda crescente por essa mão de obra na América espanhola e posteriormente as lavouras de cana e engenhos de açúcar no Brasil. Ocorrendo, desta feita, uma viragem na estratégia mercantilista portuguesa no mundo atlântico, deixando o negócio do açúcar circunscrito à América portuguesa (Alencastro, 2000, p 30-38).

Segundo o historiador Leandro Souza (2022, p. 132) a capitania de Pernambuco se destacou por ser a primeira a receber escravizados africanos para serem sujeitados ao trabalho compulsórios nas lavouras canavieiras e engenhos de açúcar. Importa recordar que não foi em vão que diversas frentes de batalha foram abertas para agregar novas terras a empresa colonial. Esses elementos, por si só, demonstram que, até certo ponto, havia uma harmonização dos interesses entre a burguesia metropolitana – tanto aquela instalada no reino quanto aquela que estava pulverizada e atuante nas mais diversas atividades econômicas na capitania de Pernambuco – e as elites forjadas à sombra do avanço e consolidação da empresa colonial no território.

Diante dessa viragem na estratégia de exploração de suas possessões coloniais ultramarinas, a Coroa portuguesa deixou de estimular a constituição e permanência de engenhos açucareiros em outros pontos dos seus domínios ultramarinos. Deixando essa atividade econômica como base do sistema de produção e exploração colonial na América portuguesa. Dessa maneira, o tráfico de negreiro, fomentado pelos portugueses, foi voltado para atender a demanda da indústria do açúcar. Estabelecendo-se, assim, uma interdependência econômica entre os seus domínios na América e as suas colônias na África (Salvador, 2000, p. 29-36).

A esse respeito, Felipe Alencastro (2000, p. 38) defende que:

(...) o trato negreiro será um instrumento privilegiado de desencravamento da produção (...) dado que os lucros potenciais das fazendas e engenhos servem de garantia para a compra de novos fatores de produção (escravos), o excedente é investido produtivamente: os escravos representavam um quinto do investimento num engenho de açúcar e metade dos investimentos dos lavradores de cana.

As transações que envolviam a indústria açucareira rendiam muitos ganhos para os mercadores, atravessadores, financistas, traficantes, para o estado português, os senhores de engenho e para os fazendeiros de cana. Sendo, no entanto, uma riqueza cujo acesso era limitado a uma pequena parcela das pessoas envolvidas direta ou indiretamente nessa atividade. Na “civilização do açúcar” centenas de milhares de seres

humanos escravizados ou livres, pobres e desprestigiados, não colheram as benesses da opulência geradas pelo açúcar.

Lilia Schwarcz destaca que a escravidão, dentro da sociedade brasileira, fora em primeiro lugar um instrumento de legitimação de uma pretensa superioridade dos brancos sobre os negros e indígenas, tornando a desigualdade “algo natural”. Ou melhor dizendo, como algo inexorável a condição do ser negro. Essa “verdade revelada” foi ventilada na sociedade escravista sem que fosse estabelecida qualquer relação com o modelo de dominação e exploração perpetrados pelos europeus. Além disso, o trabalho forçado sob o estalo do chicote tornou-se algo indissociável do negro, ora reduzido à condição de escravo. Favorecendo e legitimando, assim, o emprego da violência em um modelo de sociedade profundamente desigual. Esse círculo vicioso de exploração fomentou a coisificação de grupos étnicos específicos pelos brancos europeus (Schwarcz, 2012, p. 37).

Era uma conjuntura sociocultural em que se, por algum lance de sorte, membros dos grupos subalternos galgassem a liberdade e/ou algum cabedal, para a grande maioria das pessoas que se encontravam nessa condição, essa possibilidade jamais se vislumbraria. Sendo isso agravado pelos fatores religiosos e de cor da pele, bastante estigmatizados pelos europeus e seus descendentes, que os demonizavam e os associavam à escravidão, e que interditou, ao menos em tese, o acesso daquelas pessoas a certos símbolos de prestígio social em meio àquela sociedade (Silva, 2010, p. 17).

No entanto, apesar de os portugueses já trazerem consigo uma vivência, obtida nas ilhas do Atlântico, com o negócio do açúcar, o tráfico negreiro e a escravização do africano, formou aqui um modelo de sociedade bastante diverso daquilo que conheciam. Assim, apesar de ser uma sociedade gestada sob a predominância da cultura do grupo dominador, e influenciada por uma experiência prévia no velho mundo europeu e em outros territórios de além-mar, a colônia assumiu aspectos distintos de tudo o que havia sido concebido até então. Engrenagens sociais, econômicas, políticas e culturais foram realinhadas com vistas a fazer frente às necessidades impostas pelas conjunturas locais. Assim, em um cenário onde a evolução das técnicas de produção, a implantação da mão de obra escravizada majoritariamente negra, a inserção de um elevado volume de capitais e o fomento de uma atividade econômica numa escala nunca antes vista fez do mundo açucareiro um espaço de diversas trocas e negociações socioculturais. Mas, acima de tudo, fomentou-se uma sociedade profundamente desigual e injusta (Santana, 2014, p. 64-65).

É importante que se diga que o escravismo colonial, na América portuguesa, combinou-se com a herança estamental emanada da cultura Ibérica que já estabelecia diferenciações entre os brancos nascidos em Portugal e no Brasil. Caracterizando-se, portanto, como uma diferenciação regrada pelo nascimento e não pela condição econômica do sujeito. Sendo isso, no entanto, diferente da condição do escravizado que era regrada por um aparato jurídico que o relegava a condição de propriedade de outrem, mercadoria ou coisa. Podendo ser, portanto, passível de compra, venda e usufruto, pois essa era a condição enquanto cativo (Martins, 2020, p. 29-31).

Uma característica peculiar do mundo dos engenhos de açúcar era a questão do prestígio social, haja vista que o prestígio de um senhor de terras ou de um produtor de açúcar, muitas vezes, era medido pela quantidade de escravizados que possuía nas lavouras de cana ou nas fábricas. Deter a posse de pretos cativos era estratégico para aqueles que almejavam se destacar naquela sociedade, pois agregava valor ao capital simbólico dos grupos sociais associados a essa atividade.

Manter a posse de escravizados era indício de que os proprietários de determinada lavoura ou fábrica detinham os meios necessários para prosperar e aumentar as suas fortunas pessoais. Não sendo em vão que o cronista Antonil (1982, p. 89) escreveu o célebre comentário a respeito da importância que a escravidão havia adquirido para a produção açucareira, quando disse que: “os escravos são as mãos e os pés dos senhores de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”.

Assim, a inserção da escravidão, seja indígena ou negra, na América portuguesa, favoreceu o desenvolvimento de um ciclo econômico que se tornou fundamental para o modelo de sociedade e de colonização implantada nessas terras. Ainda a esse respeito, José Martins (2020, p. 34) destaca que:

[...] a hegemonia do comércio na determinação das relações de produção na economia não se definia apenas pelo primado da circulação, mas também pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entrava no processo como mercadoria [...]. Pode-se, pois, dizer que, na economia colonial, o processo de constituição da força de trabalho é regulado, antes de mais nada, pelas regras de comércio [...].

Entre as décadas de 1570 e 1590 o volume de negócios relacionados ao tráfico negreiro e à produção açucareira atingiu proporções até então inéditas no Atlântico Sul. Tornando, assim, a economia do mundo açucareiro cada vez mais dependente da mão

de obra escravizada e gerando uma interdependência entre um tipo de negócio e o outro. Essa interconexão definiu a estrutura fundiária já nos primeiros séculos da história do Brasil, reverberando na tessitura das relações sociais que germinaram nesta terra.

José Martins (2020, p. 34) sustenta que no sistema escravista o trabalho era compulsoriamente despojado de qualquer coisa que pudesse chamar de seu, inclusive o corpo deixa de ser sua propriedade para se tornar uma mercadoria, podendo assim, perder o mando sobre a sua própria força de trabalho. Ainda de acordo com o autor, aquele despojamento de si mesmo era a condição necessária para que o trabalhador figurasse no processo de produção como um escravo, ou seja, propriedade de outro que detinha a posse da terra e da força de trabalho tal qual uma mercadoria, só que com alto valor monetário.

Tendo em vista que a escravidão funcionou como um tripé que deu sustentação ao sistema de exploração e privilégio adotados, Manoel Correia de Andrade comentou o seguinte: “civilização do açúcar só se fez viável graças à redução de grupos humanos a condição servil” (Andrade, 2007, p. 31-32 apud Quintas). Assim, sob o beneplácito das instituições mais poderosas e representativas do mundo colonial: a Coroa portuguesa e a Igreja Católica Apostólica Romana, legiões de seres humanos de origem africana foram reduzidos à condição servil. Sacrificando as suas liberdades, saúde e a própria vida, viabilizando forçosamente a colonização, o surgimento e a consolidação da primeira elite genuinamente brasileira.

A escravidão, seja do nativo ou do negro de origem africana, definiu-se no mundo colonial como uma forma extremamente elaborada de exploração até a exaustão da força de trabalho compulsoriamente inserida naqueles espaços. A apropriação do corpo e, conseqüente, da força de trabalho dos escravizados se deu em razão da transformação desse trabalhador em mercadoria cuja apropriação da riqueza por ele gerada se deu em inteira sintonia com os interesses do capital comercial. Sendo assim, o escravizado servia para a engrenagem que viabilizava, aqui se referindo ao mundo açucareiro, a produção, a geração de riqueza e o *status quo* dos grupos estabelecidos nas zonas açucareiras. Garantindo, de maneira compulsória e indiferente a sua vontade, a manutenção e replicação daquele modelo de sociedade (Martins, 2020, p. 33).

Emilio Gennari (2008, p. 22) faz alguns apontamentos onde nota-se a maneira com os escravizados eram vistos e tratados naquele sistema:

[...] a relação dos senhores com a massa escrava baseava-se no princípio de use e abuse. A duração da jornada de trabalho não reconhece limites e, sobretudo, nas épocas de corte e moagem da cana, passa das 15 horas diárias. Em geral, a labuta vai de segunda a segunda com cinco dias de descanso por ano: Natal, Epifania, Páscoa, Ascensão e Pentecoste.

No sistema escravista, e sobretudo no mundo açucareiro, formavam-se dois grupos distintos: os que trabalhavam no eito, sujeitos a árduos trabalhos, e os que eram destinados aos serviços domésticos, na casa da família senhorial. Esses últimos, em tese, não eram submetidos a atividades laborais tão exaustivas como os demais, mas estavam sujeitos à mesma exploração, desrespeito e violência de todas as ordens sofridas pelos seus irmãos que trabalhavam no eito.

Em relação à condição das negras escravizadas e destinadas ao trabalho doméstico, nas casas dos seus senhores, é importante que se diga que a função exercida por elas, muitas vezes, não se limitava ao trabalho doméstico. Possuíam obrigações na esfera pessoal e social de seus patrões, inclusive, sendo obrigadas à subordinação sexual. Também havia a possibilidade de virem a ser alugadas a outros senhores. Esse tipo de subordinação, diga-se de passagem, poderia vir a recair a todos os tipos de criados da família senhorial, fossem eles libertos, pobres e livres, negros, mestiços ou a minoria branca.

A este respeito, havia a situação vivenciada por agricultores brancos e livres, mas extremamente pobres, que por não serem possuidores de terras para o plantio e sobrevivência, eram constrangidos a submeter-se a vontade dos senhores de engenho para que assim pudessem ter o direito de cultivar algum pedaço de terra e plantar gêneros alimentícios. Sendo obrigado, de acordo com os pesquisadores Jeanne Moura e Cleiton Maciel (2013, p. 246), a prestarem algum tipo de serviço àquele senhor ou fornecer abaixo ou a custo zero uma parte de sua produção ao engenho.

Ainda sobre o tema Wanderley (2009, p. 130) esclarece que o morador ou trabalhador livre do engenho, que se ocupava do plantio e cultivo de gêneros alimentícios, não poderia ser chamado de agricultor, pois não dispunha da posse da terra, ou seja, não era detentor dos meios de produção. Devendo ser classificado, portanto, como um trabalhador rural que via na possibilidade de estabelecimento de um acordo, ou contrato de trabalho com o senhor, a única forma de manter uma organização familiar que lhe permitisse empregar os seus familiares na produção agrícola, garantido assim, mesmo de maneira precária, o seu sustento e o de sua família.

Em relação ao trabalho exercido na produção açucareira e nos engenhos havia diversas categorias de negros: especializados, mestres de açúcar, barqueiros, ajuda-barqueiros, purgadores, caixeiros, calafates, caldeireiros, tacheiros, carpinteiros e pedreiros (Ferlin, 2002, p. 21- 34 apud Szmrecsányi). Essa espécie de divisão especializada do trabalho, possivelmente, contribuía para favorecer uma espécie de estratificação social, entre os escravizados. Para os que detinham algum saber, seu trabalho tornava-se de suma importância para o funcionamento do engenho e / a fabricação do açúcar e assim acabavam por ascender a uma posição onde não sofriam tantas violências físicas e morais como os demais, cujo conhecimento não era específico. Embora não estivessem isentos de sofrer severas punições, caso viessem a causar algum prejuízo ao sistema de produção do engenho.

Deve-se entender, a partir dessa análise, que a relação de mando e desmando no Brasil colonial, a partir da inserção do negro escravizado, foi definida pela cor da pele. Fato este encarado com muita naturalidade pela sociedade da época, uma vez que a imagem do homem negro era vislumbrada somente no trabalho manual, de força, de servidão e de animalização. Associou-se à figura do negro escravizado à ideia de animal bestializado, desprovido de alma e de qualquer vontade. Essa condição que foi construída no imaginário da sociedade colonial acabou por se configurar um axioma profundamente cristalizado na sociedade brasileira até hoje. Assim, essa relação de servidão dos negros escravizados permanece mesmo após a assinatura da Lei Áurea (13 de maio de 1888), pois a maioria dos trabalhadores domésticos e braçais, em nosso país, continua sendo formada por homens, mulheres, jovens e crianças negras.

Portanto, a concentração de renda, terras e poder, assim como o trabalho mecânico marginalizado configuraram-se como elementos e motivações que estruturaram a sociedade açucareira de seu modo peculiar, o mesmo que, provavelmente incorreu numa relação homem-natureza específica, gerando o contexto ambiental conhecido hoje. Ensejando um acentuado e progressivo processo de degradação ambiental (Barreto, 2012, p. 333).

3.5 – As estratégias utilizadas pela nobreza da terra para se perpetuar como grupo social dominante

Segundo afirma Fábio Barcelos (2010, p.9) a monocultura da cana-de-açúcar teve um papel indispensável no processo de ocupação da América portuguesa. Vindo,

assim, atender aos anseios da Coroa e dos grupos mercantis por ela apoiados que estavam ansiosos para garantir a posse e fomentar uma massiva exploração das riquezas da terra. Para tanto, foi preciso criar mecanismos de atração de colonos e capitais para a produção de riqueza na colônia. O Estado português resolveu essa questão por meio das capitâneas hereditárias cujo maior legado foi garantir a posse e efetiva colonização do gigantesco território. Além disso, ao conceder terras e direitos aos donatários, o estado português viabilizou a administração civil do território e o seu povoamento. Sendo isso bastante útil em uma terra onde não havia um estrato populacional de origem portuguesa que pudesse ser organizado em municípios.

A ocupação do território foi efetivada graças aos artifícios políticos e econômicos, adotados pela Coroa portuguesa, concedendo à particulares a incumbência da efetiva colonização do território, sem tomar para si qualquer ônus para provê-los dos recursos necessários para alcançarem aquela meta. Uma vez que, quase toda a despesa para realizar aquele feito, correu por conta dos próprios donatários, seus parceiros e associados. A estratégia adotada pela administração portuguesa buscou incentivar a vinda e a fixação na colônia de um substrato populacional minimamente branco e católico que tomasse para si a missão de dar segmento ao projeto da metrópole (Santana, 2014, p. 68-69). Dessa forma, era garantida a governança e a exploração da colônia.

Cabia aos capitães donatários a missão de promover a empresa colonial no território, assim como, a responsabilidade pela defesa da terra. A Coroa, de acordo com Beatriz Silva (2005, p. 43-44), por sua vez, com a adoção dessas medidas, fortaleceu os grupos mercantis da metrópole e impulsionou as transações comerciais, por meio da obrigatoriedade de se fundar engenhos nos vastos territórios. Também, concebeu aos donatários o direito de fatiar as imensas glebas de terra recebidas em sesmarias ou datas de terras, aos seus parceiros nas guerras de conquistas e aqueles que tivessem cabedal suficiente para gerar riquezas.

De acordo com Vicente Tapajós (1966, p. 51) com a doação de terras, o beneficiário também se comprometia a, por um período, empreender ações que tornassem a terra produtiva por meio da inserção de atividades econômicas rentáveis. Dessa forma, os sesmeiros, sob a pena de multa ou de perder o direito à terra recebida, além do benefício recebiam a obrigação de dinamizar a economia local, sendo lucrativo para a fazenda real e gerando receita para a capitania, dando sentido ao propósito da colonização.

Fica patente que nas primeiras áreas efetivas de colonização contínua na América portuguesa a empresa colonial só conseguiu se firmar graças à agricultura de exportação baseada no grande latifúndio, na produção açucareira e no trabalho escravo. Vera Ferlini (1988, p.18-19) defende que a doação de terras só se fez aos colonos que assumissem tacitamente que detinham os meios possíveis para direcionar as posses recebidas para a produção em larga escala de produtos rentáveis e que pudessem ser inseridos na lógica do mercantilismo. Garantindo, com isso, os lucros esperados pelos financistas e pela monarquia.

Por outro lado, a Coroa portuguesa, em retribuição ao empenho dos capitães donatários, concedia-lhes alguns privilégios fiscais, administrativos, jurídicos e econômicos. A ideia, de acordo com Regina Gonçalves (2004, p.2), era fomentar a distribuição de terras para a formação de grandes latifúndios destinados à produção de cana-de-açúcar e à instituição de engenhos através da doação de lotes. Isso graças a concessões reais e a algumas isenções fiscais, destinadas a garantir a lealdade da elite que se formou devido às ações predatórias da empresa colonial cuja função era garantir o máximo lucro aos investidores metropolitanos e a fazenda real.

O mapa a seguir nos traz uma representação da Costa da América portuguesa, cuja demarcação tem como base o Tratado de Tordesilhas. Além disso, o mapa mostra no seu canto superior esquerdo um texto com informação sobre a terra do Brasil. Nessa ilustração, feita por Luiz Teixeira entre 1585-1590 pode-se ver o recorte das capitanias hereditárias com os seus respectivos limites geográficos. É interessante perceber que o autor as nomeia segundo o nome dos seus donatários, onde facilmente nota-se o recorte geográfico atribuído à Pernambuco, sendo ela a terceira capitania no sentido Norte-Sul do mapa, de Jorge de Albuquerque, então donatário da capitania de Pernambuco que a herdou em razão da morte de seu irmão, Duarte Coelho II, ocorrida na costa do Marrocos, Norte da África.

Mapa 13 – As capitanias do Brasil, c. 1585-1590.



Fonte: Luiz Teixeira (c. 1585-1590), adaptado pelo autor¹¹

Ademais, no escopo do modelo de sociedade que ia sendo tecido no território, ao longo dos séculos XVI e XVII, os seus capitães donatários acabavam tendo um alto poder de barganha social e política frente aos grupos sociais que, pouco a pouco, iam se constituindo na capitania, pois tinham ao seu dispor um imenso arsenal político, jurídico

¹¹As capitanias do Brasil e o litoral da América do Sul entre a foz do Amazonas e a Terra do Fogo, incluído no Roteiro de todos os sinaes...que há na costa do Brasil... Luiz de Teixeira, c. 1585-1590.

e administrativo que lhes permitia indicar os ocupantes dos ofícios da câmara e proceder à doação de terras as pessoas que bem entendessem, onde certamente sabiam tirar proveito dessas prerrogativas para atingir os seus objetivos. Sabendo assim, usar os interesses dos colonos em prol do desenvolvimento da riqueza econômica e da elevação do prestígio de seu clã junto à Coroa, pois se, por um lado, fazia largas doações de terras a pessoas pertencentes a certos grupos sociais, por outro, incentivava a formação de novos engenhos e lavouras açucareiras. Fomentando, concomitantemente, o desenvolvimento de um tipo de elite ligada a ele por laços de solidariedade política, econômica e social, a qual poderia dispor para atingir os seus projetos pessoais.

É interessante destacar que no lastro das conquistas territoriais, em primeiro lugar, foram fundados os núcleos populacionais, pois tinham o propósito de organizar as novas frentes de invasão e/ou conquistas das terras tomadas a força dos povos nativos. A jogada político-econômica da governança de Portugal fora bastante perspicaz, uma vez que, de um só golpe, o rei resguardava o seu monopólio sobre o pau-brasil e outras riquezas do território; se livrava de uma parte da população miserável e/ou envolvidas em delitos e crimes diversos, tais como ociosos, pobres, degredados, órfãos e vagabundos para povoar a colônia, além de agradar os grandes do reino ou aqueles com alguns recursos: mercadores, gente da aristocracia militar, pequenos comerciantes, alguns letrados e gente da pequena nobreza, com a missão de efetivar a posse da terra e fazê-la prosperar em benefício do reino. E tudo isso se fez sem que o Estado perdesse o controle e a soberania régia sobre esses domínios.

Segundo Laima Mesgravis (2012, p. 42-43 apud Freitas) até o século XVIII, os indivíduos que vinham espontaneamente para a colônia eram, em geral, pessoas que vinham sozinhas, ou seja, eram grupos formados por homens solteiros, ou que haviam deixado as suas esposas e filhos no reino. Assim, solteiros ou casados, eram homens que estavam dispostos a tudo para angariar meios e riquezas suficiente para mandar buscar os seus familiares. Ou mesmo mandar-lhes os proventos que pudessem garantir o sustento dos seus. Além da questão do perigo e dos infortúnios da travessia do Atlântico até a colônia, havia as incertezas ante um território imenso e repleto de desafios. E, sobretudo, nos primeiros séculos de colonização, as guerras de conquista contra os nativos, as doenças tropicais, a falta de estrutura generalizada e as condições precárias de subsistência, mesmo para um branco português recém-chegado, eram bastante desafiadoras.

Os colonos viam na possibilidade de aquisição de terras e de mando na governança local, um meio de galgar ascensão social em meio a uma sociedade barroca. Obtendo, assim, ganhos pessoais em termos sociais e simbólicos, pois se a colonização e a defesa da terra estavam sob sua responsabilidade, cabia a eles colherem os louros advindos do empenho de seus cabedais e de suas próprias vidas em tal empreendimento. Portanto, esperavam obter certos favores reais que garantissem alçar prestígio e distinção social naquela sociedade. A esse respeito, Maria Beatriz Nizza da Silva (2005, p. 8-10, 19) faz a seguinte colocação:

[...] a moeda de troca que dispunham os monarcas do Antigo Regime [...], à concessão do foro da Casa Real, à atribuição de hábitos e mais raramente de comendas das três ordens militares (Cristo, Santiago, Avis), [...] à instituição de morgado, e a ocupação de ofícios que nobilitavam.

Afora esses atributos de nobreza, mencionados pela autora, havia a questão do papel simbólico que a posse de terras representava durante o Antigo Regime português. A posse de terras se configurava como um dos atributos mais mensuráveis para se galgar o *status* de uma pretensa nobreza, sendo, talvez, suficiente para explicar o porquê de tantas pessoas se aventurarem no vasto oceano tenebroso; passando por tantas privações e perigos até chegar à colônia. Tendo ainda que encarar a árdua tarefa de fundar povoados, guerrear contra os gentios, defender a terra e dela tirar proveito econômico em favor de um monarca que estava a centenas de milhas náuticas de distância. Portanto, nada disso teria sentido se por traz de tanta devoção não houvesse o interesse dos colonos em ascender socialmente através da incorporação dos espólios das conquistas e das recompensas advindas pelos serviços prestados a empresa colonial (Santana, 2014, p. 76).

Segundo comenta Cleonir Xavier de Albuquerque (1968, p. 73): “O foro de fidalgo, quase sempre era pedido por pessoas que afirmavam ser da nobreza da terra, das principais famílias de Pernambuco ou terem ascendentes fidalgos”. Deter a posse da terra era importante a médio e longo prazo para aqueles grupos que pleiteavam uma projeção social significativa e duradoura. Deter a condição de senhor de engenho ou de fazendeiro de cana era indispensável para quem buscasse galgar algumas posições no mundo açucareiro. Facilitando, assim, o acesso a posições nas Câmaras municipais, a obtenção de determinadas patentes militares, de hábitos religiosos ou de poder fazer

parte da burocracia da administração colonial portuguesa no território. Eram, portanto, os caminhos para os que almejavam figurar entre os principais da terra.

Denotando isso uma clara incorporação na sociedade colonial de valores simbólicos da cultura barroca portuguesa, cujas distinções sociais se assentavam na divisão do corpo social em estamentos, onde a nobreza tradicional figura no topo da pirâmide social, ficando abaixo apenas do rei e da família real.

Dessa forma, ter a posse de terras se mostrou, no mundo açucareiro, um instrumento político para se galgar mercês honoríficas junto à monarquia lusa, sendo essas condições imprescindíveis para quem almejava obter os favores reais. Assim, quando os requerentes de mercês reais faziam suas petições às altas esferas da governança do reino, não deixavam de citar, conforme recorda Beatriz Nizza (2005, p. 203), a sua majestade real, *El Rey* de Portugal, os infortúnios enfrentados por eles durante as guerras de conquistas, o sacrifício de muitas vidas nas lutas, o empenho de seus cabedais na defesa e geração de riquezas e sua incontestável lealdade ao trono.

Portanto, o interesse por esse tipo de indústria tinha forte vícios pecuniários já que os lucros advindos de um engenho que produzia com moendas hidráulicas, superavam os dividendos gerados pelos engenhos de Bois. Todavia, devido aos custos iniciais que esse tipo de moenda demandava, apenas os proprietários com mais recursos podiam fazer frente a esses investimentos. Fator esse que, nos sugere que em uma região onde houvesse a prevalência desse tipo de moenda, havia uma maior concentração de senhores de engenhos com um maior capital disponível ou maior poder de endividamento para fazer frente a essas despesas.

A respeito dessa elite açucareira que fora agraciada pelas benesses reais, Maria Abreu (2006, p.169-189) defende que apenas os grupos ligados à burocracia estatal, à classe dos comerciantes ou os que tinham alguma relação de proximidade com a nobreza do reino obtiveram ou detiveram os meios de produção e privilégios necessários para figurarem como proprietários de fábricas. Assim, a doação de terras não era feita de forma aleatória ou a todos que houvessem tomado parte nas campanhas de conquista. Busca-se algo mais nos benefícios por tais doações, pois era preciso ter algum capital simbólico que os conferisse algum prestígio naquela sociedade, sobretudo quando se era de origem.

A noção de honra estamental era uma característica cultural que estava incrustada na sociedade barroca. Esse traço cultural, uma vez que enodoava as mentalidades daquela gente, ao longo do processo de colonização no Novo Mundo, foi

transplantado para cá junto com os colonizadores portugueses e suas instituições. Essas diferenciações uma vez que já estavam bastante arraigadas e diluídas no corpo daquela sociedade, conforme indicava Weber, representa, junto às distinções econômicas um papel fundamental nas relações de poder. Segundo Pierre Bourdieu (2007, p. 11) o poder material e o poder simbólico acumulado pelos agentes ou pelas instituições que agrupam os integrantes desse processo cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. O que viria a contribuir para a pacificação dos ânimos acomodando o ímpeto de resistência dos grupos subalternos, daquela sociedade, a lógica de dominação dos grupos privilegiados ou, contribuindo, usando a expressão de Weber (1999, p.157-162), para a “domesticação dos dominados”.

Sob esse prisma, apresentado por Bourdieu, as distinções estamentais atuariam então, para a eufemização das relações de mando presentes no exercício do poder. Fala essa que dialoga mais uma vez com as ideias de Weber (1999, p. 157-162) que enxerga na sua sociologia da dominação a existência de um monopólio deste poder de mando pelas comunidades políticas constituídas (monopólio da violência legítima). Esse monopólio de poder dentro da sociedade que fora construída no mundo açucareiro, caberia aos senhores de terra que o exerceria sobre os seus escravizados, agregados e dependentes diretos. Indivíduos que, por fim, acabariam por canalizar em proveito próprio as posições de mando instituídas nas vilas coloniais como, por exemplo, os ofícios das câmaras reservadas aos chamados *homens bons*. Assim os senhores de engenho e os grandes fazendeiros de cana demonstravam seu *status* de nobreza levando uma vida senhorial, com uma grande propriedade fundiária, muitos escravizados e agregados e a responsabilidade de prover a defesa da região, figurando, portanto, como incontestáveis eleitores e elegíveis para os cargos da governança da terra.

No mundo açucareiro os grupos dominantes – senhores de engenho, fazendeiros de cana, oficiais militares, oficiais da câmara, autoridades eclesiásticas e até funcionários da Coroa estabelecidos na colônia – mantinham relações de parentesco, negócios ou eram solidários entre si. Isso era importante, uma vez que, essas alianças serviam de força motriz para a consolidação de uma consciência de grupo. Elas permitiam, desta forma, que traçassem estratégias em comum para neutralizar toda ameaça aos seus interesses políticos e econômicos, ou que pudessem vir a colocar em risco o sistema de dominação por eles impostos ao grosso da população colonial, inclusive, favorecendo o desenvolvimento de laços de solidariedade e apoio mútuo em

situações diversas, como em revoltas de negros ou nativos escravizados. E até mesmo para empreender novas frentes de conquistas contra os povos nativos.

Na maioria das vezes, esse processo de assimilação entre os grupos dominantes se deu através dos enlaces matrimoniais. Aqueles matrimônios figuravam-se como alianças políticas entre as principais famílias, muito mais do que meras transações comerciais típicas do mundo colonial. Havia, por outro lado, desde os primeiros tempos da colonização, entre essas famílias senhoriais, uma preocupação constante em evitar que os bens familiares se dispersassem por meio de uniões que não agregassem valor simbólico ou pecuniário ao espólio familiar, ou pior, estabelecendo uniões que pudessem trazer para o seio familiar a tão temida mácula de sangue judeu, mouro ou negro, o que certamente dificultava bastante às pretensões do grupo familiar.

Além dos laços familiares, havia também as sociedades feitas sob os auspícios dos altos lucros conferidos pelo negócio do açúcar, que acabavam fortalecendo os laços sociais tecidos entre os grupos dominantes. Por esse motivo, era comum que muitos lavradores de cana livre tivessem se configurado como fornecedores exclusivos de matéria prima para determinados engenhos. Isso se dava tanto por motivos contratuais, como também pelo fato de que muitos daqueles sesmeiros estavam ligados, entre si, por já mencionados laços de parentesco e almejavam fortalecer a posição política e social do clã por meio desses matrimônios e/ou dos negócios firmados com os familiares mais poderosos de sua região.

É importante citar os cristãos novos, que foram um dos maiores patrocinadores da empresa colonial, uma vez que, no mundo açucareiro, atuaram tanto como banqueiros, mercadores, comerciantes e até mesmo como senhores de engenho. Eles se inseriram nesse segmento da economia colonial quase que exclusivamente, graças às transações comerciais ligadas ao açúcar. Muitos deles, em razão de interesses econômicos mútuos casaram com filhas (o) de senhores de engenhos católicos, ou cristãos velhos como também eram chamados, por essas uniões lhes conferir mais aceitação naquela sociedade (Mello, 1996, p. 9).

A respeito dos grupos que originaram as elites da terra, Evaldo Cabral de Mello argumenta que os grupos que formavam a “nobreza da terra” originaram-se a partir dos descendentes dos povoadores vindos com o primeiro donatário, e de um estrato de reinóis vindos para a colônia após a consolidação da indústria açucareira e dos altos lucros auferidos por esse negócio, entre finais da primeira metade do século XVI até o início da segunda década do século XVII; ou seja, comportavam em suas fileiras

peessoas das mais distintas origens e posições sociais. Havia desde os descendentes dos primeiros grupos chegados a capitania juntamente com Duarte Coelho Pereira até pessoas originárias dos grupos que chegaram a Pernambuco antes da ocupação holandesa em 1630. E cujos capitais financeiros e, sobretudo, sociais, acumulados no decorrer das gerações, os colocaram em condições de reivindicar para si a pretensa nobreza e o governo da terra (Mello, 2003, p. 157).

Segundo comenta Manuel Correia de Andrade, a influência do açúcar se deu nos mais variados campos, na organização familiar, na arquitetura, na alimentação, na religião e na cultura. Deixando, como o autor sugere, a sua marca em todos os aspectos culturais da vida na colônia.

Ainda sobre isso, o autor diz o seguinte:

A sociedade açucareira era, muito elitista e concentradora de renda nas mãos de uma oligarquia que se auto intitulava de nobreza da terra, formada por pessoas ligadas a algumas famílias entre si, em contraste com uma grande massa de escravos e de libertos, completamente expropriados de bens, e um pequeno grupo intermediário. Esta oligarquia formou-se a partir da família do primeiro donatário e de sua mulher – os Albuquerque –, dos descendentes dos primeiros migrantes que se associaram a esta família no século XVI e de novos migrantes, chegados nos idos dos séculos XVII e XVIII, que geralmente enriquecidos no comércio, e que conseguiram, através da compra de engenhos ou pelos laços do casamento, penetrar nesta sociedade fechada dos senhores de engenho (Andrade, 1989, p. 13).

No que tange à posse de terras, ao contrário do que sugere o senso comum, havia entre os sesmeiros grandes disparidades, em termos de poder econômico e político, pois havia senhores donos de várias fábricas com grandes produções anuais. Por outro lado, havia também proprietários de terras donos de pequenas engenhocas ou com engenhos sem fundo territorial para cultivar a sua matéria prima, ou seja, a cana-de-açúcar. Tendo, por este motivo, que recorrer à produção de cana de outros proprietários de terras ficando, de certa, reféns desses últimos. Entre os lavradores havia aqueles que eram proprietários de grandes fazendas de cana, detendo por isso maior poder de barganha, e moíam as suas canas nos engenhos onde os senhores lhes proporcionassem um lucro mais elevado.

Ainda entre os lavradores de terra, havia aqueles que, por razões contratuais ou por serem apenas rendeiros, viam-se obrigados a levarem as suas canas para serem processadas em engenhos específicos, perdendo assim, parte substancial do seu lucro. Dessa forma, muitos desses lavradores de cana eram tratados, por alguns senhores de

engenhos, como gente de menor qualidade, uma vez que não detinham o capital simbólico necessário para receber o tratamento destinado aos mandatários locais. Percebe-se, desta maneira, que dentro da categoria de sesmeiro havia aqueles que desfrutavam de posições maior ou menor prestígio social, fossem eles senhor de engenho ou fazendeiro de cana (Antonil, 1982. p. 79-80).

Manoel Correia de Andrade (1988) e Andrade Neto (1984) foram unânimes em defender que os primeiros engenhos açucareiros de Pernambuco foram instalados ao longo da área situada entre as primeiras vilas construídas por Duarte Coelho, Olinda e Igarassu. Mas, ainda na metade do século XVI, os engenhos se expandiram pela várzea do Rio Capibaribe e em margens de rios navegáveis como o Beberibe, avançando para o norte, no vale do rio Goiana, do Paraíba no Norte, do Mamanguape, do Cunhaú e do Potengi.

Todavia, em razão de essa região apresentar condições climáticas desfavoráveis a cultura da cana, uma vez que apresentava chuvas menos intensas e, por consequente, uma menor umidade, houve então a expansão da cana para o lado sul de Recife, ou seja, a hoje chamada Mata Meridional de Pernambuco onde os rios eram mais caudalosos e o clima era mais propício por ser mais úmido. Tratava-se de áreas mais adequadas para o desenvolvimento da cultura de cana de acordo com os moldes técnicos da época.

Assim, em razão dessa interiorização, fica patente que a cultura da cana não se restringiu apenas em ocupar os vales dos rios, pois quando esses já estavam completamente ocupados, aconteceu um rápido e constante processo de interiorização. Por esse motivo, Pernambuco apresentou todos os tipos de engenho, indo desde os engenhos movidos a tração animal aos engenhos d'água, também chamados de engenhos reais.

Ainda em relação a essa diversificação dos tipos de engenho que coexistiram na Zona da Mata, a antropóloga Fátima Quintas também sustenta que no mundo açucareiro havia uma espécie de diferenciação de renda entre os proprietários de engenhos, onde, por exemplo, existiam distinções entre as rendas geradas por um engenho real (ou engenhos hidráulicos) ou de trapiche (engenho de bois), movido à tração animal. Ainda a esse respeito, a autora comenta o seguinte:

[...] os reais, movidos à água, os preferidos dos senhores de engenho por acelerar a produção e oferecer uma maior produtividade; os trapiches,

aqueles movidos por tração animal e os a vapor, surgidos no século XIX, em decorrência da modernização da técnica (Quintas, 2007. p. 57).

A esse respeito, de acordo com Evaldo Cabral (2012, p. 86-126) houve maior concentração de engenhos reais, sobre os chamados engenhos de bois ou de trapiche na região da Mata Sul pernambucana, onde parte desses engenhos reais se concentrou justamente nos vales dos rios Ipojuca e Una. De acordo com o autor, houve uma prevalência de engenhos Reais na freguesia de Santo Antônio do Cabo, seguida de perto pelas freguesias de Santo Amaro do Jaboatão, São Miguel do Ipojuca e das Freguesias de Sirinhaém-Una. Apenas a freguesia da Muribeca, justamente aquela que está geograficamente situada no limite Norte da região da Mata Sul, foi a única onde o número de engenhos movidos a força animal superou em mais de 50% o número de engenhos reais ali fundados.

Destaco que o processo de doação de sesmarias na região da Mata Sul permitiu, ainda, por muito tempo, sobretudo entre os séculos XVII e XVIII, que muitas pessoas de prestígio na capitania lutassem por seu quinhão de terra na área com vistas à instituição de novas propriedades agrícolas. Sendo isso verificável a partir da análise da *Documentação histórica pernambucana – Sesmarias* (1954). Na fonte citada, existe, por exemplo, a referência a doação de terras situadas entre os rios Sirinhaém e Ipojuca feitas ao capitão João Cavalcanti de Albuquerque em atenção a um pedido seu, pois alegava serem essas terras abandonas e necessitando assim que nelas fossem implantadas lavouras e criação de animais (SESMARIAS, 1954, p. 16-17).

Trazemos ainda a carta de doação de sesmaria que foi passada a João Baptista Jorge e D. Francisca Peres de Figueirôa de terras situadas nas ribeiras de Ipojuca em 1702 (Sesmarias, 1954, p. 90-92). A respeito dessas doações de sesmarias é importante ressaltar que geralmente as pessoas responsáveis por elas detinham algum laço de parentesco ou proximidade com a pessoa que seria beneficiada. Um exemplo disso foi a carta de doação de sesmaria (Sesmarias, 1954, p. 285-286) que se passou a Fernão Barbalho Feijó, dando terras situadas próximas ao Engenho Araribás em Ipojuca, no ano de 1724. O curioso é que a autoridade colonial responsável por esta doação foi D. Manoel Rolim de Moura, que, por sua vez, era pertencente a uma das mais antigas e poderosas famílias da capitania e cujo berço de origem era justamente as vilas do Cabo, Ipojuca, Sirinhaém e Una.

Esse mesmo processo se seguiu, conforme consta ao longo do século XVIII, nas Vilas de Santo Antônio do Cabo e de Sirinhaém, onde pessoas enobrecidas daquela

sociedade requereram a posse de novas glebas de terras naquelas paragens (Sesmarias, 1954, p. 177-286). Sendo assim, temos a doação de sesmaria que se passou a Francisco de Andrade Lima e Manoel de Barros Amorim, em terras próximas ao engenho pertencente aos herdeiros de João de Souza Pantôro por volta de 1709. Há ainda a carta de sesmarias que se passou ao Licenciado Ignácio da Cunha que deu posse de terras próximas aos engenhos Gurjaú e Cajubussu, em 1714. E no caso de Sirinhaém, temos o caso da doação de sesmarias feita ao capitão-mor Pedro de Mello Falcão em 1713.

Não apenas os participantes diretos das campanhas de conquistas da Mata Sul ou da luta contra a invasão holandesa que requereram o seu quinhão de terra, mas, também os descendentes dos grupos familiares que originalmente fizeram parte desses eventos. Assim, membros de influentes famílias da região como os Rolin, Moura, Cavalcante, Paes Barreto, Mello e Albuquerque – tomaram para si a posse de novas terras. Podendo, assim, aumentar o espólio familiar e, sobretudo, o capital simbólico que detinham. As informações trazidas atestam que, durante muitas décadas, a terra se configurou como um importante símbolo de prestígio e diferenciação social altamente cortejado por aquelas oligarquias.

Destaca-se também que pessoas e instituições ligadas à Igreja Católica foram arroladas como proprietários de alguns desses engenhos instalados na região. É o caso, por exemplo, do engenho Tabatinga, pertencente na época, ao padre Antônio da Costa Nogueira e do engenho Trapiche, então de posse da Santa Casa de Misericórdia do Recife. Esses dados são importantes porque põe em relevo a simbiótica relação naquela sociedade entre a Igreja, o seu clero e os poderes políticos e econômicos da época. Sabemos que essa associação começava na escolha do padre capelão, que iria assistir aos serviços religiosos nas capelas desses engenhos, e passava pela legitimação ideológica do modo de produção escravista implantado na América portuguesa. Também desembocou nas muitas doações de terras e propriedades agrícolas a membros e instituições da Igreja durante todo período colonial. Isso denota o quanto o discurso religioso e a ação dos missionários das diversas ordens religiosas ali instaladas dialogaram com os interesses da empresa colonial no mundo açucareiro¹².

Diante do exposto, vemos que a figura de maior representatividade simbólica era o senhor de engenho, uma vez que, era um *status* desejado por muitos. Mesmo que essa escolha significasse colocar em risco promissoras fazendas de cana, criação de gado ou

¹² Regizto de huma carta e Rellação dos Engenhos...op, cit., 7-5-1770. In: Livro, op. cit., (1733-1808), folhas 360 e 360v. IAHGP.

largos cabedais obtidos em outras atividades profissionais. Portanto, não é de causar estranheza a colocação feita por Antonil (1982, p. 76-77) a respeito da importância dada a posição de senhor de engenho no mundo açucareiro quando afirma que:

O SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino.

Destaca-se que, no centro da família senhorial, o senhor de engenho era figura tenaz e emblemática, pois atraía para si diversos símbolos de poder e riqueza que lhes conferia imenso prestígio no mundo açucareiro. Ante a sua autoridade, dobravam-se esposas, filhos legítimos, filhos bastardos, parentes pobres, irmãos bastardos, afilhados, agregados, escravizados e, até autoridades civis e religiosas. Em suas plantações ou na fábrica, um número elevado de trabalhadores aguardava as suas instruções para cumpri-las. Além disso, a sua autoridade também recaía sobre barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores que estavam ao seu serviço. Entre seus imediatos destacavam-se o mestre de açúcar, o purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores de partidos de cana e de roças, um feitor-mor do engenho (França, 2006 apud Kalina).

Dessa forma, o engenho era uma unidade orgânica cujo processo de organização espacial envolvia desde o modo como os seus partidos arquitetônicos eram dispostos na paisagem, separação das áreas de plantio de lavoura de subsistência, as áreas de plantio de cana, local de implantação da fábrica do engenho, da implantação estratégica das casas de moradia dos trabalhadores livres e habitação dos trabalhadores escravizados. Em seus mínimos detalhes os engenhos açucareiros eram estabelecidos com vistas a garantir a implantação e reprodução dos instrumentos de controle físico e psicológico daqueles que estavam sob o julgo do senhor. Aquelas glebas de terra eram organizadas de maneira que o seu mandatário local pudesse dispor livremente da vida e da liberdade de ir e vir até mesmo dos trabalhadores livres e dos membros de sua própria família.

Croquis 1 - Planta baixa da sede do engenho Arariba do Meio – Município do Cabo de Santo Agostinho (PE)



Fonte: Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar no Município do Cabo de Santo Agostinho/IPHAN.

Sendo assim, nota-se que no mundo açucareiro o *status* não é o ser, e sim a decorrência das práticas e das representações associadas à definição da posição de um indivíduo no espaço social. Torna-se possível reconstituir o trabalho histórico de que resulta tanto a definição de posição naquele espaço social, quanto à visão social que se tem dela (Weber, 1999. p. 157). É neste contexto que se pode perceber o conjunto de estratégias ao acesso e defesa da posição de senhor de engenho, não apenas na Mata Sul de Pernambuco, mas em toda a América açucareira portuguesa entre os séculos XVI e XVIII. Assim, não se tratava apenas de buscar uma riqueza material, mas um conjunto de práticas cotidianas – políticas, econômicas, religiosas, violentas e sociais – que legitimavam e reforçavam um arcabouço simbólico que garantia uma posição de destaque naquele mundo. Conferindo, assim, a esses grupos dominantes uma espécie de

áurea mística de mando e superioridade que visava garantir o sistema de dominação então vigente (Santana, 2014, p. 78).

CAPÍTULO 4

A CULTURA MATERIAL DO MUNDO COLONIAL AÇUCAREIRO ENQUANTO FATOR DE LEGITIMAÇÃO E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER E DOMINAÇÃO

Mesmo a Mata Sul tendo sido uma das mais antigas e prósperas áreas de colonização da capitania de Pernambuco, consideramos ainda incipientes as pesquisas acadêmicas, no campo das ciências humanas e as produções historiográficas a respeito de sua formação política, social, econômica e, sobretudo, a respeito da relação entre a sua cultura material remanescente do período colonial e as condições históricas, sociais e culturais de sua produção. Existem poucos trabalhos a respeito de como aquelas construções dialogam com as instituições de poder perpetradas no bojo daquela sociedade, complexa e dinâmica. Logo após a criação dos primeiros núcleos urbanos da vila de Igarassu e Olinda, pelo então donatário Duarte Coelho, foram organizadas expedições de conquistas com vistas a garantir a efetiva colonização, posse e rentabilidade econômica da então capitania.

No que diz respeito à data de constituição dos primeiros núcleos urbanos da Mata Sul, uma das informações mais antigas que se tem é a que foi legada pelo historiador Pereira da Costa (1952, vol. 1:56 e vol. 2:65). O autor faz menção a certo alvará de Felipe I de Portugal expedido a requerimento de frei Melchior de Santa Catarina, que dizia respeito ao pedido de pensões ordinárias requeridas para o convento franciscano de Olinda. A questão é que o referido alvará foi alterado em 10 de janeiro de 1590, com vistas a estender os direitos ofertados ao Convento franciscano da vila de Olinda aos conventos daquela mesma ordem que viriam a ser instituídos em Recife, na vila de São Miguel do Ipojuca e no Rio de Janeiro.

Outra fonte, desta vez legada à posteridade pelo frei Venâncio Willeke (1956, p. 13) nos dá conta de que São Miguel do Ipojuca, assim como a Vila de Santo Antônio do Cabo, de Sirinhaém e Una, já haviam se configurado entre os anos de 1589 e 1590 como importantes centros econômicos da região. Nesse recorte temporal, a Paróquia da Freguesia de São Miguel do Ipojuca já estava devidamente constituída. Ainda sobre isso, Pereira da Costa sustentava que a jurisdição dessa paróquia se estendia de:

Tabatinha e da aldeia de N.^a. da Escada até a aldeia de Una” (limites atuais entre Pernambuco e o Estado de Alagoas). Ainda segundo frei Venâncio “A aldeia de N. S.^a. de da Escada foi fundada logo depois de 1589 pelos padres jesuítas, enquanto a aldeia de Una, já em fins de 1593, era curada pelos franciscanos (Costa, 1952, vol. 1:56 e vol. 2:65).

Essas informações, aliadas a outras já mencionadas ao longo do trabalho, testificam a posição estratégica da região também para as autoridades religiosas católicas

e suas ordens. Exemplo disso, é que Ipojuca, já naquele período, havia alçado a condição de ser um dos principais polos econômicos da capitania. Por essa razão, já tinha sob a sua jurisdição várias outras paróquias religiosas da região, ainda em finais do século XVI. Isso posto, fica evidente que a derrota dos povos nativos da região e a inserção de todo aquele território ao conjunto do domínio português na América foi bastante favorável aos interesses mercantis da empresa colonial. A partir da consolidação das conquistas com a instalação de diversos sítios urbanos na área, os seus financistas tiveram maior disposição para investir os seus capitais na implementação de novos engenhos de açúcar e fazendas de cana. Financiando assim, o alargamento da indústria açucareira em toda aquela região e transformando-a, por meio da consolidação da influência de seus grupos dirigentes locais, em um importante centro político, econômico e cultural de todo o Pernambuco.

Nesse contexto, houve uma espécie de transmutação cultural, com as pitadas de empréstimo de elementos dos povos locais e do africano escravizado. Um dado que dialoga com a discussão aqui proposta é apresentado por José Martins (2020, p. 31), quando comenta o seguinte:

O escravagismo colonial combinou-se com a exacerbação, sobretudo a partir do século XVIII, da herança estamental que já diferenciava os brancos, tanto em Portugal, quanto no Brasil. Uma diferenciação social ditada pelo nascimento e não pela condição econômica, diversa da condição de escravo ditada pela dimensão jurídica de propriedade e coisa, objeto de compra e venda, própria do cativo.

Diante da fala do autor entende-se que no mundo colonial açucareiro houve a reconfiguração de diversas práticas socioculturais já conhecidas pelos colonizadores. Assim, se viram diante da necessidade de desenvolver novos arranjos políticos, sociais e culturais, que apesar de não rejeitarem ou incorporarem por inteiro o que era próprio da atmosfera cultural do invasor, mas que pudesse viabilizar na prática a convivência e a sujeição dos grupos por eles subalternizados na colônia. Dessa maneira, os indígenas e os negros escravizados se apresentavam, naquela conjuntura, como os meios pelos quais os colonos poderiam se utilizar para atingir aos seus propósitos.

No lastro da tomada das terras da Mata Sul, da implantação das vilas e da distribuição de terras para o plantio de cana e montagem dos engenhos, houve o desenvolvimento de toda uma arquitetura espacial voltada para garantir a construção e a consolidação de uma engrenagem socioeconômica, política e cultural de dominação.

Assim, as vilas e engenhos fundados eram bem mais que sítios urbanos ou unidades produtivas, pois representavam todo um padrão de organização social que visava gerar e modelar um tipo de sociedade que atendia aos propósitos da conquista e o estabelecimento de uma ordem social. Estabelecendo, assim, uma estrutura social que lembrava uma sociedade de estamentos, onde cada grupo social tem seu lugar delimitado.

A este respeito, conforme defendem Peter Berger e Thomas Beckmann “a ordem social é um produto humano, ou, mais precisamente, uma progressiva produção humana”. Sendo esta ordem “produzida pelo homem no curso de sua contínua exteriorização”. Desta forma, “a ordem social existe unicamente como produto da atividade humana”, ou seja, “a ordem social só existe na medida em que a atividade humana continua a produzi-la”.

Adicione-se a esta discussão o papel que fora estabelecido aos grupos nativos e aos pretos escravizados, pois se de um lado os indígenas eram peças fundamentais para que os invasores pudessem mapear o território, conhecer as suas potencialidades econômicas e como aliados contra outros grupos nativos, por outro lado, os africanos escravizados se mostraram cruciais para o pleno desenvolvimento econômico da América portuguesa. Sem os indígenas e os negros escravizados, a conquista, a colonização e o desenvolvimento do modelo de sociedade balizada por meio de uma eficaz estrutura de dominação não seriam possíveis.

Afinal, aqueles sujeitos estavam na base da pirâmide social sob a qual toda a estrutura colonial de dominação social e exploração econômica havia sido estabelecida. Dessa forma, é possível compreender como as estruturas físicas – casa-grande, capela, conventos, prédios da administração colonial, igrejas e casario em geral – eram reflexos e representação simbólica daquele sistema de dominação.

Ter a dimensão de como todo um sistema de dominação fora implementado nas terras conquistadas ajuda a pensar a respeito das estratégias utilizadas pelos invasores para viabilizar os seus planos. Para tanto, foi estabelecida toda uma estrutura pedagógica do poder visando a sua naturalização no conjunto daquela sociedade. Assim, a violência dirigida pelos feitores e capatazes aos trabalhadores escravizados; a pregação e o discurso religioso dos padres e missionários católicos; o poder político do senhor de engenho e sua família; a pompa e as festividades típicas do barroco e outras tantas práticas sociais foram elementos utilizados para a consolidação, replicação e legitimação daquele sistema de dominação.

Ainda a respeito da discussão, apresentada acima, mais uma vez gostaríamos de recorrer às ponderações estabelecidas a respeito do tema por Peter Berger e Thomas Beckmann (2014, p.74):

A fim de entender as causas, além das que são estabelecidas pelas constantes biológicas, que conduzem à emergência, manutenção e transmissão de uma ordem social é preciso compreender uma análise que resulta de uma teoria da institucionalização.

Esta institucionalização da ordem social está atrelada ao que os autores mencionados acima nomeiam de *hábito*; dessa forma, as ações humanas estão relacionadas ao hábito. Para deixar mais claro, eles defendem que: “Qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão” e que “pode ser seguida e ser reproduzida como economia de reforço e que, *ipso facto*, é apreendido pelo executante como tal padrão”. Assim, as instituições de poder representadas pela materialidade de suas construções se afirmavam e legitimavam a ordem social que dialogava com os interesses daqueles grupos dominantes. Desta maneira, dando sequência à teorização feita pelos pesquisadores: “O hábito implica, além disso, que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo reforço econômico” (Berger; Beckmann, 2014, p. 75).

Seja no campo pessoal, social, cultural, religioso, político ou econômico, conforme a problematização apresenta, entendemos, pois, que todas as ações banalizadas, ou habitualmente repetidas, detêm um significado para o sujeito, ou os sujeitos, que a executam. Embora, segundo a teoria apresentada pelos autores, “o significado em questão se torne incluído como rotina do seu acervo geral de conhecimentos, admitido como certos e sempre à mão para os processos futuros”. De acordo com esta discussão, a formação do hábito acarreta um significativo ganho psicológico para o sujeito de que precisa realizar determinadas tarefas ou qualquer outra ação cotidiana, estreitando as ações disponíveis para isso. Sob esta perspectiva teórica, relacionada às ações cotidianas do sujeito, embora um construtor tivesse o conhecimento de formas diversas que o possibilitassem dirigir a construção e a implantação, de forma segura, de um partido arquitetônico típico daquele período, o hábito reduziria drasticamente a maneira empregada por ele para estabelecer tal construção a uma única forma. A este respeito, basta pensar como habitualmente as casas-grandes, capelas, senzalas, casa de câmara e

cadeia, vilas açucareiras eram implantadas e os tipos nos materiais construtivos mais comumente utilizados nelas.

A este respeito, tomando como referência a leitura de imagem dos tipos construtivos e iconografias utilizadas neste trabalho, percebe-se que havia a repetição de certos padrões construtivos, assim como a forma como eram implantados, se percebe que havia a replicação de determinados hábitos construtivos. Melhor dizendo, eram hábitos ou maneiras de construir que, por sua vez, favoreciam a replicação e a manutenção de uma ordem social previamente estabelecida.

Sobre isso, pode-se inferir que o ponto-chave da formação do hábito da ação humana seria a relação que ela estabeleceria com a institucionalização do hábito. Sobre isso, julgamos pertinente, a reflexão aqui proposta:

A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificação é uma instituição. O que deve se acentuado é a reciprocidade das tipificações institucionais e o caráter típico não somente das ações, mas também dos atores nas instituições. As tipificações são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os autores individual assim como as ações individuais (Berger; Luckmann, 2014, p. 77).

De acordo com a abordagem perpetrada pela discussão ventilada pelos autores acima, só se consegue compreender as instituições por meio do entendimento do processo histórico em que elas foram instituídas – sejam elas políticas, econômicas, sociais, religiosas, militares – e uma vez estabelecidas e atuantes no mundo social, tais instituições, forjadas pelos hábitos, passam a controlar, inclusive, o modo como as pessoas se portam cotidianamente por meio de padrões de conduta previamente pensados e estabelecidos. A implementação e validação desses padrões de conduta, por sua vez, acabam por influenciar diretamente as ações humanas com vistas a não se comportarem ou empreenderem ações que possam vir a contrariar o que já foi previamente definido como norma a ser seguida. Assim, por mais que haja outras formas de lidar com determinada situação ou de se portar diante de um dado acontecimento, o hábito conduziria a uma espécie de padronização de condutas e ações, que apesar das variações das circunstâncias apresentadas, seriam corriqueiras em uma dada sociedade e/ou tempo histórico.

O caráter controlador das instituições seria, segundo a discussão estabelecida pelos autores “inerente à institucionalização enquanto tal, anterior a quaisquer mecanismos de

sanções especificamente estabelecidos para apoiar uma instituição ou independentes desses mecanismos” (Berger; Luckmann, 2014, p. 77-78). Os mecanismos desses instrumentos/mecanismos, em sua conjunção e somatório de forças, vêm a constituir o chamamos de sistema de controle social. Assim, as práticas sociais inerentes ao mundo colonial açucareiro estavam impregnadas de elementos de controle que sistematicamente dialogavam com a cultura barroca de sua época. O controle social seria direta e indiretamente estabelecido por meio das instituições políticas, sociais, religiosas, econômicas e culturais de uma dada época e conjuntura sócio-histórica.

4.1 O estudo da sociedade colonial açucareira a partir de sua cultura material

Visando favorecer a compreensão das questões sociais e simbólicas que permeiam a inserção da cultura material na Mata Sul, ao longo período sob o qual esta pesquisa se insere, este trabalho buscou empreender um exercício de reflexão a respeito de algumas discussões trazidas pelo Pierre Bourdieu (2007, p. 1-16) e Michel Foucault (1999, p. 167-168), buscando nos apoiar em alguns dos apontamentos realizados pelos autores citados nas obras *O poder simbólico* e *Microfísica do poder*. Tendo como propósito o debate de como a cultura material, sob a perspectiva da história sociocultural, busca estabelecer com aquelas construções do passado um diálogo no campo das representações simbólicas de poder e dominação.

No intuito de compreender o que esses autores discutem, o texto busca estabelecer como o diálogo estabelecido por Bourdieu, a respeito do poder simbólico, pode auxiliar na compreensão de como as representações simbólicas da cultura material típicas do período colonial daquela região são constituídas. A partir das discussões que ele faz acerca das análises das práticas cotidianas enquanto práticas estabelecidas pela sociedade, analisamos as hierarquias de poder que esses bens culturais legitimavam frente à sociedade da época. Já sob a óptica discursiva de Foucault, podemos observar as considerações que ele faz sobre a ordem social, em que tenta compreender como se dá o controle da sociedade sobre o indivíduo. Nesse sentido, buscamos inserir a problemática da cultura material enquanto objeto de discussão e diálogo com as teses levantadas por Foucault.

O diálogo com Bourdieu nos ajudou a estabelecer uma relação entre as construções da Mata Sul e as relações de poder que esses bens endossavam no seio daquela sociedade colonial. Para entendermos essas relações de poder devemos

percebê-los, como bem frisa o autor, “onde ele se deixar ver”. Aqui apontamos: a casa-grande, a moita, a capela e a senzala, os arruados e as igrejas, que são as nossas fontes e objetos de pesquisa, como representantes desse poder visível nas esferas políticas, econômicas, religiosa e cultural. Por outro lado, o modo como esses partidos arquitetônicos eram dispostos, claramente visava atender às estratégias de reprodução e reforço do poder da classe dominante, sendo possível identificar o estabelecimento de distinções hierárquicas, deixando-se perceber o discurso ideológico de cultura barroca dominante.

Segundo Leila Algranti (1997, p. 99), no Brasil colonial, tanto em áreas urbanas quanto nas zonas rurais, as casas térreas dos pobres livres eram geralmente descritas como sendo pequenas choupanas, ou melhor dizendo casebres com no máximo dois cômodos. Por sua vez, as pessoas detentoras de mais recursos financeiros, possuíam casas com mais cômodos e eram normalmente enfileiradas. Sugerindo, assim, que se formavam arruados formados por casas geminadas umas às outras.

De acordo com Bourdieu, o poder simbólico é um poder de construção de uma realidade que tende, ao mesmo tempo, a estabelecer uma ordem. Essa ordem, uma vez estabelecida, é mantida a todo custo pelos grupos sociais que dela se beneficiam com vista à manutenção de suas posições hierárquicas e privilégios sociais dentro de uma dada sociedade. Segundo Lynn Hunt (1995, p. 17), Pierre Bourdieu, “ao focar na cultura, direciona o seu trabalho para o desvelamento da ‘lógica’ específica dos bens culturais onde indica os meios de apropriação desses bens”. A compreensão de como se dava a apropriação da representatividade desses bens pelo conjunto da sociedade da época e como isso legitimava o poder das classes dominantes é um exercício que todos são convidados a fazer, a partir deste trabalho, por meio da percepção da cultura material enquanto mediador e legitimador desses processos.

As estruturas de poder estão presentes no corpo social da sociedade, assim como nas instituições e mecanismos culturais que permitem a sua inteligibilidade junto ao conjunto das pessoas que delas compartilham. A esse respeito, segundo defende Foucault, o poder funciona em rede e se exerce em rede. Isso nos faz crer que ele também se dá em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. Assim, inferimos que esse poder também seja refletido pelas construções feitas para legitimá-lo, tais como as capelas, as igrejas, as casas-grandes e o casario, de modo geral construídos para servir às demandas das elites da época. E como se daria a legitimação desse poder? A resposta estaria nas discussões feitas pelo autor, pois se o objeto do

poder é o corpo; como afirma Foucault, há técnicas utilizadas para adestrá-lo, como: o controle detalhado dos gestos, dos comportamentos, dos hábitos e dos discursos que fazem uso desse poder.

Nossas análises partem do princípio de que construções feitas para abrigar e representar materialmente as instituições da sociedade colonial açucareira são símbolos desse poder que se faz representar por meio delas. Assim, têm a função social de legitimá-lo e de dar a conhecer ao conjunto da sociedade, ou seja, se fazer presente entre dominados e dominadores. Como exemplo, podemos citar a capela de engenho, representante do poder religioso que tinha a função de ditar a moral da época e o poder político da casa-grande, que além de referendar o poder econômico, também legitimava o modo de produção implantado. Ambas figuravam como representantes visuais do poder de uma minoria branca que detinha em suas mãos o controle social.

Buscamos discutir a questão do patrimônio histórico-cultural da Mata Sul pernambucana por meio do enfoque e análise dos tipos construtivos mais comumente encontrados na atmosfera colonial daquele período. Daí a importância da compreensão dos modos pelos quais as relações sociais de poder se organizaram em torno daquelas construções, que constituíam esses grandes latifúndios e povoados.

Afirmamos, portando, que a riqueza advinda do açúcar permitiu que fosse erguido nessa região todo um conjunto arquitetônico que não só pode nos ajudar a compreender o enriquecimento vivenciado pelas vilas povoadas daquela localidade, como também permite discutir as relações sociais que determinavam e eram endossadas por meio das representações simbólicas das construções típicas do mundo açúcar.

Entendemos que o poder não está constituído de ideologias, mas por um conjunto de técnicas que foram se refinando de forma que pudesse atingir os objetivos do poder, que é o controle e dominação de todas as estruturas sobre as quais os sistemas de dominação de uma dada sociedade são assentados. No que se refere à sociedade colonial açucareira, o emprego destas técnicas de dominação pode ser notado, entre outras situações, a partir da análise do modo como as construções eram implantadas dentro dos engenhos e nas vilas açucareiras.

Nas áreas rurais dos engenhos, as construções de destaque, casa-grande e capelas, eram geralmente implantadas em uma meia encosta, onde desfrutavam uma posição privilegiada que facilitava o monitoramento dos trabalhadores escravizados por parte das pessoas de confiança do senhor. Além, é claro, de todas as representações que essa cultura material trazia consigo dentro daquele contexto sociocultural. Nas vilas

havia as igrejas, as casas de câmara e cadeia e as casas de moradia da governança e da nobreza da terra.

Um dado interessante a respeito das casas de câmara e cadeia é que, apesar de elas serem classificadas como arquitetura civil, segundo Cecília Barthel Campello (2012, p. 32), “elas eram planejadas pelos mesmos engenheiros e mestres que dominavam o conhecimento técnico construtivo contemporâneo às fortalezas e castelos”, ou seja, além da função política e administrativa, eram pensadas e construídas para figurarem como casas fortificadas que, em caso de invasão ou rebelião, poderiam ser utilizadas para a organização e defesa da vila. Ainda segundo a autora, assim como as igrejas, as Casas de Câmara e cadeia, também teriam influenciado na “conformação e localização urbana das ruas, praças e disposição dos edifícios públicos” (Campello, 2012, p. 35).

Segundo os tratados da época, as suas proporções eram sempre orientadas. A este respeito, se recomendava que a sua construção deveria estar situada:

[...] de acordo com a grandeza da vila, cidade ou fortificação, um espaço central destinado à praça grande e, a partir desta, deve haver ruas direitas e outras ruas que cruzem as que partem do centro, chamadas de transversais (Campello, 2012, p. 35).

Era esperado que as casas de câmara e cadeia e as igrejas, representantes que a um só tempo materializavam os poderes político e espiritual, estivessem representadas diante dos diversos segmentos sociais daquela época. Eram, dessa maneira, construções balizares da organização urbana e, enquanto instituições de poder era normatizadoras dos costumes e práticas cotidianas.

Na organização espacial das vilas, essas construções ficavam em uma área de destaque, tanto por razões defensivas, quando por interesse de fazer ver as hierarquizações sociais presentes no modo de implantação e tipos de materiais construtivos empregados naquelas construções, onde em boa parte de seus frontões eram estabelecidos os brasões de armas das famílias ali residentes, brasões religiosos de irmandades religiosas, das ordens militares e da própria monarquia portuguesa. Denotando, assim, dentro de uma cultura barroca, que o ordenamento era fundamental para garantir manutenção das diferenças e da sobreposição de alguns grupos sobre outros.

A este respeito, pode-se dizer que as construções mais importantes seriam a casa de câmara e cadeia, haja vista que eram símbolo do poder político e referência para o ordenamento social perpetrado pelas autoridades locais. Sendo dirigida por homens

brancos proeminentes que assumiam as cadeiras da vereança local, estando eles caracterizados como grandes proprietários de terras e de escravizados em suas propriedades agrícolas.

Conforme destacou Teixeira (2018, p. 18) algumas características básicas peculiares às casas de câmara e cadeia contrastavam com as construções que lhes eram contemporâneas. Sobre isso, ele faz a seguinte fala:

Por mais precárias que fosse ela era assobradada e construída com materiais em geral mais sólidos do que as casas comuns, normalmente térreas. A cobertura das casas de câmara e cadeia, quase sempre em quatro águas e com telhas, era mais um elemento de distinção em relação ao casario humilde, quase sempre de taipa e com cobertura frequentemente de palha, situação que somente começa a mudar no decorrer do século XIX. As construções de câmara e cadeia tiveram frequentemente isoladas em relação aos edifícios vizinhos. Algumas vezes eram edificadas no meio da praça.

Foto 1 - Prédio onde funcionou a Casa de Câmara e Cadeia da Vila Formosa de Sirinhaém, datado do século XVIII, município de Sirinhaém (PE).



Fonte: Daniel Araújo (2012).

Foto 2 - Lateral esquerda da escada externa que dá acesso ao pavimento superior do prédio onde funcionou a Casa de Câmara e Cadeira da Vila Formosa de Sirinhaém, datado do século XVIII, Município de Sirinhaém – PE.



Fonte: Daniel Araújo (2012).

Ainda sobre o tema, esclarecemos que os edifícios da casa da câmara e cadeia ficavam no centro da vila ou cidade, no largo do pelourinho, ou no chamado rossio. O prédio continha, na maioria das vezes, dois pavimentos, como é o caso do prédio onde funcionou aquele órgão público em Sirinhaém colonial, várias salas e um plenário para reuniões dos vereadores e para julgamentos (sempre no segundo andar), sendo que no primeiro pavimento ficava a cadeia e a guarda. Em vários casos, as casas de câmara e cadeia eram a única edificação pública na vila, funcionando assim como símbolo do poder público. Para termos uma ideia da simbologia emanada da posição ocupada pelos chamados “homens bons” que exerciam funções públicas na casa de câmara e cadeia, na procissão do Corpo de Deus, uma das celebrações religiosas mais importantes e prestigiadas do mundo colonial, havia no ordenamento da procissão um lugar privilegiado para os vereadores. Indicando, assim, a posição hierárquica que ocupavam dentro daquela sociedade (Santos, 2005, p.111).

A importância que se dava ao ordenamento social, no contexto da sociedade colonial barroca açucareira, refletia na ordem em que cada grupo social estava inserido

na procissão do Corpo de Deus indicando que: “quanto mais próximo um dos diversos corpos participantes se posicionasse em relação à hóstia consagrada, maior era a sua importância na sociedade” (Santos, 2005, p. 111). A hierarquização social estava inserida nos mais diversos segmentos sociais e o fato de os vereadores ocuparem uma posição de destaque naquela celebração religiosa indica a importância política e simbólica que detinham dentro das vilas coloniais. A vereança era constituída de homens brancos, na maioria das vezes donos das grandes unidades produtoras de açúcar, senhores de grandes plantações e de escravizados, de elevado prestígio social e cômoda posição econômica.

Assim como bem colocou Beatriz Santos (2005, p. 111), “a procissão do Corpo de Deus supunha a participação de todos os corpos sociais”, entende-se, por meio disso, a importância simbólica da posição ocupada pelos representantes máximos da Casa de Câmara e Cadeira no evento. Indicando, assim, como as hierarquias eram forjadas e se faziam representar materialmente, não apenas na materialidade das construções coloniais, mas também no destaque que se dava aos membros das instituições de poder em uma das mais concorridas e proeminentes festividades do período.

Ainda a este respeito, retomando as discussões referentes às representatividades que seriam intrínsecas as imagens, Sandra Pesavento (2014, p. 87) afirma que “a imagem, para ser lida, possui códigos especiais, espécies de ícones ou signos que remetem a uma lógica de significados para uma época”. Dessa maneira, as imagens carregam consigo um alto poder de produção e mobilização de discursos que podem ser tendenciosamente estabelecidos para favorecer esta ou aquela linha de pensamento, instituição de poder, grupo social, sistema religioso ou políticos, entre outros.

Sendo assim, a imagem, ou pensando de outra forma, a maneira como algo era representado por meio da materialidade ou na forma que esse algo era estabelecido no imaginário coletivo de uma época ou sociedade, teria uma função epistemológica, de dar a conhecer algo, de dar uma função simbólica, de dar acesso a um significado, e também uma estética, de produzir sanções, interdições, emoções e induzir a forma como o expectador pode pensar e ver o mundo a sua volta. Podemos pensar como o fausto, as procissões, as punições, as práticas cotidianas, os desvios de conduta e a forma como a arquitetura colonial se relacionava com a sociedade de sua época e com as discussões aqui fomentadas.

Pensando dessa maneira, somos levados a compreender que a imagem, enquanto registro de algo do seu tempo, se torna um testemunho da época e/ou contexto, social no

qual foi elaborada, nos permitindo refletir a respeito das conjunturas inerentes ao momento de sua feitura e como isso se conectava com o ambiente cultural que lhe conferia sentido.

4.2 - A implantação e a organização dos partidos arquitetônicos nos engenhos e vilas açucareiras da Mata Sul pernambucana

Nesta etapa da pesquisa são trazidas algumas reflexões a respeito de como se dava a interlocução entre essa arquitetura colonial e as instituições de poder da época. Observando como a sua materialidade conferia legitimidade aquele modelo de sociedade e contribuía para a manutenção do *status quo* dos grupos dominantes. O que nos faz pensar, desta maneira, sobre as funções sociais desempenhadas por cada um daqueles partidos arquitetônicos dentro do mundo açucareiro.

Assim, o entendimento da representatividade simbólica de alguns dos bens culturais ali implementados (para além de sua funcionalidade, integravam a paisagem daquela região) se torna de grande importância nesta pesquisa, pois esta compreensão nos ajuda a dimensionar a atmosfera política, econômica e sociocultural em que aquelas construções estavam inseridas. Àquela cultura material, aqui tomando de empréstimo a fala de Leandro Karnal e de Flávia Tatsch (2015, p. 21), enquanto fonte documental para este trabalho deve “atingir especial valor pelo social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e da sociedade que o concebeu e nele se via representada”. Ajudando, assim, a compreender como aquelas construções dialogavam entre si e a sociedade de sua época.

Portanto, adentrar na questão das formas e estratégias que envolviam a construção de determinadas edificações daquele período traz, no decorrer dos três primeiros séculos de colonização portuguesa, a reflexão de como a vida em sociedade nos núcleos coloniais açucareiros estava imersa na cultura material típica da época. As formações de engenhos e vilas açucareiras deram origem aos atuais municípios de Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Escada, Ipojuca, Sirinhaém entre outros sítios urbanos daquela região. Tal proposta de análise nos permite discutir os aspectos socioculturais do mundo açucareiro, por meio dos valores e representatividades simbólicas que os já referidos tipos construtivos detinham no passado.

Em paralelo ao avanço da empresa colonial e à consolidação da indústria açucareira de Pernambuco surgiu também uma diversidade de tipos construtivos para

atender às necessidades religiosas, industriais, administrativas e de habitação das vilas e dos estabelecimentos agrícolas. A respeito daquelas edificações, o arquiteto German Bazin (1956, p. 33) comenta que as primeiras edificações na colônia foram feitas de forma precária, usando-se matérias primas de pouca resistência como madeira, barro ou argila, sendo empregadas em técnicas construtivas já conhecidas pelos portugueses como a taipa de pilão ou adobe; ou na forma de cabanas, à indígena, usando-se folhas de palmeiras sustentadas por traves de madeira.

Na medida em que as trocas comerciais na colônia se avolumavam, graças ao desenvolvimento da indústria açucareira, as construções evoluíram para formações mais sólidas através do emprego de materiais como os rachões de riólitos (Andrade; Lins, 1984, p. 27), corroborando para isso o emprego de técnicas mais elaboradas. Entretanto, devido às variações de riqueza; de recursos naturais disponíveis; e as condições da época, obviamente no transcorrer de mais de três séculos de colonização houve a coexistência de vários materiais e técnicas construtivas que variavam desde as mais simples e precárias às mais elaboradas e sólidas edificações.

De acordo com Nestor Goulart (2014, p. 24-26) as técnicas de construção do período estudado nesta pesquisa eram bem rudimentares. Nas construções mais simples, tínhamos “as paredes de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residenciais mais importantes empregava-se pedra e barro, mas raramente tijolos ou ainda pedra e cal”. Por outro lado, as simplicidades das técnicas construtivas, dos primeiros tempos da colonização eram também decorrentes, segundo o autor, da expressiva presença da mão escravizada que contribuía para a simplicidade das técnicas construtivas, sobretudo nas habitações comumente utilizadas pelos grupos sociais mais pobres e marginalizados da sociedade.

De acordo com Alexandre Bittencourt Marques (2012, p.139) “havia certa diferença entre pessoas que moravam em casas de taipa, onde o teto era feito de palha em relação aos que habitavam a taipa coberta de terras barros”. Segundo dados levantados pelo pesquisador, pessoas que viviam em casas de taipa cobertas de palhas eram tidas, ou socialmente vistas, como sendo indivíduos pertencentes a um nível social mais baixo do que as pessoas que residiam em casas de taipa cobertas por terras barro.

Além disso, por ser um sistema de produção e de poder baseado na exploração do trabalho dos escravizados, o uso que se dava aos edifícios da época também levada em consideração a circularidade e/ou, presença de escravizados em seu interior. Sobretudo nos sítios urbanos, muitas atividades laborais mecânicas eram realizadas em

seus interiores por trabalhadores naquela condição. Havia, ainda, situações em que aqueles trabalhadores tinham lugares específicos para descansar após uma jornada de trabalho. Assim, a presença dos escravizados não estava circunscrita ao interior das senzalas, uma vez que por ser uma sociedade escravagista pessoas naquelas condições estavam diluídas e circulavam nos mais diversos espaços daquele cenário sociocultural. Sobre isso, Nestor Goulart (2014, p. 26-28) comenta o seguinte:

É sempre na sua presença que se resolve os problemas de bilas d'água, dos barris de esgoto mais altos das áreas centrais, que chegavam a alcançar quatro, cinco e mesmo seis pavimentos. Era todo sistema de uso da casa que, como a construção, estava apoiado no trabalho escravo e, por isso mesmo, ligava-se a nível tecnológico bastante primitivo. Esse mesmo nível tecnológico era apresentado pelas cidades, cujo uso, de modo indireto, estava baseado na escravidão [...]

A análise apresentada por Nestor Goulart nos remete a contextos típicos do mundo colonial açucareiro, em que sabidamente o trabalho escravo era peça fundamental do sistema de dominação vigente. Nas mais diversas atividades laborais e sociais desta sociedade havia a presença e a dependência do trabalho escravo. Desta forma, assim como nas lavouras e engenhos, também na vida doméstica e nas atividades urbanas havia a exploração do trabalho de pessoas obrigadas ao cativo e transformadas juridicamente na condição de propriedade de outro. Nas áreas mais urbanizadas, em vilas como Sirinhaém, Santo Antônio do Cabo, São Miguel do Ipojuca e Sirinhaém os principais tipos de habitação eram o sobrado e a casa térrea. Suas diferenças fundamentais consistiam no tipo de piso: “assoalho no sobrado” e de “chão batido” na casa térrea.

Por meio da problematização feita pelo autor passamos a compreender como eram definidas as relações entre os tipos de habitação e os estratos sociais. Entendemos que habitar um sobrado significava riqueza e habitar casa de “chão batido” caracterizava pobreza; não apenas pobreza material, mas também pouco préstito social. Sendo assim, não era de estranhar que as áreas ou pavimentos inferiores dos sobrados, quando não havia nenhum comércio no local, eram reservadas para acomodar os escravizados e os animais. E mesmo em situações quando os trabalhadores escravizados e animais não ocupavam os mesmos prédios dos seus proprietários, aqueles espaços ficavam praticamente sem uso, pois o costume da época não concebia que pessoas de cabedal circulassem em ambientes comumente destinados aos grupos subalternos.

Na figura a seguir podemos notar em uma tela de Frans Post a representação de um engenho açucareiro e o conjunto dos partidos arquitetônicos que o compunha. Na pintura é perceptível a imponência com que as construções são projetadas naquela paisagem rural, onde a capela e a casa-grande se impõem. Mais abaixo, no sopé da meia encosta onde estão implantadas a casa-grande e a capela, nota-se onde estava implantada a fábrica do engenho onde também é retratada a presença de pessoas negras, possivelmente trabalhadores escravizados, no seu interior e entorno.

Imagem 4 – Engenho, sem data



Fonte: Lago, 2003, p. 40-42

No que se refere às casas de moradia dos senhores de engenho, Geraldo Gomes (1997, p. 87) menciona que a documentação mais antiga referente às antigas casas-grandes do Nordeste colonial é aquela que nos foi legada pelos holandeses. No entanto, ele menciona que nos primeiros séculos de colonização na região houve um construtivo para este tipo de habitação, mas com algumas ligeiras modificações ao longo do tempo. O autor também ressalta que nesse período algumas habitações funcionavam como verdadeiras casas-fortes. Aquelas moradias fortificadas estavam em sintonia, desta maneira, com o espaço e o momento histórico do seu tempo, uma vez que funcionavam para responder a qualquer ameaça externa ou interna à estrutura de produção econômica e dominação ali empregada.

É importante recordar que aquelas moradias eram construídas em meio a um ambiente muitas vezes hostil ao interesse dos grupos dominantes, onde os ataques de nativos e a revolta de escravizados negros deixavam aqueles grupos privilegiados em estado de permanente tensão. Havia ainda o perigo de ocorrer uma invasão de mercenários, sobretudo nos dois primeiros séculos que se seguiram a invasão e colonização do território. Aquelas áreas poderiam ser alvo de investidas de piratas, saqueadores ou exércitos estrangeiros, a exemplo dos holandeses no século XVII, ávidos por se apossar das riquezas geradas pelo açúcar.

Na imagem adiante está inserido um registro documental da antiga casa-grande do engenho Megaype, com datação do século XVI, e que teve como primeiro proprietário Luís de Medeiros, primo do então donatário Duarte Coelho. A imagem desta casa grande ilustra a *Casa-grande & senzala* e era considerada a mais antiga casa-grande do Brasil ainda de pé, mas acabou sendo dinamitada pelo seu proprietário, em 1928, pois tinha medo que o imóvel viesse a ser tombado como patrimônio histórico (Maciel; Moura, 2013, p.1-34). A questão é que a construção havia sido erguida em terras que pertenciam ao termo da freguesia da Muribeca dos Guararapes, estando inserido hoje no município de Jaboatão dos Guararapes.

Ademais, a observação atenta da imagem reforça a fala dos estudiosos do tema de que muitas casas-grandes coloniais tinham aspecto de casa fortificada, casa forte ou casa fortaleza, como também eram chamadas, impondo-se de forma monumental e representativa do poderio político e econômico da elite canavieira de sua época. Assim, como já fora dito, diante da imensidão do território; da permanência de grupos nativos hostis ao avanço da empresa colonial; da cada vez maior inserção do negro escravizado no mundo açucareiro; e, durante algum tempo, da ameaça que algumas nações europeias representavam aos interesses ibéricos, aquelas construções se configuravam como os verdadeiros núcleos de poder político, econômico e militar daqueles engenhos. Se mostrando, portanto, como baluarte do modelo de colonização e, até certa medida, da autoridade política existente no mundo colonial açucareiro.

Imagem 5 – Casa-grande do Engenho Megaype – Séc. XVI



Fonte: Santana (2022, p.552)

Para Gilberto Freyre (2006, p. 23 -27) o padrão típico de casa-grande do mundo açucareiro – com grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou telha vã, alpendres na frente e dos lados, telhados caídos para se proteger do sol ou das chuvas tropicais – que o senhor de engenho fez levantar em suas terras, não se configurou como uma mera reprodução das casas portuguesas, mas, sim, um tipo construtivo novo e em harmonia com o ambiente físico da colônia. Em uma perspectiva sociocultural, a casa-grande era um tipo construtivo destinado a ser sede e representante material e simbólico do prestígio, da autoridade patriarcal e do poder político do senhor frente aos seus subalternos e da sociedade da época.

Ainda a esse respeito, Sérgio Buarque de Holanda (2003, p. 121-138) nos informa que a moradia dos senhores de engenho se configurava como sendo “vasta e sólida mansão térrea ou em sobrado; distingue-se pelo seu estilo arquitetônico sóbrio, mas imponente”, uma espécie de fortaleza. Em relação à produção, a casa-grande também era pensada para servir de ponto privilegiado para a supervisão dos trabalhadores, livres e escravizados, que estavam na lida da fábrica do engenho, assim como nas plantações de cana-de-açúcar. Portanto, a escolha do lugar de implantação da casa do senhor era feita de forma estratégica e pensada para servir não apenas para dar resposta mais imediata a qualquer ameaça, mas também garantir a geração da riqueza.

O certo é que as construções outrora implantadas nos engenhos açucareiros do passado tiveram importante papel para a organização e hierarquização do tipo de sociedade que iria desenvolver-se à sua sombra. Seguindo essa linha de pensamento, a antropóloga Fátima Quintas (2007, p. 101-103 apud Quintas, 2012) afirma que a casa-grande desempenhou várias funções para as elites do mundo açucareiro. Até mesmo o casamento entre famílias foi por ela estimulado, de modo a aumentar o caráter endogâmico das relações conjugais, ou seja, relações dentro da mesma linha de consanguinidade. Evitando assim a contaminação das linhagens senhoriais com sangue infecto de origem negra, moura ou judia. Por essa razão, visando protegerem-se desses “perigos” os membros dessa sociedade, segundo Evaldo Cabral Mello (2003, p. 148-149), praticavam usualmente a endogamia e confiavam seus negócios a sobrinhos ou parentes especialmente vindos do reino como forma de garantir a continuidade e solidez de seus bens.

Imagem 6 - Frans Post, 1668.



Fonte: Coleção Museum Boijmanns Van Boijmans¹³.

No interior daquelas habitações eram oferecidas festas que se configuravam com indícios de um fausto e prestígio social bastante apreciado pela elite açucareira. A mentalidade barroca fazia parte daquela sociedade, por isso, a elite açucareira se utilizava da extravagância durante os eventos sociais que promovia em seus casarões, para afirmar a posição social que ocupava diante dos seus pares e, sobretudo, frente aos

¹³Frans Post, 1668. Óleo sobre tela, 71 x 91,5 cm. Coleção Museum Boijmanns Van Boijmans, Rotterdam - Holanda. In: O Brasil e os Holandeses, 1630-1654. Texto de José Antônio Gonsalves de Mello. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. p. 235

segmentos subalternizados. Segundo afirmou Gilberto Freyre (2006, p. 99-101) aqueles rituais simbólicos tinham a função de impressionar visitantes, religiosos e autoridades de passagem pelos engenhos. Na verdade, aqueles eventos sociais, muitas vezes, eram tidos como parâmetro para medir o prestígio sociopolítico do patriarca da família perante os seus iguais.

No que diz respeito às capelas, elas eram outro elemento construtivo típico dos engenhos açucareiros. Fátima Quintas relata que eram geralmente construídas na mesma área e nível topográfico de implantação das construções senhoriais. Essas capelas também detinham uma simbologia de relevância para a configuração dos poderes políticos e religiosos que se associavam no espaço físico dessas unidades produtoras. Uma vez que era no seu interior onde se realizavam os rituais que abarcavam desde o nascimento até a morte dos membros daquelas comunidades rurais no passado, além de ser o lugar de “descanso” ou sepultamento dos membros da família do senhor.

Em termos políticos, sociais e culturais, a capela e a casa senhorial associavam-se no ordenamento daquela sociedade, uma vez que, ambos eram percebidos como representantes materiais de um poder maior a que todos estavam sujeitos. Contribuindo para acomodar aquela sociedade aos interesses dos grupos dominantes e determinando o espaço em que cada indivíduo deveria transitar naquela sociedade. Eram, portanto, representações materiais e simbólicas, dos interesses das elites e instituições do mundo do açúcar.

Conforme destacou Sandra Pesavento (2014, p. 91), “como integrantes do imaginário social, as representações indenitárias são matrizes de práticas sociais, guiando as ações e pautando as aparições de valor” contribuindo para assegurar a manutenção e a reprodução da ordem social estabelecida. As representações se traduzem em discursos e imagens onde cumprindo, em alguns contextos, a função de verdadeiros ícones de sentido altamente mobilizadores do comportamento e da ação do sujeito, grupos sociais, instituições, pensamentos entre outros elementos que compõe o mundo social.

A sociedade colonial açucareira foi influenciada pela cultura ibérica. A sociedade barroca buscava, sempre que possível, incorporar as hierarquias sociais então em voga na sua metrópole. Segundo Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 71) “o imaginário barroco tentava ordenar o mundo, classificando e organizando tudo – inclusive os tipos humanos – em hierarquias”. Essas hierarquizações eram também representadas nos tipos construídos daquele período. Assim, por exemplo, o modo de implantação de

determinada construção de um engenho açucareiro poderia representar as hierarquias socioculturais presentes no imaginário do mundo barroco ibérico. E que, por sua vez, acabaram sendo incorporados na colônia, pela elite branca que ali havia se estabelecido.

Aqui novamente citada como exemplo desse ordenamento social, a capela de engenho, geralmente implantada em um local de destaque e cuja relevância simbólico-religiosa se mostrou tão latente naquele meio que o cronista João Antonil (1982, p. 81) diz que, dentre as pessoas contratadas para o serviço do engenho, o capelão era, talvez, o mais importante:

[...] a que se há encomendar o ensino de tudo o que pertence a vida cristã, para desta sorte satisfazer à maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar ou mandar doutrinar a família e escravos [...] entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boa mão.

Na imagem abaixo, temos a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Outeiros de Maracaípe, em Ipojuca. Construção datada do século XVIII, única em estilo maneirista daquela região. A construção conta ainda com um cemitério anexo e um cruzeiro em sua frente.

Foto 3 – Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Outeiros de Maracaípe, município de Ipojuca (PE)



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana.

Geraldo Gomes (1997, p. 215-216) enfatiza que essas capelas foram os edifícios que menos sofreram modificações no decorrer do tempo, pois, uma vez feitas, raramente sofriam modificações. Isso se devia, sobretudo, pelo caráter místico que esse tipo construtivo detinha no mundo dos engenhos. Já que era a representação da Santa

Madre Igreja e, por que não dizer, do próprio Deus católico naquele espaço. Ainda segundo o autor, alguns modelos cuja existência fora documentada pelos holandeses nas primeiras décadas do século XVI foram-se reproduzindo, com algumas alterações até o século XIX.

A respeito daquelas capelas, Gilberto Freyre (2006, p. 471) observa que a capela enquanto representação material e simbólica do divino era significativa ao ponto de que na ocasião da “botada” – primeiro dia da moagem da cana – lá se postava o padre para que tudo corresse conforme o esperado no eito. Recorria-se, dessa forma, aos poderes atribuídos ao Deus cristão para que os trabalhos ocorressem sem qualquer anormalidade e a produção gerasse um bom lucro ao senhor. É importante frisar que naquele mundo nada se fazia sem antes se sacralizar o profano; com Deus como patrono, acreditava-se que haveria garantias preliminares de sucesso e prosperidade.

A respeito do enterramento dos mortos que se fazia no interior dessas capelas ou em áreas a ela extensivas, Fátima Quintas (2007, p. 89-122 apud Quintas, 2007) faz uma leitura simbólica desse costume sugerindo que esses sepultamentos tinham uma função social muito forte para as famílias senhoriais, pois davam vazão para que os mortos se perpetuassem na memória familiar, incorrendo em uma presença menos etérea que materializada. Ainda de acordo com a autora, na segunda metade do século XVIII o “culto” à memória dos mortos se intensificou entre a antiga elite açucareira justamente no período em que estava ocorrendo o declínio do prestígio socioeconômico desse grupo. Dessa forma, cultivar a memória de seus antepassados ilustres significava reviver na memória brasões denotativos e posições sociais de prestígio que começavam a ruir.

Por outro lado, a inserção do escravizado negro nos engenhos e lavouras de cana possibilitou o aparecimento de um tipo construtivo comum em todos os estabelecimentos agrícolas, as senzalas. Estas eram um tipo de construção que se caracterizava por um grande terraço, cuja coberta era sustentada por colunas de alvenaria, feitas em tijolos maciços. De modo geral, corria à frente de dois ou mais cômodos interligados em sequência. De acordo com Geraldo Gomes (1997, p. 186) a técnica predominantemente empregada nessas construções variou da taipa, de pau-a-pique à alvenaria de tijolos.

No campo social e simbólico as senzalas também tinham um papel que ia além do seu espaço físico e dos materiais construtivos nelas utilizados, pois demarcavam o lugar que cabia aos trabalhadores braçais na organização social e econômica do mundo

açucareiro. Eram nelas que os escravizados descansavam após horas de trabalho no eito. Em seu entorno cultivavam as suas lavouras de subsistência e teciam as suas práticas de sociabilidade através de seus cânticos religiosos e repassando suas tradições. Nas senzalas compartilhavam ao mesmo tempo, as suas agruras e pesares vivenciados coletivamente dentro daquele sistema, e se organizavam para resistir à violência imposta pela ordem social reinante.

As discussões apresentadas por Russel-Wood (2005, p. 65-86) sobre a atmosfera sociocultural que permeavam o mundo colonial açucareiro demonstra que todos os indivíduos de ascendência africana no Brasil eram obrigados a se submeterem política, econômica e culturalmente às normas e interdições socioculturais estabelecidas por uma minoria branca que detinha e manejava o capital simbólico naquele universo. Assim, no contexto do mundo colonial da América portuguesa essa submissão era ensinada aos indivíduos de origem africana desde cedo, logo após a sua chegada nessas terras, seja através de horas de trabalho, no eito dos engenhos açucareiros, nas áreas urbanas das vilas coloniais; ou nos inúmeros atos de violência dirigidos aqueles sujeitos.

Os sujeitos libertos ou nascidos livres também estavam sujeitos aos preconceitos e interdições dirigidas a esse grupo, pois a ordem social era habilmente replicada por meio de novas leis, nas práticas sociais, no discurso religioso, na violência da escravidão, na associação do negro ao trabalho mecânico e braçal, portanto, vil e indigno. Nesse sentido, a atmosfera cultural aqui referida transita no campo das mentalidades e das representações simbólicas. E, desta forma, eram hábitos, costumes e práticas culturais socialmente materializados nas práticas e discursos cotidianos que definiam os lugares que estavam reservados na teia social a cada grupo que integrava a sociedade colonial.

Buscava-se, portanto, a harmonização social por meio da manutenção do *status quo* da minoria branca cujas mãos estavam na direção econômica, religiosa, administrativa e cultural da colônia. Não havendo, naquele universo social, meio didático mais eficiente para um negro ou mestiço de compreender as regras do jogo social do que os ensinamentos que de “bom grado” eram “transmitidos” pelas condições de existência no interior do espaço físico da senzala e nas práticas cotidianas características do mundo colonial açucareiro.

Os prédios destinados a abrigar a fábrica dos engenhos açucareiros eram o lugar onde se desenvolviam boa parte do processo de fabricação do açúcar. Elas se caracterizaram como um tipo construtivo que, segundo José Luiz da Mota Menezes

(2007. p. 137 apud Quintas, 2007) não sofreu grandes variações quanto à sua tipologia e materiais construtivos nelas empregados. As construções mais antigas de que se tem conhecimento abrigavam em um mesmo edifício a moenda e as caldeiras. Em relação a sua estrutura eram edifícios feitos em pilares ou em seu lugar arcos plenos, podendo ser feitos de madeira ou alvenaria de tijolos, com poucas paredes intermediárias e algumas paredes a meia altura, ligando-as.

A importância socioeconômica daquelas fábricas estava na sua funcionalidade e destinação dentro da unidade produtiva, pois era através daquelas atividades que se obtinha o açúcar e gerenciavam-se as atividades a serem desempenhadas por cada trabalhador, fosse ele livre ou escravizado. Isso fazia com que todos os ofícios desempenhados girassem em sua órbita e dependessem do seu pleno funcionamento. Por outro lado, aquela construção detinha bastante relevância para a disciplinarização do trabalho naqueles estabelecimentos, uma vez que todas as atenções do senhor e seus oficiais estavam direcionados para o processo de produção.

Destaca-se, além do que foi dito, que esses tipos construtivos do mundo açucareiro associavam-se no ordenamento daquela sociedade; configuravam-se também como representantes materiais de um poder maior a que todos estavam sujeitos; moldando assim o tipo de sociedade que os grupos dominantes almejavam fomentar. Aquelas fábricas também ajudavam na delimitação do espaço de trabalho de cada indivíduo, onde havia funções típicas que deveriam ser exercidas por escravizados e outras que mais comumente eram por homens livres.

No mundo açucareiro as construções eram dotadas de funções simbólicas que se destinavam a materializar as hierarquias, distinções e o ordenamento do mundo a partir das representações típicas do imaginário barroco, que muitas vezes se buscava reproduzir na América açucareira portuguesa. Isso pode ser desvelado ao se observar os lugares geralmente escolhidos para a implantação daquelas construções, bem como em relação aos tipos de materiais construtivos empregados nesses prédios. Eram escolhas feitas com o propósito de fomentar o ordenamento de um modelo de sociedade que se buscava reproduzir a partir de um referencial cultural transplantado do mundo Ibérico. Buscava-se, portanto, hierarquizar e ordenar o mundo do açúcar por meio do ajustamento das práticas socioculturais, das representações e dos sentidos conferidos pela materialidade simbólica típica das construções daquele período.

Portanto, essa cultura material, trazendo aqui para o debate a mediação estabelecida pelas discussões do Pierre Bourdieu (2007, p. 1-16), tinha dentro do campo

das mentalidades e representações simbólicas a função de legitimá-lo e de dar a conhecer ao conjunto da sociedade, ou seja, se transfiguravam em imagens representativas de um poder que se materializava diante de todos. Sobre isso, é importante perceber as capelas rurais açucareiras que eram representantes do poder religioso tendo a função cultural de ditar a moral da época; legitimar moralmente o poder político e as práticas do trabalho escravo pelo dono da terra; e sacralizar o prestígio econômico e social dos proprietários.

Esse modelo de colonização e sociedade construído na América açucareira colonial trouxe consigo muitos aspectos da cultura ibérica, configurando-se desta maneira, hierarquias sociais que estavam em voga na metrópole. A esse respeito Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 71) comenta que “o imaginário barroco tentava ordenar o mundo, classificando e organizando tudo – inclusive os tipos humanos – hierarquias”. O modo de implantação de determinada construção, naquele tipo de sociedade, foi uma das maneiras utilizadas para representar as hierarquias socioculturais presentes no imaginário do mundo barroco ibérico.

Eram, portanto, práticas do imaginário barroco que acabaram sendo incorporadas ao mundo açucareiro pelos grupos sociais privilegiados ali estabelecidos, com vistas a atender aos seus interesses e das instituições que ditavam as regras. Admitindo assim, que estamos lidando com uma sociedade de ordens favorecida por profundas desigualdades e distinções sociais; onde o trânsito social de um grupo para outro, era controlado, cerceado e orquestrado de acordo com os interesses das elites ali desenvolvidas; assim como por laços clientelares que visavam favorecer unicamente os dominantes. Era, portanto, um espaço onde os símbolos ligados aos grupos e determinados espaços de poder, distinguiam o sujeito que deles se utilizavam dentro da sociedade. E isso permitia que os agentes citados pudessem contabilizar e fazer uso em benefício próprio desses símbolos com a manutenção da ordem social que os favorecia.

As construções feitas em áreas urbanas ou rurais, da Mata Sul pernambucana – ou em qualquer outro espaço do mundo açucareiro –, configuravam-se como representantes de um poder econômico, político e religioso cujas representações simbólicas tinham a clara função de alinhar aquela sociedade aos interesses dos grupos dominantes. Eram elementos concretos e imaginários que faziam parte de um jogo simbólico de uma sociedade hierarquizada e ritualizada, em que cada um deles representava, reforçava e impunha uma relação de poder e, portanto, de desigualdade. Naquela atmosfera sociocultural, os grupos e instâncias de poder político, econômico e

religioso se associavam, no intuito de garantir o ordenamento daquele espaço colonial e a manutenção dos seus interesses. Eram aqueles grupos os reais detentores do poder e balizadores das regras sociais que asseguravam a dominação por parte de uma minoria branca e abastada sobre o conjunto da população no mundo açucareiro.

4.3 – Aspectos simbólicos presentes na arquitetura espacial dos Engenhos e vilas açucareiras

Os estudos tradicionais dedicados às cidades e demais nucleações urbanas do Brasil colonial, por vezes, tendem a afirmar que não houve qualquer planejamento por parte das autoridades coloniais portuguesas e da governança local para a formação daqueles espaços. Defendem que a implantação daqueles núcleos não obedecia a uma estratégia mínima para a sua implantação ao longo dos primeiros tempos da colonização neste território. Contudo, outras autoridades sobre o tema, logo mais mencionadas, pontuam que desde os primeiros anos do povoamento português, quando o governador geral Tomé de Sousa chegou para construir a cidade de Salvador, ainda em meados do século XVI, havia uma preocupação da Coroa portuguesa com o desenvolvimento de centros urbanos primários, atingindo, durante o século XVIII, uma sistematização da ideologia de planejamento urbano. Diante do exposto infere-se que as afirmativas a respeito de uma pretensa falta de planejamento para as cidades brasileiras do período colonial não passariam desta forma de falácias que foram sendo reproduzidas aleatoriamente durante anos (Delson, 1997). Conforme demonstrou Reis Filho (1968) a existência de uma legislação portuguesa voltada para a construção de vilas pode significar o planejamento formal, ainda que o “saber fazer cidades” fosse mais empírico que teórico (Fridman, 2004).

Pedro Dias (2004) aponta que até o fim do século XVI não houve uma preocupação por parte das autoridades coloniais em se implantar na América portuguesa um sistema integrado de planejamento urbano que pudesse atender as necessidades administrativas, defensivas e de produção que fossem minimamente coerentes, havendo apenas algumas normas avulsas de ordenamento, como as que foram decretadas para Salvador. Assim, não havia, de acordo com Paulo Santos (2001), a existência de um traçado prévio nas cidades portuguesas no Brasil, mas havendo, porém, uma correlação formal e uma unidade de espírito consequente da orientação dos religiosos e artesãos preocupados com a localização e com uma unidade de estilo.

Sob uma perspectiva mais analítica da política adotada pelo governo português naquela época, essa singularidade deriva-se certamente do absolutismo do poder central, da necessidade de defesa, do sistema de formação dos mestres de ofício e dos engenheiros militares. Reis Filho (1968) ao referir-se ao desenho urbano e ao traçado das primeiras urbes implantadas neste território fez menção à adoção, mesmo nos menores núcleos urbanos implantados na época, de um traçado regular tendendo ao xadrez, com foco na praça e na valorização dos pontos de maior interesse, bem como em um zoneamento incipiente a partir dos usos das edificações que viriam a ser implantadas. O autor deixa claro que a mencionada regularidade de traçado estava, até o início do século XVIII, quase ausente na colônia, e só a partir daquele período a Coroa portuguesa conseguiria, graças a um controle mais eficiente do território, impor suas diretrizes políticas, o seu sistema arrecadador e judiciário, por intermédio de uma elaborada organização administrativa e militar que conseguiu estabelecer em toda a América portuguesa.

Francisco Andrade (1966) ao apontar a influência da legislação normativa e urbanística por meio da compreensão da estrutura das cidades e da morfologia da arquitetura urbana brasileira, para fins de método de estudo, subdividiu o período colonial em duas fases – de implantação e de afirmação urbana – submetida às Ordenações do Reino e demonstrando que as normas de conduta são decorrentes de uma conjuntura sociocultural e, portanto, se configuram em determinantes morfológicos e estruturais da cidade (Fridman, 2004). Compreende-se, dessa maneira, que interesses e conjunturas políticas, religiosas, econômicas, culturais e ideológicas não só estiveram presentes nos traçados das cidades e povoados coloniais como também se fazem presentes nas estruturas, volumetria, características e traçados arquitetônicos das construções do período. Contribuindo, assim, para a materialização de um discurso de poder que se impunha naquela paisagem, legitimando e reproduzindo perante todos os segmentos sociais que estavam integrados naqueles espaços a ordem social imposta pelo grupo social dominante. Figurando, dentro de uma perspectiva do campo das mentalidades, como uma espécie de ordenamento e materialização de uma ideologia de poder a serviço dos detentores daquele capital simbólico materializado e implantado nos núcleos urbanos e rurais da América colonial açucareira.

Uma questão que vale a pena destacar neste trabalho é a constatação de que, com o desenvolvimento da indústria açucareira, outro tipo de ocupação acabou surgindo durante o período colonial: os latifúndios. Instalados nas áreas rurais, abrigavam casa

grande (residência do proprietário e do seu núcleo familiar), a senzala (alojamento dos escravizados), a capela (lugar de ofícios e celebrações religiosas direcionadas a todos da comunidade do engenho), as moradias dos agregados e trabalhadores livres assalariados, e o espaço destinado à transformação da cana em açúcar, conhecida como moita, fábrica ou engenho, palavra que passou a denominar toda a extensão latifundiária. Conforme ressalta Carlos Lemos (1989) depois que foram definidas com precisão as hierarquias sociais na colônia poucos clãs familiares passaram a deter a posse dos meios de produção e controle da política local, consolidando o seu poder e vontade sob o conjunto da população.

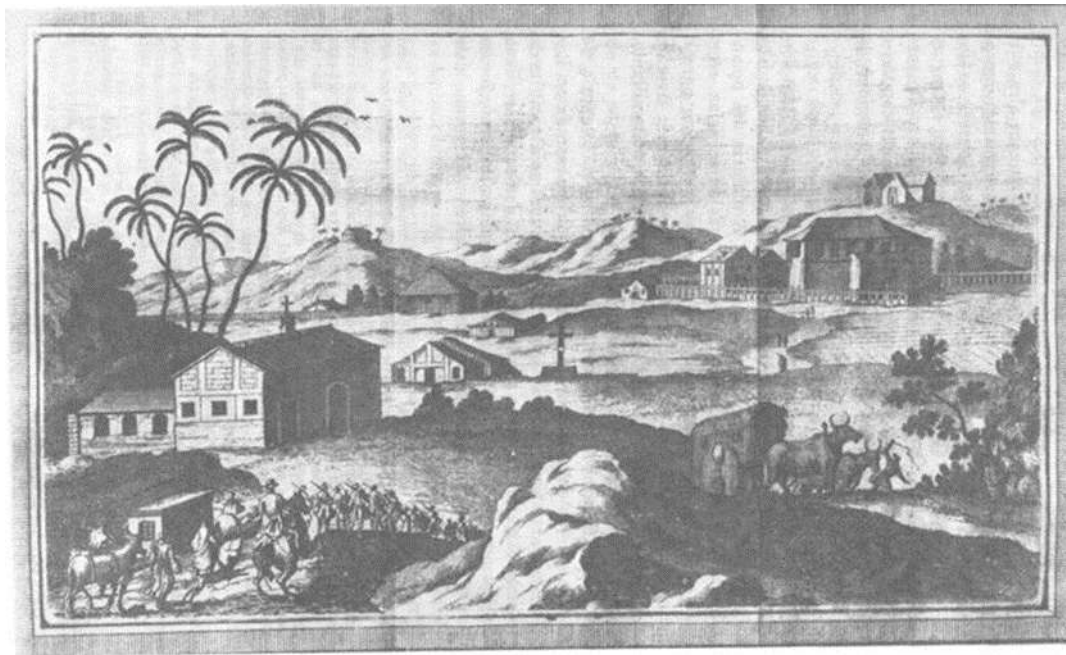
Nesse cenário socioeconômico que foi construído, o restante da população livre permaneceu nos povoados e nas vilas açucareiras, onde buscava fixar residência permanente. Essa população era composta em boa parte por negociantes, alguns funcionários públicos, o clero em geral, muitos artesãos e vendedores ambulantes de toda a sorte de produtos. Recordando que aquelas áreas também se configuravam como importantes pontos de comercialização de gêneros diversos e embarque da produção açucareira para outros territórios.

Segundo a lógica do processo de ocupação da empresa colonial, ao longo do século XVI, no conjunto da América portuguesa, as povoações litorâneas ou próximas a costa, em locais facilmente defensáveis, foram as primeiras a se estabelecer. Essas povoações geralmente eram estabelecidas em um lugar acanhado, com boa visibilidade da região em sua volta, com um único e difícil acesso, o que provocou o aproveitamento de plataformas rochosas sobre as praias e junto aos estuários de rios, que serviam para ancorar as embarcações, imprescindíveis às comunicações e aos tratos comerciais indispensáveis a lógica de aproveitamento econômico do território.

Até meados do século XVII Portugal aplicou no Brasil uma política urbanizadora que consistia em estimular, indiretamente, a formação de vilas nos territórios pertencentes aos donatários e a custas desses, reservando-se as tarefas correspondentes à fundação, em seu território, de cidades com funções de centros de controle regional. Deixando a organização espacial daquelas sob a responsabilidade dos donatários e de seus representantes, orientados apenas pelas Ordenações do Reino Lusitano, que não traziam regras bem definidas em relação à configuração do espaço urbano, procurando exercer, assim, uma influência mais direta e com controle mais eficaz sobre as cidades reais, para cuja fundação e desenvolvimento procurou fornecer, quase sempre, pessoal e recursos.t

4.3.1 - As vilas açucareiras e o seu papel na organização da sociedade colonial açucareira

Imagem 07 - Vila formosa de Sirinhaém



Fonte: <https://thiagopovo.blogspot.com/2013/03/historia-de-sirinhaem-origens.html>.

Graças à imagem inserida acima temos uma rica perspectiva de como uma vila colonial açucareira da Mata Sul pernambucana despontava na paisagem daquele período. Na oportunidade, podemos notar a presença de um núcleo urbano implantado em uma área de morro elevada e a presença de algumas construções típicas como casas fortificadas, igrejas, armazéns e prédios com mais de um ou dois pavimentos. Sendo, portanto, construções que se destacavam na paisagem local em razão da área elevada onde estavam implantadas e do porte das construções que podem ser notadas na leitura da imagem.

Dias (2024) esclarece que da mesma maneira como se fazia no reino, também na América portuguesa, escolhia-se propositalmente um espaço baixo para a implantação e desenvolvimento das atividades econômicas e um local mais elevado, que supostamente seria mais seguro para a implantação das moradias das autoridades, daqueles que possuíam muitos bens, dos sacerdotes responsáveis pelos cultos religiosos e da sede dos edifícios da governança local. Em núcleos urbanos maiores, como em Olinda, sede da

capitania, na área fortificada, localizavam-se o palácio do governante e os espaços administrativos, militares e jurídicos. Em suas ramificações, na medida em que descia o morro, a urbes se alargava em todas as direções, onde ruas espontâneas, estreitas e sinuosas, com uma quase infinidade de becos e vielas espremidas formavam labirintos cuja função era os serviços de vias de ligação (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2009).

Imagem 8 - Vila de Santo Antônio do Cabo



Fonte: Instituto Moreira Salles. Disponível em:

<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/2342>.

A imagem nos possibilita ter uma dimensão de como se configuravam geograficamente as vilas açucareiras da Mata Sul Pernambucana. A leitura da imagem em questão nos dá uma noção de como se organizava a vila de Santo Antônio do Cabo ainda em meados do século XIX. E partindo da premissa de que as mudanças nos sítios urbanos no passado se operavam de forma muito mais lenta do que no mundo contemporâneo, é possível supor que ela ainda preservava muito do traçado original, como o desenho das ruas, a disposição de suas construções no espaço e até mesmo os prédios que remontavam ao período de formação daquelas urbes. Neste caso, é importante destacar que há um pátio central em frente a principal igreja da vila, lembrando que era a partir do ponto de implantação daquele templo onde eram estabelecidos os prédios mais importantes haja vista que servia de sede das instituições de poder local, moradia dos poderosos da terra e do comércio.

Já na via que desce a partir da igreja matriz, pelo seu lado esquerdo, nota-se diversas construções que eram possivelmente utilizadas para fins diversos como

moradias, loja de víveres, prédios comerciais, entre outros. Cada edificação detinha uma função socioeconômica dentro da estrutura urbana daquelas vilas, estabelecendo uma hierarquia a partir do local de implantação de cada prédio delineando o lugar que cada sujeito, usuário ou frequentador daquele espaço ocupava.

É importante destacar que aqueles núcleos urbanos, no passado, tinham a função de fornecer apoio logístico às expedições de conquista. Como os caminhos eram precários e a geografia local não contribuía para uma efetiva comunicação entre os invasores e a sede da capitania, era necessário que os expedicionários pudessem contar com pontos de apoio onde tivessem acesso aos mantimentos e insumos usados nas campanhas.

Na medida em que as campanhas se afastaram de Olinda, núcleo político e administrativo da capitania foi necessário buscar apoio institucional e logístico em núcleos urbanos onde as frentes de conquistas poderiam se agrupar e traçar estratégias de ação a fim de atingir aos seus propósitos expansionistas. Além disso, quando um dado território era conquistado e “pacificado”, era comum que os líderes da campanha se pusessem a organizar a implantação de um núcleo urbano, peça fundamental para a organização política-administrativa e econômica da nova vila com vistas ao estabelecimento da estrutura necessária ao desenvolvimento da indústria açucareira e outras atividades econômicas secundárias na região.

Seguia-se à conquista territorial, um esquema de repartimento de terras que dava preferência, para o recebimento de glebas, conforme a fazenda de cada homem interessado no seu recebimento. Destacando que aqueles que possuísssem boas relações com os mandatários locais, que houvessem integrado como parceiros as campanhas e/ou detivessem meios para obter os recursos financeiros necessários para a montagem de um novo engenho açucareiro, detinham certa prioridade. Apesar de o engenho açucareiro ser símbolo da prosperidade da capitania, havia também a doação de terras para a formação de fazendas de cana e outras atividades econômicas de menor porte comuns a época.

Conforme destacou Josué de Castro (1952. p. 112 – 173) a região Nordeste abarcou a zona da Mata Atlântica, bioma que quase foi extinto em decorrência dos processos de plantio de cana-de-açúcar que se prolongaram durante séculos. Por basear-se em um sistema monocultor, onde todos os lucros devidos eram obtidos pelos senhores de engenho, a população que empreendia seus esforços para a realização do árduo trabalho, tornava-se, dessa maneira, restrita de praticar outras formas de cultivo,

como forma de subsistência alimentar, provocando, assim, um crescente número de casos de trabalhadores e escravizados vítimas de desnutrição. Assim, para além da ostentação da elite local e dos lucros dos financistas do açúcar, havia a realidade da fome endêmica que assolava boa parte da população colonial. E mesmo entre trabalhadores livres ou brancos pobres havia privação de alimentos decorrente da escassez de gêneros alimentícios que garantissem uma nutrição mínima adequada e que fosse acessível à maioria dos habitantes das zonas açucareiras da colônia.

Imagem 9 - Vila do Cabo e arredores



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/2342>.

Na imagem acima nota-se em rente à capela um cruzeiro e um grande largo ladeado por casas geminadas. O modo como cada igreja ou capela era construído nessas localidades, geralmente em uma área de destaque, em um largo ou praça, indicava a sua importância social para o ordenamento urbano. Assim, era a partir do templo religioso católico que eram dispostos os tipos construtivos que se relacionavam a administração, a justiça e a governança local. Em todo caso, aqui nos referimos a espaços ocupados por pessoas livres, brancas e com posições sociais de destaque.

Além de deterem importante função política e administrativa as vilas açucareiras eram estratégicas para os interesses da Igreja na colônia, pois enquanto freguesias religiosas elas se tornavam um lugar privilegiado para a difusão da fé católica junto aos grupos que detinham alguma função econômica dentro da lógica de exploração colonial. Era a partir dos púlpitos que pregadores se utilizavam do lugar de privilégio que ocupavam para militar em favor da subalternização da esposa ao marido, do escravizado

ao seu senhor, dos filhos aos seus pais, do empregado assalariado ao seu patrão. Portanto, a acomodação dos diversos grupos sociais aos interesses da ordem dominantes passava, inicialmente, pela simpatia do clero católico aos interesses do sistema de dominação operante.

Imagem 10 - Igreja de Nossa Senhora de Escada.



Fonte: <https://www.escadaresgatandonossahistoria.blogspot.com/2011/03/matriz-lenda.html>.

Reforçando a discussão tecida ao longo deste texto, na imagem acima temos a inserção da igreja de Nossa Senhora de Escada, que assim como em outras vilas açucareiras da Mata Sul ocupava uma posição de centralidade e destaque na praça central da cidade. Portanto, apesar de visivelmente se tratar de uma imagem, produzida depois do período aqui estudado, a igreja serve para corroborar com a tese de que as hierarquizações sociais no mundo colonial eram cumpridas. Não se tratava de um mero costume, mas de um instrumento político e social utilizado para o ordenamento daquela sociedade, onde o favorecimento das práticas religiosas perpetradas pela igreja católica

se configurava como um instrumento social para a manutenção do modelo de exploração imposto por uma minoria branca e poderosa.

Sob a perspectiva de análise é importante recordar que a igreja católica era responsável por estabelecer e defender normas morais e ordenamentos sociais que deveriam observadas pelos diversos segmentos. Além disso, era com vistas à manutenção da ordem escravagista dominante e do patriarcado que pregadores católicos se utilizavam dos seus sermões para legitimar as desigualdades existentes. Portanto, as ações missionárias e as pregações daqueles religiosos eram peças fundamentais para a manutenção e reprodução do sistema de dominação que se alimentava dos discursos religiosos e práticas sociais por eles defendidos.

Imagem 11 - Área urbana da antiga vila de Santo Amaro do Jaboatão



Fonte: <https://jaboataoantigo10.blogspot.com/search?updated-max=2014-10-03T08:05:00-07:00&max-results=7&start=7&by-date=false>.

Na foto anterior, vemos o largo da primitiva vila de Santo Amaro do Jaboatão, representado em registro datado de 1943 que ainda apresentava o traço original da sua principal via onde é possível notar a igreja matriz no centro sendo ladeada pelo seu casario histórico. O acabamento das construções que ladeiam a igreja e margeiam a rua detém uma arquitetura mais desenvolvida com adorno nos frontões das casas, paredes com emboço e pintura. Essas construções são mais sólidas e edificadas com materiais

duradouros. Esse tipo de habitação era, no entanto, destinado à moradia de pessoas com melhor cabedal e que, portanto, tinham os meios necessários para mandá-las construir e manter. Sendo, desta maneira, um indicativo do poder econômico e mesmo da posição que os seus moradores ocupavam na hierarquia social daquela vila.

Imagem 12 - Via que margeia a ferrovia que cortava a antiga área urbana da vila de Santo Amaro do Jaboatão



Fonte:

<https://jaboataoantigo10.blogspot.com/?fbclid=IwAR1aB7BucX2wydQiNaOcP2mykMdFSxUs9vD0bVj82UbINyC3DwFCmcRQKVI>

4.3.2 – Ordenamento e Controle Social: o controle ideológico e cultural exercido pelo catolicismo no mundo colonial açucareiro

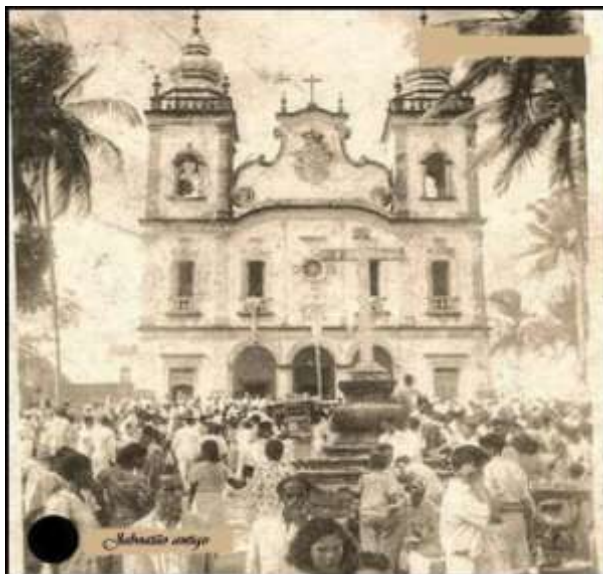
A Igreja Católica, desde os primeiros tempos da colonização da América portuguesa desempenhou uma função essencial dentro do processo de estruturação do espaço físico das cidades e vilas açucareiras. Graças a construções de inúmeras igrejas, conventos, mosteiros, missões, capelas, entre outros, a Igreja atuou como um dos principais agentes modeladores da paisagem urbana. Além disso, conforme sustentou Pedro Brito (2015, p. 26) “a Igreja tinha no seu clero secular a função de delimitar áreas territoriais correspondentes às freguesias, que foram fundamentais para divisão administrativa das cidades e vilas”. Outro dado importante é que o clero regular, em função do seu papel missionário na colônia, desempenhou um importante papel social

junto às populações nas vilas e cidades onde os seus conventos e mosteiros estavam instalados. Graças as suas pregações e alinhamento ideológico com os grupos locais dominantes contribuiu para apaziguar os ânimos dos grupos subalternos em razão da sua pregação que, entre outras coisas, visava persuadi-los a aceitar as condições de vida como resultante da vontade divina. Aqueles centros religiosos também acabavam funcionando como ponto de atração de pessoas, se configurando como pontos de atração do crescimento urbano (Costa, 2007).

Um dos compromissos da colonização portuguesa no Novo Mundo era a proposta de ação evangelizadora firmada pela Coroa portuguesa que tomava para si a missão de propagar a doutrina e a fé cristã em suas todas as suas possessões além mar. A colonização configurava-se assim, em um instrumento de manipulação política e religiosa a serviço dos grupos mandatários do reino que dele se serviram para motivar os seus conterrâneos a participar das expedições de conquista e colonização da América portuguesa. Embora saibamos que apesar do argumento missionário da ação portuguesa, o motor propulsor das conquistas foi puramente comercial. Em termos práticos não havia para a burguesia do reino, para os financistas da empresa colonial, para os colonos e aventureiros interesses religiosos por trás de suas ações. Os interesses que moviam aqueles homens eram essencialmente políticos e econômicos.

Na imagem a seguir, nota-se uma grande aglomeração de pessoas em frente à Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes dos Guararapes, que, segundo a tradição católica local, foi construída ainda na segunda metade do século XVII, nas sesmarias doadas ao capitão Alexandre de Moura, rico e influente proprietário do Engenho Guararapes, pelo então governador e capitão-mor de Pernambuco, Francisco Barreto de Menezes. Sua construção foi concebida em agradecimento às vitórias travadas nos montes Guararapes pelas tropas de resistência local contra os soldados holandeses.

Imagem 13 - Missa campal em frente à Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.



Fonte: <https://memoriaescravidaope.wordpress.com/2020/08/14/igreja-de-nossa-senhora-dos-prazeres/>

A imagem nos permite dizer que a fé cristã católica trazida e imposta aos grupos originários do território e, posteriormente, aos negros escravizados, mostrou-se bastante útil aos interesses dos grupos dominantes tanto de Portugal, quanto aos que se formaram neste território. Se transformando em um importante instrumento político e ideológico a serviço da empresa colonial, uma vez que contribuía para conformar os grupos subalternos aos interesses dominantes. Dessa forma, fé, interesses comerciais e a imposição de um projeto político e social moldaram um tipo de sociedade que dialogava com os interesses dos grupos dominantes aquém e além-mar.

Sobre isso Alberon de Lemos comentou o seguinte: “Tidas por baluartes do pensamento católico da Contrarreforma e como ícones da cultura barroca, as nações ibéricas tiveram um papel importantíssimo na implementação dessa mentalidade no Novo Mundo” (Gomes, 2013. p.57). Atendia-se, assim, aos interesses dos mais diversos segmentos sociais e das instituições políticas, econômicas e religiosas de sua época, forjando uma sociedade que se retroalimentava de uma cultura religiosa que era extremamente valorizada pela empresa colonial e os seus fomentadores.

Entende-se que a monumentalidade daqueles templos do passado refletia, não apenas a fé e a pretensão da ação missionária portuguesa, mas representava a vitória de um projeto de poder e dominação de uma minoria sobre uma legião de despossuídos e escravizados. Representava, sob esta perspectiva, a consolidação de um modelo de civilização em que desigualdades e escravidão eram as suas molas-mestras.

A expansão da empresa colonial se caracterizou por uma dupla finalidade, uma na qual os padres e missionários, em tese, ambicionavam ganhar mais almas para o seu deus por meio da conversão e catequese dos indígenas. E, por outro lado, o rei católico apoiava os projetos de sua burguesia por meio do favorecimento da exploração dos recursos naturais do território e a implantação de uma indústria agroexportadora na colônia.

No cenário sociocultural que foi habilmente desenhando pela colonização portuguesa se destacou na paisagem dos engenhos e vilas açucareiras a representação da cruz, um instrumento máximo de alienação, subjugação e dominação perpetrado por um sistema de poder nestas terras. Além disso, era um claro sinal de aliança política, ideológica e cultural entre o Estado português e a Santa Sé Romana. A cruz era um elemento simbólico que representava a posse do território e a presença da cristandade católica na América portuguesa. Instâncias políticas e religiosas que eram aliadas, a nível político, econômico, religioso e cultural, em um exitoso projeto de poder, enriquecimento e dominação que deixou marcas indeléveis na sociedade brasileira desde a sua tenra formação.

Para que o projeto dominador tivesse êxito, era permitido ao sacerdote, ordenado pela Igreja, exercer uma espécie de poder fiscalizador e disciplinador sobre os fiéis, se valendo, para tanto, da sua posição de autoridade religiosa que, por sua vez, era levada em bastante consideração naquela época. E não raro, segundo argumenta Anna Laura Teixeira França (2002, p. 84), o padre “contava com recursos que iam desde a acusação de alguém, no púlpito, como devasso e pecador ou exposição de seu no nome na porta da igreja, até medidas que incluíam o uso da violência”.

Aqueles religiosos, dentro do raio de ação de suas paróquias, conventos, mosteiros e até capelas, detinham um nível de poder e autoridade que lhes permitia, sem maiores empecilhos, investigarem e adentrarem na vida privada conjugal de casais, na vida doméstica de uma família, no modo como os senhores deveriam disciplinar os filhos e escravizados, bem como na maneira como os pais deveriam conduzir a educação de seus filhos. Sendo assim, era uma autoridade que em muitos casos chegava a rivalizar, e até mesmo se sobrepor, à autoridade de pais, esposos, senhores e, até autoridades locais. A ação daqueles clérigos foi um importante braço do ornamento social almejado pelos grupos dominantes.

Imagem 14 - Convento de Santo Antônio em Sirinhaém, datado de 1630



Fonte: Convento e Igreja de Santo Antônio, Sirinhaém. Recife, IPHAN-1º, 1973. 165X24 (reprodução reduzida para 12x18). 1604/73.

Além da cruz, elemento religioso utilizado como símbolo de posse e de conversão do território a fé católica, muitas igrejas, capelas, ermitas e santuários também foram construídos nas várias vilas da Mata Sul. Assim, aqueles templos pouco a pouco foram se impondo na paisagem mesmo antes da implantação dos bucólicos canaviais que circundavam os seus núcleos urbanos. Aquelas construções não se destinavam apenas a atender às questões de ordem pastoral, mas também serviram como marco de conquista da terra pelos portugueses (Costa, 2007).

A imagem acima pertence ao convento de Santo Antônio de Sirinhaém e à sua Igreja, construções geminadas, datadas de 10 de maio de 1630, a pedido dos moradores do local e em terras doadas pela viúva Magdalena Pinheyra, integrante de uma poderosa família local, em escritura de 7 de maio de 1630. Outras terras foram mais tarde doadas, por escritura de 17 de julho de 1631, e em 20 de janeiro de 1633, pela mesma família. Aquele convento, no entanto, não foi o único que se destacou naquela região, pois antes mesmo de sua construção, ainda no início do século XVII, precisamente em 1606, no principal núcleo urbano da vila de São Miguel do Ipojuca, foi lançada a pedra

fundamental para a construção do Convento Franciscano de Santo Antônio e Igreja do Santo Cristo também pertencentes a ordem religiosa dos franciscanos.

Foto 4 - Convento de Santo Antônio e Igreja do Santo Cristo em Ipojuca, datado de 1606



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana.

A respeito dos fatores que levaram a construção do convento franciscano nas terras da vila de Ipojuca, Pereira da Costa (1952, vol. 2:288-289) nos diz que a ida dos franciscanos para São Miguel do Ipojuca se deu graças a insistência dos moradores abastados do local que pediam a instalação de um convento dessa ordem na localidade. Sobre isso, Frei Willeke (1956, p. 19) nos conta que Francisco Dias Delgado, um poderoso senhor de vários engenhos na região da Mata Sul, foi quem mandou edificar o convento de Santo Antônio de Ipojuca, doando ainda, nas palavras do frei, “cerca murada, mais terras extramuros, para logrador e matas para a senha”.

Mesmo sendo a disseminação da doutrina religiosa a principal missão da Igreja, para ela também estava reservada outra importante função, que a empresa colonial portuguesa pudesse ter êxito. A Santa Sé foi a grande parceira da Coroa na manutenção da ordem social em suas colônias, atuando como difusora dos valores e normas ditados pelo governo português e de submissão ao mesmo, uma vez que era sustentada financeiramente pelo monarca. Nesse ambiente sociocultural, no qual se inseria a sociedade colonial brasileira escravista, fortemente hierarquizado, havia uma profunda separação entre as camadas sociais e vivia-se em constante tensão, cabendo à Igreja o

papel de controlar a população, com a utilização da fé como instrumento de manutenção da ordem social plenamente inserida no contexto do colonialismo português (Costa, 2007).

Segundo comenta Alberon de Lemos Gomes (2013, p. 51) no mundo colonial a Igreja difundiu entre a população o costume de comparecer regularmente a missa, seja as missas dominiais ou em dias de festividade religiosa fazendo com que, desta forma, boa parte da vida na colônia girasse em torno dos eventos promovidos pela Igreja. Sobre isso o autor diz o seguinte:

[...] tornar-se-ão obrigatórios o comparecimento às missas; a reza do terço, de ladainhas, dos salmos; à atenção ao sermão; a prática da confissão e da comunhão, pelo menos anualmente e, em especial, no período pascoal; observância aos Sacramentos, com ênfase no batismo, eucaristia, matrimônio e extremunção; além da participação em confrarias e peregrinação.

Nota-se que a instituição da prática da confissão dos pecados, figura, nas palavras do Alberon Lemos Gomes (2013, p. 51) como um “*locus* de propagação da ideologia tridentina e de controle social dos fiéis”. Assim, a implantação de conventos, igreja, capelas, ermitas e mosteiros foram imprescindíveis para o êxito dos projetos expansionistas da Igreja na América colonial portuguesa. De certa maneira, aquelas construções eram espécies de receptáculos e reprodutores simbólicos do discurso daquela importante instituição de poder.

Foto 5 – Igreja de Matriz de Nossa Senhora do Ó, distrito de Nossa Senhora do Ó, em Ipojuca (PE), datada do século XVIII



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana.

Domingos Loreto Couto cita a Igreja de Nossa Senhora do Ó ao descrever o seu povoado do mesmo nome como sendo composto por mais de mil vizinhos. Ainda de acordo com o cronista, as celebrações realizadas dentro do templo eram sempre bastante concorridas e realizadas com pomba e riqueza (Couto, 1904. p. 167). O que além de indicar o zelo dos moradores para os seus templos de celebração religiosa, indica também que no povoado havia pessoas com capitais financeiros ociosos e suficientes, para disponibilizá-los e empregá-los na ornamentação desses templos (Santana, 2014. p. 119).

Assim como os conventos, as igrejas implantadas nas áreas urbanas das vilas da Mata Sul, além de afirmarem a disponibilidade de recursos financeiros das elites locais que, geralmente, eram os benfeitores que faziam generosas doações em favor das ordens religiosas locais, demonstravam a proeminência do cristianismo católico na colônia sobre qualquer outra manifestação religiosa que pudesse existir. No que se refere ao templo acima, a presença de materiais construtivos mais duradouros e o requinte dos adornos presentes no frontão da igreja, tipicamente barrocos, demonstrava a intencionalidade dos idealizadores e patrocinadores de sua construção, ou seja, projetar a imagem de uma fé pujante e viva que a todos abraçava sobre os auspícios da Santa Madre Igreja. Dessa forma, as instituições que norteavam a sociedade colonial se faziam perceber, seja por meio de suas práticas cotidianas ou na maneira como projetavam os seus edifícios que as representavam materialmente, relacionando à importância que davam à replicação das relações sociais de poder e dominação.

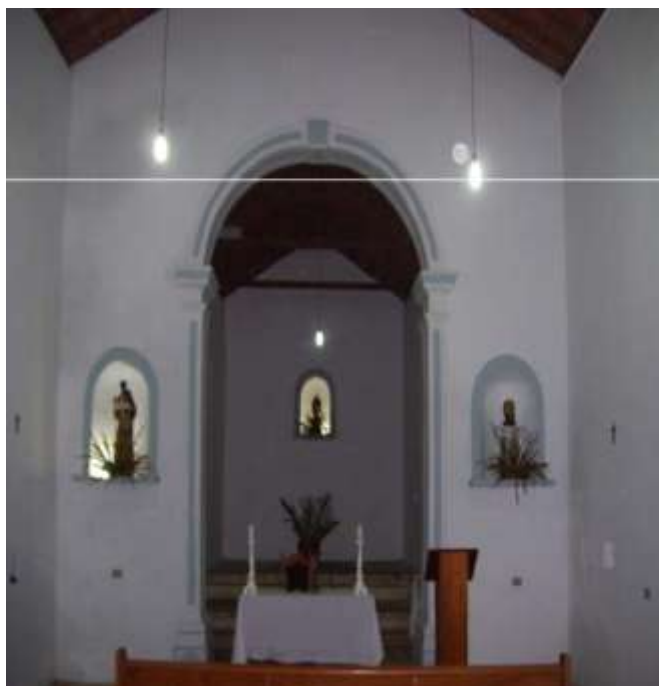
A cultura barroca se apresentava sob diferentes aspectos. Ora se mostrava como uma cultura dirigida, pragmática, mas também detentora de um discurso de massa, cujo propósito era atingir a um público amplo e diverso. Segundo José Antonio Maravall (1997, p. 49) em muitas perspectivas “uma cultura eminentemente urbana e conservadora”. Estava, assim, diluída nos vários segmentos daquela sociedade e se fazendo presente em centros urbanos maiores e mais desenvolvidos como em Olinda, ou mesmo em povoações menores como em Nossa Senhora do Ó, pertencente à vila de São Miguel do Ipojuca. Em razão do seu caráter conservador e elitista, o barroco foi altamente cortejado, absorvido e reproduzido pela Igreja Católica, seja em seus escritos ou na arquitetura dos seus templos.

Foto 6 – Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Outeiros de Maracaípe. Detalhes da sineira, cruzeiro e portão de acesso ao cemitério no canto direito da imagem



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 7 – Interior da capela. Detalhe dos nichos



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 8 – Vista do interior da capela, a partir do altar-mor da nave. Detalhe do local onde havia o coro e forro da capela



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

A referência mais antiga de que temos notícia, a respeito da capela acima, é de uma documentação, mencionada por Pereira da Costa, datada 19 novembro de 1632, e que dava conta de que Francisco Dias Delgado, homem nobre e da principal gente da terra, segundo as palavras de frei Jaboatão e sua esposa D. Catarina Morena. Ambos ricos e prestigiados senhores de engenho, terras e imóveis em Ipojuca, dentre eles o Engenho Trapiche e no Cabo, que em testamento vincularam à sua propriedade em Porto de Galinhas a Capela de Nossa Senhora da Conceição, cujo altar fora construído e ordenado às suas custas em troca de se rezar duas missas por semana em intenção de suas almas. No documento transcrito por Pereira da Costa (1952, vol. 2:609) consta ainda que o casal tinha jazigo perpétuo para si, seus herdeiros e sucessores na referida capela. Sabe-se também, através desse documento, que naquela época, como nos dias de hoje, a capela era administrada pelos religiosos da Igreja do Convento de São Francisco.

A capela de Nossa Senhora da Conceição poderia ser classificada de acordo com o método adotado por Geraldo Gomes (1997, p. 221) como pertencente ao Grupo II-A que constitui-se de capelas com a seguinte característica: “possuem uma só galeria, que serve essencialmente para cobrir a escada de acesso ao coro”.

A capela localizada nas seguintes coordenadas de GPS (0277226 / 9057278) está inserida numa área conhecida como Outeiros de Maracaípe e está vinculada, ao menos desde o século XVII, ao convento de Santo Antônio em Ipojuca. Entretanto, a construção atual é datada de 1780. O edifício detém as seguintes características básicas: possui base elevada, paredes externas e internas feitas de tijolos maciços, emboço e pintura. Na parede lateral direita do templo há uma passagem, que dá acesso à capela, em forma de arco pleno que aparenta ter sofrido intervenções no passado com a introdução de uma verga e que veio a modificar a sua característica inicial.

A construção possui uma única porta de entrada em sua fachada e duas janelas na altura do coro, possui frontão triangular com pináculos nas suas extremidades, e um cruzeiro no eixo central da fachada. Sendo detentora ainda de um cruzeiro feito em tijolos maciços, no pátio interno em frente a capela; possuindo ainda uma sineira sobre o muro do cemitério que está anexado à parede da sua lateral direita. A capela é a única da região com cemitério ao lado em estilo barroco, estando implantada, ainda, em um local de onde se pode avistar as praias de Porto de Galinhas, Maracaípe, Serrambi e a Ilha de Santo Aleixo.

Como citado anteriormente, a forte presença da Igreja Católica no período colonial brasileiro, que se estendeu aos campos político, econômico e social, também teve também reflexos na configuração do espaço urbano das vilas açucareiras. Para Marx (1989, 1991) essa foi uma característica do modo pelo qual se formalizou a união da Igreja com o Estado português, no lastro dos negócios e interesses políticos que forjaram a consolidação da empresa colonial na América portuguesa. O vínculo entre Igreja e Estado pode ser tratado como fator preponderante para a compreensão da formação dos aglomerados urbanos e estruturação da rede de cidades.

A este respeito, Fridaman (2004), mediante a análise dos escritos de Marx (1999,1991), defende a ideia de que a Igreja agiu como Estado na formação do espaço urbano brasileiro, pois eram suas as normas para organização dos sítios urbanos coloniais na América portuguesa. O clero católico teria tido irrestrita liberdade para impor recomendações expressas que interferiram no desenho urbano, ainda quando a codificação colonial portuguesa era generalizante. A localização previamente recomendada para os locais sagrados (lugares decentes, sítio alto, livre de umidade, bons ventos, fontes de água, entre outros) acabava por se tornar uma condicionante para o tecido urbano, cujo crescimento se deu às custas do patrimônio religioso. O

adensamento se deu ao redor desses marcos, deixando clara a influência do patrimônio católico para a evolução urbana.

Um dos aspectos que mais chama atenção na fala de Friedman diz respeito ao papel que a Igreja, por meio do seu clero, deteve na formação e configuração física dos núcleos urbanos coloniais que fez uso de uma legislação específica para lidar com esta temática. É fundamental centrar o enfoque no campo da legislação, pois houve, por parte de Portugal, certa flexibilidade na determinação de normas e diretrizes capazes de orientar o processo de organização do espaço físico das vilas e cidades coloniais. Sobre isso, até meados do século XVIII, os portugueses não tinham criado uma legislação específica para atuar em suas colônias que contemplasse suas diferenças em relação à Metrópole. O que geralmente ocorria era a transferência das Ordenações do Reino Lusitano, com pouca ou nenhuma adaptação a realidade local, que não traziam regras claras e bem definidas com relação à configuração do espaço urbano. No processo lento de urbanização do território português, sedimentado ao longo dos séculos, as ordenações cumpriam seus objetivos, porém, para a realidade das colônias, que exigia respostas mais dinâmicas, elas deixaram um vazio institucional (Marx, 1989).

Foi em razão daquele vazio deixado pelo Estado português que as normas eclesiásticas tiveram a possibilidade de se impor. Assim, em contraposição às vagas e generalizantes determinações do governo português para o ordenamento urbano, o direito canônico ofertou, às urbes coloniais portuguesas, diretrizes claramente estabelecidas para a questão do espaço urbano e, obviamente, no que dizia respeito ao espaço sagrado. Tais orientações estavam muito bem determinadas, sendo reconhecidas e respeitadas pelo próprio direito civil da época.

Um dado que demonstrava a abrangência das determinações eclesiásticas diz respeito à localização dos edifícios religiosos, pois o direito canônico previa uma série de condições para a fundação e edificação das igrejas, onde determinava que deveria ocorrer em lugares decentes, em sítio alto, livre da umidade e desviada, quando possível, de lugares imundos e sórdidos, de casas de particulares e de outras paredes, em distância que se pudessem realizar as procissões ao redor delas. Esses aspectos da localização das edificações religiosas já possuíam força suficiente para o condicionamento do espaço urbano, na medida em que eram os principais referenciais da paisagem urbana colonial. A este respeito, duas recomendações merecem ser destacadas: a de se edificar em lugar alto, o que marca a posição topográfica incontestável das igrejas, capelas, mosteiros e conventos; e a de ser necessário um

espaço livre em torno da edificação para o passo das procissões, condicionando-se, desse modo, o tecido urbano (Costa, 2007).

Outra determinação da legislação canônica era que toda igreja tinha de possuir uma área externa e aberta, o chamado “adro”. Os adros tiveram um importante papel nas cidades e vilas coloniais, pois, como áreas abertas em frente às igrejas, constituíram pontos focais da trama urbana. Como as igrejas dominavam o cenário urbano existente os adros foram espaços indispensáveis na conformação física desses núcleos, sendo um dos elementos característicos das cidades coloniais. Nas pequenas vilas eram praticamente os únicos espaços abertos existentes. Por esse motivo, eles se tornaram referência, abrigando uma série de atividades que iam além de sua função religiosa, como a realização de festas populares, manifestações fundamentais para a vida social da colônia e também para a afirmação da influência da igreja dentro do tecido social. Na prática, os adros tiveram um papel bem mais ativo na vida dos núcleos urbanos, no que diz respeito às funções públicas, uma vez que se constituíram em locais que apresentavam indefinições entre o sagrado e o profano, entre o solo religioso e o solo público (Costa, 2007).

De certo, a Igreja esteve na base do surgimento de muitos dos núcleos urbanos brasileiros do período colonial. Uma capela constituía os pontos em torno e em função dos quais se formavam pequenos aglomerados humanos. É importante destacar que geralmente, o processo de formação de uma vila a partir de uma capela começava com a doação de terras para a sua construção, feita por um rico proprietário rural ou por vários vizinhos.

Contudo, não bastava apenas mandar construir o templo, pois para que ele pudesse vir a realizar as suas atividades, ele deveria ser sacralizado e para isso, atender às condições impostas pela legislação canônica, principalmente ser edificada em local geograficamente destacado e com área livre em seu entorno para o adro e o passo das procissões, como descrito anteriormente. Essa capela passava então a funcionar como ponto de atração para o estabelecimento de uma população e a determinação da sua localização condicionava o parcelamento do solo inicial. Assim, a Igreja controlava e definia o embrião da malha urbana da futura cidade e até o momento da criação do município, esse processo de expansão física era norteado por ela (Marx, 1991).

Costa (2007) destaca ainda que com o crescimento da população a capela passava para outro patamar e era transformada em paróquia ou “freguesia”. Como sede paroquial, a antiga capela evoluía para a igreja matriz, ampliando tanto sua edificação

quanto a população à sua volta. Posteriormente, a nucleação urbana era elevada à categoria de vila, com instituição de uma câmara e definição do solo público e dos limites geográficos. Dessa maneira, estavam determinados os elementos constitutivos do espaço físico das incipientes formações urbanas coloniais: a igreja-matriz era o edifício mais destacado, o seu adro era o largo principal e ambos eram os pontos focais do desenvolvimento tanto da vida quanto da paisagem daqueles núcleos.

Muito provavelmente um dos papéis mais importantes que a Igreja desempenhou na América portuguesa esteve ligado à normatização da sociedade colonial, uma vez que atuou em várias frentes. Sobre isso, vale destacar o seu papel junto aos escravizados africanos, pois contribuiu para que a escravidão fosse vista como o meio pelo qual o cativo era levado a alcançar a salvação de sua alma. Assim, o batismo e as pregações dos missionários eram um importante instrumento político e cultural a serviço do clero católico que fora indispensável à manutenção da estrutura de dominação ali perpetrada.

Um caso analisado é o da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos que foi implantada, ainda no século XVI, na vila de Muribeca dos Guararapes. A vila foi fundada no lastro da conquista das bordas da Mata Sul pela empresa colonial que ambicionava destinar as suas terras para a indústria do açúcar. Foi, no seu tempo, um dos principais centros açucareiros da então capitania de Pernambuco, tendo chegado a possuir 20 engenhos de cana-de-açúcar e inúmeras fazendas de cana, ocasionando uma presença massiva de escravizados africanos no seu território. Dentre os trabalhadores escravizados se tem notícia de pessoas originárias da Guiné Bissau, Costa da Mina, Benguela, Congo, Cabinda, Angola e Moçambique.

As levas de seres humanos que foram trazidos cativos para trabalhar nas propriedades agrícolas daquela vila eram compostas por homens, mulheres e crianças que falavam idiomas diversos, que tinham costumes e crenças religiosas das mais diferentes regiões do continente africano. No entanto, diante da escravidão que lhes foi imposta no mundo dos engenhos, para que pudessem sobreviver e resistir à dor do cativo e à distância de tudo que lhes era familiar, aqueles sujeitos buscaram se organizar em irmandades religiosas católicas, tais como as irmandades do Rosário dos Homens Pretos.

Imagem 15 – Fachada já em avançado processo de deterioração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da então Freguesia da Muribeca, hoje pertencente ao município de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: Igreja Nossa Senhora do Rosário. 34.05 (7) 221.3 1984. Muribeca / Jaboatão. Ruínas. 12, 3X9. 5633/84 5634/84 – PE. Recife, SPHAN /pró Memória, 1984. Iphan.

Imagem 16 - Vista Lateral direita da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da então Freguesia da Muribeca, hoje pertencente ao município de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: Igreja Nossa Senhora do Rosário. 34.05 (7) 221.3 1984. Muribeca / Jaboatão. Ruínas. 12, 3X9. 5633/84 5634/84 – PE. Recife, SPHAN /pró Memória, 1984. Iphan.

Imagem 17 - Detalhe da área do púlpito e da parte internada da parede lateral direita da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos na então Freguesia da Muribeca, hoje pertencente ao município de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: Nossa Senhora do Rosário. 34.05 (7) 221.3 1984. Muribeca / Jaboatão. Ruínas. 12, 3X9. 5633/84 5634/84 – PE. Recife, SPHAN /pró Memória, 1984. Iphan.

Imagem 18 - Vista da lateral esquerda e dos fundos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da então Freguesia da Muribeca, hoje pertencente ao município de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: Nossa Senhora do Rosário. 34.05 (7) 221.3 1984. Muribeca / Jaboatão. Ruínas. 12, 3X9. 5633/84 5634/84 – PE. Recife, SPHAN /pró Memória, 1984 Iphan.

As irmandades dos homens pretos desempenharam papel importante na configuração e na reconstrução de laços de sociabilidades. Seu surgimento, de certa maneira, favorecia o desenvolvimento de novas construções identitárias que serviriam de suporte para que àqueles sujeitos pudessem transitar naquela sociedade. Por outro lado, a assimilação dos valores socioculturais e religiosos disponibilizados pelas instituições de poder que estavam a serviço dos grupos dominantes favorecia aos interesses da sociedade escravagista da época e seus asseclas. Sob essa perspectiva de análise, mesmo se tratando de uma irmandade de homens pretos, a essência do grupo dialogava com a mentalidade religiosa dominante de sua época que, por sua vez, estava a serviço do modelo de sociedade forjado pelo colonizador europeu. Assim, as práticas religiosas e sociabilidades, perpetradas dentro daquelas irmandades, estavam enodoadas mesmo que sofrendo a influência do enorme bojo cultural trazidos pelos africanos escravizados, dos valores defendidos por aqueles que os mantinha naquela condição de cativo ou de sujeito de menor qualidade dentro da sociedade colonial da época.

O direito canônico dispunha de todo um regramento para a implantação de tempos católicos e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos também estava sujeita as mesmas regras que os demais templos católicos. Não destoando, apesar de ser uma irmandade de pretos, das práticas socioculturais típicas do mundo colonial açucareiro. Tendo ainda por Santa de invocação uma deidade “Nossa Senhora do Rosário” uma importante representação católica. A inserção daquela irmandade dentro desse mosaico cultural certamente não causava qualquer descontentamento as autoridades e aos grupos dominantes locais, uma vez que dialogava com a religiosidade e as instituições dominantes da época. Contribuíam, além disso, para a manutenção de certo ordenamento e apaziguamento social. Além é, claro, de estratificar os pretos dentro do mundo colonial haja vista que passavam a ter um lugar próprio para realizar as suas cerimônias católicas, assim como ocorria com os brancos e os pardos. Dialogando, assim, como as hierarquias sociais, típicas do mundo barroco, ali perpetradas.

A permissão dada aos pretos livres e escravizados para que pudessem construir um lugar para a realização de seus cultos católicos contribuía para acalantar as inquietações das elites dominantes, pois garantia a replicação, entre os subalternizados, dos valores que dialogavam com os interesses das instituições de poder. O fato desse importante segmento social ter recebido autorização e até doações de integrantes das

elites locais, demonstra que os negros livres ou escravizados estabeleceram estratégias de sociabilidade em meio a um ambiente tão inóspito para um negro quanto uma sociedade escravista.

As ruas das vilas e cidades coloniais açucareiras, segundo destacou a historiadora Kalina Vanderlei, “para o imaginário barroco eram o espaço por excelência da plebe, franqueado às pessoas de maior qualidade apenas por ocasião das festas barrocas ditadas pela Igreja e a Coroa” (Silva, 2012. p. 121), onde pretos e pardos buscavam se organizar para melhor se inserir e serem aceitos. Buscando, com isso, galgar algum tipo de prestígio validado pelos grupos dominantes e, com isso, vislumbrar alguma forma de ascensão social. Pertencer à irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, naquele contexto, era uma forma encontrada por eles para obterem alguma forma de reconhecimento e ascensão, mesmo que apenas imaginária, consentida naquele modelo de sociedade. Para aquelas pessoas, o pertencimento a instituições reconhecidas e autorizadas pelas autoridades da época, qualquer que fosse ela, desde que validada pelo imaginário barroco da época e pelas instituições que delas se utilizava, contribuía para que aquelas pessoas vislumbrassem obter alguma forma de visibilidade.

Deve-se levar em consideração que a simples presença de um templo de adoração católico, construído e voltado para atender as necessidades religiosas dos negros cristianizados, pode demonstrar como o aparato institucional e ideológico perpetrado pelo clero católico e a elite branca daquela sociedade também ressoava entre os grupos que foram subalternizados dentro daquele sistema de dominação.

A monumentalidade representada pela capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos sugere que os valores do fausto e da ostentação inerentes a cultura barroca também eram valorizados, reproduzidos e, até certo ponto, legitimados no modo de implantação dos materiais construtivos empregados e nos adornos presentes na arquitetura e nas imagens apresentadas. Sob este ponto de vista, não apenas a religiosidade dominante era valorada, mas também os traços culturais que caracterizavam os seus tipos construtivos que iam desde a qualidade do material empregado na construção até os mínimos detalhes no acabamento do interior, na fachada e frontispício daqueles templos.

As imagens abaixo pertencem à capela localizada nas seguintes coordenadas de GPS (0264881/9074334), do Engenho Maranhão, construção visivelmente descaracterizada e em avançado estado de abandono, remanescente do século XVIII.

Foi erguida em terras pertencentes à Vila de São Miguel do Ipojuca. O templo apresenta características arquitetônicas que a inserem no grupo de capelas classificadas por Geraldo Gomes (1997, p. 221) como Grupo II, que detêm as seguintes características: “a) possuem uma nave, capela-mor, sacristia e coro; e b) têm uma ou duas galerias laterais cobertas e contíguas à nave”. Ainda segundo Geraldo Gomes (1997, p. 222) a construção pode ser inserida no subgrupo classificado pelo como II-C, construções caracterizadas por terem “duas galerias laterais fechadas, uma de cada lado da nave que funcionavam como verdadeiros corredores onde se localizam as escadas de acesso ao púlpito e ao coro”, como sugere ser a situação da capela de Nossa Senhora da Penha.

Foto 9 – Fachada da capela de Nossa Senhora da Penha, detalhe do seu frontão. Engenho Maranhão



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE. Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli.

Foto 10 – Coro da capela. Detalhe das duas galerias laterais



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE. Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli.

Foto 11 – Área posterior à nave, onde está localizada a sacristia e os túmulos; detalhe dos contrafortes



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE. Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli.

Foto 12 – Câmara onde estão os túmulos; detalhe da seteira, ao fundo



Fonte – Laboratório de Arqueologia da UFRPE. Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli.

A capela em sua fachada possui três portas de acesso ao seu interior, sendo uma central que dá acesso à nave e duas portas laterais que dão acesso às galerias laterais da capela, que são fechadas. Há, ainda, a presença de um coro no segundo pavimento da capela feito em madeira de lei, cujo acesso se dá pelos dois corredores das galerias laterais à nave. Nota-se ainda a existência de uma sacristia aos fundos no seu lado direito. Além de uma espécie de câmara mortuária com a presença de diversos túmulos parietais ali inseridos. Destaca-se que, entre os engenhos visitados durante as pesquisas de campo, em nenhuma das suas capelas havia a ocorrência de tantos túmulos conservados. A propósito, a única capela, além da de Nossa Senhora da Penha, onde foi constatada a presença de enterramentos no seu interior, foi a Capela de São Cosme e Damião, no Engenho Tapera, no município de Ipojuca (PE), com datação século XVIII, com apenas uma ocorrência.

A observação atenta do imóvel permite descrevê-lo, a princípio, da seguinte maneira: frontão triangular com pináculos inseridos e um cruzeiro inserido no eixo central do seu frontão. Tem ainda janelas interditadas na altura do coro e telhado feito em duas águas com treliças de madeiras. A sua cobertura primitiva, que originalmente era feita em telhas do tipo canal de cerâmica, atualmente foi substituída na altura da nave e galerias, por uma cobertura feita por telhas de amianto.

O delineamento das informações, aqui apresentadas, de algumas construções religiosas selecionadas, dentre tantas pesquisadas na Mata Sul, demonstram que a cultura religiosa católica estava fortemente enraizada no mundo colonial açucareiro. Seja por meio dos sermões proferidos aos domingos e dias santos; pelo trabalho de catequese dos seus missionários ordenados nos cantos mais ermos e afastados das vilas; ou mesmo por meio da difusão das regras, normas e preceitos morais difundidos em nome da Igreja, detiveram um papel importante na tecitura do ordenamento social.

4.3.3 - O engenho de açúcar colonial: suas interações sociais e relações de poder e mando que se imbricam a partir da composição e disposição espacial dos seus partidos arquitetônicos

O engenho representava uma verdadeira povoação, obrigando a utilização não só de muitos braços, como as necessárias terras de canaviais, de mato, de pasto e de mantimentos. Com efeito, da casa do engenho, da moradia, senzala e enfermarias, havia que contar com uns cem colonos ou escravos para trabalharem umas mil e duzentas tarefas de massapé (de novecentas braças quadradas), além dos pastos, cercas, vasilhames, utensílios, ferro, cobre, juntas de bois e outros animais.

Os engenhos açucareiros possuíam estrutura complexa que envolviam várias funções relacionadas diretamente ou não com a produção do açúcar. O açúcar começava a ser produzido no engenho, propriamente dito, uma edificação, também chamada moita ou fábrica que abrigava a moenda que por sua vez extraía todo o sumo da cana-de-açúcar e a casa das caldeiras, onde o caldo era cozido. Além da moita, outras edificações serviam de apoio ao processo de produção, como a casa de purgar, onde o mel resultante do cozimento do caldo ficava descansando por vários dias, até se tornar açúcar.

Além disso, boa parte dos insumos necessários e materiais construtivos de que o engenho necessitava para dar segmento a sua produção era produzido dentro dos seus domínios e, para tanto, possuíam trabalhadores que executavam atividades laborais relacionadas à olaria, carpintaria, pesca, marcenaria, mestres na produção de açúcar entre outros, onde cada atividade laboral tinha o lugar apropriado para a sua realização. Nos domínios do engenho o senhor ou os seus administradores mandavam construir armazéns para guardar equipamentos e o açúcar produzido, bem como o bagaço da cana, que era utilizado para alimentar as fornalhas. Além disso, na extensão das terras

que compunham o engenho, eram implantadas habitações destinadas aos trabalhadores escravizados, as senzalas, que ficavam em local estratégico a vista do senhor e seus auxiliares, e as habitações dos agregados, trabalhadores livres, capelão, entre outros.

A configuração espacial do engenho estava ligada ao processo de fabricação do açúcar, que consistia basicamente em três etapas principais: moagem da cana, cozimento do caldo e purga. Cada uma das etapas de produção do açúcar refletia na arquitetura das fábricas. Enquanto a casa-grande e a igreja tinham funções de moradia e de culto ao sagrado, a arquitetura das fábricas estava voltada especificamente para viabilizar a produção do açúcar.

O patriarca e a sua prole residiam, de forma efetiva ou sazonal, na casa-grande, símbolo do poder e da autoridade do senhor de engenho sobre todos aqueles que viviam em seus domínios, estendendo-se na maioria das vezes o seu mando sobre os povoados e vilas próximas.

Em sua grande maioria, as famílias que tinham a posse dos engenhos eram católicas e de origem portuguesa, chamados de cristãos velhos, mas havia também casos em que judeus de origem portuguesa, os chamados cristãos novos, se tornaram proprietários e até proeminentes senhores de engenho. A elite açucareira, para demonstrar a sua sujeição à fé católica, mandava construir capelas que podiam estar ou não ligadas fisicamente à casa-grande. As capelas de engenho tinham como padroeiro um Santo Católico de devoção da família senhorial que muitas vezes também nomeava o próprio engenho como ocorreu no Engenho Santa Luzia, datado da segunda metade do século XVI, em São Miguel do Ipojuca (PE); o Engenho Nossa Senhora da Conceição, com fundação anterior a 1593, no Cabo de Santo Agostinho (PE); o Engenho Nossa Senhora do Rosário, com data de fundação anterior a 1609, na vila Formosa do Sirinhaém; o Engenho São Bartolomeu, fundado em 1580, na freguesia de Muribeca dos Guararapes; e o Engenho Nossa Senhora da Conceição, com fundação anterior a 1580, na vila de Santo Amaro do Jaboatão (Mello, 2012, 86-124).

No mundo açucareiro a influência da Igreja era perceptível em quase todos os aspectos do cotidiano das vilas e engenhos açucareiros. Por sua vez, as construções típicas dos engenhos, em sua maioria, tinham configurações arquitetônicas semelhantes a outras, comumente implantadas em outros engenhos de açúcar. Diferiam de algumas destas talvez pelo porte e pela simplicidade. Compostas de planta retangular, algumas possuíam telhado de duas águas. Outras casas-grandes, por sua vez, tinham aspecto de

casa forte se apresentando como uma construção robusta e destinada a servir como casa fortificada em tempos de crise e ameaça de conflitos armados.

Geralmente aqueles dois prédios, capela e casa-grande, ocupavam uma posição topograficamente mais alta, o que pode ser explicado pela importância de *status* daquelas edificações. A implantação da capela em um local elevado era uma referência a importância do sagrado e no que se refere a casa-grande, diz respeito a sua importância enquanto núcleo de poder do engenho. A localização daqueles edifícios permitia que houvesse uma melhor visualização de todo o processo de produção e trânsito de pessoas nas áreas mais baixas.

No mundo açucareiro, conforme descrevemos ao longo do texto, a casa-grande tinha funções que iam além do que a mera residência do senhor e de seus familiares, pois trazia circunscrita em sua materialidade a sua função política atrelada ao ordenamento do perímetro do engenho e áreas próximas. A posição em que estava implantada favorecia a vigilância das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores livres e escravizados e demonstrava uma finalidade defensiva uma vez que muitas delas eram erguidas com materiais construtivos sólidos que dificultavam ataques de grupos hostis aos seus moradores, ao mesmo tempo em que favorecia manobras defensivas das pessoas que estavam protegendo a casa fortificada.

A seguir, estão inseridas imagens das primitivas casas-grandes construídas ainda nos primeiros tempos da colonização nas vilas de Santo Amaro do Jaboaão e na vila Formosa de Sirinhaém. Os prédios mencionados permitem dimensionar como aquelas moradias eram estabelecidas e se projetavam na paisagem do engenho. Recordando que, a coerção e medo presente na arquitetura e disposição espacial das casas-grandes eram marcas registradas da arquitetura espacial dos engenhos conforme argumenta José Marcelo Ferreira Filho (2020, p. 170).

Ao analisar o aspecto da casa-grande, cuja imagem de suas construções antes de sua demolição, está inserida abaixo, percebe-se que o engenho guardava em sua arquitetura uma dimensão bélica e militar. A este respeito, José Marcelo Ferreira Filho (2020, p. 171) comenta que, segundo o Regimento de Tome de Souza em 1848, “(...) cada engenho deveria contar, com ‘torres ou casas fortes’ e possuir ao menos quatro braços e dez espingardas com pólvora necessárias para dez bestas e vinte espadas e dez lanças ou chuças e vinte corpos d’armas d’algodão”, demonstrando assim que, apesar da sua clara função econômica de produzir riquezas para a elite local, o caráter bélico do engenho dava garantias adicionais aos investidores de que o negócio era seguro e de que

eram feitos preparativos para que os capitais por eles investidos não fossem perdidos em eventuais ataques externos e revoltas de escravizados.

Imagem 19 - Casa-grande do Engenho Megaype, antiga Freguesia da Muribeca dos Guararapes, atual município de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: Engenho Megahype. Muribeca. Jaboatão.Casa-grande. Recife, IPHAN-1º, 1973. 22,5X17 (reprodução de pintura) 34.05(4) 281. 1601/73.

Imagem 20 – Casa-grande do Engenho Megaype, antiga Freguesia da Muribeca dos Guararapes, atual município de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: Engenho Megahype. Muribeca. Jaboatão. Casa-grande. Recife, IPHAN-1º, 1973. 22,5X17 (reprodução de pintura) 34.05(4) 281. 1601/73.

Imagem 21 - Casa-grande atual do Engenho Tapiiruçú, ou Ubaca de Cima, Sirinhaém



Fonte:

[http://lhs.unb.br/atlas/Tapiiru%C3%A7%C3%BA_de_Riba_\(Engenho_de_roda_d%27%C3%A1gua\)](http://lhs.unb.br/atlas/Tapiiru%C3%A7%C3%BA_de_Riba_(Engenho_de_roda_d%27%C3%A1gua))

O caso do Engenho Tapicuru, ou Ubaca, é um exemplo de como as elites coloniais se portavam e agiam politicamente com vistas a se consolidar no mando local garantindo a perpetuação do seu clã familiar no mando local. Sobre o referido engenho, se sabe que foi fundado por Álvaro Fragoso Toscano, sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda, mas sem igreja. Sua moenda era movida à água e ficava localizada na margem direita do Rio Tapiuruçu, sob a jurisdição da Vila Formosa de Sirinhaém.

No entanto, o que nos chama a atenção é justamente a descrição detalhada que é feita da imbricada relação que a elite colonial, no estudo de caso aqui mencionado, as primeiras gerações que tiveram a posse do engenho e como se relacionavam com outros clãs açucareiros da região da Mata Sul pernambucana. A este respeito é mencionado que o primeiro dono do engenho era um colono natural de Portugal, falecido antes de 1614. Filho de Álvaro Fragoso e de (?). Sabe-se que o Álvaro Fragoso comprou a D. Antônia de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque, o Torto, a sua parte na herança de seu pai, que lhe coube em Capibaribe (sesmaria que Jerônimo de

Albuquerque deixou para os filhos perfilhados), no Rio Cedros. Esta terra ia do dito Rio até o mar, formada de ilhas e mangues.

Segundo levantamentos realizados por Borges da Fonseca (1926), em relação ao Álvaro Fragoso, de seu primeiro casamento sobrevieram a seguinte descendência: D Joanna de Albuquerque, filha perfilhada de Jerônimo de Albuquerque e de D. Maria do Espírito Santo Arcoverde. Falecida em 31/5/1614, sendo sepultada na Igreja do Convento da Ordem de São Francisco de Olinda, deixando em seu testamento uma instituição no altar de Nossa Senhora do Rosário da Matriz de cem missas pela alma de seu marido e vários outros legados, deixando como testamentários seus filhos. Na leitura da passagem acima percebe-se como a elite colonial açucareira valorizava a doação de bens materiais a instituições religiosas católicas enquanto prática social que funcionava como uma barganha ou moeda de troca tendo em vista a realização de missas em favor da alma de seus entes falecidos.

Mais adiante, o genealogista estabeleceu outra relação: como os grupos dominantes do mundo colonial açucareiro da Mata Sul se associavam com vistas à manutenção do *status quo* fomentado pelas conquistas simbólicas estabelecidas no campo social, econômico e cultural dos seus antepassados. Por fim, o genealogista, realiza a seguinte descrição daquela gente e seus descendentes:

Filhos: Jerônimo Fragoso de Albuquerque casou em Portugal com D. Ignez Silva Menezes; Gregório Fragoso de Albuquerque, como Capitão de Infantaria participou da expulsão dos franceses do Maranhão com seu tio Jerônimo de Albuquerque Maranhão, e lá faleceu solteiro; Brites de Albuquerque c.c. o Paulo Gomes de Lemos, Desembargador do Paço; Álvaro Fragoso de Albuquerque (eng. Tapirucú de Baixo Nossa Senhora do Rosário, Ubaca de Cima (Waca)/Sirinhaém) c.c. sua prima D. Maria de Albuquerque, c.g. Álvaro Fragoso foi Capitão-mor e Alcaide-mor de Sirinhaém.

Senhor dos engenhos: Jaguaré/Sirinhaém; Tapirucú de Baixo Nossa Senhora do Rosário, Ubaca de Cima (Waca)/Sirinhaém. Ainda a respeito da história daquela abastada família Álvaro Fragoso de Albuquerque – Filho de Álvaro Fragoso Toscano e de D. Joanna de Albuquerque. Neto materno de Jerônimo de Albuquerque, o Torto, e de D. Maria do Espírito Santo Arcoverde. Viveu no tempo da invasão holandesa onde lutou na guerra contra os invasores com honra, valor e reputação. Capitão-mor de Sirinhaém (1645). Alcaide-mor. Governou Tamandaré. Faleceu logo depois da Restauração Pernambucana, segundo a Provisão de Alcaide-mor passada em 1656, ao Mestre de Campo Antônio Dias Cardoso.

Casamento 1: D. Maria de Albuquerque, primos. Filha de Damião Gonçalves de Carvalhosa, de família nobre portuguesa, e de D. Simoa de Albuquerque, filha perfilhada de Jerônimo de Albuquerque (o Torto) com uma mulher branca. Nota: D. Simoa foi casada em 2ª núpcias com Jorge Teixeira, que vivia em Olinda no ano de 1584), com geração nos dois casamentos.

Filhos: Pedro Fragoso de Albuquerque c.c. D. Catharina Gomes de Abreu, c.g.; Álvaro Fragoso de Albuquerque c.c. D. Anna Cavalcante, viúva de João Cavalcante, o Bom (eng. Camorim), c.g.; Gregório Fragoso de Albuquerque; Jerônimo Fragoso de Albuquerque c.c. sua prima D. Isabel Cavalcante de Albuquerque, c.g; Simoa de Albuquerque segunda esposa (1662) de João Cavalcante (o Bom, eng. Santo Antônio do Camorim) c.g.; Maria de Albuquerque segunda esposa de João Barbosa Espinele. Desta maneira, a descrição nos possibilita pensar como aqueles grupos dominantes dialogavam com a sociedade e as instituições de poder de sua época. Imaginando, assim, como aqueles grupos interagiam entre si e estabeleciam estratégias para se perpetuarem no poder.

Já a fábrica tinha uma configuração espacial voltada para a produção do açúcar. Costumava ser dividida em cômodos, destinados às etapas já descritas anteriormente. Embora existam evidências de que em algumas oportunidades estas etapas se desenvolveram em prédios distintos, o mais comum era estarem juntas em um mesmo local.

A casa da moenda era um grande cômodo quadrangular que devia ser suficiente para abrigar a estrutura do engenho, movido por animais ou por roda d'água. Neste caso, a fábrica deveria estar em um nível mais baixo, permitindo que passasse através da construção a água que fazia girar a roda. Deveria haver duas portas grandes: uma para a entrada da carroça que trazia a cana a ser moída, e outra para a saída desta, sem que ela precisasse fazer a volta no interior da casa. Era necessário ainda o espaço para ser colocada a cana que devia ser moída em seguida.

Como se pode notar, o engenho demandava uma série de aspectos físicos e tecnológicos para o seu correto funcionamento. Nesse sentido, eram necessárias grandes extensões de terra, não só para o plantio da cana, mas também para a instalação do próprio engenho. Além disso, outros elementos eram necessários para viabilizar a produção como a presença de cursos de água nas proximidades do núcleo produtivo. Aquelas unidades produtoras formavam um amplo complexo que demandava um

embasamento tecnológico e produtivo bastante sólido, que caracterizou a inserção da colônia dentro da lógica de exploração colonial.

A maneira como os espaços construídos dos engenhos eram organizados, representava, de certa maneira, um microcosmo da sociedade colonial açucareira, bem como a forma como cada partido arquitetônico era distribuindo na paisagem fortalecia e reproduzia o sistema de organização social e econômico perpetrados pelas elites e instituições dominantes à época.

Com vistas a ilustrar como era feita a organização do núcleo central dos engenhos, apresentamos a seguir as fichas de campo produzidas e digitalizadas, que foram elaboradas durante a vigência do Projeto de Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar no Município do Cabo de Santo Agostinho. Assim, no entendimento deste trabalho, a análise da documentação anexa fornece dados que ajudam a problematizar como a composição do espaço dos engenhos seguia uma estratégia organizacional que visava a manutenção de uma estrutura de dominação que era basilar para a manutenção do sistema produtivo dominante na época.

IPHAN
Instituto
Patrimônio
Histórico e
Artístico Nacional

CÓD.	CSA <i>AA5</i>
------	----------------

INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA -DE -AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DO CABA DE SANTO AGOSTINHO - PE		5ª. SR
EMPRESA CONTRATADA: CARDUS ESTRATÉGIAS URBANAS		UNIDADE(S)
TÉCNICO(S) RESPONSÁVEL(S)	Luiz Augusto de Assis Luiz Carlos Pessoa Tereza Cristina Simis	DATA 04/10/2006

MUNICÍPIO: CABO DE SANTO AGOSTINHO- PE	
LOCALIDADE (ENGENHO/USINA, OUTRO): APA-08 - (DISTRITO JUSSARAI)	
DENOMINAÇÃO: ENGENHO NOVO DA CONGETCAO	
PROPRIETÁRIO: LUIZ SOUZA LEAO.	
ENDEREÇO: VER CROQUI DE LOCALIZAÇÃO	
USO ORIGINAL: INDUSTRIAL	
USO ATUAL: SEM USO.	
COORDENADAS GPS:	
0262239	9092/194.

A hand-drawn map of the Engenho area in São Paulo. The map shows several neighborhoods marked with circles: ENGENHO TUBOS, ENGENHO COIMBRAS, ENGENHO BOA JARDIM, ENGENHO GUILHERME DE CAMO, ENGENHO JAVUÍSA, ENGENHO GUILHERME DE BRITO, and ENGENHO DRELO. A central horizontal line is labeled 'RUA / AVENIDA GROSSO' with an arrow pointing left. A road on the right is labeled 'RUA A. TORRES' with an arrow pointing right. A building icon is labeled 'SEDE ENGENHO MONTE DA CONCEIÇÃO'.

197

Os documentos, já supracitados dizem respeito ao Engenho Novo da Conceição, antigo Engenho Gurjaú de Cima, localizado no Distrito de Jussaral, zona rural do Município do Cabo de Santo Agostinho e que, no passado, havia pertencido à família Souza Leão, caracterizada por ser um dos mais antigos e tradicionais clãs familiares de Pernambuco.

O olhar sobre a imagem apresentada favorece a percepção de que os engenhos não estavam isolados na paisagem rural, pois além das matas, rios e morros que circundavam a área construída havia ainda a presença de outras propriedades rurais com as quais fazia fronteira e, muitas vezes, estabeleciam uma relação de interdependência socioeconômica. Desta forma, além da imensidão de terras que poderia compor uma única propriedade havia outras que em conjunto criavam uma área contínua de extensas matas, canaviais e imensidões desabitadas. O que tornava imperativo que cada engenho pudesse se tornar o mais autossuficiente possível na produção de gêneros alimentícios e no desenvolvimento de utensílios indispensáveis ao dia a dia das pessoas e das atividades laborais ali desenvolvidas.

Assim, a própria composição do espaço construído, conforme pode ser atestado na imagem abaixo, era pensada com vistas a garantir que tudo o que fosse necessário ao desenvolvimento funcionasse organicamente de maneira que cada espaço e partido arquitetônico pudesse se encaixar devidamente em toda aquela engrenagem. No caso específico deste engenho, a capela estava acoplada à casa-grande. Neste sentido, os poderes político e religioso demonstram a sua união, não apenas na esfera do discurso falado, mas também materialmente, por meio da junção dessas construções tão simbólicas e emblemáticas do mundo colonial açucareiro.

Em outra perspectiva de análise, que pode ser notada na imagem a seguir, percebe-se que a casa de moradia dos escravizados fica a uma distância próxima da casa-grande, assim como da fábrica do engenho. Isso garantia uma estreita vigilância dos trabalhadores diurnamente. Assim, não só durante o trabalho na produção do açúcar eles contavam com a supervisão dos homens de confiança do senhor, mas também nas horas de descanso estavam sob o olhar atento da casa-grande e seus colaboradores.

Em qualquer momento do dia os escravizados estariam sempre sob o olhar vigilante dos poderes constituídos e representados pela casa-grande, pela capela e pela fábrica, que naquele cenário representava a atividade econômica dominante no mundo dos engenhos.

Croquis 3 - Engenho Novo da Conceição, Cabo de Santo Agostinho



Inventário de Varredura
(identificação arquitetônica/ ficha de campo)

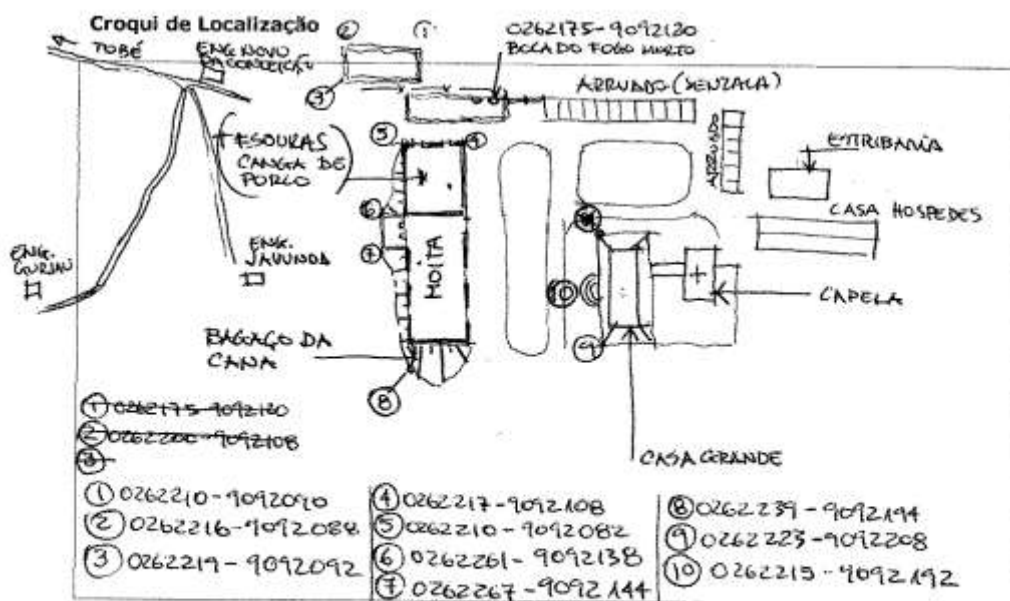
CÓD. CSA 115

Projeto

INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE		
EMPRESA CONTRATADA: CARDUS ESTRATÉGIAS URBANAS	UNIDADE(S)	5ª SR
TÉCNICO(S) RESPONSÁVEL(S)	Luiz Augusto de Assis Luiz Carlos Pessoa Tereza Cristina Simis	DATA 04/10/2008

Identificação e localização da propriedade/ imóvel

MUNICÍPIO:	CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE
LOCALIDADE (ENGENHO/USINA, OUTRO):	APA-08 (DISTRITO JUSMIRAL)
DENOMINAÇÃO:	ENGENHO NOVO DA CONCEIÇÃO
PROPRIETÁRIO:	LUÍZ SOUZA LIMA
ENDEREÇO:	VER CROQUI DE LOCALIZAÇÃO
USO ORIGINAL:	HABITACIONAL
USO ATUAL:	HABITACIONAL
COORDENADAS GPS:	0262215-9092192



(-A 115)

Fonte: Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar no Município do Cabo de Santo Agostinho/Iphan.

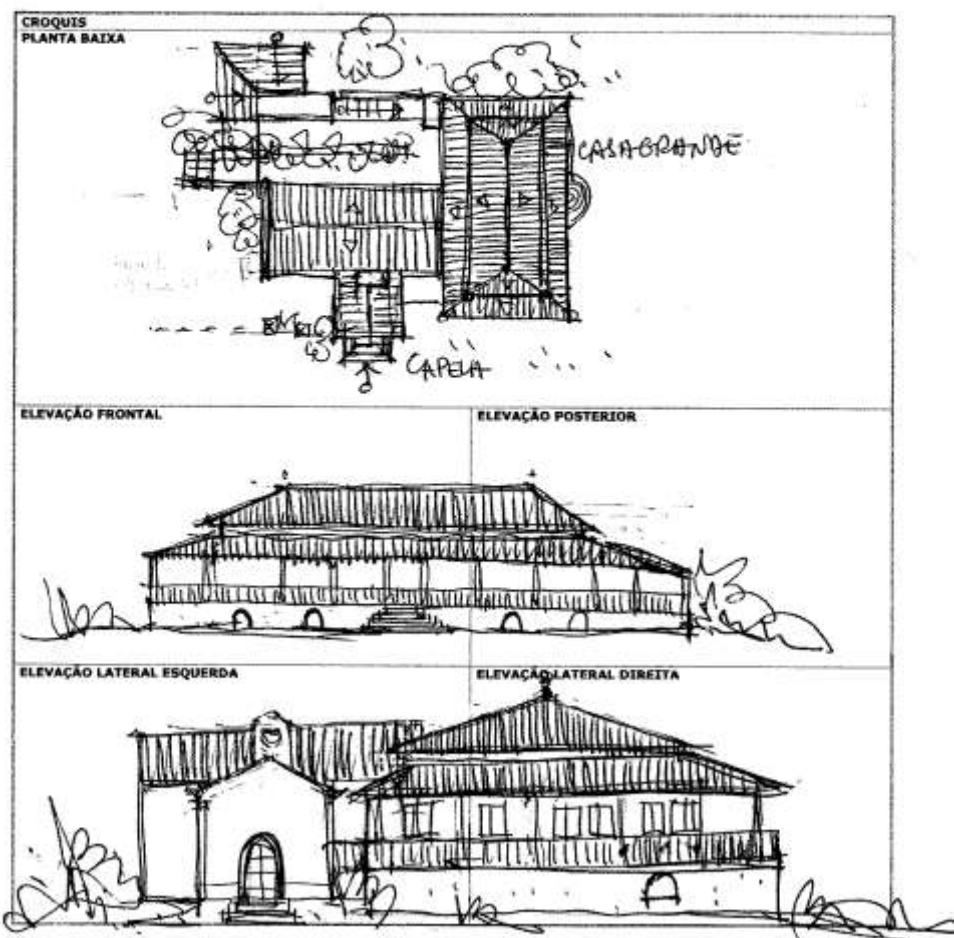
Croquis 4 - Engenho Novo da Conceição, Cabo de Santo Agostinho



Inventário de Varredura
(identificação arquitetônica/ ficha de campo)

Caracterização

DATA APROXIMADA DE CONSTRUÇÃO	SÉC. XIX	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	☒ bom ☐ regular ☐ precário ☐ em ruínas
		GRAU DE DESCARACTERIZAÇÃO	☐ preservado ☒ modificado ☐ descaracterizado
ÍNTGRA CONJUNTO?	☒ sim ☐ não	INSERE-SE NA PAISAGEM?	☒ sim ☐ não
NÚMERO DE PAVIMENTOS	acima do solo: <u>5</u>	total de pavimentos:	<u>01</u> uso do sótão: _____
TIPOLOGIA DAS EDIFICAÇÕES	HABITACIONAL		
VALOR CULTURAL	☐ artístico ☒ histórico ☒ arqueológico ☒ paisagístico ☐ etnográfico		



CSA-115

Fonte: Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar no Município do Cabo de Santo Agostinho/Iphan.

Nos croquis acima foram apresentadas algumas plantas baixas que permitem ter uma dimensão das proporções da casa-grande e da capela do engenho. Na referida imagem, a monumentalidade e a imponência presente, em ambas as construções, podem

ser notados em sua volumetria, em seus aspectos arquitetônicos e modos de implantação na paisagem. São elementos que se aglutinam e formam um mosaico de como o mundo dos engenhos se servia daqueles tipos construtivos para representar e impor a cosmovisão de mundo ao conjunto de miseráveis desamparados que estavam a serviço dos grupos dominantes.

Imagem 22 - Engenho Matapiruma (1930-1940), Escada (PE), fotografado por Julien Mandel



Fonte: Coleção Gileno de Carli. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.

Disponível em:

http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/busca/listar_projeto.php?cod=30&from=1425%23

A imagem acima, feita ainda na primeira metade do século XX, é da sede do Engenho Matapiruma, em Escada, construído ainda no período colonial. É um típico exemplar das centenas de unidades produtivas que foram dispersas ao longo da Mata Sul pernambucana. A leitura da imagem ilustra bem a maneira como o núcleo central da sede do engenho se organizava. Na oportunidade, vemos repetir-se um padrão de organização espacial comum a diversos outros engenhos açucareiros, onde se vê a capela do engenho e a casa-grande implantadas em um mesmo nível. No caso, ilustrado pela imagem, nota-se que a presença de uma arruado, possivelmente a senzala do engenho, ladeando a canto direito da casa-grande. O caso da senzala conjugada à casa-grande demonstra que havia uma vigilância sistemática sobre os trabalhadores escravizados, mas, por outro lado, era também uma maneira que impunha uma maior

proximidade entre os senhores e os escravizados com vistas a estabelecer laços de solidariedade e obediência por parte dos escravizados em relação aos seus senhores.

Na margem inferior da imagem, se nota no sopé da encosta do morro, em cujo topo estão as construções já supracitadas, assim como ocorria em outros engenhos, nota-se a presença da fábrica e de outras construções onde diversas atividades laborais eram desempenhadas no engenho. Percebe-se, assim, que havia toda uma lógica de organização social e produtiva habilmente materializada nos partidos arquitetônicos e na organização do espaço.

Croquis 5 – Composição da organização espacial da sede do Engenho Arariba do Meio, Cabo de Santo Agostinho (PE).



Fonte: Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar no Município do Cabo de Santo Agostinho/Iphan

O isolamento dos trabalhadores livres ou escravizados no interior dos engenhos era garantido tanto por sua forma quanto pela inexistência de qualquer ingerência externa ao modo como o senhor e os seus auxiliares conduziam as coisas, e sua estrutura de

imobilização tornavam a liberdade contingente ampliando as possibilidades de dominação efetiva, sem maiores inconvenientes da população cativa ou mesmo dos trabalhadores livres. Desta forma, como bem estabeleceu José Marcelo, “o espaço açucareiro tinha duplo valor: como agente, ele podia desempenhar a função de confinar pessoas; e como palco arquitetado, ele podia concomitantemente acolher, de forma espontânea e programada, a violência e o controle social instituído” (Ferreira Filho, 2020. p. 128-129). Percebe-se que a configuração territorial – modo de disposição e implantação dos partidos arquitetônicos, lavouras de cana, pastos, matas, criações diversas de animais entre outros – era pensada e estabelecida com vistas a manter o controle quase que absoluto de tudo o que ocorria no engenho. Desde as atividades mais banais e corriqueiras ligadas à vida íntima das pessoas, até a previsão de qualquer ameaça a estrutura de dominação e produção ali estabelecida.

Imagem 23 - Complexo do Engenho Gurjá de Baixo, Cabo de Santo Agostinho



Fonte: <https://morenoredescoberto.blogspot.com/2011/11/engenho-gurjau-de-baixo.html>.

O Engenho Gurjá de Baixo, cujo nome de origem tupi significa “Rio de Sapos” atualmente está inserido em terras pertencentes ao município de Moreno. É um dos engenhos mais antigos da região, pois já existia no final do século XVI, sendo movido à água. A propriedade, até a formação e emancipação política do atual município de

Moreno, pertencia desde o período colonial a vila de Santo Amaro do Jaboaão. Como se pode notar, a forma como os partidos arquitetônicos estão posicionados no núcleo primitivo do engenho indicam a maneira como a lógica de organização da produtividade delineava.

Imagem 24 - Complexo do Engenho Gurjá de Baixo, Cabo de Santo Agostinho



Fonte: <https://morenoredescoberto.blogspot.com/2011/11/engenho-gurjau-de-baixo.html>

As imagens apresentadas não são meramente ilustrativas, mas visam exemplificar como as unidades produtivas organizavam a sua logística de produção, onde se nota uma clara interdependência entre o espaço e cada partido arquitetônico ali implantado. Formando um êxito complexo produtivo que não apenas dava sentido a lógica de exploração colonial, mas também ajudava a manter as relações produtivas e de mando no mundo dos engenhos.

É importante destacar que as relações de trabalho e os níveis de violência não eram exatamente as mesmas em todos os engenhos; e ainda que tudo o que ocorresse dentro dos seus domínios fosse alvo constante das tentativas de controle da família senhorial e seus colaboradores – como as práticas religiosas; a violência presente nas práticas cotidianas; as atividades de lazer e festas; as rodas de conversas entre os homens nos finais de semana; a organização das mulheres durante a lavagem de roupa ou qualquer

outro ato banal do cotidiano – o engenho também foi o lugar de lutas perpetradas de maneira perspicaz, criativa e autoconsciente pelos trabalhadores escravizados ou mesmo libertos em busca de sua libertação. Ainda sobre a temática das senzalas nos engenhos, as imagens abaixo fornecem algumas possibilidades de análise que ajudam a refletir a respeito do importante papel que detinham para a organização das atividades produtivas e a manutenção do ordenamento social no mundo dos engenhos.

O que podemos deduzir a partir do que vem sendo exposto ao longo do texto, é que as formas espaciais estabelecidas nos engenhos eram previamente pensadas e ajustadas aos interesses e propósitos econômicos, políticos e sociais dos donos de engenho. O que lhes possibilitava a contínua manipulação por meio da violência, da coerção e do medo das pessoas que viviam sob o peso do jugo daqueles grupos dominantes.

A despeito da origem da palavra “senzala” pode-se dizer que não surgiu no idioma português; é um termo que se origina do quimbundo: *sanzala*. Na acepção original da palavra, o termo trazido do quimbundo significa o mesmo que habitação e “residência de serviçais em propriedades agrícolas”, ou “morada separada da casa principal” e era usada para se referir a um modelo de habitação coletiva que existia em regiões do continente africano (Ferreira, 1986. p. 1571).

Ainda a este respeito, há algo que precisa ser dito a respeito do que vem a ser uma senzala no seu sentido africano original e o que ela representava no Brasil colonial, pois a *sanzala* africana não significa a mesma coisa que a senzala brasileira, uma vez que aqueles que residiam na *sanzala* africana eram pessoas livres, enquanto que na senzala brasileira era o alojamento erguido com materiais construtivos geralmente precários e com pouca ventilação, destinado aos trabalhadores escravizados, um local que simbolizava o cárcere e a violência da escravidão no Brasil. Um símbolo que remetia a coisificação de trabalhadores africanos escravizados por colonos brancos e europeus e seus descendentes ao longo de séculos de exploração da mão de obra escravizada. Sendo, no campo sociocultural, o lugar natural onde o negro deveria coabitar com os seus iguais em condições de subsistência insalubres e desprovidas de qualquer conforto.

Diga-se de passagem, a estrutura labiríntica dos canaviais e a precariedade dos caminhos internos dos engenhos, bem como aos caminhos que lhes dava acesso, facilitavam a prática indiscriminada de coação e violências diversas no interior daqueles engenhos. Entendemos, pois, que a tecitura de sua organização espacial e o modo como os partidos eram implantados, favorecia a manutenção da dominação, manutenção e a

imobilização de sua força de trabalho. Sendo assim, a maneira como cada engenho era instituído e organizado estabelecia como cada um dos seus prédios eram construídos e dispostos na paisagem, o que facilitava significativamente, o uso da violência contra os trabalhadores e demais moradores dos engenhos. Segundo José Marcelo, “o isolamento dos engenhos permitida e facilitava o uso da violência em seu interior; e esta, por sua vez, alargava, na dimensão real, as fronteiras com o mundo externo” (Ferreira Filho, 2020, p. 170).

Imagem 25 – Senzala do Engenho Campestre, atualmente utilizada como residência dos funcionários



Fonte: Gustavo Palmeira (20/4/2002). In: Araújo, Rafaela Rodrigues de. A Conservação da Arquitetura do Município de Escada. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Ciências Humanas (ESUDA), 2002.

Na imagem, nota-se o arruado onde no passado funcionava a senzala do engenho Campestre na primitiva vila de Nossa Senhora de Escada. Como se pode notar, os traços arquitetônicos de sua construção não diferem das descrições feitas, em alguns trechos deste trabalho, por alguns pesquisadores do tema. Na imagem em questão, vê-se que a senzala ficava em frente a um amplo terreiro e ladeada pela alvenaria de um muro pertencente a casa-grande do engenho.

Mais adiante temos a imagem da primitiva senzala do Engenho Jussaral, sendo um dos muitos engenhos implantados, ainda no século XVI, e pertencente a João Paes Barreto, patriarca do clã familiar dos Paes Barreto que durante séculos detiveram a

posse de boa parte das terras hoje pertencente ao município do Cabo de Santo Agostinho.

Imagem 26 – Senzala do Engenho Jurissaca, Cabo de Santo Agostinho



Fonte: Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar no Município do Cabo de Santo Agostinho/Iphan.

As senzalas, conforme pode ser aferido nas imagens, eram um tipo de construção caracterizadas por um grande terraço, cuja cobertura era sustentada por colunas de alvenaria, feitas em tijolos maciços. E de um modo geral, corria à frente de dois ou mais cômodos interligados em sequência. Em geral as construções possuíam – não todas – uma galeria suportada por colunas de secção circular, ao longo da sua fachada. Já em outras situações, aquelas construções possuíam divisões internas formando retângulos.

De acordo com Geraldo Gomes (1998, p. 186), a técnica predominantemente empregada nessas construções variou da taipa de pau-a-pique à alvenaria de tijolos. Sendo os vãos entre as paredes de aproximadamente três metros de largura. No que se refere à estrutura da cobertura, sabe-se que era feita em madeira. O recobrimento, por sua vez, era sempre feito de telhas do tipo canal de barro, ou seja, era um tipo construtivo sem o menor rebuscamento e conforto, limitando-se apenas a sua utilidade funcional

que geralmente era servir de abrigo aos trabalhadores escravizados dos engenhos e fazendas de cana.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do historiador não é uma tarefa fácil de realizar. Trazer para o campo da discussão historiográfica o debate em torno da formação histórica e social das vilas açucareiras selecionadas nesta pesquisa foi uma das incumbências mais difíceis que realizamos até o momento. Não se trata apenas de construir um enredo em torno de algo já conhecido, mas, sim, empreender a partir de fontes escassas, dispersas e às vezes desconexas, um trabalho que pudesse ter ao mesmo tempo cientificidade e inteligibilidade, e que pudesse apresentar a comunidade acadêmica, da qual fazemos parte, algo novo e que pudesses fomentar vigorosos debates em torno dos estudos voltados para o entendimento da colonização portuguesa no Novo Mundo.

Por outro lado, percorrer e construir os enredos históricos a partir de pequenos fragmentos encontrados aqui e acolá, foi algo penoso e gratificante ao mesmo tempo. A cada palavra e frase escrita em nosso texto, seu encaixe em perfeita sintonia, nos trouxe a percepção de que algo novo estava sendo construído. Isso nos impulsionou a continuar, pois a ideia de trazer as antigas vilas de Muribeca dos Guararapes, Santo Amaro do Jaboatão, Nossa Senhora de Escada, Santo Antônio do Cabo, São Miguel do Ipojuca e Vila Formosa do Sirinhaém para o campo do debate acadêmico fez-nos acreditar que isso, por si só, valia os esforços e energias gastas no decorrer desse processo.

Esclarecemos, todavia, que não temos a pretensão de esgotar a discussão em torno da constituição histórica da Mata Sul pernambucana, pois temos consciência de que o assunto pode ser aprofundado em pesquisa futuras. Entretanto, esperamos por meio desta investigação dar algumas contribuições que possam embasar novas reflexões acadêmicas viabilizando o surgimento de novos trabalhos sobre a América portuguesa.

Torcemos para que de alguma forma esta pesquisa possa repercutir em nossa sociedade e, quem sabe, possa chegar até mesmo nos livros didáticos alcançando o grande corpo estudantil que compõem as nossas escolas públicas e privadas.

Dito isto, podemos dizer que o período colonial na América portuguesa instiga estudos acadêmicos em diversas áreas do conhecimento. Historiadores, antropólogos, geógrafos, arqueólogos, entre outros cientistas podem buscar neste tema informações que possibilitem interpretações e identifiquem heranças culturais. Além disso, muito se

tem produzido sobre o assunto, pois a atual região Nordeste do Brasil tem tido uma atenção especial dos pesquisadores, dada à importância desta área à época colonial, sobretudo por ser uma das áreas mais prósperas das terras do Brasil onde se instalaram importantes núcleos urbanos, políticos e econômicos da colônia e que materializaram simbolicamente os poderes da Coroa portuguesa, das elites locais e suas instituições.

No entanto, mesmo se tratando de Pernambuco, uma das mais prósperas capitanias da América portuguesa, esses estudos se viam concentrados, na maior parte das vezes, em áreas já sacramentadas historicamente como Igarassu, Goiana, Olinda e Recife. Encontramos de forma um pouco incipientes alguns trabalhos de ordem técnica na região do Cabo de Santo Agostinho, sobretudo, em razão dos empreendimentos econômicos ali implantados nas últimas décadas. Não havendo, assim, estudos historiográficos aprofundados que abarcassem a problemática da função social e da cultura material inserida naqueles espaços.

A respeito do Cabo de Santo Agostinho e São Miguel do Ipojuca, ainda em meados do século XVI, existem várias referências àquelas localidades, sobretudo na cartografia da época e nos relatos de cronistas e viajantes do período, como demonstramos nesta pesquisa, em que fazem menção a localidades como Ilha de Santo Aleixo, Porto de Galinhas, Suape, Serrambi e Maracaípe, as quais integram até os dias de hoje aqueles territórios.

Entendemos que os aspectos e dimensões socioeconômicas e culturais daquela sociedade, analisados por meio do estudo integrado entre os vários tipos construtivos típicos de sua cultura material no passado, nos pareceu um caminho a trilhar para compreendermos um pouco mais sobre as relações de poder e mando que se davam naquele mundo. Foi importante problematizar como aqueles bens culturais se inseriam na paisagem das vilas e engenhos açucareiros e favoreciam a reprodução das relações de poder e dominação ali operantes.

Entre outras coisas, ao longo deste texto, buscamos discorrer a respeito dos atrativos naturais que a Mata Sul detinha e que atiçaram os ânimos da sociedade colonial pernambucana e da própria Coroa portuguesa no decorrer dos séculos XVI ao XVIII e como as suas especificidades ambientais dialogavam com as dinâmicas socioeconômicas que foram perpetradas no território ao longo do tempo. No bojo dessas discussões, também foram postos em análise os interesses políticos e econômicos que perpetraram as campanhas e guerras de conquista da Mata Sul. Buscando também situar

quais foram os grupos sociais que tiveram predileção para se inserirem naquela região na condição de mandatários locais.

Todo esse panorama histórico traçado neste trabalho teve por objetivo embasar a discussão em torno daquelas importantes zonas produtoras de açúcar da capitania de Pernambuco de outrora, além de buscar compreender qual a relação simbólica existente entre as construções daquele espaço e o tipo de sociedade que ali havia se desenvolvido. Buscamos, a partir de uma discussão maior, adentrar na questão do desenvolvimento histórico daquelas vilas, os aspectos socioculturais, políticos e econômicos daqueles sítios urbanos e áreas rurais, por meio de um recorte geográfico e cronológico que julgávamos cruciais para o entendimento daquela área. Partindo assim, do macro para o micro.

Por outro lado atrelada a essa discussão buscamos refletir sobre o processo de constituição de alguns de seus engenhos açucareiros traçando uma relação entre eles e a cultura material produzida naqueles espaços, cujos vestígios de maior destaque estariam justamente nas construções concebidas para atender às necessidades não só produtivas, mas também coercitivas, disciplinadoras, religiosas, de moradia e que também acabaram se configurando naquele tipo de sociedade como espaços de sociabilidade e doutrinação ideológica que justifica e resguarda o tipo de sociedade elitista que ali havia se constituído.

A nossa abordagem em relação ao objeto usou como metodologia de pesquisa e análise o estudo integrado entre documentos escritos, iconográficos, cartográficos, mapas, tabelas, cultura material, leituras bibliográficas e trabalhos de campo. Dessa forma, foi possível construir uma perspectiva mais ampla sobre o objeto, relacionando os dados dos documentos aos aspectos ainda perceptíveis referentes à configuração atual das antigas vilas e povoados do trecho da Mata Sul contemplado nesta pesquisa e alguns dos seus respectivos engenhos.

As pesquisas de campo nos possibilitaram empreender uma análise mais sistemática a respeito da disposição espacial das construções implantadas naqueles sítios. Além da função social que detinham, compartilhavam entre si uma dimensão simbólica que as atrelava ao ordenamento social através de uma espécie de hierarquização de sentidos que eram conferidos por aqueles bens culturais no passado, e que, a partir das práticas socioculturais a elas atreladas no mundo colonial dos engenhos, legitimava as relações de mando, de poder e o estatuto social de cada sujeito dentro daquela sociedade.

Ao analisar a sociedade colonial açucareira por esta perspectiva, não bastaria, por exemplo, uma casa-grande ou uma capela estarem localizadas em uma topografia privilegiada que as destacassem na paisagem, pois as pessoas tinham que, de alguma forma, associar o modo como estavam implantadas as estruturas do poder e percebê-las como os seus representantes materiais. A casa-grande, assim, era a própria personificação do seu mandatário máximo, o senhor ou o patriarca da família, se configurando como uma autoridade com poderes políticos e coercitivos que alcançava a todos (a) independente do estatuto que o sujeito possuísse.

Havia nas próprias capelas de engenho, nas ermitas, nas igrejas e nos conventos espalhados pelas vilas da Muribeca, Santo Amaro do Jaboaão, Santo Antônio do Cabo, Nossa Senhora de Nazaré, Ipojuca, Escada e Sirinhaém, a materialização de um poder religioso que supunha divino. Isso fica claro quando se compreende que as celebrações realizadas no interior daqueles templos visavam alertar as pessoas a respeito dos perigos do inferno e dos seus tormentos eternos. Após os sermões, os clérigos apontavam como solução a oportunidade de salvação que só poderia ser acessível por meio da proteção e intermédio da “Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana”.

Depreende-se daí como o discurso moralista e normatizador do clero contribuíram para o apaziguamento das tensões sociais próprias desse modelo de sociedade que tinha no modo de produção escravista a mola propulsora de sua economia e estrutura social. A religião foi utilizada para impor uma série de normatizações sociais que, no fim das contas, fortaleceu o poder político, econômico e social daquela instituição. Imagine-se, pois, como o discurso de um capelão de engenho, visando atender aos interesses do senhor do engenho, poderia contribuir para “convencer” aos escravizados e aos demais grupos subalternos, que o estatuto social que lhes era atribuído era produto da vontade divina e que se configurava como um instrumento usado pelo próprio “Deus” para os fazerem merecedores de entrarem no “reino dos céus” no pós-morte.

Pernambuco colonial tinha em suas vilas açucareiras a força-motriz de sua economia e organização social, pois era de onde se produzia o *ouro branco*. Nas terras daqueles sítios urbanos e rurais era retirada grande soma de riquezas que servia para alimentar a fama da Mata Sul como o maior centro produtor de açúcar da capitania. Sendo assim, havia, dentro e no entorno daquelas vilas, intensas atividades socioeconômicas, muitas das quais podiam ser atestadas por meio de alguns dos relatos de cronistas da época, utilizados ao longo deste texto.

Por fim, tentamos, por meio deste trabalho, demonstrar os diversos aspectos de uma mesma narrativa histórica, ou seja, buscamos inserir o trecho da Mata Sul pernambucana colonial composta pelas vilas açucareiras de Muribeca dos Guararapes, Santo Amaro do Jaboatão, São Miguel do Ipojuca, Nossa Senhora da Escada e Sirinhaém no circuito das discussões acadêmicas demonstrando que aquela região, tanto do ponto de vista econômico como político, era estratégica no tabuleiro político da governança local e da própria Coroa na América portuguesa.

Para além do estudo e da análise dos condicionantes históricos, sociais, culturais, políticos e religiosos, que dentro do campo das mentalidades contribuíram para que a cultura material representada pelas construções típicas do período se configurasse como repositório de uma estrutura de poder e dominação que se retroalimentava das práticas sociais nas quais se inseria, legitimava e contribuía para a sua perpetuação. Seja através do poder coercitivo de mando das casas-grandes, das precárias condições de vida dos escravizados dentro das senzalas, da exploração até a exaustão dos trabalhadores nas fábricas dos engenhos, nos discursos proferidos dentro dos templos religiosos ou nos ornamentos das casas-fortes dos mandatários locais, essa materialidade era mantenedora e cúmplice do sistema de dominação que eles utilizavam para se fazer ver e replicar.

Todavia, esclarecemos que a nossa pesquisa termina com mais dúvidas do que certezas, pois a vida prática é mais complexa do que a História que se escreve sobre ela, pois o teatro das ações humanas não é um palco de cartas marcadas, mas um campo de lutas, negociações, alianças, disputas e, acima de tudo, um lugar onde se demarcam territórios, visíveis ou não, mas que têm a primazia de influenciar as nossas ações e até mesmo ditar quais os sonhos e medos devemos cultivar dentro de nós. Portanto, a vida prática é um lugar de lutas contínuas como parece ter sido a vida dos agentes históricos que transitaram ao longo desta narrativa e como também deve ser a vida de todos nós, seres humanos.

6 – FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1 - Mapas

Mapa 1 - Recorte dos principais núcleos urbanos da Capitania de Pernambuco em 1780

Mapa 2 - Mapa com a divisão geopolítica da Mata Sul de Pernambuco na atualidade

Mapa 3 - Cartografia primitiva da costa marítima, litoral e zona canavieira da Mata Sul da capitania de Pernambuco, datado de 1640

Mapa 4 - Rede hidrográfica de Pernambuco

Mapa 5 - Recorte do trecho da Mata Sul de Pernambuco analisado na pesquisa

Mapa 6 - Bacias Hidrográficas da Mata Sul de Pernambuco

Mapa 7 – Distribuição das Bacias Hidrográficas e Principais Estuários da Mata Sul

Mapa 8 – Mapa de 1556, onde a Mata Sul de Pernambuco está representada e se faz menção ao Cabo de Santo Agostinho

Mapa 9 – Brasília – Generis Nobilitate Armorum et Literarum, de Johannes Blaeu, 1642
- – Generis Nobilitate Armorum et Literarum de Johannes Blaeu, 1642. Buril e Aquarela sobre papel: 38 x 49,5 cm. Biblioteca Nacional da França – Paris, França.

Mapa 10 - Representação dos termos do Recife, Olinda e Terras de Engenhos e Fazendas

Mapa 12 - Afbeeldinge van de Cabo st. Augustin met haer fortten – Cabo de Santo Agostinho (1656) - Gravura “Afbeeldinge van de Cabo st. Augustin met haer fortten”, publicado no livro *histoire de La Vie & Actes Memorables de Frédéric – Henri de Nassau, Prince d’ Orange*, de Iudocus, Amsterdam, 1656, coleção particular. In: GALLAS, Alfredo O. G. *O Brasil holandês: a família Nassau: moedas e medalhas* / Alfredo O. G. Gallas, Fernanda Disperati Gallas. – São Paulo: Ed. do Autor, 2009.

Mapa 13 - As capitanias do Brasil, c. 1585-1590 e o litoral da América do Sul entre a foz do Amazonas e a Terra do Fogo, incluído no Roteiro de todos os sinaes...que há na costa do Brasil...Luiz de Teixeira, c. 1585-1590.

Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil, Atlas de 1640 de João Teixeira Albarnez. PORTUGALIAE MONUMENTA CARTOGRAFICA, vol. IV; ALBARNEZ, João Teixeira. *Discrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz chamado vulgarmente o Brasil* - [s.l.: s.n.], D.L. 2000. - Ed. fac-simil.: Grafispaço - Centro Editorial Gráfico. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – 1640 – PT /TT /CRT /162 – m- 0116 - litoral sul de PE.

Atlas Vingboons. Johannes Vingbonn. Séc. XVII. **Carta Marítima Correta da Costa e Vista Geral da Capitania do Brasil**. Papel aquarelado c.a 1660. 47,8 x 69 cm. Acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Principais Bacias Hidrográficas da Mata da Sul de Pernambuco. Fonte: www.cprm.gov.br

Distribuição das Bacias Hidrográficas e principais estuários da Mata Sul. Fonte: www.cprm.gov.br

Brasil, incluído em Delle navigationi et viaggi, feito por Giovanni Battista Ramusio, 1556. Gravura: Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro, Brasil.

TEIXEIRA, Luís. **Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o Cabo Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães**. Lisboa: Talgo, Biblioteca da Ajuda, 1988. Edição fac-similar do manuscrito da Biblioteca da Ajuda.

Cabo Santo Agostinho - 1634

6. 2 – Imagens

O carro de Bois. Óleo sobre tela, 61 x 88 cm. Assinada e datado F. Post 15.8.1638 na caçamba com açpucar. Proveniência: Luis XIV, Musée de La Marine, Paris; Museu do Louvre, Paris. In: HERKENHOFF, Paulo (org). O Brasil e os Holandeses, 1630-1654. – Texto de José Antônio Gonsalves de Mello. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

Aldeia 1670 – Vilage, Óleo sobre madeira Oil ou panel 54,9 x 62,9 cm. Assinado Signed F. Post. In: LAGO, Bia Corrêa. Frans Post e o Brasil Holandês na Coleção do Instituto Ricardo Brennand. Recife, 2003.

Serinhaim 1647 In: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS - 1647), estampa nº 12. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Engenho, sem data. In: LAGO, Bia Corrêa. Frans Post e o Brasil Holandês na Coleção do Instituto Ricardo Brennand. Recife, 2003.

Frans Post, 1668. Óleo sobre tela, 71 x 91,5 cm. Coleção Museum Boijmans Van Boijmans, Rotterdam - Holanda. In: HERKENHOFF, Paulo (org). O Brasil e os Holandeses, 1630-1654. – Texto de José Antônio Gonsalves de Mello. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

6.3 – Croquis

Planta baixa da sede do engenho Arariba do Meio – Município do Cabo de Santo Agostinho (PE). In: Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar Município do Cabo de Santo Agostinho – PE / IPHAN

Engenho Novo da Conceição, Cabo de Santo Agostinho. In: Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar Município do Cabo de Santo Agostinho – PE / IPHAN

Engenho Novo da Conceição, Cabo de Santo Agostinho. In: Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar Município do Cabo de Santo Agostinho – PE / IPHAN

Engenho Novo da Conceição, Cabo de Santo Agostinho. In: Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar Município do Cabo de Santo Agostinho – PE / IPHAN

Composição da organização espacial da sede do Engenho Ararariba do Meio, Cabo de Santo Agostinho (PE). In: Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de Açúcar Município do Cabo de Santo Agostinho – PE / IPHAN

6.4 – Quadros

Análise da população das vilas açucareiras da Mata Sul. In: SANTANA, Eduardo Augusto de. **História da Implantação e Desenvolvimento da Freguesia de São Miguel do Ipojuca entre 1594 - 1780:** contada a partir dos seus engenhos açucareiros. 2014. 190 páginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife: Editora da UFRPE, 2014.

6.5 - Fotografias

Prédio onde funcionou a **Casa de Câmara e Cadeira da Vila Formosa de Sirinhaém**, datado do século XVIII, município de Sirinhaém (PE). Fonte: Daniel Araújo (2012). Disponível em: <https://desbravandopernambuco.blogspot.com/2012/12/sirinhaem.html>. Acesso em: 6 mar. 2024.

Lateral esquerda da escada externa que dá acesso ao pavimento superior do prédio onde funcionou a Casa de Câmara e Cadeira da Vila Formosa de Sirinhaém, datado do século XVIII, Município de Sirinhaém. Fonte: Daniel Araújo (2012). Disponível em: <https://desbravandopernambuco.blogspot.com/2012/12/sirinhaem.html>. Acesso em: 6 mar. 2024.

Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Outeiros de Maracaípe – Município de Ipojuca / PE. – Município de Ipojuca / PE. Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 (NEPARQ) / Foto: Eduardo Santana

Convento de Santo Antônio e Igreja do Santo Cristo em Ipojuca, datado de 1606 – Município de Ipojuca / PE. Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 (NEPARQ) / Foto: Eduardo Santana

Igreja de Matriz de Nossa Senhora do Ó, distrito de Nossa Senhora do Ó, em Ipojuca (PE), datada do século XVIII – Município de Ipojuca / PE. Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 (NEPARQ) / Foto: Eduardo Santana

Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Outeiros de Maracaípe. Detalhes da sineira, cruzeiro e portão de acesso ao cemitério no canto direito da imagem – Município de Ipojuca / PE. Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 (NEPARQ) / Foto: Eduardo Santana

Interior da capela. Detalhe dos nichos – Município de Ipojuca / PE. Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 (NEPARQ) / Foto: Eduardo Santana

Vista do interior da capela– Município de Ipojuca / PE. Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 / Foto: Eduardo Santana, a partir do altar-mor da nave.

Detalhe do local onde havia o coro e forro da capela – Município de Ipojuca / PE.
Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 (NEPARQ) / Foto: Eduardo Santana

Fachada da capela de Nossa Senhora da Penha, detalhe do seu frontão. Engenho Maranhão – Município de Ipojuca / PE. Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE (NEPARQ). Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli.

Coro da capela. Detalhe das duas galerias laterais - Município de Ipojuca / PE.
Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE (NEPARQ). Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli.

Área posterior à nave, onde está localizada a sacristia e os túmulos; detalhe dos contrafortes - Município de Ipojuca / PE. Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE (NEPARQ). Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli.

Câmara onde estão os túmulos; detalhe da seteira, ao fundo - Município de Ipojuca / PE. Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE (NEPARQ). Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli.

6. 6 - Fontes manuscritas impressas

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. Edição fac-similar.

BARLAEUS, Gaspar Van. **H I S T O R I A dos feitos recentemente praticados durante oito anos no B R A S I L e noutras partes sob o governo do ilustríssimo JOÃO MAURÍCIO CONDE DE NASSAU ETC, ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange**. Rio de Janeiro: serviço gráfico do Ministério da Educação, 1960.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino: 1712-1727 Coimbra**: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BORGES DA FONSECA, Antônio José Victorino. **Nobiliarquia Pernambucana**. Anais de 1903, vol 25; 1925 vol 47; 1926 vol 48.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. – organização e introdução de José Antônio Gonsalves de Mello – 1ª Edição. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997.

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. – Transcrição, introdução e notas de Ana Maria de Azevedo - São Paulo: Hedra, 2009.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1952. Vol.2:59.

COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1904.

DUSSEN, Adriaen Jacobsz van der. Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adrian van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640. In: DANTAS, Leonardo Silva. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira I** [textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; apresentação Dorany Sampaio. - 2. ed. -Recife: CEPE, 2004.

FREIRE, Francisco de Brito. Nova Lusitânia: **História da Guerra Brasília**; Viagem da Armada da Companhia de Comércio e Frotas do Estado do Brasil/ Francisco de Brito Freire; [produção e organização Murilo de Andrade Lima Lisboa. Ed. Atual. Ver / por Paula Maciel Barbosa]. São Paulo? Beca Produções Culturais, 2001.
Histórica Pernambucana: SESMARIAS. cit., 1954.

GANDAVO. Pero de Magalhães. **História da Província Santa Cruz**. – Introdução e notas Ricardo Martins Valle e Clara Carolina Souza Santos – São Paulo: Hedra, 2009.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. Curitiba: Juará, 2009.
Regizto de huma carta e Rellação dos Engenhos...op, cit., 7-5-1770. In: Livro, op. cit., (1733-1808), folhas 360 e 360v. IAHGP.

SOUZA, Gabriel Soares. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Comentários de Adolfo Varnhagen. Recife. Recife: Ed. Massangana. 2010.

VERDONCK, Adriaen. **Memória oferecida ao Conselho Político de Pernambuco por Adriaen Verdonck em 1630**.

_____ **Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar**. Escrita em 20 de maio de 1630.

WILLEKE, Frei Venâncio. Convento de STº. Antonio de Ipojuca. **Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Vol. 13. Rio de Janeiro, 1956.

WILLEKE, Frei Venâncio. **Convento de STº. Antonio de Ipojuca**. Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vol. 13. Rio de Janeiro, 1956.

6.7 -- Referências bibliográficas

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. **Raimundo Faoro**: Quando o mais é menos. *Perspectivas*, São Paulo, v.26, p.169-189, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/37/30/85>. Acesso em 5 jan. 2023.

ABUD, Katia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier. **A remuneração de serviços da Guerra Holandesa**: A propósito de Sermão do Padre Viera. UFPE, Recife: Imprensa Universitária, 1968.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Tratado dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALIATA, F.; SILVESTRI, G. **El paisaje em el arte y las ciencias humanas**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida Doméstica. In: Fernando A. Novais; Laura de Mello e Souza. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. **Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras**. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 1966. Tese para concurso de cátedra.

ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **PIRAPAMA**: um Estudo Geográfico e Histórico. Recife: Editora Massangana, 1984.

ANDRADE, Manoel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1989.

_____. ANDRADE, Manoel Correia de. **Área do sistema canavieiro**. Recife: SUDENE-PSUSRE, 1988.

_____. A Civilização do Açúcar. In: Quintas, Fátima (Orgs.). **A Civilização do Açúcar**. Recife: Sebrae: Fundação Gilberto Freyre, 2007.

_____. **A terra e o homem no Nordeste** – contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Universitária/UFPE, 1998.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. **A Evolução da agroindústria açucareira de Alagoas a partir da década de 50** (Modernização e Proletarização do Trabalhador Rural). 1984. – f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Recife, 1984.

Araújo, Rafaela Rodrigues de. **A Conservação da Arquitetura do Município de Escada**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Ciências Humanas (ESUDA), 2002.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BARCELOS, Fábio. A importância institucional da Coroa portuguesa na formação da agricultura brasileira durante o período colonial. In: Cadernos Mapa n. 1: **Memória da Administração Pública Brasileira Casa Civil**. Presidência da República: Arquivo Nacional, 2010.

BARRETO, Gomes Cristiana; CESAR, Kilma Gonçalves. A Colonização e os Modos de Produção na Mata Atlântica Nordestina sob a Ótica do Materialismo Histórico. **Documentos Técnicos Científicos**. Volume 43 | Nº 02 | abril - junho | 2012. p. 333. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br>. Acesso em 29/12/2022.

BARROS, José D' Assunção. **Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**/ German Bazin; tradução Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956.

BERGER, Peter L. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 36 ed. Petrópolis, Vozes, 2014.

BERTRAND, C. **Paysage et géographie physique globale**: esquisse méthodologique. *Révue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, Toulouse, v. 39, n. 3, p. 249-272, 1968. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rgpso_0035-3221_1968_num_39_3_4553. Acesso em: 15 jan. 2023.

BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. Lisboa: Ed. 70, 2011.

BRITO, Pedro Henrique Tajra Hidd Pearce. **Arquitetura e urbanismo do período colonial na cidade de Pedro II (PI)**. 169 páginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação Programa em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2015.

BUENO, B. **Dilatação dos confins**: caminhos, vilas e cidades na formação Capitania de São Paulo (1532 – 1822). FAU / USP, São Paulo, 2009. Acesso em: 12.10.2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142009000200013>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BURKE, Peter. A cultura material na obra de Gilberto Freyre. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. [Orgs.]. **O imperador das ideias**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/Topbooks, 2001.

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. Breve história da conservação da Mata Atlântica. In: **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. Fundação SOS Mata Atlântica. Conservação Internacional. Centro de Ciências aplicadas à biodiversidade. Belo Horizonte. 2005. p. 472. Disponível em: <http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/CapituloIVBrevehistoriadaconserva caodaMataAtlantica.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CAMPELLO, Cecília Barthel C. **Casas de Câmara e Cadeia: uma análise tipológica à colônia**. 123 páginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: EDUFPE, 2012.

CARLOS, Ana Fani. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAVALCANTE, Lenivaldo. **Pernambuco e o medo dos Clubes de França: O caso do Le Diligent (1792–1793)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Recife: UFRPE/DEHIST, 2009.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995.

CORREIA, Silva. O monumento para uma história da guerra moderna. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. **Possibilidades de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2017.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. A Igreja Católica e a configuração do espaço físico dos núcleos urbanos coloniais brasileiros. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Atlas Histórico de Cidades**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Ano IV, número especial, 2007. p. 33-47.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do Sul de Minas Gerais: Arquitetura Rural nos séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.

CUNHA, Elba Monique Chaga da. **Sertão, sertões: colonização, conflitos e História Indígena em Pernambuco no período pombalino (1759 –1798)**, 2013. 135 páginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2013.

DANTAS, Leonardo Silva. O Açúcar no Brasil Holandês. In: **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira I** [textos editados por] José Antônio

Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; apresentação Dorany Sampaio. 2. ed. Recife: Cepe, 2004.

DANTAS, Rafael. Você sabe o que é Rurbanização? In: **Revista Algomais**. Publicado em 22 julho, 2019. Disponível em: <https://revista.algomais.com/voce-sabe-o-que-e-rurbanizacao/#:~:text=Gilberto%20Freyre%20dizia%20que%20rurbaniza%C3%A7%C3%A3o,e%20estilos%20de%20vida%20urbanos>. Acesso em: 30 jan. 2023.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII**. Brasília: ALVA-CIORD, 1997, C1979.

ESCOBAR Marco Lunardi. **As rinhas de galo na Paraíba: Aspectos Histórico-Legais e a Falta de Proteção aos Animais**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais. UFCG. 2014.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão as comunidades remanescentes [1532-2004]**. 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol. I. São Paulo: Globo, 1999.

FERLINI, Vera Amaral. **Terra, trabalho e poder: O mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. São Paulo: Ed. Brasiliense, cit., 1988.

_____. **Açúcar e colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. Pobres do Açúcar Estrutura Produtiva e Relações de Poder no Nordeste Colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). **História econômica do período colonial**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Ed. da USP/Imprensa Oficial, 2002.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da Plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

FISCHER, Marta Luciane. **Da ética ambiental à bioética ambiental: antecedentes, trajetórias e perspectivas**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.24, n.2, abr.-jun. 2017.

FOURCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. “NOBREZA DA TERRA” – Representações do poder no Pernambuco colonial. In: SILVA, Kalina Vanderlei (Org.) **Ensaio Culturais sobre a América Açucareira** / Kalina Vanderlei Silva. Recife: GEHSCAL, Vol. I, 2006.

_____. **Santas Normas: O Comportamento** do Clero Pernambucano sob a vigilância das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – 1707. (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE, 2002. p. 84.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos históricos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012.

FREYRE, AGUIAR, José Otávio; ESCOBAR, Marco Lunardi. **História e meio ambiente**: Debates teóricos, encontros e desencontros com os campos da biologia e o direito na abordagem da relação entre os homens e os animais. p. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1054>. Acesso em: 14 jan. 2023. FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª Ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Nordeste**: aspectos sobre a influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Nordeste**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1937.

FRIDMAN, Fania. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). **A cidade como história**: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 43-72.

FROEHLICH, J. M; Gilberto Freyre, environmental history and rurbanization. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. VII (2): 281-301, July-Oct. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Nkvk6CBrVSL7JTS5QmcJ7JL/>. Acesso em: 23 out. 2023.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **A Memória Histórica e Cultura Material**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 13, nº25/26, 1993.

GALLAS, Alfredo O. G. **O Brasil holandês**: a família Nassau: moedas e medalhas / Alfredo O. G. Gallas, Fernanda Disperati Gallas. – São Paulo: Ed. do Autor, 2009.

GENNARI, Emilio. **Em busca da liberdade**: traços das lutas escravas no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOMES, Alberon de Lemos. **A matrona e o padre**: a Igreja católica, as mulheres e a vida familiar na Capitania de Pernambuco, séculos XVI-XVIII. Recife: Edupe, 2013.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

GONÇALVES, Regina Cecília. **O Capitão-Mor e o Senhor de Engenho: os conflitos entre um burocrata do rei e um ‘nobre da terra’ na Capitania Real da Paraíba (Século XVII).** - Este artigo sintetiza alguns argumentos e conclusões de nossa tese de doutorado intitulada Guerras e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Paraíba (1585-1630), defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, no ano de 2004.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira.** Vol 2, Tomo I e II A ÉPOCA COLONIAL: administração, economia, sociedade, por Aziz N. Ab’Saber [et al] 10. ed. Rio de Janeiro, 2003.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KARNAL, Leandro; TOLSTCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanesi (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2015.

LACERDA, Norma; LEITÃO, Lúcia; MARINHO, Geraldo. **Transformações urbanísticas na região metropolitana do Recife:** um estudo prospectivo. In: Cadernos Metrôpole 17 pp. 193-217. 1º sem. 2007.

LAGO, Bia Corrêa. **Frans Post e o Brasil Holandês na Coleção do Instituto Ricardo Brennand.** Recife, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 6. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

LEMO, Carlos A C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

LEMO, Carlos Alberto Cerqueira. **A casa brasileira.** São Paulo: Contexto, 1989.

MACIEL, Cleiton Ferreira; MOURA, Jeanne Mariel Brito de. **Entre a indústria e a vida no engenho:** uma análise das transformações do trabalho na “zona” da cana em Pernambuco. In: Revista IdeAS, v. 7, n. 2, p. 239-272, 2013. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/114>. Acesso em: 22 set. 2023.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o Patrimônio Cultural: uma construção permanente. In: LUCENA, Tania Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **O Historiador e as suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. **Nas Límpidas Lagoinha dos Sertões Pernambucanos:** espaços, habitações e cultura material (1775-1835). In: MELLO, Maria do Carmo Barobsa de; NASCIMENTO, Rômulo Xavier; SILVA, Kalina

Vanderlei. **Fragmentos de História do Nordeste:** Visões Socioculturais do Mundo Açucareiro ao Sertão (Orgs). Recife: EDUPE, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

MARVALL, José Antonio. **A cultura barroca:** Análise de uma Estrutura Histórica. São Paulo: Edusp, 1997.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Edusp; Nobel, 1991.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos:** nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1751. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. **O bagaço da cana:** os engenhos de açúcar do Brasil holandês. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Gente da nação:** cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654/ José Antonio Gonsalves de Mello; apresentação de José E. Mindlin. 2. ed. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1996.

MELLO E SOUZA, Laura (org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América portuguesa, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MENEZES, José Luiz da Mota. **Dois monumentos do século XVI em Pernambuco.** Recife: PMR, 1984.

_____. Casa-grande, capela e senzala. In: QUINTAS, QUINTAS, Fátima. **A civilização do açúcar.** Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

MENDES, Francisco; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2009. (Coleção Arquitetura no Brasil; v. 1).

MESGRAVIS, Laima. A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas.** São Paulo: Hucitec, 2002.

NOVAIS, Fernando. Condições da privacidade na colônia. In: MELLO E SOUZA, Laura de (Org) **História da vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras. 1997. p. 17-26. (História da vida privada no Brasil; 1).

MINTZ, Sidney W. **Doçura e Poder:** O Lugar do Açúcar na História Moderna. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1985.

MOTA, Antônia da Silva. Aspectos da Cultura Material em Inventários Post-Mortem da Capitania do Maranhão. In: **XXIII Simpósio Nacional de História,** 2005, Londrina-

PR. XXIII simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz. Londrina: Editora Mídia, 2005.

OLIVEIRA, A. L. N.; BITTENCOURT, A. Da escravidão negra às comunidades remanescentes: bens culturais e lugar de memória no município de Alagoinha, agreste de Pernambuco. In: CESAR, T.S; CABRAL, F.J.G; NASCIMENTO, L.M.D; SANTOS, M.E.V. (Org.). **História, Cultura e Patrimônio**: experiências de pesquisa [e-book]. 1ed.Recife: Universitária da UFPE.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Dossiê teorias socioambientais Estudos avançados** 24 (68), 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

POSSAMAI, Paulo César (Org). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. – São Leopoldo: Oikos, 2012.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

QUINTAS, Fátima. Cana, Engenho e Açúcar. In: QUINTAS, Fátima. **A civilização do açúcar**. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

RAMALHO, Priscila Anunciada Alves Moreira. **Desmatamento da Mata Atlântica em Pernambuco**: uma análise sobre a aplicação da legislação ambiental. p. 2-4. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/692/PRISCILA%20ANUNCIADA%20ALVES%20MOREIRA%20RAMALHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jan. 2023.

RAMINELLI, Ronaldo. **Nobrezas do Novo Mundo**: Brasil e Ultramar hispânico, século XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RAMOS, Artur. **As culturas negras no Novo Mundo**. 5. ed. Brasília: Editora Nacional, 1979.

REDE, Marcelo. REDE, Marcelo. **História a partir das coisas**: tendências recentes nos estudos de cultura material. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Vol. 4, 1996.

REIS FILHO, Nestor Goular. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva: 2014.

_____. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira e Edusp, 1968.

RIBEIRO, Berta, **O Índio na História do Brasil**. 10ª ed. – São Paulo: Global, 2011.

RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba**. São Paulo: HUCITEC, 1976.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RUSSEL-WOORD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTANA, Eduardo Augusto de. **História da Implantação e Desenvolvimento da Freguesia de São Miguel do Ipojuca entre 1594 – 1780**: contada a partir dos seus engenhos açucareiros. 2014. 190 páginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife: Editora da UFRPE, 2014.

_____. **Estudo e problematização da cultura material enquanto lugar privilegiado para a produção do conhecimento e o ensino de História**. In: ALVARENGA, ANTÔNIA Valéria Melo; VALE JÚNIOR, João Batista; SOARES, Thiago Nunes (Orgs). **História em experiência significativas: políticas educacionais e ensino de História**. Vol.1 – Terezina: EdUESPI, 2023.

_____. **Pesquisa em História por meio do estudo da cultura material: possibilidades pesquisa e estudo de caso**. In. caderno de resumos [do] 1. Encontro da Pós-Graduação em História da UFRPE, 10 a 13 de agosto de 2021, Recife, PE. – Recife: EDUFRPE, 2022.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América: a festa Corpus Chiristi nas cidades da América Portuguesa – Século XVIII**. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. – 6ª Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 -1835**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **História da América Latina: América Latina Colonial - Vol.1**. São Paulo: Edusp, 2021.

_____. **As plantações de açúcar na formação da sociedade brasileira: Bahia, 1550-1835**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SANTOS, Shirlei Martins. **Reconhecendo os engenhos da freguesia de Santo Antônio do Cabo de Cabo**: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII, 1995. 167 páginas. Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.

SILVA, G. C. da. A representação sócio-econômica da cana de açúcar para a região da Zona da Mata de Pernambuco. In: **Geoambiente On-line**, Goiânia, n. 14, 2013. DOI: 10.5216/revgeoamb.v0i14.26005. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/26005>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILVA, Kalina Wanderley. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010.

_____. A gente de cor e a vida urbana açucareira: cotidiano e instituições em Pernambuco e Bahia nos séculos XVII e XVIII. In: MELO, M.C.B; NASCIMENTO, R. X; SILVA, K. V. **Frangmentos de Histórias do Nordeste**: Visões Socioculturais do Mundo Acúcareiro ao Sertão. Recife: EDUPE, 2012.

_____. **Dicionário de conceitos históricos**. 3 ed – São Paulo: Contexto, 2021.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Leandro Nascimento. A capitania de Pernambuco e o tráfico atlântico de escravizados: interesses e ações de uma elite colonial na África, séculos XVI e XVII. In: PINA, Jesus; SOARES, Thiago Nunes (orgs.). **História de Pernambuco**: novas abordagens. Vol. 1. Recife, PE: Editora IGP, 2022.

SWAIN, T. N. Você disse imaginário? In: SWAIN, T. N. (org.). **História no plural**. Brasília: Ed. UnB, 1994. p. 43-67.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia Física (?) Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente (?). In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**, Curitiba: UFPR, 2002.

TAPAJÓS, Vicente. **A política administrativa de d. João III**. Rio de Janeiro: DASP – Serviço de Documentação, 1966 (História Administrativa do Brasil, 2).

TEIXEIRA, R; TEIXEIRA. E. A Praça, a igreja e a Casa de Câmara e Cadeia: Símbolos, usos e relações de poder. **Anais II Encontro Internacional de História Colonial**. Natal: RN, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/issue/view/44>. Acesso em: 14 jan. 2023.

TOLEDO, Vera Vilhena; GAUCHO, Cândida Vilares. **Verdes Canaviais**. São Paulo, Ed Moderna, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol 2. Brasília, Editora UnB, 1999.

ZANCHETI, Sílvia Mendes. **Conservação Urbana**. In: Textos para Discussão, n. 30 – Série Gestão da conservação Urbana, Olinda: CECI, 2008.